



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

DO SOL E MAR À SOMBRA E ÁGUA FRESCA:

ressignificação de praias e direito à sustentabilidade

Recife

2022

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

DO SOL E MAR À SOMBRA E ÁGUA FRESCA:

ressignificação de praias e direito à sustentabilidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (PRODEMA-UFPE)

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. *Elisa Magnani (Università degli Studi di Bologna-Itália)*

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

P814d Pontes, Bruno Augusto Nogueira Monteiro.
Do sol e mar à sombra e água fresca : ressignificação de praias e direito à sustentabilidade / Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes. – 2022.
199 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Elisa Magnani.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2022.
Inclui referências e apêndice.

1. Meio ambiente. 2. Política ambiental. 3. Sustentabilidade. 4. Porto de Galinhas (Ipojuca, PE). I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Magnani, Elisa (Coorientadora). III. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-070)

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

DO SOL E MAR À SOMBRA E ÁGUA FRESCA:

ressignificação de praias e direito à sustentabilidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Departamento de Ciências Geográficas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 13/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Wilza Gomes Reis Lopes (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Itamar José Dias e Cordeiro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinador Externo)
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Katielle Susane do Nascimento Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Roraima

AGRADECIMENTOS

Os mais profundos agradecimentos aos meus familiares pelo apoio e estímulo incondicionais, e por todo o amor com que nutrem minha existência. Compartilho a conclusão desta etapa formativa como conquista nossa. À Joana e Martin, minha semente crioula, um agradecimento singular por me impulsionarem a ser o melhor que posso, por toda força e vigor que me transmitem para exercício cotidiano do meu esperar e por me proporcionarem viver a beleza do crescer e desabrochar de preciosa semente.

Ao meu orientador e amigo, o professor, intelectual, Cláudio Jorge Moura de Castilho, pelo esmero na condução da orientação, por todo cuidado e pela crença em nossas capacidades de elaborar um produto intelectual com tamanha entrega e dedicação em tempos tão difíceis. A força das palavras expostas na pesquisa é reflexo da inspiração pelo teu entusiasmo e energia.

À minha coorientadora Elisa Magnani, da *Università di Bologna*, pelo acolhimento, apoio e gentileza durante minhas estadias na Itália, em 2018 e 2021, assim como pelos, sempre, precisos comentários para contribuição à pesquisa.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa de tese, Hugo Arruda Moraes, Maria do Carmo Braga, Katielle Silva, Itamar Dias e Cordeiro e Wilza Reis Lopes pelas instigantes e valiosas contribuições para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Aos membros do grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE e da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais (MSDE) pela comunhão de reflexões e propósitos, pelas mobilizações e ações, determinantes para dar firmeza e fortalecer nossos passos nesta caminhada.

Aos amigos italianos Pasquale Marrapese e Marta Maia que me acolheram com tanto carinho em Bologna, pela ajuda permanente em todo período da minha estadia em 2021 e por me fazerem resistir firmemente para concluir com êxito o período de estudos na *Università di Bologna*.

Aos colegas de turma do PRODEMA-UFPE por compartilharem conosco experiência intensa e densa, pelos diálogos construtivos e pelo senso colaborativo durante todo percurso. À representante discente do PRODEMA-UFPE Alice Borges pela dedicação empática na defesa de nossos direitos.

Aos colegas da Diretoria de Gestão Ambiental da UFPE pela compreensão nos períodos de ausência e pelos estímulos durante todo o processo de doutoramento. À UFPE pela

concessão do afastamento para realizar pesquisa no exterior possibilitando o enriquecimento dos estudos.

A todos e todas que me concederam informações, opiniões, visões, expectativas, frustrações através dos diálogos/entrevistas nas áreas de estudo, foram estes ricos subsídios que me fizeram buscar retratar com máximo cuidado e sensibilidade anseios comuns da sociedade, a qual tem percebido as contradições de nosso tempo e reconhecido a premência das considerações ambientais.

Finalmente, ao *Dipartimento di Storia Culture Civiltà*, seção de Geografia, da *Università di Bologna*, por meio do projeto de cooperação internacional “*Territori, Sostenibilità e Università*” e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da bolsa de doutorado-*sandwich*, pela concessão de recursos financeiros que permitiram aprofundar os estudos na Itália, em 2018 e em 2021, respectivamente.

Registro que a expressão de gratidão aqui exposta é retratada a apenas uma parcela de toda uma cadeia de sujeitos que elaboram conjuntamente, seja direta ou indiretamente, uma pesquisa de maior fôlego como uma tese. Sinto-me honrado, grato pela oportunidade e confiança.

Um dos saberes primeiros [...] é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curioso, inteligente, interferidora na objetividade como que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não apenas para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência [...] É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda [...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra [...] A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. Em favor de que estudo? Em favor de quem? (FREIRE, 2018, p. 74-75).

"Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade" (GRAMSCI, 1982, p. 223).

RESUMO

A premência de dar força aos lugares, às políticas ambientais, como forma de conter o avanço da degradação do ambiente e o recrudescimento das desigualdades socioespaciais, como também estimular discussões acerca da sustentabilidade de forma crítica, reflexiva e que considere a complexidade, instiga-nos a escrutinar as transformações, a ressignificação, por que passa o litoral sul do estado de Pernambuco. Desse modo, as praias do complexo Porto de Galinhas, em Ipojuca, as quais apresentam maior intensidade e dinamismo, quanto às atividades econômicas que pressionam e impactam negativamente o ambiente, são o recorte geográfico para as investigações em escala local. Para a análise de similaridades e dissemelhanças do fenômeno investigado, dialogicamente, em escala internacional foram realizadas pesquisas nas praias de Rimini, Itália. Para tanto, orientamo-nos pelas linhas de investigação do quadro teórico e do estudo empírico, assumindo uma postura metodológica balizada pela dialética e apoiada pelo paradigma da complexidade. Adotaram-se como questões referenciais e que problematizaram nossas apreensões: a quem interessa a ressignificação de praias? Quais as razões para desvirtuar o sentido das políticas ambientais e desconsiderar o direito à sustentabilidade? De qual sustentabilidade se fala e quais suas possibilidades diante da ressignificação das praias de Porto de Galinhas no litoral sul de PE? Nesse sentido, estabelecemos como objetivo geral do estudo analisar as ressignificações dos territórios de praia e o sentido de suas transformações para propor possibilidades de fortalecimento da territorialidade e do direito coletivo à sustentabilidade, na perspectiva da força do lugar. Isto, com o intuito de propor outras formas de pensar e agir ambientalmente, dando maior vigor à territorialidade junto às políticas ambientais, alvitando planos e ações que contribuam para a governança local. Para, destarte, reforçar gradualmente a construção de ambientes saudáveis fundamentada pelos territórios vividos e por um direito à sustentabilidade.

Palavras-chave: Produção do espaço; Territorialidade; Racionalidade Ambiental; Complexidade.

ABSTRACT

The urgency of giving strength to places, to environmental policies, as a way of containing the advance of environmental degradation and the resurgence of socio-spatial inequalities, as well as stimulating discussions about sustainability in a critical, reflective way that considers complexity, instigates us to scrutinize the transformations, the resignification, through which the south coast of the state of Pernambuco passes. Thus, the beaches of the Porto de Galinhas complex, in Ipojuca, which present greater intensity and dynamism, in terms of economic activities that put pressure on and negatively impact the environment, are the geographical area for investigations on a local scale. For the analysis of similarities and dissimilarities of the investigated phenomenon, dialogically, on an international scale, research was carried out on the beaches of Rimini, Italy. To this end, we are guided by the lines of investigation of the theoretical framework and empirical study, assuming a methodological stance guided by dialectics and supported by the paradigm of complexity. They were adopted as referential questions and that problematized our apprehensions: who is interested in the resignification of beaches? What are the reasons for distorting the meaning of environmental policies and disregarding the right to sustainability? What sustainability is being talked about and what are its possibilities in the face of the resignification of the beaches of Porto de Galinhas on the south coast of PE? In this sense, we established as a general objective of the study to analyze the resignification of beach territories and the meaning of their transformations to propose possibilities for strengthening territoriality and the collective right to sustainability, from the perspective of the strength of the place. This, with the aim of proposing other ways of thinking and acting environmentally, giving greater vigor to territoriality along with environmental policies, suggesting plans and actions that contribute to local governance. In order, therefore, to gradually reinforce the construction of healthy environments based on lived territories and a right to sustainability.

Keywords: Production of space; Territoriality; Environmental rationality; Complexity.

RIASSUNTO

L'urgenza di dare forza ai luoghi, alle politiche ambientali, come mezzo per contenere l'avanzo del degrado ambientale e il recrudescere delle disuguaglianze socio-spaziali, nonché per stimolare il dibattito sulla sostenibilità in modo critico, riflessivo, che tenga conto della complessità, ci istiga a scrutare le trasformazioni, le risignificazioni, attraverso le quali passa la costa meridionale dello stato del Pernambuco. Pertanto, le spiagge del complesso di Porto de Galinhas, a Ipojuca, che presentano maggiore intensità e dinamismo, in termini di attività economiche che esercitano pressioni e influiscono negativamente sull'ambiente, sono l'area geografica per le indagini su scala locale. Per l'analisi delle somiglianze e delle dissomiglianze del fenomeno indagato, dialogicamente, su scala internazionale, sono state condotte ricerche sulle spiagge di Rimini, Italia. A tal fine, siamo guidati dalle linee di indagine del quadro teorico e di studio empirico, assumendo una posizione metodologica guidata dalla dialettica e supportata dal paradigma della complessità. Sono state adottate come domande di riferimento e questo ha problematizzato le nostre apprensioni: a chi interessa la risignificazione delle spiagge? Quali sono le ragioni per snaturare il senso delle politiche ambientali e disattendere il diritto alla sostenibilità? Di quale sostenibilità si parla e quali sono le sue possibilità di fronte alla risignificazione delle spiagge di Porto de Galinhas, sulla costa meridionale del PE? In questo senso, ci siamo posti come obiettivo generale dello studio quello di analizzare la risignificazione dei territori balneari e il significato delle loro trasformazioni per proporre possibilità di rafforzamento della territorialità e del diritto collettivo alla sostenibilità, nella prospettiva della forza del luogo. Questo, con l'obiettivo di proporre altri modi di pensare e di agire ambientale, dando maggiore vigore alla territorialità insieme alle politiche ambientali, suggerendo piani e azioni che contribuiscano alla governance locale. Al fine, quindi, di rafforzare progressivamente la costruzione di ambienti salutaris basati su territori vissuti e per uno diritto alla sostenibilità.

Parole chiave: Produzione di spazio; Territorialità; Razionalità ambientale; Complessità.

RESUMEN

La urgencia de fortalecer los lugares, las políticas ambientales, como forma de contener el avance de la degradación ambiental y el recrudecimiento de las desigualdades socioespaciales, así como estimular discusiones sobre la sostenibilidad de manera crítica, reflexiva y que considere la complejidad, incitanos para escudriñar las transformaciones, la resignificación, por las que pasa la costa sur del estado de Pernambuco. Así, las playas del complejo Porto de Galinhas, en Ipojuca, que presentan mayor intensidad y dinamismo, en cuanto a actividades económicas que presionan e impactan negativamente el medio ambiente, son el área geográfica para investigaciones a escala local. Para el análisis de similitudes y diferencias del fenómeno investigado, dialógicamente, a escala internacional, se realizó una investigación en las playas de Rimini, Italia. Para ello, guiamonos por las líneas de investigación del marco teórico y estudio empírico, asumiendo una postura metodológica guiada por la dialéctica y sustentada en el paradigma de la complejidad. Fueron adoptadas como preguntas referenciales y que problematizaron nuestras aprensiones: ¿a quién le interesa la resignificación de las playas? ¿Cuáles son las razones para tergiversar el sentido de las políticas ambientales y desconocer el derecho a la sostenibilidad? ¿De qué sostenibilidad se habla y cuáles son sus posibilidades frente a la resignificación de las playas de Porto de Galinhas en el litoral sur de PE? En ese sentido, establecimos como objetivo general del estudio analizar la resignificación de los territorios de playa y el significado de sus transformaciones para proponer posibilidades de fortalecimiento de la territorialidad y el derecho colectivo a la sostenibilidad, desde la perspectiva de la fortaleza del lugar. Esto, con el objetivo de proponer otras formas de pensar y actuar ambientalmente, dando mayor vigor a la territorialidad junto con las políticas ambientales, sugiriendo planes y acciones que contribuyan a la gobernanza local. Para, por tanto, reforzar paulatinamente la construcción de ambientes saludables basados por los territorios vividos y por un derecho a la sostenibilidad.

Palabras clave: Producción del espacio; Territorialidad; Racionalidad ambiental; Complejidad.

SUMÁRIO

	Página	
1	Introdução	16
<i>1.1</i>	<i>Fundamentação de hipótese e estruturação do objeto de pesquisa</i>	<i>24</i>
<i>1.2</i>	<i>Objetivos</i>	<i>31</i>
<i>1.3</i>	<i>Ideias balizadoras e contribuições científicas</i> [ou Por que a ciência necessita dialogar nos territórios vividos? Oportunidades da discussão ambiental]	<i>32</i>
2	Procedimentos Metodológicos [ou Fluxos naturais complexos, dinâmicas antrópicas perversas. A realidade dialética]	43
<i>2.1</i>	<i>Delimitação e caracterização das áreas de estudo</i>	<i>43</i>
<i>2.2</i>	<i>Métodos e técnicas de pesquisa</i>	<i>56</i>
<i>2.3</i>	<i>Referencial Empírico</i>	<i>69</i>
<i>2.4</i>	<i>Referencial Teórico</i>	<i>98</i>
3	A racionalidade do território: “da solidariedade orgânica à solidariedade organizacional”	124
<i>3.1</i>	<i>A deterioração silenciosa dos territórios e a degradação garrida do ambiente: complementaridades de um colapso flagrante</i>	<i>133</i>
<i>3.2</i>	<i>Proposições para a ressignificação de territórios de praia: ambientes para quem?</i>	<i>160</i>
4	Considerações Finais [ou Perscrutando para além de excertos de paráfrases amalgamadas]	179
	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado utilizado para a atividade empírica diálogos/entrevistas	197



APRESENTAÇÃO DA IDEIA

Pressupostos e outros destaques inaugurais

CONSTITUIÇÃO da REPÚBLICA FEDERATIVA do BRASIL

[...]
 CAPÍTULO II – Da Política Urbana
 Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

[...]
 CAPÍTULO VI – Do Meio Ambiente
 Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
 [...]



LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

[...]
 Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica
 [...]

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 ESTATUTO DAS CIDADES

(denominada, de acordo com o parágrafo único de seu art. 1º, ESTATUTO DAS CIDADES)

“Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
 I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

[...]
 IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; [...]

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;”
 [.

Tem-se como principal horizonte de referência as indicações normativas acima – límpidas e claras – a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, ambos de 1988, e o Estatuto das Cidades de 2001. A partir disso, a pesquisa busca explorar meandros de possibilidades do direito à cidade, atualizando estratégias desde a concepção por Henri Lefebvre (1968) à atualização por Brenner, Marcuse e Mayer (2012) e David Harvey (2014) aos dias atuais. Não a cidade fatal – objeto para poucos, fruto de um ‘urbanocentrismo’ empobrecedor (SOUZA, 2019) – que se manifesta preponderantemente na atualidade, mas a de uma sustentabilidade segundo anseios dos sujeitos territorialmente situados. Ainda, tece reflexões acerca de uma necessária – e crescente – consciência territorial-ambiental capaz de erigir uma outra globalização (SANTOS, 2020), gestada sobretudo nas margens da racionalidade dominante, dando centralidade à periferia, ao cotidiano e ao território. Em aderência ao que assevera Yázigi (2002, p. 154), “Enquanto não se realizar o cotidiano como patrimônio ambiental, o resto será resto, pontilhado de um ou outro oásis intramuros”.

Com efeito, estabelece-se o espaço público Praia como ponto nodal para discussões acerca da necessidade de territorializar os bens comuns e/ou os direitos difusos em favor, *latu senso*, da coletividade. Resignificá-los, portanto, compõe estratégia de contra-argumentar propositivamente às narrativas da cidade-empresa, da natureza-mercadoria e do cidadão-consumidor para conformar, paulatinamente, o espaço do cidadão (SANTOS, 2007).

As evidências das atuais circunstâncias corroboram a importância de um olhar mais cauto para o ambiente em sua dimensão local, para as pessoas e seus lugares, o território. Assim, por meio da observação crítica da realidade mediada pelo conhecimento geográfico apreende-se as distintas capilaridades da degradação ambiental (o avanço da agropecuária sobre a floresta amazônica, sobre o cerrado, o arrasamento da mata atlântica, dos manguezais, ...), desastres (como o vazamento de petróleo na costa brasileira) e pandemias (como a do novo coronavírus, *Sars-Cov-2*), que podem ser analisadas cada uma em sua especificidade. Mas, a trama complexa que encadeia esta série de eventos e seus desdobramentos tem estado cada vez mais evidente.

As indagações centrais da pesquisa servem à antecipação de um debate cada vez mais premente: como proteger e ampliar os espaços comuns (DARDOT; LAVAL, 2017) resguardando amplo acesso, fruição e garantir qualidade? A(s) resposta(s) pode(m) ser intuída(s) através da própria indagação, a comunidade pode ser a responsável pela gestão destes espaços. É a partir disso que se busca a construção teórica com base no território, como contribuição da ciência geográfica ao debate ambiental. Dentre os espaços comuns de relevância, que exercem grande influência no cotidiano da sociedade brasileira, estão as praias

(IBGE, 2019)¹. Sua conspicuidade oferece possibilidade para experimento. A experiência empírica da pesquisa em territórios pouco consolidados no sentido de exercício da territorialidade, de uma *territorialità attiva* (DEMATTEIS e GOVERNA, 2015), especialmente no Brasil, demonstra inflexão da lógica competitiva sujeita a modelos insustentáveis de intervenção, estímulos à atração e ao aumento de circulação e fluxos (de pessoas, de investimentos). Contrassensos ao metabolismo saudável, ou seja, sem que haja equilíbrio entre os múltiplos interesses, considerando a dimensão territorial do vivido e o ambiente em sua complexidade.

A observação da natureza em seu funcionamento metabólico que simultaneamente transforma homens/mulheres (sociedade) e natureza e os fenômenos hibridizados (SWYNGEDOUW, 2006) decididamente determinam mudança de rumo à socrionatureza. Metabolicamente vulnerabilizamo-nos. Novos paradigmas devem estabelecer relações renovadas dos homens e mulheres entre si e com o seu meio. A pandemia do novo coronavírus que acometeu o mundo a partir de 2020 – porém constituinte de processo sindêmico (SINGER, 2009; HORTON, 2020)², entrópico, como há tempos denuncia nosso complexo biossocial, o planeta-vírus – deflagra uma situação que a ciência prevera, mas não sabíamos exatamente quando nem como ocorreria. Infelizmente.

Assim, por meio dessas conjeturas tenta-se resgatar as bases de uma concepção de unidade natural e social, a socrionatureza, em contraposição à alienada ideia em vigor de separação entre sociedade e natureza como já apontaram Marx ([1858], 2011), Schmidt (1976), sob denúncia de Latour (1994) em “Jamais fomos modernos” e tantos outros intelectuais. Os sintomas da profunda fratura da civilização humana com a sua natureza denegam contornos superficiais. Por isso mudanças radicais e com brevidade necessitam emergir para servir de paradigma às novas formas de intervir no ambiente.

¹ Mais de 1/3 (34,3%) dos deslocamentos realizados no Brasil para lazer têm como destino as Praias, segundo a PNAD Contínua Turismo (IBGE, 2019).

² A noção de sindemia foi concebida para considerar condições mais amplas como geográficas, de desigualdade social e econômica, que exacerbam os efeitos adversos das doenças. Ou seja, considera que interação entre si duas categorias de disfunções, uma biológica e outra social. Estas postas em interação podem aumentar ou diminuir a susceptibilidade da saúde das pessoas. Propõe assim, uma abordagem integrada, mais sutil e precisa para prognósticos, tratamentos e políticas de saúde.

1 Introdução

Peremptoriamente, esclareçamos: pensar as significações e ressignificações de espaços geográficos, de ambientes, pressupõe partir de indagações que precisam ser consideradas em uma trama complexa de relações. Desde qual o sentido que se dá ao solo ocupado e onde se localiza (para o que nos apoiamos na construção teórica produzida acerca do território); ao contexto (percebido do local ao global e inversamente) em que se insere o ambiente analisado (discussões acerca da globalização e de seus efeitos perversos); quem são os atores que o compõem e como atuam para a mudança ou permanência. Então, a partir da apreensão de pressupostos que consideram estes fatores conformam-se estratégias para percepção desta realidade, de forma a abarcar toda sua complexidade, obviamente sem pretensões de esgotá-la.

Os territórios enquanto *lócus*, ao mesmo tempo, de verticalidades e horizontalidades revelam conflitos de interesses e do poder emanado por cada um dos atores que operam nas diversas instâncias do espaço geográfico/ambiente. As incontestes relações de poder dissonantes entre atores públicos, privados e a sociedade, por sua vez, reverberam na atividade política e na forma com que são utilizados os instrumentos para regular as ações sobre o ambiente, tecido a partir dos territórios. De tal modo que as transformações por que passam os espaços têm aumentado a pressão sobre o ambiente, além de favorecerem a fragmentação e o enfraquecimento dos territórios.

Vê-se, desta forma, conformarem-se imbróglis que são inerentes à atual lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista, a qual prepondera nas intervenções em ambientes, notadamente, litorâneos pela atração que exercem devido às características físico-naturais e socioculturais inerentes aos territórios nos quais são tecidos. Ingerências estas empreendidas de maneira ampla e arguta pelo que o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) identifica como Complexo Fundiário, Imobiliário, Comercial e Financeiro (CFICF).

A força sobrepujante do global (verticalidade) sobre o local (horizontalidade) tem-se constituído em uma das razões para tantos embates e questionamentos sobre a forma como se atua no litoral. As fórmulas prontas do “progresso” apresentadas como modelos paradigmáticos pelo Banco Mundial, influenciando os governos locais e os meios informacionais, auxiliam na ascendência de suas forças para transformação dos referidos espaços. Homogeneízam-se os ambientes, baseando-se em *city marketing* e promovendo cidades-vitrines, como afirma

Sánchez (2009). Assim, delineiam-se os rumos das políticas ambientais, as quais têm sido fragilizadas e, em alguns casos, relegadas enquanto meros entraves para o “desenvolvimento”, ou melhor, para o crescimento econômico.

Nesse sentido, pouco tem havido lugar para afirmação de pensamentos críticos. Em muitos casos, deslegitimam-se movimentos ambientalistas de forma a inviabilizar críticas aos juízos reducionistas, estes que não consideram o ambiente em sua complexidade. Deste modo, os ambientes litorâneos ao sul de Pernambuco – especialmente o complexo Porto de Galinhas – têm sido transformados assumindo ressignificação própria à lógica mencionada acima. Olvida-se de que as praias³, entretanto, devem ser acessadas e usufruídas por todos em igualdade de condições, avaliando direitos considerados fundamentais à completude do direito coletivo à sustentabilidade⁴.

As ressignificações podem ser consideradas até mesmo no âmbito das políticas ambientais. Quanto a isto exporemos adiante atos recentes que demonstram, inicialmente, sentidos diversos às políticas ambientais, em escalas municipal, estadual e nacional, que obstaculizam para a concretização de uma verdadeira sustentabilidade.

Destarte, replicam-se práticas que pouco consideram as especificidades dos territórios, favorecendo tão-somente a inserção competitiva global que tem sido exigida das cidades litorâneas para atração de investimentos, explorando-se, assim, a instauração de um pensamento único. Essa é a lógica que tem preponderado, instituída numa significação do ambiente litorâneo voltada à competitividade. A diversidade natural do litoral é evocada como diferencial competitivo, o que salienta a crescente reificação da natureza, como forma de potencializar possibilidades rentistas, a geração de valores e a atração de consumidores. Para o que, destacamos,

Desde já o espaço se reorganiza em função da pesquisa dos recursos em vias de se rarefazerem: as energias, a água, a luz, certas matérias-primas vegetais e animais. Isto reabilita (virtualmente) o uso contra a troca, no curso de um vasto conflito. A produção do espaço acompanha a importância nova da ‘natureza’ como fonte de valores de uso (materialidade das coisas). A produção do espaço, muito tempo consumidora de uma parte dos excedentes da troca (do sobreproduto social) torna-se predominante ao

³ Utilizamos esta terminologia a fim de retratar **o conjunto de elementos construídos e físico-naturais, o ambiente** em que se dão os fenômenos e as dinâmicas ora identificados, cuja expressão é mais inteligível ao entendimento público. Ainda que saibamos que a designação “praia” expressa, de forma literal, um fenômeno geomorfológico caracterizado pela acumulação de sedimentos não consolidados periférica a um corpo hídrico.

⁴ Evoca-se, para ratificar, mais uma vez o já mencionado art. 225 da CRFB, de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

mesmo tempo em que a restituição do valor de uso, restituição em grande escala que atravessa a política, mas não se resolve em estratégias políticas. A natureza, para Marx, é a riqueza verdadeira (que ele distingue da fortuna avaliável em valor de troca, portanto quantificável em dinheiro, em moeda). Esta ideia permanece profunda e verdadeira, à condição de não separar arbitrariamente, como sede de significações particulares, o espaço segundo (produto) do espaço primeiro, aquele da natureza, matéria e matriz da produção (LEFEBVRE, 2006, p. 474).

Logo, o intento de trazer à discussão a ressignificação dos ambientes em territórios de praias, o direito coletivo à sustentabilidade num importante trecho do litoral sul de Pernambuco (PE), analisando-o dialogicamente com o território da praia de Rimini, na Itália, se dá a partir do estudo das atuais transformações que se acham em andamento, em ambas localidades. Em Porto de Galinhas⁵ há intervenções que propiciam a constituição de um *cluster* voltado aos interesses das atividades imobiliária e turística, ainda a proposta de construção de um complexo para eventos e entretenimento, a Arena Porto⁶. Quanto à Rimini há atualmente um maior controle no adensamento construtivo e ainda projetos de requalificação do território de praia primando pela qualidade ambiental. Nesse sentido, compreende-se que a disseminação descomedida de condomínios fechados, hotéis, *resorts*, nestas praias são indicadores do enfraquecimento de políticas ambientais e da fragmentação do tecido territorial, do pouco apreço à importância dos aspectos físico-naturais dos ambientes litorâneos e das territorialidades.

Assumimos enquanto recorte geográfico para a pesquisa o complexo Porto de Galinhas, município Ipojuca, em Pernambuco, Brasil, para análise em âmbito local, e a *Comune de Rimini, Emilia-Romagna*, Itália, para análise em âmbito internacional, a fim de ampliar a escala para melhor compreender os fenômenos investigados. A investigação em territórios consolidados – ou seja, aqueles onde há relações razoáveis nos arranjos de governança, em que existem mecanismos de ponderação dos interesses de seus agentes que podem exercer uma territorialidade ativa – como Rimini, em diálogo com territórios pouco consolidados no sentido da territorialidade ativa, como Porto de Galinhas, tem o intuito de demonstrar o curso de transformação a que está submetido o ambiente a partir de dinâmicas análogas que

⁵ Convenciona-se mencionar as praias de Camboa, Muro Alto, Cupe, Merepe, Porto de Galinhas (centro) e Maracaípe, como áreas do complexo Porto de Galinhas, devido às suas proximidades geográficas e por esta exercer centralidade sobre as demais. Entretanto, aqui utilizaremos apenas a expressão Porto de Galinhas para mencionar as praias que compõem este complexo.

⁶ Para conhecimento preliminar sugere-se acessar, <http://www.ipojuca.pe.gov.br/noticias/2843/nota-oficial-da-prefeitura-sobre-a-arena-porto/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

correspondem a uma mesma lógica, mas que resultam distintas devido ao caráter territorial de amortização dos impactos negativos.

Contextualmente, em âmbito local, serão realizadas análises complementares do litoral sul do estado de Pernambuco, a partir da observação das transformações dos municípios Cabo de Santo Agostinho (em estágio mais avançado, segundo nossa análise) e Tamandaré (com movimentos ainda incipientes) demonstrando a dimensão em expansão do fenômeno de ressignificação territorial que apontamos.

O município Ipojuca, onde se localiza o Complexo Porto de Galinhas, é o principal espaço para as análises, já que corresponde a maior área, com 521 km², e linha de costa, 33 km, do litoral sul de Pernambuco (IBGE, 2021). E ainda por sua maior representatividade no que tange às transformações, aos aspectos econômicos e aos impactos ambientais pelas intervenções lá realizadas, logo, tem apresentado transformações e ressignificações consideráveis. Rimini possui 134,5 km², e linha de costa de 15 km (COMUNE DI RIMINI, 2018), bem como intervenções vultosas em seu território de praia, o que retrata, também, as ressignificações que se têm dado ao longo do tempo a este ambiente litorâneo.

Assim sendo, a análise se dará em caráter dialógico entre as dinâmicas territoriais em Porto de Galinhas, no Brasil, e Rimini, na Itália, devido às similaridades dos fenômenos ocorridos nesses meios ambientes⁷, como a pressão por transformações que atendam, sobretudo, interesses econômico-financeiros. Contudo, na Itália evidencia-se maior equalização de interesses devido a maior consideração de aspectos territoriais e ambientais. A análise poderá, destarte, trazer importantes contribuições para melhor compreender e buscar meios para, ao menos, mitigar os problemas identificados.

Sendo assim, o litoral sul de Pernambuco – com destaque para os municípios Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré – é palco de transformações que têm comprometido a riqueza natural deste ambiente, ampliando margens de discussão sobre possibilidades e limites das atividades ali desenvolvidas, como as estimuladas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e as atividades voltadas ao turismo. Num trecho de aproximadamente 15 km, nas referidas praias de Porto de Galinhas, evidencia-se o curso de interação entre seus sistemas de

⁷ Ressalta-se que a ideia de meio ambiente assumida pela pesquisa se alinha com a concepção de Santos (2005, p. 149), de que se trata do “meio de vida do homem, constituído, na sociedade contemporânea, como um meio técnico-científico-informacional”, o qual se constitui por meio da substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Conformando dinâmicas que transmutam o ambiente do meio natural ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2017, p. 233)

objetos e sistemas de ações desvelando a riscos, desafios, mas também oportunidades de tamanha dinâmica e transformação.

As praias da *Comune di Rimini* na Itália apresentam, também, aproximadamente 15 km de extensão, no sentido norte ao sul são: *Torre Pedrera; Viserbella; Viserba; Rivabella; San Giuliano Mare* (entre o porto e a foz do rio *Marecchia*); *Marina Centro; Bellariva; Marebello; Rivazzurra; Miramare*, sendo estas cinco últimas responsáveis por concentrar as transformações mais significativas, como o projeto *Parco del Mare*, e ainda o maior número de áreas de praia de livre acesso e de estabelecimentos balneares privados. Razões pelas quais foram mais aprofundadamente analisadas.

Ainda no que diz respeito à questão territorial ora definida, salienta-se a necessidade de permanente esforço da parte dos pesquisadores, intelectuais e artistas no sentido de contribuir para o fortalecimento da consciência identitária no Brasil, destacando e legitimando a riqueza de nossas territorialidades,

[...] para que um dia possam cair todos os muros que cercam os condomínios arquiarmados e com eles se apague este vergonhoso traço da identidade paisagística brasileira. O que incomoda não é o que está dentro dos muros, mas o próprio muro. Assim, queiramos ou não, nossa identidade está impressa em alta resolução no território” (YÁZIGI, 2002, p. 286).

Deste modo, os resultados desta interação entre os sistemas de objetos e sistemas de ações compõem uma panaceia que retrata conflitos de uma realidade contraditória, complexa. Em suma, os ambientes litorâneos, nas suas mais diversas escalas, têm sido tecidos e inseridos na dinâmica global por meio do seguinte axioma, flexibilizam-se políticas ambientais locais para possibilitar intervenções nestes espaços, aludidos como “raridades”; os agentes privados consorciados com os agentes públicos se utilizam retoricamente da imagem de um desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, da promoção de emprego e renda, para, na verdade, firmar interesses com fins prioritários de acumular excedentes financeiros, receitas, tributos, sem que haja grandes resistências críticas da sociedade.

Características presentes em muitas outras cidades e áreas litorâneas em outros países, como, por exemplo, na Itália. O que se pode perceber na afirmação, segundo a qual

A multiplicação de novas grandes estruturas comerciais e de entretenimento, integradas em complexos de dimensão sem precedentes, tem sido frequentemente vista pelas administrações locais como uma fonte de receitas extraordinárias, graças aos enormes custos de urbanização, avançando a um ritmo impressionante [...] Na Itália, no último decênio, a conversão da terra de bem público em moeda de troca foi facilitada por uma série de medidas relacionadas, como exemplo, os cortes nas transferências do estado central e a redefinição dos tributos locais, que têm aumentado a dependência das administrações locais das receitas provenientes, justamente, dos custos de urbanização. (BALDINI, LAMBERTINI, LAROVERE, 2015, p. 50-51, em tradução livre do italiano).

Por isso, faz-se necessário compreender outras experiências em termos de evidenciar potencialidades de ações, observando dinâmicas semelhantes de ressignificação ocorridas em localidades distintas onde há especificidades territoriais e a incidência de processos semelhantes, porém, destacados por maior participação dos agentes locais, mas também onde operam forças verticais análogas, decorrentes das estratégias globais. A experiência italiana, sobretudo na cidade de Rimini, oportuniza a compreensão da atuação de alguns agentes, da intenção das transformações nos territórios, como também a identificação de ações desenvolvidas horizontalmente, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Quanto a isto, algumas das ações desenvolvidas nesta cidade italiana poderão contribuir para elucidar possibilidades, como se percebe numa proposta de plano para sustentabilidade de Rimini,

Surgem estrategicamente coerentes com os problemas ambientais da cidade de Rimini também as propostas que a ANCE ilustra em um plano para a cidade: reinterpretar o patrimônio existente, um grande recurso hoje subutilizado, para favorecer a evolução da cidade em uma direção sustentável, visando na recuperação da qualidade e funcionalidade a redução da impermeabilização e compactação de novos solos [...] Em nível conceitual, o objetivo principal é religar as duas malhas urbanas que se desenvolveram de forma totalmente independente desde o pós- guerra aos dias de hoje, a cidade histórica e a cidade do mar, para reconstituir a ideia de uma Rimini em harmonia entre as suas partes e reverter a deriva centrífuga que durante décadas caracterizou o desenvolvimento urbano da cidade em detrimento do território natural e rural (BALDINI, LAMBERTINI, LAROVERE, 2015, p. 61-62, em tradução livre do italiano).

Em Porto de Galinhas, isso acontece na medida em que se percebe o crescimento de sua malha urbana estimulada, sobretudo, pelas atividades de interesse turístico. Construções de vias de acesso, empreendimentos imobiliários, turísticos e de entretenimento têm ocasionado o aterro de áreas de mangue, a impermeabilização do solo, comprometimento de áreas de restinga e estuário e ainda a sobrecarga das infraestruturas urbanas – principalmente o saneamento ambiental e o fornecimento de água –, tornando precário o acesso aos residentes e veranistas na área periférica, aproximadamente a 500 metros de distância de seu centro (PONTES e

PESSOA, 2013). Sendo assim, o estímulo à reflexão do sentido das intervenções em Porto de Galinhas e o propósito de estimular o desenvolvimento local em direção a uma sustentabilidade, a partir da referência comparativa com a experiência de Rimini, poderá apontar potenciais ações no sentido da resolução da problemática aqui ressaltada.

Para tanto, empregou-se a metodologia dialética para melhor evidenciar dissensos e contradições, sob análise do referencial teórico e empírico. Procederam-se levantamento bibliográfico, pesquisa documental, leitura de normativas e a legislação urbana e ambiental que orienta o uso e ocupação do solo nos territórios delimitados. Ademais, foram realizadas visitas de campo, registro de imagens, mapeamento para precisar a área de estudo, diálogos/entrevistas com os diversos agentes territoriais para aproximarmos do cotidiano e apreender mais precisamente os anseios do território vivido.

Instiga-se, então, a partir de nossa pesquisa, a reflexão sobre uma problemática multiescalar. Objetivando analisar as ressignificações dos territórios de praia e o sentido de suas transformações para propor possibilidades de fortalecimento da territorialidade e do direito coletivo à sustentabilidade, na perspectiva da força do lugar. Consolidar as territorialidades e a construção de consistentes políticas ambientais podem, destarte, ser fatores preponderantes para a defesa de direitos convencionados nacional e internacionalmente de forma a substantivar, gradativamente, uma sustentabilidade.

Deste modo, se põe em discussão a exequibilidade das políticas ambientais, não pelo que expressam – já que são reconhecidamente bem formuladas –, mas pela revelia com que são interpretadas e ressignificadas como convém àqueles que detém o poder, tornando-as mais permissivas. Porque, predominam modos de intervenção no ambiente que divergem, sobremaneira, do que preconizam as políticas ambientais, por isso a pressão para flexibilizá-las. Os dissensos entre as normas e as práticas fizeram-nos levantar a seguinte questão referência: quais as razões para ressignificar territórios de praia, políticas ambientais, desconsiderando o direito coletivo à sustentabilidade?

Nesse sentido, envidaram-se esforços para formular indicadores que permitam evidenciar as ressignificações de praias aqui apontadas, indicando os elementos que consentem essa leitura dos territórios. Soma-se a isso a pretensão de dar força aos lugares segundo a latência territorial existente, fazendo emergir com maior vigor territorialidades que podem fazer frente às dinâmicas de ressignificação. Junto à aceção do direito à sustentabilidade como forma de dar força àqueles que, por meio de suas r-existências, recusam-se a se deixar modelar passivamente pelas forças verticais globalizantes e europeizantes.

Portanto, buscamos apontar os riscos que advêm das intervenções realizadas em Porto de Galinhas, baseadas, justamente, nas ressignificações do ambiente litorâneo, este que tem sido evocado, principalmente, como um ambiente promissor sobretudo para os negócios. Analisando-o dialogicamente com as intervenções atualmente realizadas em Rimini. Sendo assim, a indicação de transformações a que estão submetidos os ambientes, assim como os territórios de praia, tem demonstrado que o avanço da urbanização se consolida como uma dinâmica incontornável. Entretanto, as narrativas que fornecem base de como esse fenômeno continuará ocorrendo estão abertas.

A conformação de um futuro exaurido pelo comprometimento da biodiversidade, expansão caótica de megacidades, hiperurbanização e concentração populacional, avanço da poluição e degradação ambiental, pandemias, aumento das desigualdades e conflitos por razões socioambientais sentenciam, segundo as argutas análises de Davis (2006; 2007), o estado de colapso para o qual seguimos a passos largos. De fato, continuamos nos referenciando numa lógica entrópica, mas não inadvertidamente. A permanência no trajeto, portanto, deve ser entendida como opção.

Contudo, é do cenário fatal que erigem fissuras de possibilidades. No período de 2000 a 2020 as praias do litoral sul de Pernambuco receberam significativas mudanças e o horizonte de intervenções indica continuidade do processo. Restam simulacros de referências externas para estímulos – em geral estritamente econômicos e de curto prazo para “geração de emprego e renda” – com fôlego cada vez mais constricto. Administradores, engenheiros, técnicos garantem que esse é o fluxo devido para o desenvolvimento, de fato não se trata de um problema de engenharia tecnológica que foge a qualquer outro fenômeno social. Transformamos mutuamente a nossa natureza desde os primórdios da humanidade.

Cabe aqui julgar finalidade e forma, e quanto a isso é patente o domínio da superficialidade material inscrita no espaço sobre a profundidade ambiental simultânea tecida em rede, que reflete em certa medida escalar e temporal, em todos e todas. Construíram-se tais convicções no percurso evolutivo do conhecimento, vastamente documentado e explicitado, mas as amarras para mudar as formas como transformamos o meio ambiente permanecem. É, deste modo, que foram criadas renovadas esfinges cinéticas, circularmente reativas, categoricamente desconsideradas porque seus reflexos reativos não têm instantaneidade, ou a liquidez da modernidade parafraseando Bauman (2001), que nos embala. Mas diante da aceleração da degradação, vê-se acelerar uma reação. Quem sabe esta pesquisa, para além da

fissura de possibilidade que explora, possa subsidiar uma mudança de percurso? Os elementos alternativos estão postos de forma a servirem como contribuição neste sentido.

1.1 Fundamentação de hipótese e estruturação do objeto de pesquisa

O ambiente litorâneo cada vez mais pressionado, degradado e o solo supervalorizado tem erigido ambientes exclusivistas materializados em “bairros planejados”, condomínios privados, *resorts*, hotéis, que promovem agravamento da histórica segregação socioespacial. A composição material dos ambientes costeiros em análise reflete o, cada vez maior, distanciamento da dimensão do vivido, do cotidiano e das pessoas em seus territórios tendo em vista o adensamento de estruturas privadas voltadas, principalmente, à atividade imobiliária e turística. Esse tem sido um ponto de fragilização territorial e ambiental que dificulta a “força do lugar” (SANTOS, 2017) constatado através das nossas pesquisas. Vide os casos da Reserva do Paiva (PE), Jurerê internacional (SC), Riviera de São Lourenço (SP), Condomínio Laranjeiras (RJ)⁸, apenas para citar de forma sintética alguns exemplos.

São as transformações por que passam os espaços geográficos e, em grande medida, o meio ambiente das áreas litorâneas, sobretudo, na parte sul do estado de PE, que nos têm instigado a escrutinar as razões para o movimento do real, tentando observá-lo de maneira crítica. Assumimos, por conseguinte, como objeto de nossa pesquisa, o processo de ressignificações dos territórios de praias e o sentido das suas transformações no ambiente litorâneo, a partir das dinâmicas no litoral sul de Pernambuco - e mais especificamente no

⁸ Para aproximação da discussão relacionada a estas localidades sugere-se acessar, respectivamente: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25311> (págs. 126-140); <https://apublica.org/colecao/particular/2017/11/condominio-laranjeiras-segregacao-ameaca-e-processos-em-paraty/> e <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/paraiso-privado/>.

Quanto a Jurerê Internacional, destaca-se a recente (em 2021) mudança em seu nome, agora chamada de “Jurerê In”. Segundo Sérgio Ribas, diretor-presidente da Habitasul, proprietária do empreendimento, “a mudança de nome faz parte de uma estratégia de reposicionamento da marca do bairro, conhecido por suas casas de luxo e boates à beira mar, os *beach clubs*. É resultado também de consultas a moradores, turistas, comerciantes e investidores, o ‘in’ do novo nome do bairro tem relação com a “intensidade, inspiração, integração e inovação” dele. Diz também que o empreendimento é “incomparável, incomum e instagramável” e atrai gente “inteligente, inquieta e inventiva. A ideia do ‘in’ é, no fundo, um convite à inclusão e um lembrete de que somos um lugar onde tanta gente diferente é bem-vinda e protagonista da nossa história”. Disponível em: <https://habitasul.com.br/jurereinternacional2050/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Complexo Porto de Galinhas - analisando-o dialogicamente com Rimini, na Itália, como forma de indicar meios para corroborar o direito coletivo à sustentabilidade.

Decisivamente, percebe-se que se tem tentado dar às políticas ambientais, sua execução, papel coadjuvante na regulação das intervenções no espaço. Sua importância tem sido relegada em âmbito nacional, mas também estadual, e reduzido o seu poder de fazer frente aos excessos voltados à apropriação do ambiente para a dinamização econômica. Tais afirmações se dão na medida em que se percebe uma paulatina atenuação da capacidade de intervenção do principal órgão de meio ambiente do estado de PE, a CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) sobre o avanço da instalação de estruturas em áreas de fragilidade ambiental.

Afirmações que se confirmam pela propositura, pelo governo do estado de PE, do projeto de lei 407/2015⁹, que previu a flexibilização da legislação florestal, permitindo a supressão de vegetação de proteção permanente para “execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental e [quando] não exista no estado nenhuma outra alternativa de área de uso para o intento” (PERNAMBUCO, 2015, grifo nosso), e ainda a retirada da exigência do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) nestes casos. A maleabilização das exigências voltadas a uma mínima defesa do direito coletivo à sustentabilidade revela os equivocados entendimentos das políticas ambientais e suas ressignificações ligadas especialmente à ideia de que são entraves à atividade econômica.

Em âmbito nacional pode ser inferido através de uma circunstância que muito chama atenção – também preocupação. Mas também, nos dá a convicção da necessária propositura de maiores discussões quanto à (res)significação que os ambientes litorâneos têm tomado. Trata-se do repasse da Gestão de Praias Marítimas Urbanas, sob responsabilidade da União (Governo Federal), para os municípios. Sendo aberta, inclusive, consulta pública a partir de novembro de 2016 perdurando até o dia 08 de janeiro de 2017, através do site Participa BR (<http://www.participa.br/>), para estimular discussões e ter a contribuição da população para tal proposta. Reproduzimos aqui as informações divulgadas no site sobre quais são os seus objetivos,

⁹ Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=B472B7AF6193EA9A03257EB30074AABA> Acesso em: 04 mai. 2016. E ainda a redação final deste projeto de lei, disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=C1FC8D6AECACAFBE03257F0000717DC5> Acesso em: 04 mai. 2016.

A Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disponibiliza neste espaço consulta pública para definição do Termo de Adesão da Gestão de Praias (TAGP). Os interessados devem contribuir com a minuta apresentada, apresentando suas sugestões. A devolutiva será apresentada em dezembro de 2016 [*prorrogada até 08 de janeiro de 2017, pela baixa contribuição da sociedade*]. A legislação já prevê a responsabilidade dos municípios de zelar pela manutenção dos bens de uso comum do povo, como é o caso das praias. Essa atribuição está prevista no art. 11, §4º da Lei nº 9.636, de 1998. Contudo, mais recentemente, a Lei nº 13.240/2015 (art. 14) autorizou a União a transferir para os municípios, por meio de termo de adesão, a responsabilidade de autorizar e firmar contratos de permissão de uso e cessão de uso das praias, **inclusive para exploração econômica. São exemplos as autorizações para a realização de eventos esportivos ou culturais; e para instalações de quiosques, entre outras. Os municípios que firmarem com a União o termo de adesão para gestão de praias receberão integralmente as receitas provenientes das autorizações concedidas.** O objetivo da Consulta é obter contribuições da Sociedade Civil e de órgãos interessados para definição do Termo de Adesão da Gestão de Praias, nos termos do art. 14 da Lei nº 13.240, de 2015 (BRASIL, 2016) (grifo nosso).

A isso trazemos como contraponto o artigo 255 da CRFB, acrescentando-se às considerações, no que concerne às áreas de praia, o artigo 10º da lei nº 7.661 de 1988, “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica” (BRASIL, 1988).

E ainda, a seguinte afirmação de Machado (2013, p. 152),

No Direito Comparado, citamos comentários referentes a duas Constituições - de Portugal e da Espanha - nas quais os constituintes brasileiros, em parte, se inspiraram. ‘Todos tem direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender’; ‘Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares: a) prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão, b) ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconômico e paisagens biologicamente equilibradas; c) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da Natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico [...] (art. 66a-l e 2 da Constituição de Portugal).

Nesse sentido, apresenta-se com potenciais contribuições de fluidez e maior desburocratização da gestão destes ambientes, mas ainda temerária, a propositura de municipalização da gestão de praias, que é importante, como dito, do ponto de vista administrativo, mas pode representar um risco ao direito coletivo à sustentabilidade, seja pelos termos em que se poderá explorar estes ambientes, seja pela fragilidade deste ente da federação

quanto à permeabilidade ao jogo de interesses locais. Ainda que se considere o município o ente mais próximo do(a) cidadão(ã) e que mais conheça a realidade local.

Porém, como a preponderância dos interesses do CFICF tem sido determinante para a (re)produção do espaço, para as intervenções e a ressignificação dos ambientes, haja vista a dinâmica fundeada pela lógica do capital em que estes interesses se sobrepõem aos da maioria da população e à preservação do meio ambiente. A exemplo disto, podemos destacar a autorização da secretaria municipal responsável pelas questões ambientais de Ipojuca para a construção do empreendimento Arena Porto, em Porto de Galinhas, que ao ser alardeada pela sociedade a obra foi devidamente embargada pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Destaca-se ainda, como pouco se evidenciam, as intencionalidades presentes nas intervenções no referido ambiente, pois são utilizados discursos que se pretendem unificadores, integradores, como o da promoção de emprego, renda e da “sustentabilidade”. Porém, os propósitos são díspares quando apreciados discursos e práticas que estimulam. Esta é a razão de mais uma indagação que referenciará nossas alterações, ou seja, de qual sustentabilidade está o CFICF falando? Como também, qual a ideia de sustentabilidade prevalente em escala internacional, especificamente em Rimini, Itália? O que possui como finalidade precípua confrontar as perspectivas ora tratadas.

Destarte, esforços serão envidados para consolidar a visão de que “A sustentabilidade é uma condição material da reprodução social que busca discutir [...] os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais” (ACSELRAD, 2009, p. 19).

Como forma de revelar, preliminarmente, a antítese da abordagem destas “sustentabilidades”, expõem-se algumas ideias de Kotler *et. al* (2006), em seu livro “*Marketing de Lugares*”, o qual demonstra como devem ser feitas as articulações para construir imagens positivas das ações voltadas à sustentabilidade, “O desafio estratégico é, por um lado, destacar a imagem positiva e, por outro, tentar mudar as realidades que geram as negativas. Conseguir reverter uma imagem é difícil porque as primeiras impressões podem ser duradouras” (p. 74).

E ainda, quanto ao imperativo da utilização do discurso ambiental na promoção dos lugares, Kotler *et. al* afirma que “‘Pensar em termos ambientais’ não é apenas uma boa máxima, mas um imperativo operacional de muitos lugares” (p. 159). Ou seja, a retórica ambiental, da

sustentabilidade é mesmo vista como uma necessária ferramenta para garantir vantagens competitivas aos lugares, atuando, desse modo, em conformidade com a lógica de instrumentalização da natureza.

Percebe-se, assim, que há um encadeamento entre as situações de ressignificação dos territórios de praias, o enfraquecimento das políticas ambientais e o comprometimento do direito coletivo à sustentabilidade do ambiente, através de uma paradoxal menção à sustentabilidade. Quando reunidos os fragmentos, pode-se compreender, com pouco mais clareza, quais os fatores que nos levam a letárgicas (re)ações de resistência. Porquanto, a realidade tem sido turvada por esse jogo de quimeras, o que dificulta leituras críticas por um contingente maior da sociedade. Quanto a isto Haesbaert (2004, p. 02-03) afirma que

[...] devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma ‘área geográfica’, ou seja, o ‘território’, visando ‘atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos’ (Sack, 1986, p. 06). A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’. Sack afirma também: ‘A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (1986, p. 219). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’.

No Brasil, percebe-se que a formação de uma consciência territorial, da territorialidade, tem sido afetada pela enorme fragmentação e segregação socioespacial, erigidas por uma lógica de produção do espaço que propicia um distanciamento entre o território em si e as pessoas que nele vivem, ou seja, são entraves para o estabelecimento de uma relação de pertencimento entre as pessoas e seus territórios vividos. Dinâmica ocasionada, dentre outros fatores, pela permissividade nas intervenções, sem que haja um controle social adequado, assim como uma consciência ambiental. Isto constitui reflexo de uma histórica formação socioeconômica, territorial – amplamente discutida em Furtado (2007), Prado Júnior (2012), Ribeiro (2015), dentre outros – sob aspectos da produção do espaço no sentido de “[...] ser permanentemente conquistado e preenchido’, considerado como ‘vazio’, desconsiderando e desrespeitando seu conteúdo real” (CASTILHO, 2017, p. 135), revelando a herança perniciosa inerente ao processo de colonização que se deu no Brasil.

Distintamente, na Itália os aspectos territoriais e ambientais são, sobremaneira, melhor observados, ainda que na sua dinâmica de produção do espaço também atuem forças no sentido de desconsiderar seu conteúdo real, entretanto, a permeabilidade às intervenções é menor devido à maior consciência territorial e ambiental de seus atores sociais.

No que tange à construção da ideia do direito coletivo à sustentabilidade, confluem-se acepções de Henri Lefebvre relacionadas ao direito à cidade com as contribuições de Henri Acselrad sobre a justiça ambiental, para aproximarmos da condição de territórios saudáveis, justos, que ofereçam qualidade de vida. Isto, como forma de considerar a complexidade dos processos sociais e a inter-relação com o ambiente. Aborda-se tal ideia com o intuito de demonstrar as possibilidades de nos dotarmos de instrumentos para transformar as contradições da realidade e fortalecer territorialidades e políticas ambientais desde a escala local à global. Pois, há construções teóricas suficientes para esboçarmos ações mais contundentes no sentido de uma “contraconsciência”, como assegura Mészáros (2006).

É a partir de reflexões teóricas ligadas ao empírico que pode haver, na realidade, uma *práxis*, estimulando atitudes mais incisivas para a afirmação do direito coletivo à sustentabilidade do ambiente. Nesse sentido, Leff (2004, p. 09-10) assevera a necessidade de reforçar uma racionalidade ambiental,

A crise ambiental, como reificação do mundo, tem suas raízes na natureza simbólica do ser humano; mas começa a germinar com o projeto positivista moderno que busca estabelecer a identidade entre o conceito e o real. Mas a crise ambiental não é só a falta de sentido das palavras, a perda dos referentes e a dissolução dos sentidos que denuncia o pensamento da pós-modernidade: é a crise do efeito do conhecimento sobre o mundo [...] a crítica à razão do Iluminismo e da modernidade, iniciada pela crítica da metafísica (Nietzsche, Heidegger), pelo racionalismo crítico (Adorno, Horkheimer, Marcuse), pelo pensamento estruturalista (Althusser, Foucault, Lacan) e pela filosofia da pós-modernidade (Levinas, Deleuze, Guattari, Derrida), não tem bastado para mostrar a radicalidade da lei limite da natureza frente aos delírios da racionalidade econômica. Não é uma crise funcional ou operacional da racionalidade econômica vigente, mas de seus fundamentos e das formas de conhecimento do mundo. A racionalidade ambiental emerge, assim, do questionamento da supereconomização do mundo, do transbordamento da racionalidade reificante da modernidade, dos excessos do pensamento objetivo e utilitarista. (LEFF, 2004, p. 09-10, em tradução livre do espanhol).

Porém, não se pode negligenciar a existência de um conjunto de adversidades que influi na possibilidade de construir esta racionalidade.

Desse modo, as provocações responsáveis por nos debruçarmos sobre estes temas, são as contradições percebidas na transformação de Porto de Galinhas, assim como de Rimini; porém,

tratam-se de intervenções que, em função das suas especificidades histórico-geográficas, engendram dinâmicas distintas, por isso a ideia de confrontá-las comparativamente como forma de melhor compreender o teor multiescalar da sustentabilidade a partir de uma pesquisa acerca dos territórios de praia. Desta maneira, salientam-se questões – decorrentes da questão central – que problematizam nossas apreensões na escala local como, quais as razões para desvirtuar o sentido das políticas ambientais e desconsiderar os territórios e o direito coletivo à sustentabilidade? Quais as possibilidades de sustentabilidade diante das transformações das praias Porto de Galinhas (Brasil) e Rimini (Itália)?

Há de se advertir também a interescalearidade das ações, que indica uma rede decisória verticalizada quanto às estratégias para reprodução do espaço e sua dinamização econômica. Infere-se um movimento que tem transformado os ambientes litorâneos da escala local à global. Como afirma Santos (2008, p. 123), “a partir da internacionalização da economia, todos os países desejosos de obter créditos ou investimentos estrangeiros tiveram que adotar um mesmo modelo fornecido pelo exterior”, ou seja, o poder de decisão, em geral, desloca-se indo além da escala local. Pois, é no âmbito global, através da influência das corporações, que são dadas diretrizes para aportes financeiros responsáveis por demudar o meio ambiente.

São, deste modo, priorizadas atividades voltadas à dinamização econômica, por meio de subterfúgios tautológicos, como a pernicioso retórica da geração de emprego e renda, e, até mesmo, da sustentabilidade. Contudo, refletem dialeticamente no recrudescimento dos problemas socioambientais, comprometendo os territórios dos ambientes litorâneos, que nos levam ao distanciamento da justiça ambiental e do direito coletivo à sustentabilidade. Asserção que se pode corroborar com fatos que vêm ocorrendo em Porto de Galinhas – acirrados entre os anos de 2021 e 2022¹⁰ - como aumento da criminalidade e da violência pela presença de facções envolvidas com o tráfico de drogas. Resultado da constituição de um ambiente de muita desigualdade social associado ao avanço de investimentos financeiros, ao fluxo turístico nacional e internacional e à concentração de empreendimentos de grande vulto que se instalam localmente, mas que, contraditoriamente, negam a realidade socioespacial local.

Diante disto, hipotetiza-se que a (re)configuração de praias e, paralelamente, as ressignificações de territórios, de políticas ambientais, acontecem no sentido de dar suporte às

¹⁰ Para maiores detalhes, sugere-se acessar: <https://www.folhape.com.br/economia/apos-noite-de-vandalismo-em-porto-de-galinhas-comercio-e-turismo/221933/> e <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2022/03/14985704-se-o-governo-de-pernambuco-nao-livrar-porto-de-galinhas-de-faccoes-destino-turistico-internacional-ja-era.html>.

atuais intervenções no ambiente litorâneo, baseadas numa lógica de mercantilização da natureza e voltada especificamente à atração de investimentos e consumidores. O que recrudescer o exclusivismo¹¹, as desigualdades sociais, injustiças ambientais.

Apesar das similaridades destes processos com os observados na Itália, pode-se afirmar que a diferença com o que ocorre no Brasil reside, especialmente, devido a uma perspectiva de que “a natureza – e todo o território – deve deixar de ser pensada e praticada, segundo Bagliani e Dansero (2005, p. 126, em tradução livre do italiano), como “[...] entidade essencialmente passiva, estática e simples, mas, como dinâmica na qual os ecossistemas, articulados à complexa rede de relações e retroações, desempenham papel ativo desenvolvendo funções e promovendo bens e serviços ecológicos indispensáveis à vida humana.” (CASTILHO, 2017, p. 137).

1.2 Objetivos

Estabelece-se como objetivo geral, analisar as ressignificações dos territórios de praia e o sentido de suas transformações para propor possibilidades de fortalecimento da territorialidade e do direito coletivo à sustentabilidade, na perspectiva da força do lugar. Em relação à consecução de objetivos específicos, pretende-se: I) Identificar o sentido (significado) da evocada sustentabilidade nos ambientes de praia sob o sistema técnico-instrumental capitalista; II) Identificar a importância territorial e ambiental das praias a partir de seus atores; III) apontar as proximidades e distanciamentos em termos do processo de ressignificação das praias Porto de Galinhas (Brasil) e Rimini (Itália); IV) Indicar propostas de ações potencialmente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ODS-ONU) 10, 11 e 14 (Figura 1) através de uma atuação em rede dos agentes envolvidos.

¹¹ Tal ideia se lastreia na construção teórica observada em Barbosa (2014, p. 11) segundo a qual “a produção do espaço calcada no exclusivismo socioespacial, se funda no princípio da exclusividade exclusiva, processo este que de forma permanente e contraditória cria raridades urbanas no âmbito dessa nova espacialidade em construção”. E ainda, “[...] a lógica do exclusivismo socioespacial em última instância significa a negação da cidade enquanto totalidade. Nesses termos, o que comumente é visto como avanço embute o recuo da cidadania, com a redução do espaço à sua condição de mercadoria e da cidade como negócio” (BARBOSA, 2014, p. 151).

Figura 1 – Principais ODS com que a pesquisa contribuirá



Fonte: ONU (2020) (com modificações). Disponível em: <https://unric.org/it/agenda-2030/>.

Cabe-nos, ainda, destacar nossa permanente crítica à incapacidade das instâncias de decisão de fazer frente aos desafios propostos e concretizar o atingimento de tais objetivos. Revelando pernicioso busca por uma sustentabilidade que permanentemente se transmuta para, em grande medida, justificar a ineficácia das ações diante de um sistema que não se permite ajustar para fazer preponderar a lógica do bem comum.

1.3 Ideias balizadoras e contribuição científica [ou Por que a ciência necessita dialogar nos territórios vividos? Oportunidades da discussão ambiental]

Aborda-se nesta seção os aspectos que motivam a perscrutação do pesquisador, enfim, de um cidadão do mundo que tenta descortinar questões, discutindo-as criticamente, e destacar o significado que o ambiente, especialmente as praias, tem assumido no bojo do avanço da globalização e, por sua vez, da lógica do consumo do espaço e da mercantilização da vida. Quanto a isto, nossa motivação à pesquisa – considerando os territórios comparativamente, mas sob realidades, dinâmicas e relações socioambientais distintas, entre o Brasil e a Itália – está intimamente ligada à afirmação de Bachelard (1996, p. 07) “Sente-se pouco a pouco a

necessidade de trabalhar *sob* o espaço, no nível das relações essenciais que sustentam tanto o espaço quanto os fenômenos.”

A importância dos ambientes litorâneos, das praias, pela simbologia e sentimentos que suscitam à coletividade, oportuniza uma sensibilização da sociedade para apreender as transformações que têm ressignificado o ambiente litorâneo. Tuan (1980, p. 131, grifos nossos) comenta nesse sentido,

Não é difícil entender a atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água (*salgada*) e a areia [...] a praia também é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol [...] Durante este século (*século XX*) as praias tornaram-se muito populares, mas saúde e prazer, que não são produtos do mar, foram as maiores atrações.

Indicam-se, deste modo, discussões para a pesquisa transversais a seguinte conjectura: as praias são bens públicos de uso comum de toda a população. Portanto, as recentes transformações destes ambientes e suas conseqüentes mudanças de significação em âmbito mundial comprometem, ainda mais, o direito coletivo à sustentabilidade, além de intensificar os conflitos de interesses e a desigualdade no acesso aos espaços litorâneos. Isto se pode perceber pelas intervenções nos municípios Ipojuca - onde se acha Porto de Galinhas - Cabo de Santo Agostinho e Tamandaré, assim como em Rimini, na Itália, e em outros países litorâneos europeus, como será demonstrado.

Em que se pese as características sociais dos municípios brasileiros (Tabela 1), pode-se haver ainda maior fragilização desse cenário. Soma-se a isto o crescimento populacional e o aumento de domicílios de uso ocasional (usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim), reflexo da ocupação em larga escala da faixa costeira que tem gerado problemas urbanos e ambientais. Segundo o IBGE (2020), os domicílios de uso ocasional do Cabo, Ipojuca e Tamandaré representam 11%, 16% e 46%, respectivamente, do total de domicílios particulares permanentes destes municípios. Em Rimini a realidade quanto às condições sociais é distinta, tendo em vista, uma maior coesão social e melhores condições de vida dos italianos, como se pode constatar pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,87 da Itália, e de 0,88 de Rimini, em 2017, e ainda pelo Índice de Gini de 0,45 (Itália) e 0,42 (Rimini), em 2016 (ISTAT, 2019).

Essa análise demarca a estruturação do ambiente litorâneo que os atores privados com a aquiescência dos atores públicos estimulam – os quais respondem, sobremaneira, pelas políticas ambientais locais –, não resultando numa integração social e comprometendo o direito coletivo à sustentabilidade. Revela-se um modelo de des-envolvimento que abrange grandes parcelas do território e do ambiente natural para valorizar as áreas praianas, agora voltadas quase que prioritariamente aos negócios, ao consumo.

Evitamos, assim, a visão linear e conseqüente das ressignificações, que podem excitar um recrudescimento das desigualdades, intensificar as injustiças ambientais, fragmentar ainda mais o espaço e enfraquecer os territórios. Por esta razão, a necessidade de esquadrihar o sentido dos territórios de praia, das políticas ambientais, e suas (res)significações, contíguo às possibilidades para o direito coletivo à sustentabilidade em todo o ambiente do litoral sul de Pernambuco.

Para compreensão de nossas conjecturas ressalta-se, em primeiro momento, a ideia de progresso historicamente construída e ainda presente em pleno século XXI, para o que nos aclara Arendt (2004, p. 20-21).

O progresso é, certamente, mercadoria mais séria e mais complexa em oferta na feira de superstições de nossa época. A crença irracional do século XIX no progresso ilimitado encontrou aceitação universal principalmente por causa do impressionante desenvolvimento das ciências naturais as quais [...] poderiam aguardar a perspectiva interessante da infindável exploração da imensidade do universo. Que a ciência, ainda que não mais limitada pela finitude da terra e de sua natureza, seja objeto de infindável progresso não está de maneira alguma assegurado [...] O progresso, em outras palavras, não mais serve como padrão por onde avaliar o processo de transformação desastrosamente rápido que liberamos.

Tabela 1 – Indicadores sociais dos municípios Cabo de Santo Agostinho, **Ipojuca** e Tamandaré - PE ¹²

INDICADORES / MUNICÍPIOS		Cabo de Stº Agostinho	Ipojuca	Tamandaré
IDHM ¹ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)	1991	0,427	0,320	0,285
	2000	0,547	0,457	0,402
	2010	0,686	0,619	0,593
Índice de Gini ²	1991	0,50	0,46	0,52
	2000	0,54	0,53	0,60
	2010	0,53	0,50	0,55
Indicadores de Pobreza ³ (2016)	Pobres	19,71%	27,22%	37,67%
	Extremamente Pobres	5,98%	8,71%	16%
Emprego formal (2016) ⁴	Admissões	11.382	9.241	491
	Desligamentos	13.984	9.183	550

Fonte: Elaborado pelo autor (2020). Dados: ¹ IBGE; ^{2 3 4} BDE (Banco de Dados do Estado de PE).

Logo, estes entendimentos têm fundamentado uma relação sociedade-natureza a partir de axiomas e “obviedades”, sustentando um modo de pensar sobre a nossa realidade através de aproximações, distanciamentos e reaproximações do homem com a natureza. No percurso histórico ocidental a percepção de Natureza muda constantemente segundo seu uso pela sociedade, como assevera Santos (2017). Assim, perpetua-se uma visão instrumentalista da natureza e agora exacerbada pela racionalidade técnica instrumental do sistema capitalista (PONTES; CASTILHO, 2016).

É neste contexto que os territórios de praia do Complexo Porto de Galinhas têm sido ressignificados e reconfigurados. Dinâmicas que já puderam ser identificadas em Rimini,

^{12 1} O IDHM é um número que varia entre o (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

² O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

³ Indicadores de Pobreza: Proporção de extremamente pobres – Indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais; Proporção de pobres – Indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

⁴ Admissões e dispensas de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

entretanto, novas configurações estão sendo instituídas para avaliar a sustentabilidade de suas praias. Tuan (1980, p. 133, grifos nossos) assegura que

Em cada verão, hordas de pessoas na Europa e Estados Unidos migram para as praias [...] Fatores econômicos e tecnológicos (*como o uso dos automóveis para a mobilidade*) explicam o aumento de volume do movimento para o mar, porém não explicam porque em primeiro lugar as pessoas acham o mar atrativo. A origem do movimento para o mar deve-se a uma nova avaliação da natureza.

Dinâmica de atração ainda presente, visto que a praia se constituiu mundialmente como importante espaço de amenidade, de lazer e fruição por suas características naturais. Por isso, escrutinaram-se dinâmicas presentes no Complexo Porto de Galinhas e em Rimini, comparando-as dialogicamente para melhor compreender os sentidos da evocada sustentabilidade. Salienta-se que a possibilidade de se estabelecer estudos sobre as experiências quanto à resignificação das praias em Rimini, Itália, se deu, em primeiro momento, pelo projeto de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Itália denominado “*Territori, Sostenibilità e Università*”, estabelecido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a *Università degli Studi di Bologna* (UNIBO). Este projeto proporcionou nossa ida à Itália (em 2018), financiada pela UNIBO, a fim de estreitar as pesquisas desenvolvidas por grupos de pesquisa de ambas as universidades, no que se refere às temáticas do projeto de cooperação. E, num segundo momento, pela experiência de doutorado-*sandwich* oportunizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2021, a qual serviu para aprofundar a dar consistências às observações e análises iniciais em Rimini. Assim, as experiências na Itália oportunizaram compreender analogias, especificidades e vicissitudes dos processos tecidos, que operam em escala local, mas respondem às estratégias globais de dinamização dos ambientes costeiros.

O estudo do caso de Rimini, portanto, foi representativo e trouxe grandes contribuições à pesquisa devido à experiência desta Comuna¹³ – que desde a década de 1950 protagonizou fenômenos semelhantes quando se tornou uma das praias mais procuradas da Europa – com projetos de requalificação e resignificação de suas praias ao longo do tempo, dinâmicas atualmente observadas no litoral de Pernambuco. Entretanto, a permeabilidade para

¹³ Quanto a isto, esclarece-se que a divisão política da Itália se dá através de Regiões, Províncias e Comunas, conforme aponta Putnam (2006). Analisamos na pesquisa a Comuna de Rimini, que faz parte da Província de Rimini, localizada na Região da Emília-Romanha, ao norte do litoral da Itália que é banhado pelo mar Adriático.

transformação e ressignificação dos ambientes de praia tem se mostrado distinta. Enquanto na Itália há maior observação aos aspectos territoriais-ambientais, das territorialidades, assim como maior controle no adensamento construtivo, condições que permitem melhor planejamento e controle das transformações, no Brasil a consideração dos aspectos territoriais-ambientais não tem sido suficiente para haver planejamento e controle de intervenções nos ambientes de praia, promovendo o fenômeno da ressignificação aqui tratado.

Como exemplos representativos desta distinção pode-se mencionar a regular verificação da qualidade das águas do rio *Marecchia*, que compõe o balneário *riminese*¹⁴, para não comprometer a balneabilidade das praias e do ambiente costeiro, além do projeto *Parco del Mare* que propõe requalificar todo o litoral de Rimini para garantir qualidade ambiental e de vida aos *riminenses*. Por outro lado, em Porto de Galinhas, observa-se intervenção que promoveu a impermeabilização de áreas alagadas que desaguam no rio Merepe, o qual compõe este balneário, a fim de terraplanar terreno para construção de empreendimento para shows e entretenimento – a Arena Porto – provocando o assoreamento do rio e o comprometimento do manguezal da região, segundo observações *in loco* e diagnósticos preliminares da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH).

Tal diferença se pode perceber devido ao sucessivo incremento dos interesses voltados ao crescimento econômico, pura e simplesmente, sem que haja maior responsabilidade social e ambiental, compreendendo a dinâmica de homogeneização e espetacularização de lugares impulsionada, neste caso, mormente, pela atividade turística em Porto de Galinhas. Nesse sentido assentimos com as afirmações de Yázigi (2002, p. 288) quanto ao turismo, que

[...] ainda não fomos capazes de produzir boas epistemologias nesta área, daí resultando no maniqueísmo de que toda atividade turística é alienante. Já tivemos várias ocasiões de constatar o que foram algumas culturas, como de resposta do grupo social às condições do meio. Concordar com a espetacularização permanente da cultura, como é norma hoje em dia, é trabalhar para que a alienação aumente. Mas não creio que este seja um problema do turismo, mas de toda a civilização, porque toda a civilização está voltada às ‘produções’. O turismo tem que ser entendido também como parte desse movimento e, – como definem os melhores teóricos da questão – como um escape da monotonia cotidiana. Mas o que é isto senão a busca do diferente? Onde encontrar o diferente num mundo globalizado?

¹⁴ O balneário riminese é composto por 10 praias, além do principal rio da Comuna de Rimini, o *Marecchia*, possui extensão de aproximadamente 15 km, comportando cerca de 250 estabelecimentos em seu balneário, denominados “*bagno*”.

Nossa pesquisa, então, contribui para mitigar a fragilização do tecido social considerando as possibilidades de um desenvolvimento local inclusivo, também através do turismo, que considere os impactos ambientais e os limites de intervenções para promoção da sustentabilidade do ambiente litorâneo, no Brasil.

Putnam (2006) indica que, mediante as experiências italianas bem-sucedidas quanto à organização política de seu território, as condições para se promover maior justiça social e melhorar a qualidade de vida crescem substancialmente devido à proeminência da cultura local, das territorialidades e especificidades consideradas para a elaboração de políticas públicas na Itália, onde estas são observadas como potências para o desenvolvimento local respeitando as características do lugar dentre as quais o seu ambiente natural. Estas são algumas das razões para se identificar diferenças entre os territórios em análise.

Para além disto, somaram-se aos esforços fortalecer ações e dar perenidade aos propósitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em que são estabelecidos 17 objetivos e 169 metas, constituindo caráter determinante para a pesquisa. Dada a integração e indivisibilidade destes objetivos é através do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental que se pode dar sentido ao desenvolvimento de forma sustentável, por isso, a abordagem dialética e dialógica entre os territórios, os ambientes de praia, os significados que têm assumido e a sustentabilidade. O trabalho, então, contribui para consolidar, especificamente, os objetivos 10, “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”; 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”; e 14, “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 18-19).

Quanto às metas associadas a estes objetivos, alinham-se ao escopo da pesquisa as metas 10.3, “Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”; 11.3, “Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão dos assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países” (*ibidem*, p. 30); e 11.a, “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” (*idem*). E ainda, 14.5 “Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica

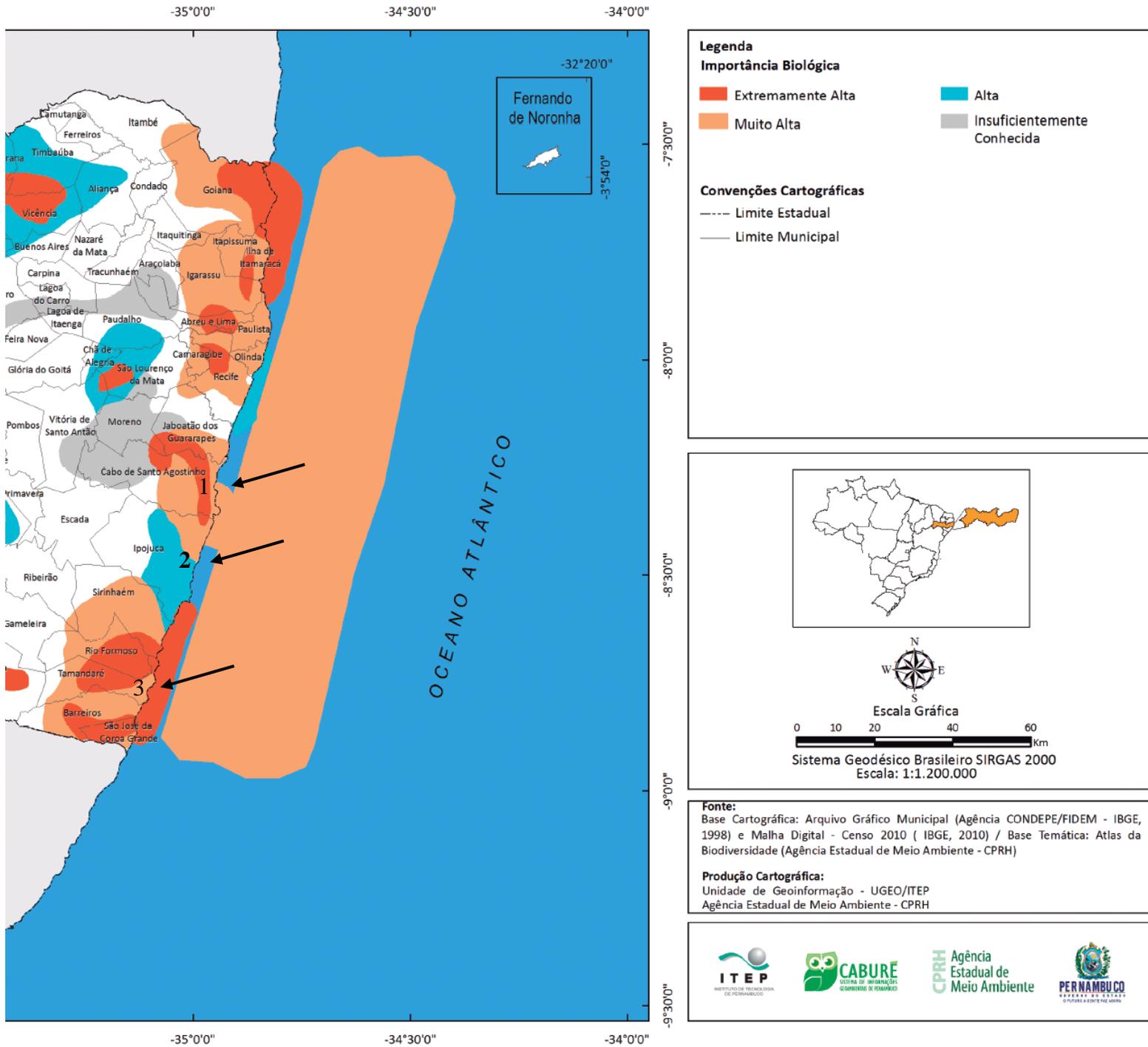
disponível” (*ibidem*, p. 33). Quanto a esta meta realçamos o não atingimento e a necessidade de solução imediata dada a sua urgência.

Sendo assim, a necessidade do avanço nas pesquisas em que pesem estratégias para a defesa dos ambientes e territórios vividos soma-se à - também imperativa - necessidade de robustecer as formulações teóricas de cunho territorial-ambiental que dão suporte às ações. Nesse sentido, a abordagem das ressignificações dos territórios de praia aclara as intencionalidades que divergem e deturpam a ideia de uma sustentabilidade. Tais ressignificações estão densamente ligadas ao valor que é atribuído ao espaço, ao ambiente, se para vivência ou como propriedade, ao valor de uso ou valor de troca. Ou seja, se os ambientes litorâneos, as praias, enquanto lugares de afirmação dos territórios vividos ou enquanto mercadoria.

As observações empíricas demonstraram que os territórios e, por sua vez, seus ambientes, estão cada vez mais ligados à racionalidade técnico-instrumental capitalista em detrimento da racionalidade ambiental, constatação que é mais patente e grave no Brasil. Por isso os crescentes desafios para a construção de ambientes saudáveis, sustentáveis. Já que, transformado em mercadoria, o ambiente é reconfigurado e ressignificado, o que leva à fragmentação e ao enfraquecimento dos territórios. Fenômeno este largamente observado no litoral sul de Pernambuco, e em especial em Porto de Galinhas, como também observado em Rimini. Porém, ali estratégias de revitalização e requalificação têm oportunizado dar novo sentido às suas praias.

Deste modo, estimula-se a consciência territorial intimamente ligada à construção da cidadania. E ainda se reforça a importância de conservação dos ambientes costeiros e marinhos, já severamente impactados pelas mudanças climáticas, pela degradação e poluição dos oceanos, comprometendo a diversidade biológica, como se pode perceber na Figura 2.

Figura 2 – Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no litoral de Pernambuco, com destaque para os municípios Cabo de Santo Agostinho (1), Ipojuca (2) e Tamandaré (3).



Fonte: Atlas Ambiental do estado de Pernambuco (2014) (com modificações).

O mapa esclarece, portanto, que o litoral de Pernambuco cumpre grande importância biológica para o ambiente costeiro, sendo necessário realizar ações para sua conservação, de forma a evitar o aumento da degradação e o comprometimento do equilíbrio ecológico.

Destaca-se, destarte, a recente criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Recifes Serrambi, a primeira Unidade de Conservação (UC) marinha de Pernambuco, sob a influência dos municípios Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, com cerca de 84 mil hectares. Assim, soma-se a esta iniciativa as proposições de nossa pesquisa, prerrogando, também, ações para os territórios de praia, a fim de convergirem numa verdadeira sustentabilidade do pressionado ambiente costeiro de Pernambuco.



OPERACIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO

2 Procedimentos metodológicos [ou Integrando fluxos naturais complexos com dinâmicas antrópicas perversas. A realidade dialética]

2.1 Delimitação e caracterização das áreas de estudo

O ambiente litorâneo da porção sul do estado de Pernambuco (PE) possui características gerais similares aos demais existentes ao longo da zona costeira do Brasil. Atributos como grande biodiversidade, estuários, manguezais, restingas, rios, lagoas e lagunas pela predominância da drenagem exorreica dos fluxos d'água, relevo de “mares de morros”, conforme asserção de Ab'Saber (2007), com resquícios da mata atlântica, compõem um cenário de aspectos físico-naturais de enorme riqueza e beleza.

Todavia, é também espaço onde atuam grandes vetores de pressão e fluxos, conformando uma arena de conflitos socioambientais diversos, sobretudo, pelos interesses econômicos voltados ao uso destes ambientes. Os municípios Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Tamandaré (Figura 3), destarte, são espaços representativos para consideração já que correspondem a 57% do litoral sul de PE (Tabela 2) – que possui extensão total de 2.097 km² – apresentando transformações e ressignificação consideráveis no recorte contextual da nossa pesquisa. Assim, apesar de não assumirmos as praias do Paiva (Cabo de Santo Agostinho) e Carneiros (Tamandaré) como recorte geográfico para análises pormenorizadas estes ambientes possuem semelhantes vetores de pressão urbana que compõem o fenômeno de ressignificação ocorrido nas praias do litoral sul do qual faz parte também Porto de Galinhas. Por isso, são contextualmente observados para melhor entendimento.

Tabela 2 – Demografia, área e linha de costa dos municípios Cabo de Stº Agostinho, Ipojuca, Tamandaré.

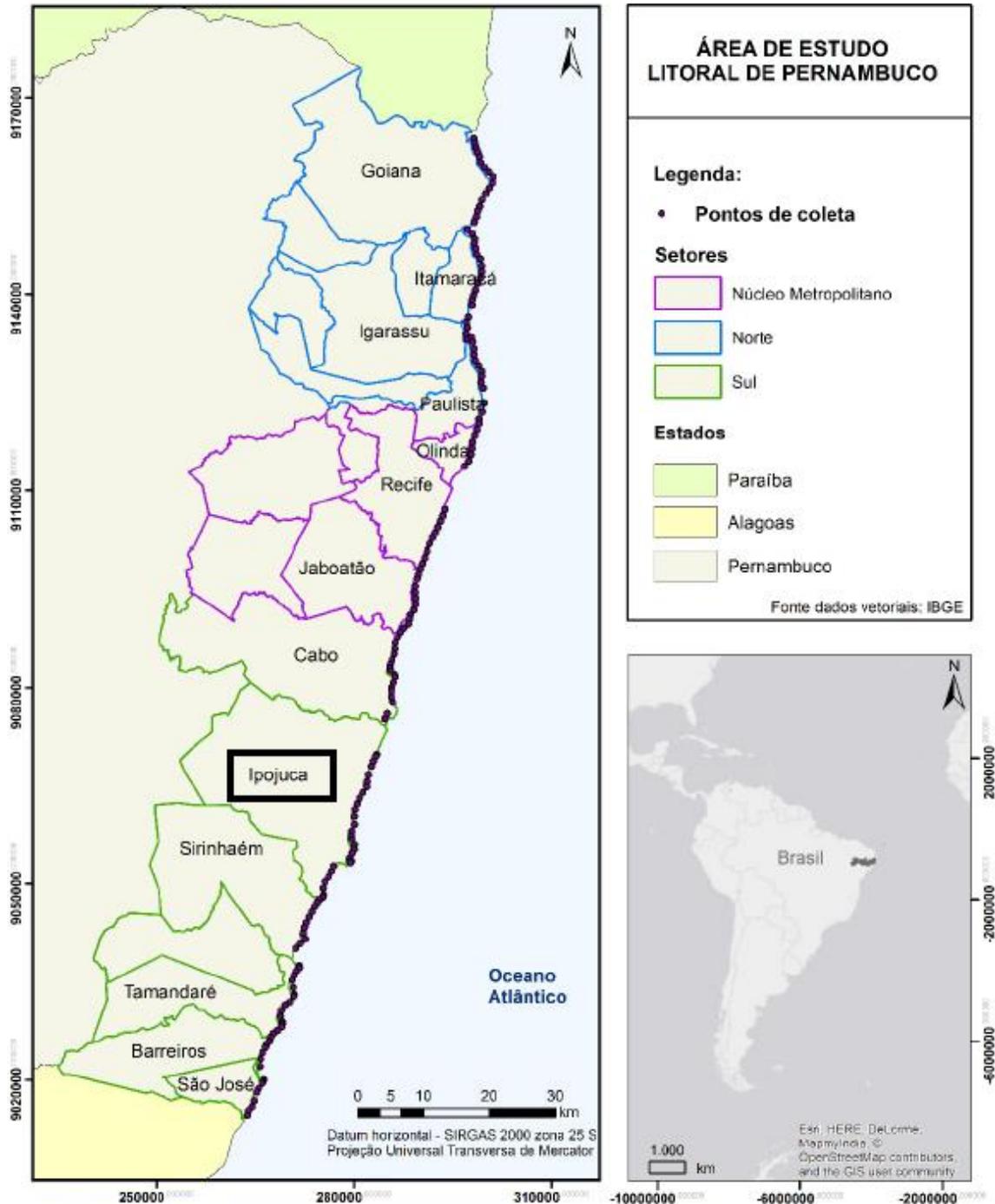
Municípios (PE, Brasil)	População estimada – 2017 (1.000 hab.)	Área (km ²)	Linha de costa (km)
Cabo de Santo Agostinho	211	445	22
Ipojuca	99	522	33
Tamandaré	24	214	13

Fonte: IBGE (2021). Elaborado pelo autor.

Atividades como o turismo, o aporte de grandes estruturas industriais, portuárias, logísticas, ampla rede hoteleira, contribuem para a ocupação de áreas públicas e de preservação, impactando negativamente sobremaneira no ambiente. Associa-se a isto, ainda, uma urbanização que recrudesce a desigualdade devido à irregular expansão da malha urbana, pelas

disputas que decorrem do interesse em dominar os espaços públicos que refletem o avanço do empreendedorismo urbano.

Figura 3 – Litoral de Pernambuco, com destaque para o setor sul e o município **Ipojuca**, área do estudo.



Fonte: Atlas de vulnerabilidade à erosão costeira e mudanças climáticas em Pernambuco (2015) (com modificações).

No Cabo de Santo Agostinho expõem-se as dinâmicas na praia do Paiva, que ancora o megaempreendimento Reserva do Paiva (Figura 4), de luxo e exclusivista, com o acesso viário pedagiado, e restrições ao uso público de seus espaços, o que levou à relativa privatização da referida praia. A aquiescência do poder público, através de alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Política Ambiental garantiram a permissibilidade à sua construção¹⁵.

Figura 4 – Comparativo do ambiente da praia do Paiva, Cabo, antes de 2006 (A) e depois do megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2017 (B).



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2017) (com modificações).

Por sua vez, Tamandaré possui menores intervenções devido às unidades de conservação que existem no seu território (Reserva Biológica de Saltinho, APA de Guadalupe, APA Costa dos Corais e o Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola), auxiliando na contenção do avanço de ingerências no ambiente para dar suporte, principalmente, à atividade turística. A praia dos Carneiros é uma de suas áreas que tem maior proeminência, porém, considerada pelo Plano Diretor do município como uma zona hoteleira (Figura 5). Fato que possibilitou a recente proposição e aprovação de construção de um hotel do tipo *resort* multipropriedade, que será nomeado Namareh, e de parque aquático, denominado

¹⁵ Alterações com mais profundidade sobre a praia do Paiva e o megaempreendimento Reserva do Paiva podem ser consultadas em: BARBOSA, Adauto Gomes. *Exclusivismo socioespacial no Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva*. 2014. (Tese) Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. E ainda em, PONTES, Bruno A. N. M. *Desenvolvimento e governança ambiental: em busca de uma outra práxis na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva*. 2017. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

*Acquaventura*¹⁶. Tais empreendimentos deverão ser implementados sob responsabilidade do grupo empresarial Gramado Parks, do Rio Grande do Sul (RS).

Explanam-se as dinâmicas de tais praias a fim de demonstrar a conformação do ambiente do litoral sul de Pernambuco, para que seja compreendido em sua complexidade. Entretanto, reafirma-se que são as praias do complexo Porto de Galinhas, no município Ipojuca, o território para análise da pesquisa.

Figura 5 – Praia dos Carneiros, Tamandaré, PE.



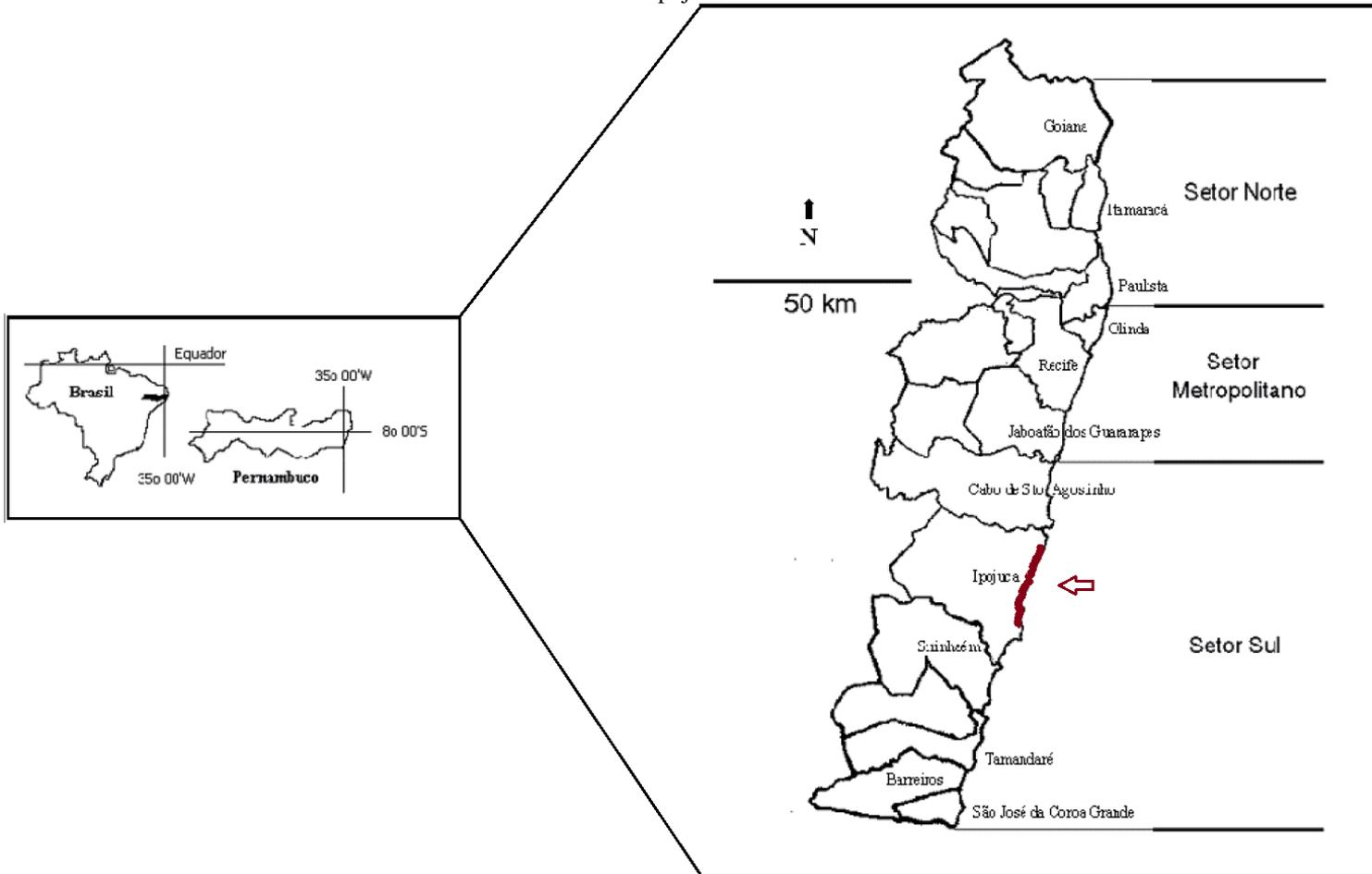
Fonte: Pousada Praia dos Carneiros (2016).

O município Ipojuca possui adensamento populacional de 97.669 habitantes (IBGE, 2020) e, neste contexto, é protagonista das alterações no sistema de paisagens do litoral sul de Pernambuco (Figura 6), apresentando maior intensidade e dinamismo quanto às atividades econômicas que impactam negativamente o ambiente. Este município comporta parte do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), grandes estruturas imobiliárias turísticas, intensa atividade turística – com fluxo de 1,2 milhões de turistas em 2019, 500 mil turistas em 2020 e 800 mil turistas em 2021, e cerca de 15 mil postos de trabalho diretos e indiretos (PGCVB, 2021) –, principalmente no complexo Porto de Galinhas, composto pelas praias

¹⁶ Sugere-se para consulta notícias veiculadas no site da Gramado Parks, disponível em: <https://www.gramadoparks.com.br/gramado-parks-chega-ao-nordeste-com-parque-aquatico-e-resort-na-praia-de-carneiros> e no site da Folha de Pernambuco, disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/gramado-parks-anuncia-nome-de-seu-novo-hotel-na-praia-dos-carneiros/197507/>.

Camboa¹⁷, Muro Alto, Cupe, Merepe, Porto de Galinhas (centro) e Maracaípe, totalizando aproximadamente 15 km. Tais atividades têm ocasionado processo de urbanização acelerado e desregulado, pressionando sobremaneira seu ambiente natural.

Figura 6 – Mapa do litoral de Pernambuco, Brasil, destaque, em vermelho, para o complexo Porto de Galinhas, Ipojuca.

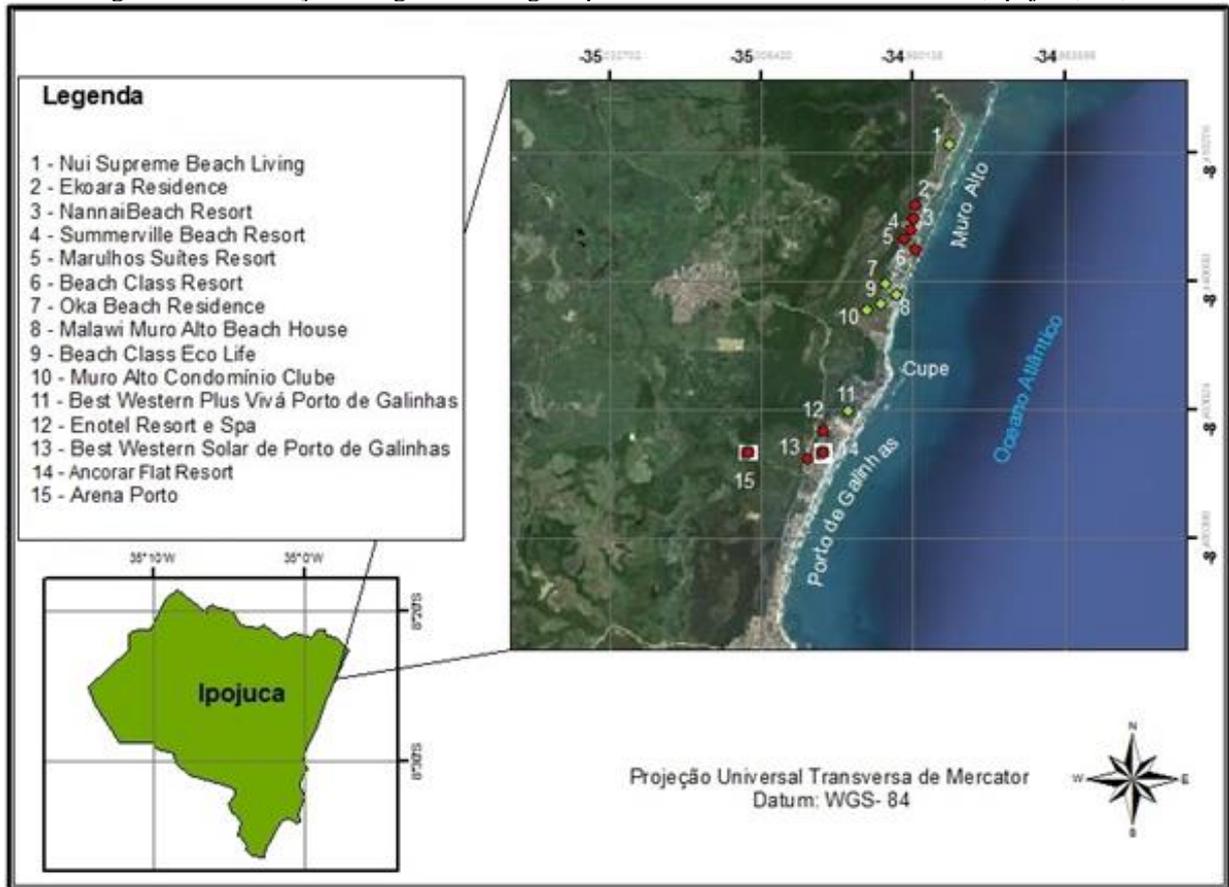


Fonte: Agência Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br> (2010), com modificações.

A fim de retratar as transformações das quais nos ocupamos, apresentam-se situações representativas para o que pretende a pesquisa. Ipojuca possui formação de *cluster* turístico no complexo Porto de Galinhas com a instalação de aproximadamente 21 empreendimentos de grande porte (Figuras 7 e 8), e o início de construção do polêmico centro de convenções para promoção de eventos de entretenimento, a Arena Porto, o qual se encontra atualmente sob embargo judicial justamente devido às irregularidades ambientais (Figura 9).

¹⁷ Também conhecida como Gamboa, porém, atualmente denominada Camboa de forma oficial pela Prefeitura Municipal de Ipojuca (PE). Por isso, utiliza-se na pesquisa esta denominação.

Figura 7 – Localização de alguns dos megaempreendimentos em Porto de Galinhas, Ipojuca, PE, Brasil.



Autores: Gabriela Santiago e Bruno Pontes (2016).

Figura 8 – Megaempreendimentos em Porto de Galinhas, Ipojuca, PE, Brasil.



Fontes: (A) Enotel Porto de Galinhas; (B) Beach Class *Resort*; (C) Pontes Hotéis – Summerville *Resort*; (D) Solar Porto de Galinhas e Ancorar Flat *Resort*, *Jornal do Comercio* (2016), Foto: Sergio Bernardo.

Figura 9 – Obras da Arena Porto, em Porto de Galinhas, Ipojuca, PE, Brasil.

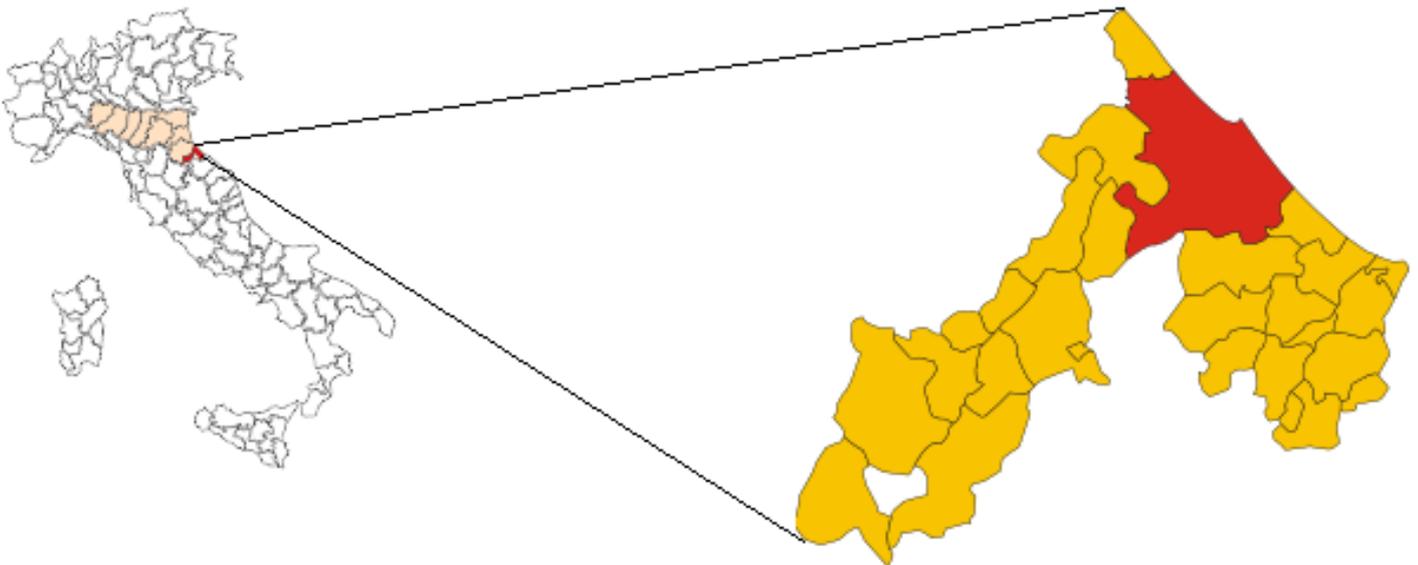


Fonte: Organização Salve Maracáípe (2019) (A); Folha de Pernambuco (2016) (B).

Tendo em vista a oportunidade de estabelecer diálogos e análises a partir de realidades distintas – que possuem especificidades territoriais-ambientais –, aprofundar teorias, além de identificar as práticas desenvolvidas frente a estas problemáticas, serão apreendidas como se dão as dinâmicas em estudo, numa escala ampliada, tendo como referência a Itália. Para ter um maior panorama do fenômeno, além de trazer contribuições, sobretudo, através das experiências de planejamento, controle, e o equilíbrio de interesses entre os diversos agentes, a cidade de Rimini será considerada para análises dialógicas, tendo em vista similaridades quanto à configuração espacial e as dinâmicas observadas.

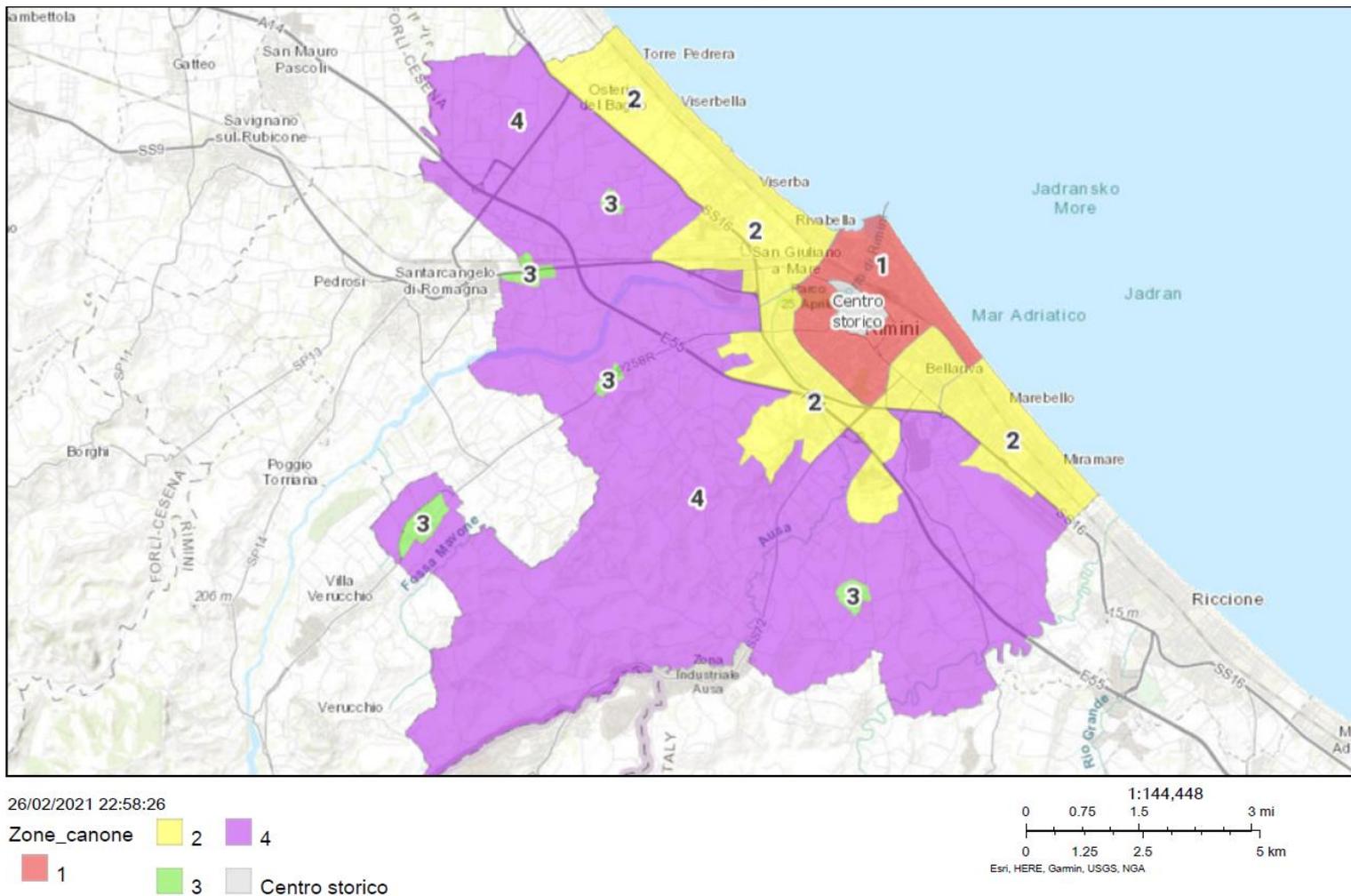
A Itália está dividida politicamente em 20 Regiões (*Regioni*), estas são divididas em 108 Províncias (*Province*), que por sua vez são subdivididas em 8.101 Comunas (*Comuni*), e ainda há as capitais (*capitale*) de cada região e província, e o “*capoluogo*”, que é a principal cidade de cada uma destas divisões, que não são necessariamente as capitais, conforme aponta Putnam (2006). Sendo assim, nossa abordagem comparativa se dará na Comuna de Rimini, que faz parte, e é também o *capoluogo*, da Província de Rimini, localizada na Região da Emília-Romanha, ao norte da Itália (Figuras 10 e 11), banhada pelo mar Adriático.

Figura 10 – Mapa da Itália com destaque para a Comuna de Rimini (em vermelho, à direita), na Província de Rimini (em amarelo), localizada na Região da Emília-Romanha (em destaque na imagem à esquerda)



Fonte: Comune di Rimini (2019). Disponível em: <https://www.comune-italia.it/comune-rimini.html>

Figura 11 – Mapa das zonas de Rimini, com destaque à zona costeira, em amarelo (2).



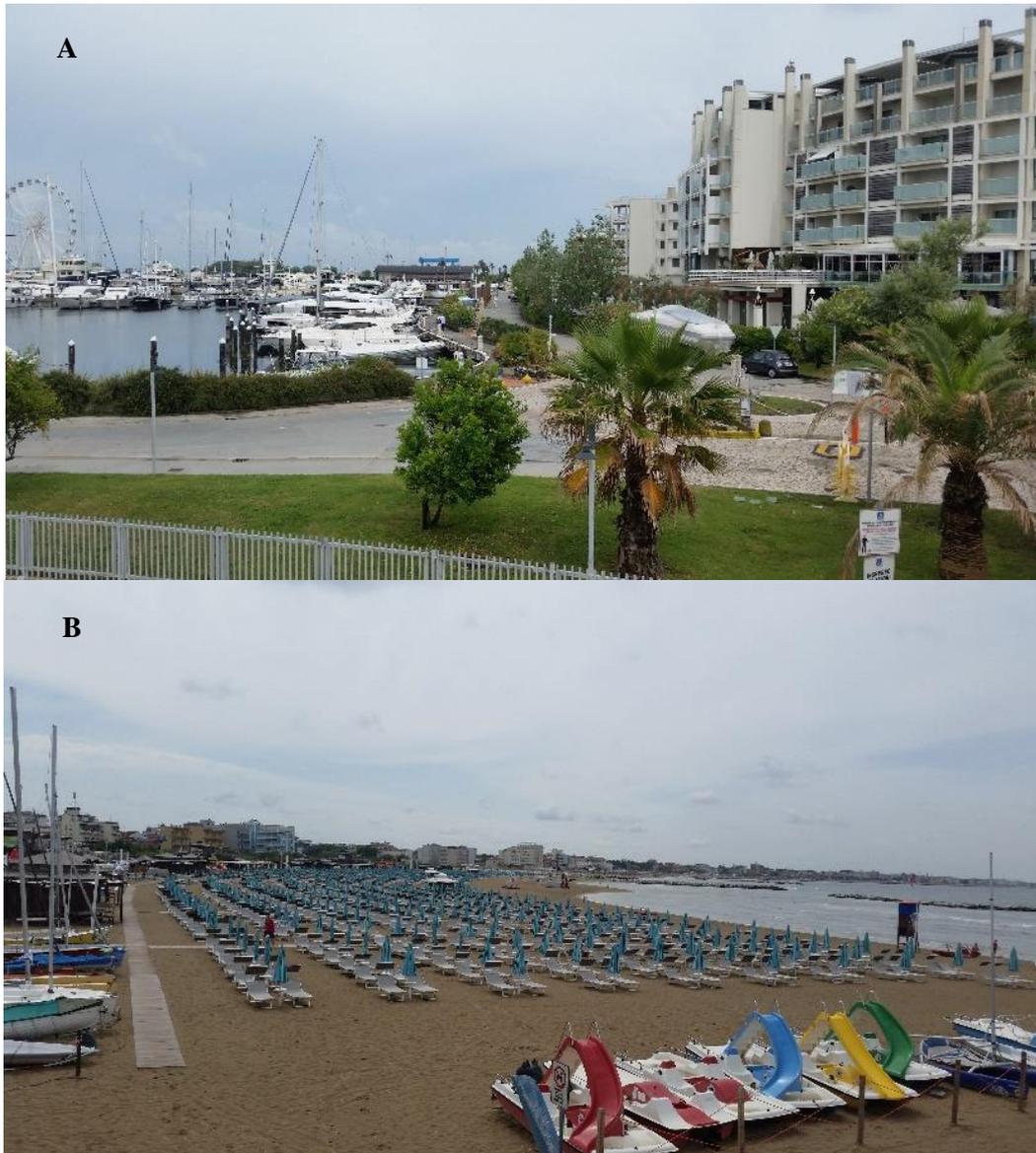
Fonte: Comune di Rimini (2021). Disponível em: <https://sit-rimini.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=ae895cbc204d47a2ad884650ef165f77>

Rimini possui relevo predominantemente de planície, apresentando altitude de 5 metros acima do nível mar. O balneário riminese possui extensão de aproximadamente 15 km e é composto pelas praias *Bellariva*, *Marebello*, *Marina Centro*, *Miramare*, *Rivabella*, *Rivazzurra*, *San Giuliano del Mare*, *Torre Pedrera*, *Viserba* e *Viserbella*, além do principal rio da Comuna de Rimini, o Marecchia. A bacia do rio Marecchia é considerada área de particular importância natural, compondo a rede de áreas destinadas à conservação da biodiversidade da região Emilia-Romagna e a Rede Natura 2000 da União Europeia. Apesar das rugosidades locais facilitarem a conservação é patente o elevado grau de antropização, razão pelo que a área do rio Marecchia é considerada Sítio de Importância Comunitária (SIC - *Siti di Importanza Comunitaria*) inserida nas Zonas de Proteção Especial (ZPS – *Zone di Protezione Speciale*) (IT4090002) (COMUNE DI RIMINI, 2020).

As praias de Rimini comportam 233 estabelecimentos balneares privados (“bagno”) que funcionam por meio de concessões públicas, oferecendo desde serviços gastronômicos, atividades náuticas à massagem, yoga e SPA (COMUNE DI RIMINI, 2020) (Figuras 12 e 13).

Possui adensamento populacional de 150.654 habitantes (em 2020), sendo 13,42% (20.280 habitantes) dos residentes de origem estrangeira. Os residentes apresentam idade média de 45,96 anos (em 2020) e expectativa de vida de 81,8 anos (em 2018) (COMUNE DI RIMINI, 2020). Conta com forte dinâmica econômica voltada a atividade turística, oferta de serviços e experiências diversificadas relacionadas à história, arte, cultura, gastronomia, mas principalmente voltados às praias, movimentando mais de 3 milhões de turistas ao ano (2019) (RIMINI TURISMO, 2020).

Figura 12 – Orla de Rimini, Itália



Fotos: Bruno Pontes (2018).

Figura 13 – Praias de Rimini, Itália



Fonte: Site Riviera de Rimini (2019). Disponível em: <http://www.riviera.rimini.it>.

Destaca-se, ainda, de acordo com as Figuras 14 e 15, em que se pode observar a exposição “*Rimini Eccentrica*”, que faz parte do plano de requalificação do território de praia de Rimini. Tal exposição busca retratar uma cidade diversa, que recebe turistas o ano inteiro, mas preserva suas características territoriais-ambientais. Além disto há também *Il Parco del Mare* e *Il Piano di Salvaguardia della Balneazione Ottimizzato* que compõem planos de ação para promover maior qualidade ao ambiente litorâneo riminese (Figura 16). Ações estas coadunadas às regulamentações gerais do território de Rimini, *Piano Regolatore Generali* (Plano Regulamentar Geral), de 2009, *Piano Strutturale Comunale* (Plano Estrutural da Comuna), de 2019, o *Regolamento Urbanistico* (Regulação Urbanística) e o *Rapporto Ambientale* (Relatório Ambiental) estes de 2019.

Figura 14 – Exposição *Rimini Eccentrica*, em Rimini

Rimini. La spiaggia, estate 1961. Davide Minghini (1915-1987), (©Archivio Fotografico Biblioteca Gambalunga, Rimini)

Figura 15 – Exposição *Rimini Eccentrica*, em Rimini



Fotos: Bruno Pontes (2018).

Figura 16 – Projeto de requalificação do território de praia de Rimini



Fotos: Bruno Pontes (2018).

Tal exposição tem buscado retratar e resgatar a identidade do povo *riminese*, o seu senso de pertencimento, segundo integrantes da gestão da *Comune di Rimini* nos diálogos/entrevistas. Os propósitos da exposição são de ressaltar a capacidade inovativa e criativa da cidade e sua capacidade de aglutinar interesses das atividades turística com o cotidiano. O que se pode perceber nas placas informativas do projeto *Parco del Mare* que busca criar um novo conceito de produto turístico fundado na tradição da história balnear de Rimini.

Desta feita, reunidos os aspectos físico-naturais e socioespaciais compõem-se os ambientes sobre os quais os fenômenos serão discutidos e analisados, referenciando-nos justamente na interação complexa entre os seus elementos constituidores. As semelhanças entre os referidos territórios quanto a configurações urbanas, vetores de dinamização econômica, mas com diferenciações que refletem suas organizações territoriais, possibilitam, portanto, análises com mais assertividade. Ambos possuem em suas praias importante fator de captação de recursos, fixos e fluxos que indicam contradições, mas também possibilidades sob a perspectiva territorial. Pode-se, assim, ter na praia instrumentos para contribuir com novas significações do território no sentido de sua formação, preservação ou promoção, consolidando identidades e alteridades por meio de seus protagonistas mobilizados (DEBARBIEUX, 2012). Deste modo, identificar fragilidades e potencialidades de forma a romper com a perpetuação de padrões de produção do espaço que tem gerado distorções sociais, desigualdade, degradação e injustiça socioambiental para estabelecer novas bases territoriais podem contribuir para erigir perspectivas de ambientes mais saudáveis e com alguma viabilidade para sustentabilidade.

2.2 Métodos e técnicas de pesquisa

Assumimos uma postura metodológica balizada pela Dialética, considerando a dialogicidade de dinâmicas e processos em transformação constante, ou seja, avoca-se o caráter complexo dos fenômenos (MORIN, 2003; 2016). A construção do real lastreada pela dialética, deste modo, se dá por meio da conjunção articulada de teses, antíteses e sínteses, immanentemente contraditórias, enquanto reflexo de múltiplas necessidades e interesses. Logo, a partir desta forma de compreensão, espera-se melhor absorver as múltiplas forças que atuam

nos ambientes e perceber as inter-relações dos processos atuais no âmbito da formação histórica e socioespacial.

Nesta perspectiva, estabelece-se o emprego do procedimento metodológico comparativo, apropriado às aspirações de identificar a relação dialética na formação socioespacial, territorial e econômica dos ambientes de praia, os quais resultam de tensões entre uma ordem global, verticalmente constituída, homogeneizante, que tende a produzir semelhança, uniformidade; e uma ordem local, horizontalmente estabelecida, caracterizada pela heterogeneidade, que tende a promover diferenças, diversidade (BRANDÃO, 2013). O emprego do método comparativo, assim, nos permitiu perceber continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, fomentando o debate entre experiências distintas de constituição de territórios, com isso se explicitando as determinações que regem os fenômenos em análise. Quanto a isto, esclarece-nos Schneider e Schmitt (1998, p. 33),

Segundo Marc Bloch, ‘[...] aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste [...] em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos’. Os meios sociais de que fala Bloch podem ser sociedades distantes no tempo e no espaço [...], ou sociedades sincrônicas, vizinhas no espaço, e que possuem um ou mais pontos de origem comum. Este tipo de abordagem permite conciliar, de um lado, o trabalho de elaboração teórica, de outro, o interesse voltado à análise de processos sociais específicos.

Salientando que esses meios sociais são considerados meios socioterritoriais – na medida em que as ações sociais usam os territórios construídos para acontecerem – mas que, embora situados em contextos histórico-territoriais diferentes, acham-se interligados pela lógica do que Harvey (2005) chama de “desenvolvimento histórico-geográfico desigual”.

A relevância da perspectiva da análise dialógica se deu, sobretudo, em função das especificidades socioculturais inerentes a cada formação econômico-social e territorial consideradas, para o que a natureza das ações sociais será diferente. Por isso, existem diferenças consideráveis no que tange à natureza das práticas de políticas públicas, segundo os lugares de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como quanto à possibilidade concreta de mudanças rumo a usos do território na direção da construção do espaço do cidadão (SANTOS, 1987) e promovendo o efetivo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

Com isso, fica claro que o território, como instância social usada pela sociedade, em seu permanente processo de movimento,

[...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...] É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2007, p.14).

A pesquisa, destarte, foi orientada pelas linhas de investigação do quadro teórico e do estudo empírico. Em certa medida, foram utilizadas abordagens regressivo-progressivas (LEFEBVRE, 2002) como forma de analisar os processos atuais também como reflexo do passado. Já que, a coexistência de temporalidades é parte indissolúvel da realidade complexa e contraditória. Ou seja, buscamos compreender a realidade através da observação das transformações no tempo-espaço, enquanto reflexos das experiências históricas. Como uma realidade composta por temporalidades relacionais e coexistentes, em que passado e presente se fundem e resultam no agora. Corroborando nossa postura voltada a uma apreensão complexa da realidade, denotando inter-relações dialéticas e dialógicas, indica Santos (1998, p. 19),

Começamos por fixar rapidamente os conceitos. Por *tempo*, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *mun*do entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. De tal modo, nossa grande tarefa é a de apreender e definir o Presente, segundo essa ótica.

A construção metodológica teve como fontes as discussões em Demo (1995), Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2008), as quais deram concretude à utilização das técnicas, e ainda contribuíram para a percepção de em que medida cada instrumento considerado nos auxiliou na interpretação da realidade complexa. Partimos, então, da observação das circunstâncias em que se deu o problema da pesquisa, em que se confirmou haver uma pré-disposição a refutar os preceitos territoriais-ambientais, políticas ambientais, devido à lógica economicista que predomina, resultando na conformação de ambientes litorâneos exclusivistas, que pressionam e comprometem o meio físico-natural. Foram acrescidas visões opostas da realidade e ainda de forma dialógica entre as dinâmicas presentes no complexo Porto de Galinhas e em Rimini, a fim de que houvesse o confronto da realidade sob diferentes perspectivas.

Em caráter exploratório, analisaram-se tendências de transformação, reconfiguração e ressignificação dos territórios de praia e ambientes costeiros – compreendidos em sua complexidade – introduzidas pelos vetores da dinamização econômica dos espaços e a consequente mercantilização do ambiente, e suas redes e fluxos que refletem em novas relações

com o lugar, agora ressignificado. Por isso, a definição de Porto de Galinhas e Rimini, lugares com intensa dinamicidade, porém em circunstâncias diferentes de ressignificação, no Brasil percebeu-se estágio preliminar do fenômeno, mas em consolidação. Enquanto que na Itália, pode-se constatar o fenômeno consolidado e em fase de incorporação de novos sentidos de sustentabilidade que o fazem mais equilibrado do ponto de vista socioambiental. Destarte, apresenta-se sucintamente as visões deste fenômeno nos principais recortes geográficos considerados para a pesquisa, segundo as observações empíricas realizadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Visão do fenômeno de ressignificação de praias nas áreas de estudo

Visão do Fenômeno	
Escala local	Estágio do fenômeno
Praia do Paiva (Cabo de Stº Agostinho, PE)	Fenômeno consolidado.
Praias do complexo Porto de Galinhas (Ipojuca, PE)	Fenômeno em curso.
Praia dos Carneiros (Tamandaré, PE)	Susceptibilidade potencial ao fenômeno.
Escala internacional	Estágio do fenômeno
Praias de Rimini (Itália)	Fenômeno consolidado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A seguir, cabe-nos, explicitar as referências de nossos fundamentos interpretativos do espaço geográfico/ambiente, revisitando conceitos como signo, símbolo e significado, para clarificar a acepção de ressignificação utilizada na pesquisa. Foram as observações empíricas realizadas ao longo da pesquisa somadas aos períodos de participação junto ao território vivido subsídios para substancialização do atilamento das profundas transformações a que tem estado sujeito o litoral sul de Pernambuco e especialmente Porto de Galinhas. Os esforços de sistematização, assim, devem ser entendidos como convite à discussão e ao aperfeiçoamento, “dentro do reconhecimento de que só pode ser respeitado como científico aquilo que se mantiver discutível. Nada de dogmas. Nada de posições rígidas. Nada de proselitismo” (DEMO, 1995, p. 13-14).

Os signos¹⁸ são considerados como portadores de sentido mais estrito e têm relação direta com o(s) objeto(s) ou acontecimento(s) a que fazem referência. Portanto, aqui considerados como a materialidade ambiental, urbana, infraestrutural, paisagística, inscritas no espaço, isto é, desde a morfologia urbana aos elementos físico-naturais do espaço geográfico. Já os símbolos podem ser compreendidos a partir de sua derivação do grego “juntar”, pressupõem uma decisão interpretativa, como aponta Eco (1981, p. 910, *com grifos nossos*) é um

[...] processo de invenção aplicado a um reconhecimento. Encontro um elemento que poderia assumir, ou já assumiu, função sógnica e decido vê-lo como projeção de uma porção suficientemente imprecisa de conteúdo [...] É característica do mundo simbólico que, caso nos abstenhamos de (*decidir por*) realizá-lo, o texto (*ou objeto ou acontecimento*) permanece dotado de um sentido independente (*sob compreensão do signo pelo qual assumiu significado*), em termos literais ou figurativos.

Os símbolos, assim, tratam-se de uma remissão interpretativa da leitura sógnica do espaço acrescida dos valores imateriais que compõem o ambiente, são compostos por sentido mais amplo, em grande medida apoiado pela cultura, e contribuem para uma leitura mais próxima da complexidade ambiental. Isto é, o capital social, os saberes tradicionais, artísticos, as territorialidades que compõem o *milieu*¹⁹, são interpretados como elementos fundantes, valores visceralmente constituintes da complexidade do ambiente.

O signo assim como o símbolo inferem uma remissão, enquanto o signo “compõe de modo convencional alguma coisa com outra (*aliquid stat pro aliquo*)”, o símbolo remete a “determinada realidade que não é decidida pela convenção, mas pela recomposição de um inteiro” (ABBAGNANO, 2007, p. 1069). Para o que acrescentamos a assertiva segundo a qual, “pode-se dizer que o homem é eminentemente um animal simbólico, e que nesse seu caráter se radica a possibilidade de descoberta e de uso das *técnicas* em que consiste propriamente sua *razão*” (*Ibidem*, p. 1062).

O significado, por conseguinte, pode fazer referência aos signos tomados isoladamente ou aos conjuntos de signos, aos enunciados (*Ibidem*, p. 1062). Para o que, são os significados

¹⁸ Entendido aqui como “qualquer objeto ou evento, usado como menção de outro objeto ou evento [...] Esta definição permite compreender qualquer possibilidade de referência: por exemplo, da condição ao condicionado ou vice-versa; da palavra ao seu significado [...] do indício ou do sintoma de uma situação à própria situação [...] No entanto, em sentido próprio e restrito, essa noção deve ser entendida como a possibilidade de referência de um objeto ou acontecimento *presente* a um objeto ou acontecimento *não-presente* [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 1061, grifos do original).

¹⁹ Expressão italiana que denota o meio ambiente, considerado sob o aspecto biológico acrescido do aspecto social e cultural, ou seja, representa o ambiente situado histórico-geograficamente.

expressivos²⁰, considerados correspondentes à compreensão por nós proposta, na qual se consideram signos e símbolos identificados no meio ambiente para construção de significância dos territórios. Assim, relacionadas a materialidade sógnica e a imaterialidade simbólica (algo que pode se assemelhar a distinção linguística entre denotação e conotação), pode-se inferir significação(ões) do que representa uma determinada porção do espaço geográfico/ambiente, como o(s) território(s) de praia, em sua complexidade (sua polissemia!). Portanto, pressupõe um processo contínuo, que acompanha os vetores de reprodução do espaço

Para o juízo da ressignificação dos territórios de praia, partiu-se das definições de significado e signo, operacionalizando-as para desenvolver a nossa ideia. Para tanto, foram estabelecidos indicadores para a operacionalização da representação material e imaterial/simbólica deste fenômeno de ressignificação. Para a representação sógnica material foi observado o fenômeno da urbanização no Complexo Porto de Galinhas e em Rimini, no período compreendido entre 2000 a 2020. Já a representação imaterial/simbólica foi observada pelo estudo empírico que se deu por meio de pesquisa *in loco*, através de vivência do cotidiano nos territórios de praia de Rimini, na Itália, assim como em Porto de Galinhas, além de diálogos/entrevistas com os agentes, utilizando-se técnicas propostas pela Topofilia que pode se caracterizar por ser “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, considerando, ao mesmo tempo, as práticas de rompimento deste elo” (TUAN, 1980, p. 05). Considerou-se, assim, a percepção sensorial, cognitiva do lugar, do ambiente, pelas pessoas e de suas relações para a conformação do território. Isto, possibilitou-nos absorver experiências, percepções e vivências distintas de visitantes e nativos. Quanto a isto afirma,

O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente [...] Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros (*paisagens*). Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente [...] a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito [...] A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estrangeiro. O estrangeiro julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes. Porém, [...] O entusiasmo do estrangeiro, não menos que sua postura crítica, pode ser superficial [...] Obviamente, o julgamento do visitante é muitas vezes válido. Sua principal contribuição é a perspectiva nova [...] O visitante, frequentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são visíveis para o residente (TUAN, 1980, p. 72-75).

²⁰ “[...] locuções que não têm significado cognitivo mas que apesar disso manifestam um estado de espírito do sujeito que os emprega ou servem para produzir estados de espírito análogos no sujeito que os ouve. As interjeições, as exclamações, as expressões metafóricas têm significados desse gênero” (ABBAGNANO, 2007, p. 1061).

A seguir apresentamos um esforço de síntese representativa da construção da ideia de resignificação, seja virtuosa ou não virtuosa, empreendida pela pesquisa (Quadro 2).

Quadro 2 – Visão do fenômeno de resignificação e elementos constitutivos para sua compreensão

Visão do Fenômeno				
Escala local	Signo(s) (Observação do fenômeno da urbanização, analisada a materialidade inscrita no espaço, desde a morfologia urbana aos elementos físico-naturais do ambiente)	Símbolo(s) (remissão interpretativa da leitura sgnica do espaço acrescida dos valores imateriais que compõem o ambiente)	Significado(s)	Estágio do fenômeno
Praia do Paiva (Cabo de Stº Agostinho, PE)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevalência de inscrição material de bairro planejado, condomínios privados, hotel; 2. fragmentação da gestão pública; 3. videomonitoramento e vigilância privada em toda a área; 4. Exclusividade de pedágio para o acesso viário; Instalação de postos de policiamento nos acessos ao norte e ao sul do megaempreendimento Reserva do Paiva; 5. escassa oferta de estruturas e serviços públicos; 6. Resquícios de Mata Atlântica, estuário, vegetação de restinga e manguezal 	<p>Alterações na legislação municipal, Plano Diretor, que possibilitaram a construção do megaempreendimento Reserva do Paiva; debilidades quanto ao planejamento territorial-ambiental; Proibição de realização e expulsão da popular Festa da Lavadeira; Potencial comprometimento do meio ambiente</p>	<p>Prevalência de espaços privados e precariedade para acesso público, induzindo perfil de uso e ocupação voltado ao consumo, conformando exclusivismo; Degradação ambiental e socialização das externalidades negativas relacionadas. Desequilíbrio entre necessidades e interesses dos agentes constituintes do território.</p>	4. Fenômeno consolidado.
Praias do complexo Porto de Galinhas (Ipojuca, PE)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevalência de inscrição material por condomínios privados, <i>resorts</i>, hotéis; 2. precariedade na oferta de estruturas e serviços públicos; 3. precariedade para o acesso público, de pedestres e ciclistas; 4. resquícios de mata atlântica, estuário, vegetação de restinga e manguezal 	<p>Legislação Municipal, Plano Diretor, eivado de debilidades quanto ao planejamento territorial-ambiental; Permissibilidade ao adensamento de grandes estruturas privadas em suas faixas de praia</p>	<p>Prevalência de espaços privados, principalmente no setor norte, indução de um perfil de uso e ocupação evidenciado pelas inscrições materiais mormente privadas na praia, portanto, exclusivista. No entanto, o setor sul ainda conta com oferta de espaços públicos ou ausência de ocupação na faixa de praia; Degradação ambiental e socialização das externalidades negativas relacionadas. Desequilíbrio entre necessidades e interesses dos agentes constituintes do território.</p>	3. Fenômeno em curso.

Praia dos Carneiros (Tamandaré, PE)	1. Inscrição material de estruturas privadas; 2. precariedade na oferta de estruturas e serviços públicos; 3. precariedade para o acesso público, de pedestres e ciclistas; 4. resquícios de mata atlântica, estuário, vegetação de restinga e manguezal	Legislação Municipal, Plano Diretor, eivado de debilidades quanto ao planejamento territorial-ambiental, considerando tal praia como zona hoteleira; Permissibilidade ao adensamento de grandes estruturas privadas em suas faixas de praia	Concentração de espaços privados, indicando perfil de uso e ocupação para o exclusivismo. Potenciais indicações de avanço da degradação ambiental, podendo comprometer as APA das quais faz fronteira.	2. Susceptibilidade potencial ao fenômeno.
Escala internacional	Signo(s) (Observação do fenômeno da urbanização, analisada a materialidade inscrita no espaço, desde a morfologia urbana aos elementos físico-naturais do ambiente)	Símbolo(s) (remissão interpretativa da leitura sígnica do espaço acrescida dos valores imateriais que compõem o ambiente)	Significado(s)	Estágio do fenômeno
Praias de Rimini (Itália)	1. Prevalência de inscrição material de estruturas privadas nas faixas de praia; 2. Estuário do rio <i>Marecchia</i> e área de particular importância natural	Debilidade para atendimento à normativa <i>comunale</i> quanto ao uso e ocupação das praias livres (mínimo de 20%) devido ao processo histórico de ocupação preponderantemente voltado à dinamização econômica sem o devido monitoramento quanto ao aspecto territorial-ambiental	Prevalência de espaços privados, conformando exclusivismo. Intensa degradação ambiental que devido a sua intensidade tem ocasionado movimentos no sentido de buscar reequilíbrio	4. Fenômeno consolidado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Assim, delineamos como compreendemos e definimos o fenômeno de resignificação, abordando-se perspectivas de análise do meio ambiente que o constituem e podem servir de indicação de sua concretude e estágio segundo nossas elucubrações. Destarte, é o substrato espacial “*in natura*”, ou seja, o ambiente preservado em seus elementos físico-naturais, *a priori* o ponto de partida para a análise de sua representação, quais seus elementos constitutivos, compreendidos os signos e símbolos – sob a análise de elementos materiais e imateriais – que o fazem ser e estar num determinado estágio de entendimento a partir da compreensão dos homens e mulheres de acordo com contextos histórico e geográfico de onde são analisados.

Portanto, os ambientes, como a praia, assumem um significado – ou seja, forma de interpretar um ou mais signos, também pela perspectiva simbólica – segundo nossa situação, histórica, e nossa posição, geográfica. Ao mencionar a resignificação dos ambientes de praia partimos da compreensão deste espaço, diante de sua transformação em território, na confrontação entre intervenções antrópicas por meio de inscrições materiais no espaço

(construções) e transformações no meio físico-natural, além da perspectiva político-institucional que assume quando definida por normativas legais, as quais refletem seu significado.

Por sua vez, foram estabelecidos 4 estágios para classificação do fenômeno, 1. Fenômeno razoável/em equilíbrio; 2. Susceptibilidade potencial ao fenômeno; 3. Fenômeno em curso; 4. Fenômeno consolidado. Tais estágios devem ser considerados segundo o caráter que assumem enquanto uma ressignificação virtuosa, em que se pode observar um planejamento territorial-ambiental que incite dinâmicas de afirmação de territorialidades e consolide estratégias para uma sustentabilidade, promovendo a força do lugar. Ou seja, se pode conceber a consideração de um direito à sustentabilidade. E uma ressignificação não virtuosa, a qual resulta de uma urbanização que promove a vulnerabilização do território vivido, agravamento de desigualdades socioespaciais e da degradação do ambiente. Ou seja, não considera um direito à sustentabilidade.

Assumimos, por conseguinte, que o fenômeno da resignificação se dá continuamente, numa ciclicidade que acompanha os vetores da urbanização. No entanto, podem promover transformações virtuosas ou não virtuosas, devido a isso a importância de considerar aspectos da territorialidade para melhor compreender a atuação dos agentes no espaço a ser considerado.

Deste modo, no caso do Brasil, quando definidas as praias como “bens públicos, de uso comum do povo [...]” pela Lei nº 7.661/88 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que assim estatui em seu art. 10, assumem sentido de um ambiente dotado de valor de uso composto pelos elementos naturais como “sol e mar”. Aborda-se tal expressão justamente pela compreensão de usufruto comum a partir, e tendo como cerne, de seus elementos físico-naturais.

Ao serem compreendidos segundo a perspectiva da “sombra e água fresca”, indica-se mudança de sentido pelo qual passa a assumir valor de troca por um uso mediado pelo consumo, passando a assumir, presentemente, significado de ambientes exclusivos. A assunção da abordagem regressivo-progressiva de Lefebvre (2002), destarte, contribuiu nesse sentido. Assim, indagações como, quem fornece sombra? Quem fornece água fresca? São pertinentes na medida em que buscam identificar e evidenciar o(s) agente(s) em atuação para a resignificação. Deste modo, percebe-se que são as reificações resultado de resignificações dos ambientes, cada vez mais apropriados, que se rarefazem e são transformados em ambientes de exclusividade. Esta, digamos, seria a dinâmica de resignificação posta nos ambientes de

praia analisados, para o que propomos uma ressignificação das praias que resgate e faça valer a força do lugar, a territorialidade e o direito coletivo à sustentabilidade.

Para a análise da urbanização nos ambientes de praia definidos foi utilizada a técnica proposta por Santos (2017) de identificação de fixos e fluxos, por meio da observação da forma, estrutura, função e processo que incidem num determinado espaço.

É através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que poderemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. Não há, todavia, por que desesperar, já que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Se estas podem permanecer as mesmas na sua feição rígida, ao longo do tempo alteram-se seu conteúdo, sua função, sua significação, sua obediência perante a ação. As determinações mudam, mudando os objetos. As ações revivificam as coisas e as transformam (SANTOS, 1998, p. 54).

Quanto à nossa abordagem territorial, foram assumidas como um “conjunto de argumentos que possuem esse conceito como o fio condutor da articulação teórica” (HEIDRICH, 2010, p. 25), concomitantemente considerando “[...] articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais” (SAQUET, 2006, p 13).

O quadro teórico teve como base os referenciais adiante evidenciados, mas que ao longo da construção da pesquisa foram acrescidos por meio da realização de pesquisas em livros, periódicos científicos, dissertações e teses em *sites* e bibliotecas da UNIBO e, ainda, consultando centros italianos de pesquisa. Para a análise da legislação urbana e ambiental de ambos os lugares, foram realizadas breves apreciações de suas evoluções e como se apresentam atualmente, para o que foi utilizada a técnica hermenêutica.

Além disto, realizou-se, visitas técnicas às instituições responsáveis pelas ações voltadas à gestão ambiental de Rimini, a fim de identificar planos, ações, voltados à sustentabilidade das praias e ações em Rimini relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) 10, 11 e 14. Como também diálogos com pesquisadores da UNIBO do *campus* Rimini para uma apreensão crítica das políticas e ações ambientais locais. E ainda diálogos com os agentes locais (residentes, agentes públicos, turistas) envolvidos nos territórios e nas dinâmicas identificadas

para coletar informações sobre suas compreensões quanto à possibilidade de tornar as praias verdadeiramente sustentáveis e amplamente acessíveis.

Tratando mais detalhadamente das atividades desenvolvidas na *Università di Bologna*, dividiram-se em (1) aprofundamento do referencial teórico; (2) observações empíricas e estudo de campo; e (3) atividades complementares. A atividade (1) foi delimitada por objetivos trimestrais, a atividade (2) teve previsão de realização em 5 meses, já a (3) realizou-se durante o período de janeiro a outubro, pois objetivou promover maior interação e troca de conhecimento, para estabelecer perspectivas de pesquisas e trabalhos futuros.

O desenvolvimento das atividades contribuiu para instrumentalizar reflexões críticas acerca de categorias de análise delimitadas e permitiu delinear formas de abordagem inovadoras, que devem ser capazes de destacar as particularidades das dinâmicas locais associadas às globais, e as compreendendo em sua complexidade. Subsidiaram, então, a definição de formas de atuação e proposições que devem contribuir genuinamente com os problemas identificados nos recortes geográficos da pesquisa.

- (1) Para o aprofundamento do referencial teórico foram realizadas consultas à produção bibliográfica italiana, dos grupos de pesquisa da UNIBO, visita ao *campus* Rimini, para conhecer a produção científica relacionada aos temas da pesquisa e às pesquisas em andamento, assim como identificar demais documentos normativos e regulamentações da produção do espaço, conforme detalhado abaixo. Para tanto buscou-se referenciais teóricos que abordam as categorias de análise: *a) Ambientes, b) Território, c) Praia, d) Sustentabilidade.*
- (2) As observações empíricas e estudos de campo foram realizados por meio de visitas ao balneário *riminese*, aos órgãos públicos locais, registro de fotografias, diálogos com moradores, visitantes e funcionários públicos. As praias de Rimini foram frequentadas nos períodos de maior fluxo e adensamento (durante os meses julho, agosto e setembro de 2021) para melhor apreender as dinâmicas locais.
- (3) As atividades complementares tiveram o caráter de promover maior aproximação com as abordagens geográficas italianas, exercitar a compreensão da língua italiana, e a interação com estudantes, professores, pesquisadores. Para tanto, realizou-se:

a) Participação como ouvinte das seguintes disciplinas do *Corso di Laurea Magistrale in Geografia e Processi Territoriali* (curso de Mestrado em Geografia e Processos Territoriais):

- Geografia dello Sviluppo;
- Laboratorio 1;

b) Participação em eventos, conferências, seminários e palestras relacionadas aos temas da pesquisa.

c) Seminário relacionado aos temas de pesquisa e às dinâmicas geográficas brasileira (principalmente a organização do território, desigualdades e o imperativo da sustentabilidade).

Quanto às pesquisas bibliográficas relacionadas às categorias de análise, realizou-se busca nas principais bases de pesquisa à disposição na UNIBO – considerando, contudo, as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 – conforme o Quadro 3.

Para tanto foram considerados os seguintes critérios: (a) estabelecimento de palavras-chave das categorias de análise; (b) menção aos termos das categorias de análise ou ao recorte geográfico da pesquisa (Rimini na Itália, ou Brasil); (c) artigos, livros e as publicações compreendidos no período de 2010 a 2020. Em seguida, foram realizadas análises relacionais entre as pesquisas que fazem referência às categorias de análise com as pesquisas desenvolvidas no Brasil. Para o que se observou resultados incipientes, apontando para análises pouco consolidadas entre pesquisas que relacionam as categorias território e praia, e praia e sustentabilidade quando se considera a perspectiva do Brasil em diálogo com o fenômeno na Itália. O que veio a corroborar nosso entendimento da importância do desenvolvimento de pesquisas científicas que relacionam tais temáticas.

A partir dos resultados obtidos realizou-se a leitura e análise dos artigos e documentos selecionados, o tratamento dos dados e fichamento para sistematizar potenciais contribuições ao desenvolvimento da pesquisa. A seguir estão sintetizadas as contribuições mais relevantes à discussão para as categorias de análise, as quais foram postas em inter-relação perfilando-se ao método dialógico e dialético da tese. E ainda foram observados e considerados criticamente os contextos em que pesem relações diretas e/ou indiretas com os objetos de pesquisa.

Quadro 3 – Categorias de análise, os principais termos usados como fontes de busca bibliográfica e quantidade de documentos previamente selecionados.

CATEGORIAS DE ANÁLISE / ALGUMAS DAS PRINCIPAIS FONTES DE BUSCA DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA ITALIANA	AMBIENTE / AMBIENTAL / AMBIENTALE / ENVIRONMENT	TERRITÓRIO / TERRITORIAL / TERRITORIALE / TERRITORY	PRAIA(S) / SPIAGGIA(E) / BEACH(ES)	SUSTENTABILIDADE / SOSTENIBILITÀ / SUSTAINABILITY
	Resultados/Risultati			
<i>ALMATOURISM – Journal of Tourism, Culture and Territorial Development</i>	2	3	2	3
<i>VIA TOURISM – Esperienze turistiche e traiettorie di vita</i>	1	2	1	3
<i>Centro di Studi Avanzati sul Turismo (CAST) – UNIBO (Campus Rimini)</i>	1	2	1	2
<i>Rivista Geografica Italiana</i>	1	2	1	2
<i>Scienze del Territorio – Rivista di Studi Territorialisti</i>	1	4	---	2
TOTAL [Artigos e documentos (36)]	6	13	5	12

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para as observações empíricas na área de estudo no Brasil, procederam-se visitas de campo para registro de imagens, mapeamento para delimitação da área de estudo e verificações georreferenciais *in situ* e acompanhamento da dinâmica de reprodução do espaço no complexo Porto de Galinhas. Também, realização de diálogos/entrevistas, sobretudo, com residentes - a fim de melhor extrair percepções do território vivido - mas também com visitantes, turistas, associações, agentes públicos e privados. Assim como pesquisa documental de notícias e informações relacionadas aos objetos da investigação.

As coletas de dados e informações acerca da perspectiva territorial das praias visitadas destacou também a ótica dos residentes/usuários para um horizonte temporal de 10 anos (2020-2030), como forma de explorar a capacidade imaginativa destes sujeitos, a fim de captar as

expectativas para o futuro as quais refletem em certa medida também a compreensão do presente.

Observou-se a dinâmica costeira propondo uma visão não consequente (desenvolvimentista, de mera atração e circulação de pessoas, fluxo de investimentos, voltada majoritariamente ao turismo) mas propositiva a partir das especificidades territoriais. Considerando a Praia como um ambiente de fruição do ócio e lazer, democrática, de amplo acesso, saudável, com dinâmicas econômicas equilibradas, com propostas de gestão fortemente amparadas pela territorialidade, pelo território vivido.

2.3 Referencial Empírico

As principais ações realizadas para fundamentar observações empíricas e estudos de campo nas áreas de estudo se deram por meio de:

- a.** Compreensão da organização territorial nos litorais do complexo Porto de Galinhas e Rimini, para melhor orientar observações e diagnósticos (Quadros 4 e 5), precedendo às visitas de campo, especialmente na Itália, leitura e análise de documentos oficiais, normas e regulamentos, publicações de notícias em sites da *Comune di Rimini*, além de diálogo com pesquisadores;
- b.** Visitas de campo para observação *in loco*, registro de imagens, mapeamento para delimitação da área e verificações georreferenciais *in situ* (realizadas entre os meses janeiro e fevereiro, julho e agosto de 2018, no Brasil, e em 2021 na Itália, entre os meses de julho, agosto e setembro);
- c.** Diálogos/entrevistas com agentes – frequentadores da comunidade local, residentes, visitantes, turistas, proprietários de estabelecimentos balneares e representantes de organizações sociais locais e associações, assim como representantes do poder público municipal, da Prefeitura de Ipojuca e da *Comune di Rimini*, a fim de compreender visões, sentimentos e posicionamentos espontâneos de suas percepções territoriais da praia, sem limitá-los a questões fechadas com o intuito de não restringir suas disposições em expor opiniões (GIL, 2008).

Através da exploração de cada uma das etapas acima apresentadas constituiu-se, paulatinamente, percepções com acuidade da realidade dando fundamentação à observação do

vivido. Apesar dos esforços empreendidos, não houve pretensão de esgotar a apreensão do real. Tem-se, destarte, um produto que reflete uma aproximação cautelosa com a realidade, buscando evidenciar as contraditórias relações sociais que erigem e transformam o ambiente a partir dos interesses que preponderam (PONTES, 2017).

Sendo assim, propõe-se nesta seção para além de uma estruturação do *modos operandi* das atividades empíricas suscitar apontamentos e discussões a fim de estabelecer, desde já, um exercício dialógico de interpretação da realidade.

Quadro 4 – Organização territorial do litoral de Rimini

RIMINI	Extensão territorial		Praia livre	Extensão / % (referente a extensão territorial total)	Estabelecimentos balneares privados (<i>Bagni</i>)	Extensão / % (referente a extensão territorial total)
	Norte	7,2 km	0	656 m / 4,5%	72	13,4 km / 90,5%
	Sul	7,6 km	12		161	
	Total	14,8 km [Divididos em 250 segmentos não homogêneos]	12 segmentos		233 segmentos	

Fonte: Elaboração e sistematização de dados do autor; dados: *Comune di Rimini* (2005; 2021).

Nota: O segmento restante para a totalização da área do litoral *riminese* (100%) são as seções especiais de intervenção, que correspondem a 5 segmentos (5%), as quais compreendem atividades náuticas, terapêuticas ou sociais e ainda uma praia privada.

Quadro 5 – Organização territorial do litoral de Porto de Galinhas

PORTO DE GALINHAS	Extensão territorial		Extensão (%)	Ocupação da faixa de praia por estruturas públicas ou ausência de ocupação	Ocupação por Microempreendimentos privados (“Barracas de praia”)	Ocupação por Megaempreendimentos privados (hotéis, <i>resorts</i> e condomínios privados)
	Norte	9,5 km	63%	1,8 km [caracterizado pela ausência de estruturas públicas]	22	33 [dos quais 21 concentrados numa área de 5 km, entre as praias Muro Alto e Camboa]
	Sul	5,5 km	37%	2,2 km	108	0
	Total	15 km	100%	4 km	130	33

Fonte: Elaboração e sistematização de dados do autor; dados: Prefeitura de Ipojuca, Porto de Galinhas *Convention & Visitors Bureau* e Associação de Barraqueiros de Porto de Galinhas (2019; 2021).

Nota: Faz-se distinção entre os estabelecimentos balneares privados (“Barracas de praia”) e os empreendimentos privados de grande porte como hotéis, *resorts* (com classificação 4 estrelas) e condomínios privados instalados à beira-mar a fim de evidenciar os perfis de ocupação dos dois setores enquanto no setor norte prepondera ocupação de espaços privados no setor sul predominam os espaços públicos. Percebe-se melhor, deste modo, a distribuição espacial das estruturas urbanas e sua influência no uso e ocupação do território.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de janeiro, fevereiro e julho, agosto de 2018 em Porto de Galinhas, e em julho, agosto e setembro de 2021 em Rimini, por meio de visitas às praias, buscando-se dar em dias e horários de maior adensamento e fluxo. Em Porto de Galinhas as observações foram realizadas desde a praia Camboa até Maracaípe, considerando os microempreendimentos (“barracas de praia”) – que geram baixo impacto ambiental e possuem perfil social de ocupação heterogêneo considerando que se concentram no setor sul onde prevalecem espaços públicos – e os megaempreendimentos (hotéis, *resorts* e condomínios privados que compreendam suas instalações na ou até a beira-mar)²¹ – que geram alto impacto ambiental possuem perfil social de ocupação mais homogêneo e estão adensados no setor norte – que, devido a suas características, foram majoritariamente considerados para aprofundamento das análises críticas. Em Rimini, as observações se deram, sobretudo, nas áreas de praia livre para melhor compreender suas dinâmicas, por se tratar de espaços públicos e gratuitos a fim de guardar similaridades entre os elementos a serem postos em diálogo com a dinâmica de praias no Brasil.

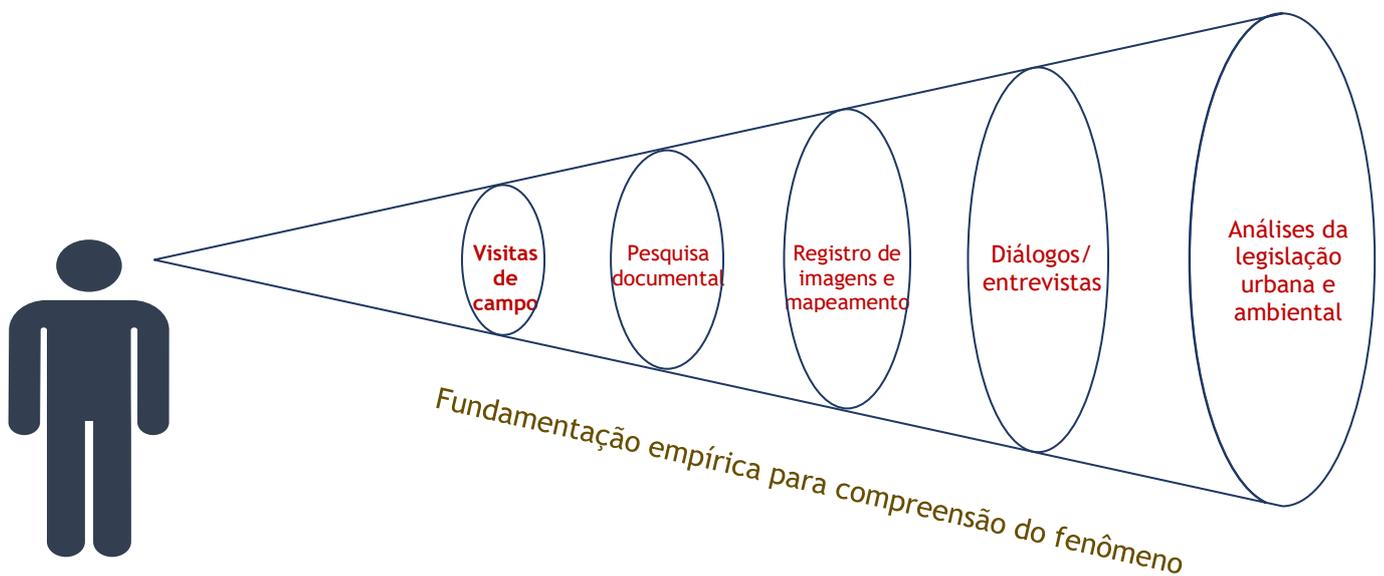
Como diretriz para os diálogos/entrevistas foram utilizadas abordagens de temas centrais para absorver – como dito – informações, visões, sentimentos e posicionamentos mais espontâneos e reflexivos (TUAN, 1980), como também seguindo questões referenciais relacionadas aos objetivos a serem apreendidos segundo as formas de perceber a realidade de cada grupo de agentes (Quadros 6 e 7). A realização de diálogos/entrevistas semiestruturadas evitou limitar os agentes, portanto, a questões fechadas que poderiam restringir a propensão de expor suas opiniões com fluidez e naturalidade. Para tanto, o registro das informações foi realizado no momento do diálogo. Na maior parte dos casos foi preservada a identidade dos(as) entrevistados(as), devido às solicitações de sigilo e confidencialidade sobretudo dos agentes públicos e privados, razão pela qual não foram definidas as desinências nominais de gênero propositalmente (PONTES, 2017).

²¹ De acordo com o mapeamento da área através das pesquisas de campo e por meio de verificações *in loco* foram identificados os seguintes megaempreendimentos no complexo Porto de Galinhas, **todos concentrados no setor norte: [12 na praia Cupe (aproximadamente 4,5 km)]** Armação Resort; Kembali; Hotel Solar Porto de Galinhas; Ancorar Resort; Porto de Galinhas Resort e Spa; Enotel Resort; Marupiara Resort; Condomínio Privê Esmeralda do Mar; Cupe Beach Living Resort; Hotel Village Porto de Galinhas; Vivá Porto de Galinhas Resort; Hotel Pontal de Ocaporã. **[21 nas praias Muro Alto e Camboa (aproximadamente 5 km)]** Itah Residence Muro Alto (em construção); Nui Supreme Beach Living; GAV Resorts Muro Alto (em construção); Samoa Beach Resort; La Fleur Polinésia Residence e Resort; Condomínio Muro Alto Residence; Condomínio Narguilé Beach Club; Camboa Beach Club; Manihi Flat; Marupiara Suítes Muro Alto; Condomínio Enseada Muro Alto; Ekoara Beach Residence; Nannai Resort & Spa; Summerville Resort; Marulhos Suítes Resort; Beach Class Resort Muro Alto; Condomínio Residencial Muro Alto; Malawi Muro Alto Beach House; Oka Beach Residence; Condomínio Privê Baía do Cupe; Beach Class Residence Eco Life.

O critério de seleção dos sujeitos e grupos de agentes para diálogos/entrevistas se deu a partir de prévia observação da dinâmica nas praias de Porto de Galinhas e Rimini a fim de extrair mais fidedignamente possível a percepção e compreensão dos aspectos territoriais-ambientais daqueles que compõem estes territórios de praia.

Quanto a este método de procedimento, Gil (2008, p. 111) assim define a coleta de dados por meio desse tipo de diálogo/entrevista, “[...] é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é uma visão aproximativa para obtenção de uma visão geral do problema pesquisado”. De modo que as atividades complementares de experimentação do cotidiano através das visitas de campo, ainda que em curtos períodos de tempo, o registro de imagens, mapeamento para delimitação da área de estudo, o acompanhamento de publicações em meios informacionais e análises das legislações urbanas e ambientais destes lugares compuseram os instrumentos para fundamentação empírica para compreensão do fenômeno estudado (Figura 17).

Figura 17 – Relação entre instrumentos utilizados para composição da pesquisa empírica



Fonte: Elaboração do autor (2022).

Quadro 6 – Agentes e intenções apreendidas nos diálogos/entrevistas em Rimini

Agentes	Quantidade	Questões/Objetivos
Representante da <i>Ondanomala Società Cooperativa</i> (responsável pela gestão da praia livre de <i>Marina Centro</i>)	1	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como se dão a gestão e promoção para o uso das praias livres; - Identificar o perfil dos frequentadores das praias livres; - Identificar os parâmetros de manutenção, conservação e sustentabilidade das praias livres.
Proprietários de Estabelecimentos Balneares (“ <i>Bagni</i> ”)	3	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber como se dão a gestão dos segmentos em concessão da praia; - Perceber a relação destes agentes com o governo da <i>Comune</i>; - Perceber como se dão as relações com a comunidade local, visitantes e turistas.
Pesquisadores	2	<ul style="list-style-type: none"> - Obter referência crítica à luz das pesquisas realizadas recentemente.
Comunidade local, visitantes e turistas	14	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como percebem as mudanças da praia tendo como referência principal o projeto <i>Parco del Mare</i> (direcionado à comunidade local); - Juízos sobre a dinâmica da praia de Rimini (direcionado à comunidade local, visitantes e turistas); - Uso e apropriação dos espaços balneares – praias livres e <i>bagni</i> – (direcionado à comunidade local).

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Quadro 7 – Agentes e intenções apreendidas nos diálogos/entrevistas em Porto de Galinhas

Agentes	Quantidade	Objetivos
Representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano e da Agência Municipal do Meio Ambiente de Ipojuca	2	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como se dão a gestão e promoção para o uso das praias; - Identificar os parâmetros de manutenção, conservação e sustentabilidade das praias. - Identificar se há garantias de participação social nas instâncias de decisão neste território.
Proprietários de estabelecimentos e organizações privadas	4	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber como se dá a gestão dos segmentos de praia em que atuam; - Perceber a relação destes agentes com o governo municipal; - Perceber como se dão as relações com a comunidade local, visitantes e turistas.

Representantes de organizações sociais locais, Associações (pescadores, jangadeiros, barraqueiro e bugueiros) e Conselho municipal de defesa do Meio Ambiente de Ipojuca	6	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como percebem as transformações das praias no complexo Porto de Galinhas; - Perceber formas de atuação e grau de interlocução com o governo municipal e agentes privados; - Perceber como compreendem o território e as estratégias de defesa do ambiente de praia.
Comunidade local, visitantes e turistas	22	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar como percebem as intervenções nos ambientes de praia e grau de satisfação; - Compreensão da dinâmica das praias e projeção ambiental de Porto de Galinhas para os próximos 10 anos (2020-2030); - Perceber como se dá o uso e apropriação do território no complexo Porto de Galinhas.

Fonte: Elaboração do autor (2018).

Os diálogos/entrevistas foram realizados com intuito de extrair amostras da percepção territorial de residentes, visitantes, turistas e usuários nas praias que compõem a área de estudo no Brasil. Na Itália, priorizou-se as praias do litoral sul *riminese* – *Marina Centro, Bellariva, Marebello, Rivazzurra e Miramare* –, devido a concentrarem neste trecho as praias livres de Rimini. Para o que foi constatada a existência de 12 segmentos de praias livres, os quais correspondem atualmente a uma área aproximada de 656 metros lineares e representam 4,5% dos 15 km totais do balneário *riminese*. Contudo, o número de trechos de praia livre está sujeito a relativa imprecisão devido à natureza complexa de organização territorial do espaço balnear, seu caráter não homogêneo de segmentação e aos permanentes arranjos para otimização destes espaços, a fim de buscar atender aos objetivos da normativa regional a qual prevê disponibilização de um mínimo de 20% de praia livre em relação a extensão territorial total. No entanto,

[...] Dada a situação das concessões e os problemas econômicos e sociais conexos, mesmo em caso de improváveis renúncias, revogações ou suspensões de concessões (todas reconcessionáveis nos termos do ponto 6.2.3.2 da resolução C.R.E.R. n° 468/2003), é impossível atingir a meta regional de um mínimo de 20% de praias livres (COMUNE DI RIMINI, 2006) (em tradução livre do italiano).

Além disso, acresce-se a falta de sinalização e orientação nos trechos de praia livre, de acordo com as observações realizadas *in situ*. Diversamente do identificado quanto às sinalizações e orientações para os *Bagni* (Figura 18). Dos 12 segmentos identificados de praia

livre apenas um possui equipamentos como banheiros e chuveiros (Figura 19) e oferta sob agendamento de equipamentos como cadeira, guarda-sol e suporte para pessoas que tenham necessidades especiais. Os demais possuem serviço de salva-vidas (Figura 20) e plataformas de entrada para facilitar o acesso.

Figura 18 – Placa de sinalização com indicação da localização atual e distribuição dos *Bagni* e orientações para correta utilização das áreas de praia



Fotos: Bruno Pontes (2021).

Figuras 19 e 20 – Trecho de praia livre com banheiros e chuveiros e serviço de salva-vidas



Fotos: Bruno Pontes (2021).

No complexo Porto de Galinhas, apesar de todas as praias se apresentarem como espaços públicos para acesso e frequência podem ser percebidas orientações maior ou menor ao adensamento, e o perfil de ocupação, segundo a estrutura que comportam. Onde há estrutura pública para dar suporte aos usuários, com a presença de placas de orientação e sinalização (principalmente nas praias Merepe, Porto de Galinhas Centro e Maracaípe), foram observados fluxos heterogêneos, seja de residentes, visitantes ou turistas. Nas praias em que se percebe menor oferta de serviços públicos (principalmente em Camboa, Muro Alto e Cupe) predominam estruturas privadas e serviços voltados aos usuários dos megaempreendimentos (*resorts*, hotéis e condomínios privados) (Figura 21). Além de poucos e precários acessos à praia, que só pode ser feito através de automóvel (Figuras 22 e 23). Tal observação corrobora a influência da dimensão simbólica da materialidade inscrita no território para seu uso e ocupação.

Figura 21 – Estruturas montadas à beira-mar para hóspedes de *resort* em Camboa e Muro Alto





Fotos: Bruno Pontes (2022).

Figura 22 – Rua precária para acesso às praias de Camboa e Muro Alto



Foto: Bruno Pontes (2022).

Figuras 23 – Estrutura viária para acesso apenas por automóveis margeando área de mangue em Camboa e Muro Alto



Fotos: Bruno Pontes (2022).

Foram realizadas consultas à gestão municipal de Ipojuca, responsável pelas praias do complexo Porto de Galinhas, presencialmente e por meio telefônico, para coleta de informações sobre a gestão das praias e planos, projetos e ações relacionados à sustentabilidade.

Para apreensão do olhar dos agentes públicos em Rimini, utilizou-se a análise documental prévia e a inserção de questões para compreender como é feita a gestão e se há uma promoção para o uso das praias livres, identificar o perfil de seus frequentadores e quanto à manutenção, conservação e sustentabilidade das praias livres. Para os agentes privados, as principais diretrizes se deram no sentido de perceber como se dão o planejamento de distribuição e gestão dos estabelecimentos balneares, a relação com o governo municipal, a relação com a comunidade local, visitantes e turistas e o perfil dos principais usuários de seus serviços.

E, nos diálogos/entrevistas com os frequentadores da comunidade local, visitantes e turistas, procurou-se identificar o grau de satisfação com o uso e a forma de organização das praias, suas impressões sobre a manutenção e conservação das praias e a existência de senso de pertencimento territorial, uso do ambiente balnear e disponibilidade em contribuir nas instâncias de decisão. Apresentam-se sinteticamente as intenções na realização dos diálogos/entrevistas com cada grupo de agentes a seguir.

As observações corroboram a perenidade e a consistência das ações à promoção turística de Rimini, sua grande capacidade quanto à estrutura receptiva e de oferta dos mais variados serviços ao longo de todo o litoral (Figura 24) (COMUNE DI RIMINI, 2020).

Figura 24 – Estrutura de recepção turística e de oferta de serviços no litoral de Rimini



A bem estabelecida cadeia produtiva para o consumo tem no turismo sua principal atividade econômica para aproveitamento do ambiente de praia. Tal cadeia estrutura-se de forma a dar coesão aos serviços oferecidos, desde a hospedagem em hotéis, albergues, os quais possuem relações estabelecidas com os *Bagni* para direcionamento de seus hóspedes aos estabelecimentos com os quais há cooperação. Assim como bares e restaurantes absorvem hóspedes e usuários dos *Bagni* oferecendo-lhes descontos exclusivos, entre outras formas de atuação colaborativa estabelecidas pelos agentes que compõem a estrutura turística de Rimini. Há também uma estrutura organizacional conferida pelo Plano Estratégico de Rimini (2011) que oferece oportunidades de um processo participativo com representações dos mais diversos setores da sociedade através de Cooperativas, Sindicatos e Consórcios.

Em Porto de Galinhas, por sua vez, percebe-se a quase ausência de planos e ações estratégicas voltados ao planejamento urbano e ambiental. Visto que o principal instrumento balizador do município, o Plano Diretor, encontra-se em processo de atualização tendo sido encaminhado pela gestão municipal à Câmara de Vereadores para deliberação, com previsão para publicação em 2022. Existe, entretanto, mormente ações de promoção turística de suas praias elaborados conjuntamente com associações e entidades privadas. A atuação colaborativa conta com contribuição de organizações privadas como a Porto de Galinhas *Convention & Visitors Bureau* com vistas ao desenvolvimento de calendário de eventos e ações publicitárias para atração de turistas e visitantes. A Figura 25 detalha quantitativamente as principais estruturas voltadas ao turismo, empregos gerados e fluxo de turistas no ano de 2021 em Porto de Galinhas.

Figura 25 – Números do Turismo em Porto de Galinhas (2021)

17 grandes hotéis
230 pousadas
120 restaurantes e empresas do ramo de turismo
15 mil empregos diretos e indiretos ligados ao turismo
800 mil turistas em 2021

Fonte: Porto de Galinhas *Convention & Visitors Bureau* (2021).

Quanto aos agentes que compõem a trama de relações nestes ambientes – seja no Brasil ou na Itália – o Quadro 8 delinea agentes gerais para apreensão empírica do fenômeno, suas necessidades e interesses (identificados previamente a partir de pesquisas anteriores, mas postas em validação através dos presentes diálogos/entrevistas), em interação com as categorias conceituais.

Quadro 8 – Agentes gerais, suas necessidades e interesses

AGENTES Genéricos (A)	NECESSIDADES E INTERESSES (P)
<p>Governo (Público)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Geração de crescimento econômico e desenvolvimento social; – Estimular fatores de suporte (infraestrutura, empreendedorismo, hospitalidade); – Promover a gestão e atratividade dos destinos; – Projeção da imagem do lugar em ampla escala para aumentar captação de recursos através de arrecadação tributária e investimentos privados.
<p>Empresas e Organizações (Privado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Oportunidades de rentabilidade dos investimentos (turismo, comércio, serviços); – Aproveitar possibilidades oferecidas pelos fatores de suporte e especificidades dos lugares (aspectos naturais, clima, história, cultura); – Promover os destinos, atratividade.
<p>Moradores da comunidade local</p> <p>(Sociedade)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Saúde (qualidade de vida); – Trabalho (emprego e renda); – Educação e enriquecimento cultural; – Lazer; – Governança (efetivos meios de participação social na gestão local).
<p>Visitantes e Turistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Experiências de qualidade, enriquecedoras (natureza, cultura, gastronomia, hospedagem, entretenimento, lazer, <i>et cetera</i>); – Serviços diversificados; – Conforto e segurança.

Fonte: Elaboração do autor (2019; 2021).

Em Rimini, percebe-se uma organização social no territorial balnear amadurecida, tendo em vista a constituição de espaços de diálogo e proposição que têm gerado um consentimento satisfatório da sociedade – quando se põe em confronto as falas obtidas nos diálogos/entrevistas, a comunidade local, visitantes e turistas – pela forma como está estruturada a praia, quanto ao trabalho dos *Bagnini* (gestores dos *Bagni*) e aos serviços oferecidos – apesar da maior parte (cerca de 80%) considerarem alto o custo para usufruírem destes espaços. O custo para o aluguel diário de um guarda-sol e duas cadeiras (*un'ombrelloni e due lettini*) é em média entre 20 e 30

euros, com variações entre a localidade do *bagno* ao longo da costa, o posto escolhido dentro do estabelecimento e entre dias da semana e o fim de semana. Ainda, o custo para aluguel semanal é em média 115 euros, em que, segundo análise da *Organizzazione Altro Consumo* (2021), Rimini figura entre as praias italianas com preço mais baixo (Figura 26).

Figura 26 – Elenco de tarifas cobradas pelos estabelecimentos balneares de um guarda-sol e duas cadeiras durante uma semana em algumas praias italianas na primeira semana do mês de agosto de 2021

TARIFHE A CONFRONTO (PRIMA SETTIMANA DI AGOSTO)			
Località	Nr. stabilimenti monitorati	Media delle prime 4 file	
		Tariffe 2021	Variazione dal 2018
ALASSIO	24	287 €	+19%
ALGHERO	13	173 €	+32%
ANZIO	15	150 €	n.d.
GALLIPOLI	15	267 €	+34%
LIGNANO	20	135 €	+8%
PALINURO	15	143 €	+14%
RIMINI	49	115 €	+12%
SENIGALLIA	16	122 €	+2%
TAORMINA E GIARDINI NAXOS	15	168 €	+1%
VIAREGGIO	28	256 €	+27%
TUTTE LE LOCALITÀ	210	182 €	+17%

n.d. non disponibile

Fonte: Organizzazione Altro Consumo (2021). Disponível em: <https://www.altroconsumo.it/organizzazione/media-e-press/comunicati/2021/inchiesta-spiagge-prezzi-e-accessibilita>. Acesso em: 05 jul. 2021.

Tal conjuntura fornece compreensão de que, para além dos interesses particulares dos agentes, as praias têm se constituído como ambientes preponderantemente para o consumo, corroborando o que afirmam Battilani e Bagnaresi (2020). Apresentando distinções entre suas fases de exploração econômica e socioambiental conforme a consolidação ou não da territorialidade. No caso de Rimini, as condições históricas do processo de desenvolvimento das atividades em seu litoral têm fomentado uma dinâmica de consumo na praia – sendo o ambiente praia assumido como protagonista para atração dos consumidores associado à oferta de serviços que aumentam a atratividade – mas também de um consumo da praia (predatório, quando há considerável incidência de impactos negativos), pois se trata de um território

fortemente antropizado e naturalmente vulnerável. A avançada dinâmica de erosão litorânea na região *Emilia-Romagna* advém, sobretudo da intensa urbanização e da exploração turística da costa, conforme aponta a ARPAE (2020),

As causas de vulnerabilidade comuns a todo o território costeiro regional, como a baixa profundidade do fundo do mar e a circulação limitada do Adriático, a influência de aportes do rio Po e a quantidade e qualidade dos aportes fluviais locais, juntam-se em medida mais acentuada ao norte, às pressões antrópicas ligadas à intensa urbanização e exploração turística do território. Ao longo da linha de costa sucedem inúmeras obras de engenharia, como cais, portos, docas, construídas ao longo de anos de intenso desenvolvimento socioeconômico que, associadas à rápida urbanização e ao crescente uso das águas interiores, conduziram, entre outras, a profundas modificações do sistema deposicional marinho-costeiro, até o aparecimento de fenômenos erosivos. Para combater o fenômeno, foram construídas barreiras de quebra-mar para proteger a praia. [...] Essas barreiras artificiais, construídas para proteger a praia com o objetivo de reduzir a erosão da costa, no entanto, são um obstáculo ao fluxo natural das correntes que garantiriam uma melhor mistura das águas (em tradução livre do italiano).

Assim, a análise dos impactos socioambientais das atividades desenvolvidas no litoral fornece-nos a compreensão de que as sucessivas e recorrentes intervenções no ambiente costeiro têm fragilizado o ambiente praias pelo comprometimento no balanço de sedimentos ocasionado pelo avanço da urbanização e a intensa exploração promovida pela atividade turística.

Nesse sentido, ações vêm sendo desenvolvidas para buscar equilíbrio socioambiental, segundo análise dos dados coletados, observações empíricas e diálogos/entrevistas realizados. Normas e regulamentos (por exemplo a *Ordinanza Balneare Comunale di Rimini 2019; 2020; 2021*) estabelecem parâmetros para manutenção e conservação do ambiente praias e sustentação às atividades econômicas. Planos e projetos de requalificação e regeneração urbana vem sendo elaborados para ampliar a atração de visitantes, turistas, investimentos e dar maior competitividade a Rimini, conforme aponta seu Plano Estratégico.

Dentre as obras de regeneração da orla de Rimini – tendo como principal projeto o *Parco del Mare* (Figura 27) – além da ampliação dos espaços para circulação de pedestres e ciclistas, oferta de espaços para atividade física ao ar livre, ampliação da arborização, maior integração entre os setores norte e sul, há uma ambiciosa obra para garantir a balneabilidade das águas com a construção de estruturas para decantar e purificar as águas escoadas antes de chegarem ao mar, prevista para conclusão em 2023. Nas Figuras 28, 29 e 30 evidenciam-se algumas das ações realizadas anualmente para manutenção e limpeza da areia, também para equilíbrio do volume de sedimentos na praia para promover sustentabilidade às atividades ali desenvolvidas.

Figura 27 – Placas indicativas e obras do projeto *Parco del Mare* em Rimini



Fotos: Bruno Pontes
(2021)

Figuras 28, 29 e 30 – Placa indicativa da qualidade da água banear em cada trecho do litoral; processo de manutenção e limpeza da areia da praia para equilíbrio do volume de sedimentos para o período do verão; obras do *Parco del Mare* e construção de estruturas para decantação da água antes de escoar para o mar.



Fotos: Bruno Pontes (2021); Foto: Rimini Notizie (2021).

Disponível em: <https://www.riminitizie.net/economia/2021/06/10/stagione-rimini-un-avvio-che-preannuncia-buoni-segni-di-ripresa/>. Acesso em: 12 jul. 2021.



As contribuições obtidas através de diálogos/entrevistas e observações criteriosas possibilitaram-nos uma visão crítica da realidade de Rimini, para além das impressões imediatas do seu bem estruturado e organizado litoral. Dentre os depoimentos trazidos por visitantes e turistas (5 no total) caracterizados quase que unanimemente (80%) por notória

satisfação pela dinâmica da praia de Rimini, oferta de serviços e receptividade, percebendo como positivas as obras do *Parco del Mare*, “*però disagi per tenersi in piena estate*”, destaca turista em um dos diálogos/entrevistas. Quanto às falas dos representantes da comunidade local (9 no total), nas áreas de *spiaggia libera*, três deles (33%) revelam pontos importantes para reflexão.

Quanto a essas, a síntese das críticas se deu principalmente pelo “*esvaziamento das praias livres por turistas e maior demanda por esses espaços por moradores e visitantes italianos*”, a falta de indicação para o acesso causa a impressão de que não há outra opção a não ser alugar cadeiras e guarda-sóis em Bagni” e quanto às dimensões “*aqui na Marina Centro o espaço é amplo, mas nas demais áreas o espaço é escasso e dificulta a prática de esportes coletivos, por exemplo*”. Quanto ao projeto *Parco del Mare* há entendimento de que será positivo porque “*oferece aos cidadãos mais oportunidades de locomoção pela orla com facilidade, segurança e sem o intenso fluxo de veículos*”. E ainda uma importante observação sobre o demasiado olhar para atração de turistas, “*Rimini é uma bela cidade global que se esforça para receber turistas e manter uma boa estrutura, todavia se tornou uma cidade como muitas outras no mundo que pouco faz por seus habitantes, privilegia sua imagem para o exterior*” (trechos em traduções livres do italiano).

Por meio da fala do representante pela gestão das praias livres puderam-se constatar convergências com as percepções de alguns dos representantes da comunidade local. Quanto à promoção ao uso destes trechos informa que

[Agente Público] *Há uma demanda crescente por praias livres, também por conta da pandemia da Covid-19, mas ainda há necessidade de mais ações de promoção que favoreçam maior presença nessas áreas, além dos eventos que acontecem pontualmente, e otimizar o sistema de sinalização. Mas isso depende das estratégias de planejamento da praia por parte do município de Rimini (agosto/2021) (em tradução livre do italiano).*

E destaca que o perfil dos usuários é majoritariamente de “*residentes de Rimini, visitantes da região Emilia-Romagna ou italianos provenientes de outras partes da Itália, sobretudo do norte*”. Por fim, evidencia que o trabalho de manutenção, conservação e sustentabilidade se dá em “*sinergia com o Município de Rimini, que estabelece os padrões de limpeza e conservação e está sempre buscando a melhoria dos serviços oferecidos nessas áreas*” (em traduções livres do italiano).

Por fim, indagou-se sobre a possibilidade de ampliação das áreas de praias livres, de forma a atender a normativa regional de um mínimo de 20%, para o que afirma “*houve*

recentemente uma tentativa de ampliação das praias livres, mas a realidade das concessões em Rimini dificulta” (em tradução livre do italiano).

Quanto aos proprietários de estabelecimentos balneares (*Bagno*), conhecidos tradicionalmente como *bagnini* (*beach manager*), possuem uma função historicamente estabelecida e reconhecida e ainda importante atribuição na promoção da imagem das praias de Rimini. A fim de trazer elementos que caracterizem especificidade e distinção destes agentes na dinâmica da organização territorial das praias de Rimini, esclarece-se que os *bagnini* são operadores privados que possuem concessões públicas para uso da praia (Figuras 31, 32 e 33). De forma geral estas concessões foram realizadas em sua maior parte aos habitantes de Rimini para utilização e gestão destes espaços, sendo sucessivamente renovadas e comumente transmitidas hereditariamente. Nesse sentido, destacamos afirmações de pesquisadores da *Università di Bologna* para fundamentar a particularidade destes agentes na dinâmica de praia,

A arte dos bagnini combina atividades manuais com habilidades de relações interpessoais e a organização da vida social da praia, que se configuram como uma adaptação à sociedade contemporânea das atividades de mestres de cerimônia [...] Cada bagnino interpreta e renova tais funções com base na personalidade e criatividade de cada um. Esse papel é reconhecido pela colônia de banhistas (BAGNARESI; BATTILANI; MARIOTTI; 2021, p. 10) (em tradução livre do italiano).

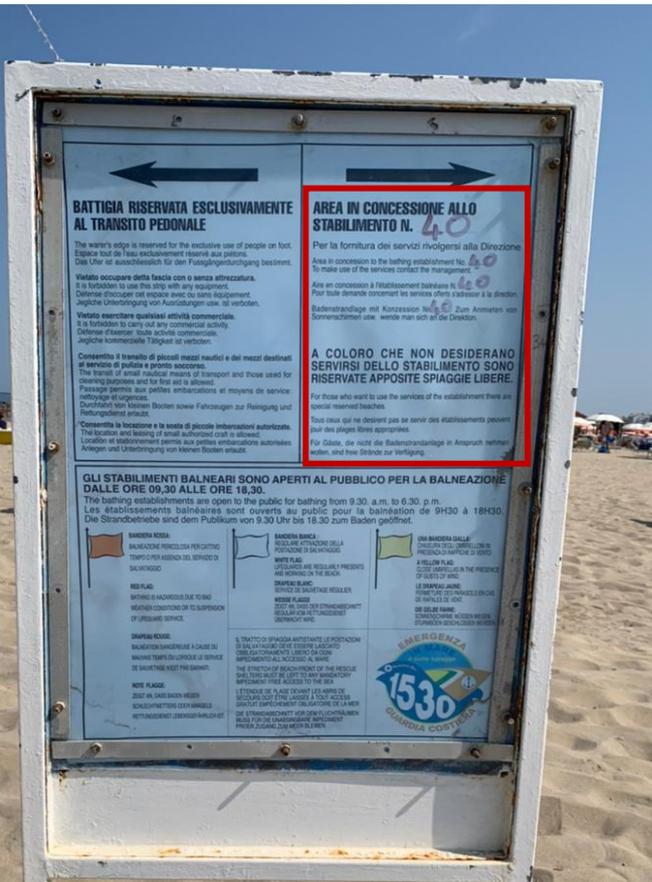
Tais agentes atuam de modo colaborativo com a *Comune* de forma a preservar o ambiente de praia, resguardar a qualidade necessária para desempenhar suas atividades e a oferta dos mais variados serviços que compõem os *Bagni*.

Em virtude dos conhecimentos específicos adquiridos e das atividades que desenvolvem, os bagnini são parte ativa da preservação do ambiente natural e atuam em colaboração com uma rede de instituições públicas e privadas locais para preservar o território da erosão marinha e recriar o habitat dos peixes. Estes incluem a Empresa de Gestão Integrada de Resíduos e as associações para a conservação do ambiente e da fauna marinha (Ibidem, p. 08) (em tradução livre do italiano)

E ainda,

O cuidado e a gestão da praia tornaram as atividades realizadas pelos bagnini uma parte ativa do ciclo ecológico da praia antropizada. Esses garantem o recolhimento dos resíduos (desde pontas de cigarros, plásticos de todo o tipo e todos os outros resíduos) e evitam que a presença de um grande número de pessoas produza resíduos que cheguem ao mar. Estas atividades são reconhecidas pela comunidade local e são organizadas em colaboração com a administração municipal. Suas intervenções são periodicamente noticiadas na imprensa local. Há anos, por exemplo, são promotores e parte ativa das operações de alimentação dos sedimentos de areia (a retirada de areia do fundo do mar que permite a recuperação do volume original da praia). Esta operação, totalmente em conformidade com o respeito pelo meio ambiente, evitou ao longo das décadas o fenômeno do agravamento da erosão marinha (Ibidem, p. 10) (em tradução livre do italiano).

Figuras 31, 32 e 33 – Estrutura de cadeiras e guarda-sóis montadas em *Bagno* e Placas de sinalização que indicam área da praia sob concessão privada



Fotos: Bruno Pontes (2021).

Nota: Destaca-se as informações, com destaque em vermelho, localizadas na placa a esquerda com os seguintes dizeres: “Área em concessão ao estabelecimento nº 40 [...] Àqueles que não desejam servir-se do estabelecimento são reservados a dirigirem-se às praias livres” (em tradução livre do autor).

Quanto às informações obtidas através dos diálogos/entrevistas a gestão dos estabelecimentos balneares apresenta maior intensidade entre os meses de março a outubro “*iniciam a montagem das estruturas e a preparação da areia para receber os clientes entre a época balnear, sobretudo*”. No que tange aos serviços oferecidos destaca-se que “*Cada estabelecimento balnear é responsável pelos serviços que oferece, com estruturas distribuídas segundo as quatro faixas determinadas, todavia todas as atividades devem ter o consentimento e autorização da Prefeitura, que ordinariamente as fiscaliza*”. Deste modo, a relação com a Comune se dá através de “*relatórios anuais e através de rigoroso cumprimento das normas e regulamentos de funcionamento, estabelecidos em comum acordo com as Cooperativas Bagnini*” (em traduções livres do italiano). E, no que diz respeito às relações com a comunidade local, visitantes e turistas, além do perfil de seus usuários salientam que

[Bagnino] *Quanto aos moradores, eles têm à disposição cadeiras, guarda-sóis e espreguiçadeiras, que oferecemos cordialmente. Os turistas são a maioria, tanto italianos quanto do resto do mundo, elogiam nossa recepção calorosa e geralmente retornam com seus amigos e familiares, gerando uma atmosfera de amizade e confiabilidade* (agosto/2021) (em tradução livre do italiano).

Em suma, evidencia-se que para além das fragilidades quanto à restrita oferta de espaços públicos de *spiaggia libera* – como já salientado, apenas 4,5% da extensão territorial total – , ausência de sinalizações e orientação para acesso às praias livres e ainda restritas ações de promoção, estímulo ao uso e apropriação destes espaços (Figuras 34 e 35), caracterizando um ambiente de praia substancialmente privado, Rimini possui uma organização territorial que tem possibilitado equilíbrio social, não obstante a crescente vulnerabilização do ambiente praial aos fenômenos erosivos o que poderá comprometê-lo no longo prazo. Quanto a isso, afirmam Battilani e Bagnaresi (2020, p. 26),

A antropização da praia concretizou-se através de uma dinâmica por vezes conflitante na sua utilização como local de trabalho que, no entanto, não gerou verdadeiros conflitos sociais graças ao envolvimento de diferentes classes sociais no desenvolvimento e ganhos do turismo (em tradução livre do italiano).

Figuras 34 e 35 – Placa indicativa de área de praia livre (a única identificada através de nossas observações) e área de praia livre localizada em *Marina Centro*



Fotos: Bruno Pontes (2021)

No que tange às observações empíricas em Porto de Galinhas, pode-se dizer que vêm sendo realizadas há pelo ao menos 20 anos, seja como assíduo frequentador de suas praias seja como pesquisador. Razão pela qual se pode constatar com mais acuidade as transformações e

os fenômenos ocorridos ao longo do período neste território. Os diálogos/entrevistas trouxeram detalhamentos pelas visões daqueles que vivem cotidianamente o território, presenteando-nos com suas ricas experiências como um relicário territorial das praias de Porto de Galinhas. As principais falas foram trazidas para dar substância às nossas discussões e demonstrar a dialeticidade inscrita no território.

Destarte, evidenciou-se um senso de territorialidade latente por meio das falas dos representantes de organizações sociais, associações e de um ex-integrante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Ipojuca (6 no total), os quais deixaram claro, majoritariamente (83%), a insatisfação com a dinâmica dos últimos 10 anos em Porto de Galinhas. Apesar de confirmarem uma melhora de vida. Destacam-se menções ao crescimento urbano sem controle, ocupações irregulares, intensa verticalização, privatização de praias e estímulo a um modelo de turismo predatório, pois não há infraestrutura para dar-lhe suporte. De acordo com a representante da associação de barraqueiros, “a precariedade em Porto de Galinhas é invisibilizada, tenta-se esconder, mas só cresce. Por exemplo, não temos condições dignas de moradia aqui, mas quem está hospedado nos hotéis e *resorts* não imagina”. E ainda ressalta,

[Barraqueiro(a)] Porto de Galinhas foi modificada seguindo um receituário que pode dar certo em outros lugares, porque apesar da melhora nas condições de vida está cada vez mais difícil de se manter nessa atividade. Nós que trabalhamos oferecendo nossos serviços há mais de 20 anos, percebemos que nosso espaço de trabalho tem sido cada vez mais reduzido, e as exigências para permanecer trabalhando com isso cada vez maiores. Com o avanço dos hotéis, vão se instalando e reduzindo nossos clientes, não percebemos iniciativa em estabelecer parcerias, cooperação para atender visitantes e turistas. Não somos inseridos na cadeia do turismo como deveríamos, nós prestamos um serviço importante aos turistas (janeiro/2018).

Enquanto que o representante dos jangadeiros trouxe-nos pontos complementares de observação sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos em Porto de Galinhas e como vem sendo degradada a praia,

[Jangadeiro(a)] Hoje temos melhores condições de trabalho, estrutura, com 84 jangadeiros associados, regulamentação e capacitação. Mas, a praia já não é mais a mesma, aos poucos percebemos o comprometimento da qualidade ambiental pelo crescimento desenfreado, as águas de esgoto que chegam no mar nos períodos de chuva são a prova de que não dá para continuar fazendo ‘vista grossa’ para os problemas estruturais. Outro ponto é que no verão há congestionamento no mar, no trecho para as piscinas naturais, estamos saturando a praia, apesar das ações de preservação. Os recifes de corais estão cada vez mais degradados, até quando vão resistir não sabemos, temos que continuar trabalhando (julho/2018).

Situação semelhante compartilhada pelos bugueiros que relatam sobre a ocupação dos antigos acessos à praia pelos megaempreendimentos à beira-mar, restando poucos caminhos para os percursos dos passeios turísticos, e o avanço da privatização,

[Bugueiro(a)] Como agora tudo se privatiza até os moradores estão cercando as áreas que eram pra circulação pública, e os hotéis e condomínios constroem muros nas áreas de passeio. Nossa atividade está acabando porque os caminhos possíveis diminufram muito. Camboa agora é privada, não podemos mais entrar desde quando os condomínios começaram a ser construídos. A praia de Porto de Galinhas agora tem donos (julho/2018).

Contudo, os relatos que ressaltam com maior ênfase o comprometimento ambiental das praias são dos pescadores da Colônia Z-12 de Porto de Galinhas. Quanto à como percebem as mudanças em Porto de Galinhas relatam,

[Pescador(a)] Nem gosto de falar disso, meu filho. Porque fico triste. A gente se mantém aqui porque não pode deixar o que tanta gente ajudou a construir. Porto de Galinhas está cada vez pior, ano a ano é isso que a gente percebe. Praia suja com lixo e esgoto, construção em cima da areia, cada vez mais gente, violência. Porto tá se acabando aos poucos (janeiro/2018).

Fala confirmada pela percepção de outro(a) pescador(a),

[Pescador(a)] Tá uma bagunça, parece que quanto mais gente ganha dinheiro aqui mais se acaba. O mangue tá morrendo, tá virando terra. O mar cheio de sacola, plástico e pouco peixe comparado com antigamente. A gente mesmo (*quanto aos atuais 45 pescadores cadastrados na Colônia Z-12*) não mora mais aqui perto, quase todo mundo vendeu suas casas, muita gente da nossa época mora agora em Nossa Senhora do Ó (*distrito vizinho de Porto de Galinhas*), porque a pressão é grande (*referindo-se à pressão imobiliária*). Porto de verdade tá sumindo junto com a gente (janeiro/2018, grifos nossos).

A atividade da pesca artesanal no litoral sul de Pernambuco tem conhecido grande perda de mão-de-obra para o turismo, pela busca de incremento na renda e aumento das dificuldades por questões socioambientais, redução da frota pesqueira artesanal e severamente impactada pela destruição do ecossistema manguezal, da vegetação de restinga, estuários, poluição dos rios (RAMALHO, 2017).

Quanto à relação com a gestão municipal expõem que há contribuições, apoio financeiro, até mesmo do estado de Pernambuco, em períodos de dificuldades, mas sempre insuficiente e de forma paliativa, já que para atuar nas causas do comprometimento de suas atividades “envolve gente importante, que manda e desmanda, gente de fora que tem esses negócios grandes (*referindo-se aos grandes hotéis, resorts e condomínios privados*). Porto de Galinhas agora não é uma vila de pescadores como antes, agora é praia gringa” (Pescador(a),

janeiro/2018). Relatam também como percebem esforços de “gente sabida, inteligente, que percebe que a simplicidade é importante, que estuda a gente” (Pescador(a), janeiro/2018), sobre os estudantes e pesquisadores com quem conversam e dizem que buscam dar-lhes voz.

Sobre o que tem sido feito para conservar o ambiente em Porto de Galinhas, suas percepções são de que “não tem sido feito nada que surta efeito. A gente vê gente falar que faz isso e aquilo, mas o resultado bom não chega. Então, o que tão fazendo? O ‘mal Suape’²² tá aí, acho que não tem mais o que fazer” (Pescador(a), janeiro/2018). E ainda complementam,

[...] Nem a praia a família da gente consegue aproveitar direito mais, porque tudo tem que pagar, tem menos lugar na praia bom de tomar banho pra aproveitar sossegado, se a gente não conhecesse bem essas praias ia ter dificuldade em ter sossego pra tomar um banho de mar com a família (Pescador(a), janeiro/2018).

Um(a) antigo(a) integrante do Conselho municipal de defesa do Meio Ambiente de Ipojuca destaca que conhece as dificuldades, inclusive de fazer funcionar o conselho, salientado que o maior desafio relacionado à conservação ambiental em Porto de Galinhas é aumentar a capacidade de monitoramento e fiscalização do município.

[Antigo integrante do Conselho municipal de defesa do Meio Ambiente de Ipojuca] Não há capacidade para controlar as transformações que estão acontecendo em Porto de Galinhas, essa é a verdade. Nem mesmo ao crescimento protocolar (*de construções*) consegue-se dar conta e o avanço irregular, em áreas de proteção ambiental, vegetações de restinga, estuário, falésias, está cada vez maior. Além do avanço dos empreendimentos na beira-mar tem o avanço das ocupações na Salinas, Socó, Pantanal, O meio ambiente tem sido pressionado em todos os lados (janeiro/2018).

Para alguns dos(as) moradores(as) da comunidade local (principalmente dos bairros Salinas, Socó e Pantanal, que registram grande número de assentamentos irregulares e infraestrutura precária), “Porto de Galinhas é bom, a gente ama isso aqui porque tem raiz aqui, de família, amigos, mas é melhor pra quem vem de vez em quando como os turistas, porque não precisa passar pelas dificuldades que a gente tem com água, esgoto, energia”. Por fim, indaga, “Será que quem tá na sombra e água fresca nos *resorts* passa por isso?” (Morador(a), janeiro/2018).

Não obstante, os registros das falas a seguir nos forneceram ainda importantes pontos de observação,

²² Quanto a esta menção a esta expressão sugerimos acessar <http://suapepeloavesso.marcozero.org/>, premiada matéria que retrata com detalhes o dilema vivido pelas comunidades tradicionais atingidas pela construção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

[Morador(a)] A Prefeitura de Ipojuca tem feito algumas ações aqui sobre o lixo (*quanto à inserção dos bairros Salinas, Socó e Pantanal na rota regular dos caminhões de coleta de lixo*), feito calçada, mas parece que é só preocupação com a aparência, a gente vê placa, divulgação, carro de som falando das ações, mas olhem como está essa rua (*apontando para a água de esgoto a céu aberto que escoo pela rua*) a gente vive assim, nessa condição (*quanto à ausência e/ou a precariedade das intervenções de saneamento básico*) (janeiro/2018, com grifos nossos).

Cabe destacar que segundo informações obtidas na Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano da Prefeitura de Ipojuca, estima-se que apenas 25% de Porto de Galinhas possua esgotamento sanitário “[...] que deve se concentrar onde tem os empresários” comenta um(a) morador(a) (janeiro/2018). De acordo com dados do IBGE (2010) o município Ipojuca conta com 50,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, porém não há registros oficiais para o saneamento básico em Porto de Galinhas. Situação que contrasta com o PIB per capita do município de R\$132.2016,17 (IBGE, 2019), o maior do estado de Pernambuco.

Recentemente (em 2021) imagens de vazamento de fossas sanitárias e escoamento de esgoto chegando ao mar ganharam notoriedade, produzindo abertura de inquérito civil por meio do Ministério Público de Pernambuco (MPPE)²³ e a fiscalização do sistema de esgotamento pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Foram encontradas irregularidades como diversos poços de acumulação para retirada de esgoto através de caminhões limpa-fossa. Para o que se recomendou a elaboração de diagnóstico, no prazo de seis meses, sobre a situação da destinação do esgoto sanitário de todas as unidades prediais de Porto de Galinhas (MPPE, 2021).

[Morador(a)] Quando tá em período de chuva a gente percebe que a cidade fica com um cheiro ruim, porque fica tudo cheio e o esgotamento aqui que já é pouco, não aguenta. O pessoal do turismo passa vergonha. Antigamente Porto já não aguentava imagina agora com essa gente toda? (janeiro/2018).

O argumento do morador(a) explicita o crescimento exponencial e em curto prazo observado em Porto de Galinhas, acelerado na década de 2000, sem que houvesse planejamento e capacidade infraestrutural. Segundo a Prefeitura de Ipojuca, muitas irregularidades já foram identificadas nos empreendimentos de pequeno porte e informais, assegurando que os megaempreendimentos passam por todas as etapas legais como anuência prévia, aprovação, licenciamento, estudo de impacto ambiental, de vizinhança.

²³ Conforme informações do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), disponível em: <https://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/14209-ipojuca-prefeitura-deve-realizar-levantamento-sobre-destinacao-de-esgoto-sanitario-em-porto-de-galinhas> Acesso em: 22 mar. 2021.

Ainda quanto ao saneamento básico o governo do estado de Pernambuco, por meio da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), divulgou em 2021 investimentos que a preveem aumentar consideravelmente (chegando a até 60%) o esgotamento sanitário em Porto de Galinhas, até 2023, com implantação de 25 km de rede coletora, além de uma estação de tratamento de esgoto ²⁴. O que deixa patente a urgência e precariedade de uma infraestrutura básica.

Os visitantes e turistas ofereceram percepções mais genéricas demonstrando, em sua maior parte (67%), satisfação com a situação de Porto de Galinhas. Elementos como a beleza cênica, a ampla oferta de serviços, a cultura acolhedora e a alegria, além da gastronomia tiveram destaque em suas falas.

[Turistas] Porto de Galinhas tem um clima agradável, as pessoas são alegres e a praia é linda. Achemos parecido com Guarapari (*cidade litorânea do estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil*), mas a estrutura dos hotéis aqui é muito melhor, mais confortável (julho/2018, com grifos nossos).

Além disso, enfatizam as conveniências oferecidas pelos *resorts*, “que nem dá vontade de sair de lá”, acrescentando que, “a gente saiu do hotel só porque queria conhecer a tapioca daqui.” E um(a) outro(a) turista comenta que,

[Turista] [...] como compramos um pacote turístico seguimos uma programação, aproveitamos o hotel e conhecemos os roteiros sugeridos. O ruim é que a praia em frente ao hotel não é boa pra tomar banho, o mar é agitado, disseram que é perigoso, mas como tem piscina não fez falta (julho/2018).

Por outro lado, alguns visitantes forneceram pontos de observação que enriqueceram nossas análises. Como a seguinte,

[Visitante] [...] andar de carro dentro de Porto de Galinhas (*centro*) é horrível, porque não tem sinalização, orientação, e é muito bagunçado. Pra chegar em Muro Alto é um *rally* (*devido à estrutura viária malconservada*) e é difícil conseguir estacionar, para chegar até o mar não tem placas informando, e é tudo muito caro. Até parece que se esforçam pra dificultar a gente chegar lá. (janeiro/2018, com grifos nossos).

Impressões que se somam às nossas observações empíricas de maiores vetores exclusivistas no setor norte de Porto de Galinhas. Outro visitante destaca aspectos ambientais

²⁴ Conforme informações do Jornal do Commercio de PE. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/10/13619395-governo-de-pernambuco-autoriza-obras-de-requalificacao-do-acesso-a-praia-de-muro-alto-e-rs-609-milhoes-para-sistema-de-esgotamento-sanitario-em-porto.html> Acesso em: 10 nov. 2021.

que fazem de Porto de Galinhas “a praia mais condenada (*no sentido de comprometida ambientalmente*) de Pernambuco” (grifo nosso). Isto porque,

[Visitante] De Muro Alto (*não considerando também Camboa como parte de Porto de Galinhas*) até Maracaípe não tem mais um trecho da praia que tenha um pé de coco público, na área da beira-mar é tudo privado, casa, hotel de luxo, pousada. Muro Alto é lugar de passagem, só vai turista de *resort*; Porto de Galinhas (*centro*) ninguém aguenta de tanta gente, mergulhou esbarra em alguém; Maracaípe é o que resta, mas só o Pontal porque o mar mesmo só pra quem vai surfar. Depois de saturarem Porto estão migrando pra Maracaípe, já que em Muro Alto o domínio é privado. Querem fazer crescer Porto destruindo o meio ambiente, promovendo a praia pra ganhar prêmio e acabando com o mangue, desse jeito não aguenta mais 10 anos (janeiro/2018, com grifos nossos).

Indica-se, assim, pontos de observação e constatações realizadas ao longo da nossa pesquisa, introduzindo questões que serão melhor discutidas na seção seguinte. A praia inscrita nos fluxos de dinamização econômica e vulnerabilizada territorialmente tem combinado fatores potenciais para avanço da degradação ambiental e criação de exclusivismos, afirmando-se primordialmente para o consumo. Perde, com isso, oportunidade de estabelecer identidade e distinção, construir relação de pertencimento, fatores que poderiam dar-lhe maior coesão socioambiental.

Por fim, estabelecendo preliminares paralelos comparativos, ressaltam-se distinções entre os territórios em análise no Brasil e na Itália. No Brasil podem ser percebidas territorialidades indefinidas, desassistidas da governança, com memórias e identidades suplantadas em Porto de Galinhas, município de Ipojuca, Pernambuco. Diversamente do caráter participativo de governança por meio de entes para representação social (Organizações, Cooperativas, Sindicatos, Consórcios) que apresentam capilaridade e atingem interesses dos mais diversos agentes em Rimini. Além da virtuosa colaboração da Universidade de Bologna nos planos e projetos empreendidos pela *Comune*.

Ainda, em Porto de Galinhas a inscrição material de fixos na paisagem (construções de *resorts*, hotéis e condomínios privados, sobretudo) tem ressaltado a avidez dos agentes privados sob frágil regulação do município. O que caracteriza uma reprodução do espaço nas praias com delineamento segregacionista – ainda que estas se constituam como espaços públicos – por meio de excessivas intervenções muradas, pouco coesas e voltadas para públicos externos nacional e internacionalmente, sem integração com a história e a cultura local. Reflete, assim, numa compreensão, sob o ponto de vista material e simbólico, de espaço exclusivo, para poucos. Com isso, compreende-se que as formas de intervenção urbana prevalentes conjecturam

a pouca regulação e inobservância dos preceitos legais fundamentais, aludidos pressupostos da pesquisa.

2.4 Referencial Teórico

A estruturação do saber para a investigação está dialeticamente disposta partindo regressivamente de reflexões gerais, as quais se constituem basilares como um apriorismo conceitual para alicerçar críticas e confrontar os problemas de pesquisa. Direciona-se progressivamente a discussões de obras e autores mais atuais, acerca dos fenômenos que transversalizam aos objetos de pesquisa, que podem não constar no elenco aqui detalhado. Logo, a disposição de obras e autores a seguir deve ser compreendida como ponto de partida, sob ressalvas de uma compreensão contextual, histórico-geograficamente situada, não imunes nem inimputáveis à crítica de suas considerações para fundamentar a pesquisa.

Então, a fim de dar solidez às discussões relacionadas à histórica relação sociedade-natureza, que embasa as ressignificações aqui postas para discussão, assim como as ações de (re)produção do espaço, os modos de produção, utilizou-se de reflexões de Karl Marx, através dos seus apontamentos sobre uma relação alienada entre homem e natureza e entre homem e homem, tendo como fundamento a estrutura, dinâmica e contradições da economia baseada no modo de produção capitalista; György Lukács nos subsidiou com suas contribuições à interpretação das opiniões de Marx para compreensão do mundo, do desenvolvimento social, das necessárias ponderações e lutas contemporâneas, em sentido político e na dimensão das ideias. István Mészáros contribuiu também para o pertinente olhar frígido do capitalismo, fornecendo-nos uma visão da humanidade para além do capital e da alienação. De Hanna Arendt, apropriou-se reflexões críticas acerca da condição humana, como animal social e político, sobre nossas fragilidades e sobre a sociedade de consumidores (PONTES, 2017).

De Élisée Reclus absorvemos ideias sobre a preocupação das relações entre homem e natureza e sociedade e natureza, diante do que estava se considerando como progresso na formação de uma ordem capitalista. Para ele a Natureza e o homem formam um conjunto harmônico de influências mútuas, portanto, deve ser buscado o equilíbrio nesta relação, olhar este conexo ao nosso objeto de pesquisa. Tal pensamento também foi observado em John Passmore quando sugere atitudes morais novas em relação à natureza. Bruno Latour nos

forneceu, mormente, aportes relacionados à ecologia política. Culminando mais recentemente numa

[...] consagração da noção de ‘desenvolvimento sustentável’ e sua conhecida ambiguidade retórica que combina apelo moral para o futuro com o realismo político para o presente. No bojo desta ambiguidade, um vetor, o ético-normativo, chamou a civilização à responsabilidade pela sua negligência ecológica, enquanto um outro, o pragmático, preocupou-se principalmente em ir acomodando interesses diante de uma transição que, mais cedo ou mais tarde e pela força das circunstâncias, deveria acontecer. Hoje percebemos que o vetor pragmático não apenas foi acomodando os interesses, mas também retardou indevidamente providências que em vários aspectos já deveriam ter acontecido (FLORIT, 2015, p. 161).

Portanto, um anacronismo negligente, analisado através da retórica do desenvolvimento sustentável, o qual, contraditoriamente, mais tem se aproximado de um des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006; PONTES, 2017), que distancia as pessoas e compromete a qualidade de vida, porque recrudescer desigualdades sociais e injustiças ambientais.

Henri Lefebvre trouxe-nos contribuições sobre a compreensão da constituição do mundo urbano, da produção do espaço e da contradição do real sobre um ambiente difuso e complexo, revelando uma profunda teoria da vida cotidiana e apontando caminhos para o direito à cidade. Em Milton Santos basearam-se as discussões críticas quanto ao movimento global de conformação de um pensamento que se quer único, de produção das cidades, do ambiente, sobre a formação e estruturação da sociedade urbana e sobre as ações necessárias ao combate às desigualdades sociais e em favor da justiça social, para formação de ambientes de plena cidadania. Na direção de considerar permanentemente os limites do ambiente e as questões socioculturais, territoriais, em que se dá a crescente urbanização dos ambientes costeiros, Beatley (2014, p. 11) contribuiu por meio da ideia do “urbanismo azul”,

[...] argumento para uma maior conscientização e parceria entre governos municipais, planejadores, designers, cientistas e urbanistas para se tornarem parte de uma relação de complementaridade e mutualidade sustentáveis entre cidade e oceano. Existem muitas histórias positivas, iniciativas e exemplos de formas pelas quais o urbano e o oceano podem se cruzar (em tradução livre do inglês).

Desta forma, busca-se as conexões entre a constituição das cidades e a exploração dos oceanos - contribuindo com reflexões sobre meios de atingimento do ODS 14 e a meta 14.5 - analisando a intensificação da urbanização do litoral e apontando para a necessidade de uma consciência ambiental ampla para intervenção nestes ambientes,

Raramente há um reconhecimento em definitivo da casa e do contexto “azul” em que as cidades e as populações urbanas existem, ou da necessidade de levar em

consideração a proteção e a saúde dos ambientes marinhos como uma agenda urbana explícita. É tempo de abordar esse descuido tão comum. O urbanismo azul também está relacionado de maneiras importantes ao conceito de biofilia de E. O. Wilson – a atração inata e o sustento emocional que os humanos (especialmente aqueles que vivem em ambientes urbanos) sentem pela natureza (BEATLEY, 2014, p. 14, em tradução livre do inglês).

Ademais, apropriamo-nos das ponderações de Manuel Castells sobre a questão urbana e a conformação das cidades num período de compressão do espaço-tempo por meio das relações em rede, intensificadas pela globalização. E, David Harvey nos deu, neste contexto, embasamento sobre a produção capitalista do espaço, desvelando intencionalidades das ações hegemônicas que têm o capital como razão motora, em detrimento das pessoas.

Quanto a estas questões destacamos as assertivas de Jacobi e Giatti (2015, p. 01) sobre a dimensão ambivalente do desenvolvimento, instituído em bases verticais (globais) paradoxais e controversas,

A (ir)racionalidade do crescimento econômico, mesmo que atenuada por diretrizes inerentes a distribuição de renda e inclusão social, não é capaz de identificar e se adequar a peculiaridades regionais e, do mesmo modo, não possibilita que os desdobramentos e impactos regionais provenientes de pressões globais sejam devidamente mitigados. Aliás, o incessante apelo e a supervalorização da questão econômica como meta e, ao mesmo tempo, possibilidade de atender demandas sociais – que aliás, se constitui como um mito – não permite uma visão integrada das interdependências sistêmicas entre dimensões de sustentabilidade, em que, minimamente, devemos considerar a prudência para com os limites ecossistêmicos, a justiça social e a própria viabilidade econômica. Assim, o desenvolvimento não é capaz de dialogar com possíveis efeitos colaterais, nem com as questões de natureza global – local repletas de profundas iniquidades, nem mesmo, hábil em considerar uma perspectiva transgeracional e duradora [...], devemos vislumbrar a substituição da ideia fixa de crescimento por um complexo capaz de englobar diversos crescimentos, diversos decrescimentos e diversas estabilizações.

Às discussões relacionadas às políticas ambientais, buscaram-se contribuições de Enrique Leff, quanto às análises dos processos socioambientais, em seu projeto teórico que tem base em estratégias conceituais e esforços epistêmicos para fortalecer políticas que considerem uma racionalidade ambiental e um saber ambiental. Em Michel Foucault, buscou-se também contribuições epistemológicas, realizando um diálogo com as ideias de Leff, como nas seguintes afirmações,

[...] procura-se incorporar a natureza ao capital mediante uma dupla operação: por um lado, tenta-se internalizar os custos ambientais do progresso; além disso, instrumentaliza-se uma operação simbólica – um ‘cálculo de significação’ (BAUDRILLARD, 1974) – que recodifica o homem, a cultura e a natureza como

formas aparentes de uma mesma essência: o capital [...] A retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado (LEFF, 2015, p. 23-24).

Para o que Foucault (2016, p. 31) afirma sobre intencionalidades nas mutações de sentido, de significação,

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços [...] Não é preciso remeter os discursos à longínqua presença da origem; é preciso tratá-los no jogo de suas instâncias. Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas.

Para o que se teve também, no sentido da significação dos territórios, as contribuições de Dematteis (1995, p. 40),

[..] o planejador do território representa e ao mesmo tempo interpreta, quero dizer, antes de mais nada, que se coloca numa posição de escuta, de exploração de novos significados, de descoberta de possibilidades já inscritas nos estados de coisas existentes. Além disso, quero dizer que para representar esses (ainda) não existentes deve forçar os limites da linguagem e das categorias conceituais em uso, operando na penumbra da relação significante/significado (em tradução livre do italiano).

Reforçando, ainda, a necessidade de convergência das estratégias globais às locais, porém sem desconsiderar os limites e as significações territoriais,

Planejar o território significa, então, antes de tudo, representar as diversidades, em termos de possíveis respostas locais às mudanças globais e significa forçar os limites das linguagens universais de modo a torná-las capazes de acolher (compreender) e transmitir 'razões' e valores locais (p. 42) [...] Isso requer ter presente tanto a 'necessidade' inerente às dinâmicas globais, quanto aquelas que regulam a reprodução das identidades locais. Essa visão multicêntrica da realidade reintroduz os sujeitos na representação das coisas, os seus diferentes pontos de vista, as suas convergências e os seus conflitos: em suma, o que mais interessa saber ao planejar é que uma visão falsamente 'objetiva' do território tende a eliminá-lo (DEMATTEIS, 1995, p. 43, em tradução livre do italiano).

De Carlos Walter Porto Gonçalves, teve-se substanciais auxílios de uma visão ambientalista dos conflitos políticos contemporâneos, trazendo-nos evidências de um necessário empoderamento da sociedade, a fim de exigir e construir ambientes mais saudáveis.

Henri Acselrad, Marcel Bursztyrn e Amartya Sen perfilaram-se às reflexões para construção do direito à cidade, de uma governança e justiça ambiental, da necessidade de afirmação das ações com vistas a uma sustentabilidade não retórica.

Há uma frustração crescente não apenas à insignificância – ou total ausência – de iniciativas positivas para envolver os cidadãos nas políticas ambientais, mas também com o evidente ceticismo das autoridades públicas de que o apelo ao senso de responsabilidade social poderia dar resultado. (*Deve-se buscar, portanto,*) [...] expansão do ativismo cívico, (*indagando*) como a noção de sustentabilidade poderia ser ampliada à luz de nossa concepção de cidadão adequadamente responsável. Temos de examinar se a cidadania é puramente instrumental (só uma questão de maneiras e meios de conservar o meio ambiente) ou se é mais que isso; e especialmente se a cidadania eficaz é parte e parcela do que queremos sustentar. (SEN, 2010, p. 67, com grifos nossos).

Bem como Ladislau Dowbor e Clóvis Cavalcanti trouxeram reflexões críticas à ciência econômica tradicional, legiferando sobre a necessidade de incorporar às ponderações econômicas a variável ambiental, como forma de concatenar o paradigma da sustentabilidade como possível mediação das contradições.

E, em relação às legislações urbana e ambiental, partiu-se de considerações mais gerais relacionadas às políticas ambientais instituídas pelos Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), direcionando em seguida às observações para competências concorrentes de estados e municípios nesta temática, mormente as estruturas administrativas constituídas para mediar o uso do ambiente. Além dos conselhos, legislações ambientais e urbanas de Pernambuco, como a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro de PE, lei nº 14.258/2010, e dos municípios, como o Plano Diretor de Ipojuca que, apesar de estar em processo de nova publicação por exigência legal de atualização, foi analisada para a pesquisa a versão de 2008 deste instrumento.

No intento de buscar uma compreensão holista dos fenômenos discutidos, buscou-se, destarte, no paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin os aportes para compreender as complexas inter-relações a que estamos submetidos, contribuindo com visões que aumentam as possibilidades de conhecimento amplo da Natureza.

[...] o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade (MORIN, 2003, p. 14).

Do mesmo modo, também nos referenciamos em Fritjof Capra para melhor entender a trama de relações entre os elementos que compõem a realidade ambiental.

A seguir evidenciamos as demais contribuições teóricas relacionadas às categorias de análise que assumimos para erigir nossas discussões. Destaca-se, portanto, a proposta de estabelecer pontes de diálogo e altercações entre os objetos de estudo e as categorias conceituais de análise, sob caráter dialético, com aporte das bases teóricas acima referenciadas, crítica e propositivamente. Isto como forma, também, de inter-relacionar teoria e prática (no sentido de uma *práxis*), idealismo e experiência.

Ambiente/Ambiental/Ambientale/Environment

Enquanto categoria conceitual que abarca a maior amplitude de fenômenos, onde estão inscritas dinâmicas dialéticas imbricadas entre relações socionaturais - moldando e sendo moldado - o ambiente assume os contornos da complexidade que o constituem. E é justamente a dificuldade de dar contorno à complexidade, necessariamente escrutinada de forma interdisciplinar, em que reside o desafio de estabelecer conexões entre os fenômenos e fornecer evidências cientificamente referenciadas. Então, o ambiente é aqui compreendido a partir da ciência geográfica como espaço geográfico – com estrutura, processo, forma e função – dotado de especificidades sociais que determinam as formas de interação híbrida, simbiótica, com a socionatureza. Não apenas como substrato, mas influenciando e sendo influenciado pelas ações antrópicas – pelo que assume também conteúdo simbólico – ou pelo movimento espontâneo das dinâmicas naturais.

O ambiente é uma totalidade, abarcando todas as espécies animais e o seu contexto físico, ou seja, o meio biótico e abiótico. Mais pragmaticamente, compreende tudo com o que a humanidade interage, transforma, significa e ressignifica da primeira natureza mediante as relações sociais, portanto, o ambiente somos nós – socionatureza – histórica e culturalmente situados (SOUZA, 2019, p. 79).

Há, portanto, necessidade de consciência de lugar, de territorialidade e coletividade, daqueles que nele vivem, capazes de protagonizar a tessitura de sua complexidade. Ou seja, fornece-se uma compreensão ambiental que busca romper com ideias simplistas e reducionistas de indivíduos como meros consumidores de espaço e mercadorias, de sua abstração da construção de onde se vive. Sendo assim, compreende-se que os conceitos ambiente e território se complementam visceralmente (SOUZA, 2019), fato pelo qual assumimos a fluidez entre essas categorias conceituais.

Praia(s)/Spiaggia(e)/Beach(es)

Recurso potencial para promoção de bem-estar social assim como meio para ressaltar a importância da sustentabilidade, a beira-mar, a praia, são ambientes privilegiados para demonstrar ressignificações espaciais. É representativo pela importância na vida social do brasileiro, e por haver, por assim dizer, um apelo espontâneo à sua conservação.

Historicamente, devido à indistinta conexão com o mar a beira-mar é inicialmente compreendida como espaço da incerteza, do desconhecido e de repulsa, um território do vazio até aproximadamente o século XVII, como representado por Corbin (1989). A praia assume de modo gradual sentidos híbridos entre natureza e cultura por meio de processos retóricos que metamorfoseiam antigos paradigmas (FISKE, 1991; SHIELDS, 1991; MACHADO, 1996, 2000). A atribuição de imaginários civilizatórios à praia passa da invenção ao maravilhamento até a valorização como espaço de saúde, sociabilidade e lazer dos dias atuais.

Esclarece-se, contudo, a utilização da terminologia ‘Praia’ intenciona retratar um conjunto híbrido sacionatural²⁵ (SWYNGEDOUW, 1996; 2006), em que se dão os fenômenos e as dinâmicas ora identificados, cuja expressão é mais inteligível ao entendimento público. Ainda que saibamos que a designação “praia” expressa, de forma literal, um fenômeno geomorfológico caracterizado pela acumulação de sedimentos não consolidados (areia, pedras, cascalhos, conchas, etc.) periférico a um corpo hídrico, sujeito a variabilidades segundo características sedimentológicas e a dinâmica do movimento hídrico incidente (MANSO, 1997; HOEFEL, 1998). Como também distingamos a praia do ambiente praial ou sistema praial que compreende a extensão da área submersa até onde os sedimentos não são mais transportados ativamente pelo movimento das águas incidentes na zona costeira (COUTINHO *et al*, 1997). A

²⁵ Enquanto ambientes formados por “processos socioecológicos e tecnonaturais”. Mistura de coisas materiais e coisas simbólicas que produzem ambientes que unem natureza, sociedade e cidade, de uma forma profundamente heterogênea, conflitante e muitas vezes perturbadora (SWYNGEDOUW, 2006).

utilização da terminologia compreende geomorfologicamente, portanto, o estirâncio (praia + pós-praia).

As características ambientais sob aspectos físico-naturais do litoral de Pernambuco são clima tropical quente e úmido, tipo As' (pseudo-tropical) segundo a classificação climática de Köppen, temperatura média anual de 24°C, vegetação originária de floresta tropical atlântica, bioma mata atlântica, com vegetação rasteira nativa, coqueirais e a presença dos ricos ecossistemas manguezal e restinga predominantes nas áreas de estuário do litoral. Tais características conformam um ambiente costeiro de importância biológica predominantemente muito alta, segundo o Atlas Ambiental do estado de Pernambuco (CPRH, 2014). A riqueza quanto à biodiversidade destes ecossistemas faz com que sejam considerados grandes “berçários” naturais para peixes e outras espécies animais que migram para estas áreas durante ao menos uma fase dos seus ciclos de vida (*ibidem*).

Ademais, as praias são constituídas de sedimentação originada de diversas áreas, porém, a maior contribuição é de origem continental que chega à praia pelo sistema fluvial. Sendo assim, a ausência de descargas fluviais significativas no estado de Pernambuco, proporciona um pequeno desenvolvimento da plataforma continental (MENDES, 2000). O estado apresenta ao longo de seu litoral, trechos bastante vulneráveis a erosão costeira, fenômeno que resulta da combinação de fatores como aporte sedimentar para as praias deficiente devido a ausência de grandes rios com balanço de sedimentos suficientemente equilibrado; a plataforma continental é estreita e dificulta o armazenamento de sedimentos para remobilização; os cordões de arenito submersos na plataforma dificultam a remobilização de sedimentos; a ocupação desordenada do ambiente praial imobiliza as dunas e dificulta a reconstrução das praias no período de verão (ARAÚJO *et al.*, 2007). Assim, intensa dinâmica natural associada a penetrante urbanização desordenada e concentração de atividades econômicas, sobretudo indústrias e serviços voltados ao turismo e lazer têm constituído fatores de comprometimento da balneabilidade das praias do litoral de Pernambuco. A ‘litoralização’, denominado o processo de industrialização, urbanização e turismo por Madruga (1992). Estes são os principais vetores de pressão sobre sítio com características únicas em nosso planeta onde ocorre a interação ar-terra-mar e conseqüentemente um dos mais frágeis. Sua origem, os processos de sua evolução e suas configurações atuais se devem em grande parte à interação dos processos verificados no continente, no oceano e na atmosfera e suas variações ao longo do tempo (FRISCHEISEN *et al.*, 1989).

Os fenômenos da industrialização sobre a costa (através dos portos, a pesca industrial), o avanço da urbanização e o turismo litorâneo contribuíram em escala mundial para um despojamento semiótico da praia, apagando-lhe sinais tradicionais que selavam a identidade local, como apontam Urbain (1996) e Diegues (1998). Entretanto de forma distinta entre lugares como as aludidas áreas de pesquisa no Brasil (complexo Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco) e na Itália (Rimini, Emilia-Romagna, Italia). Nesta há maiores esforços para dar perenidade à significação territorial apesar dos inúmeros desafios como adiante apontado. No Brasil há, ainda, prevalência de um imaginário com frágeis raízes culturais e sociais, um progressivo aniquilamento dos traços culturais e históricos que marcam o ambiente, memórias do lugar substituídas pelo laconismo dos roteiros turísticos, que exploram as belezas naturais independentemente das realidades humanas locais (DIEGUES, 1998). Ou seja, com o avanço da dinâmica turística, o aporte de fixos, como grandes empreendimentos imobiliários e estruturas de suporte, e fluxos fazem emergir novos valores, hábitos e costumes.

Tal dinâmica resulta na ressignificação da praia, efeito da exacerbada absorção de modelos exteriores de desenvolvimento associados ao estímulo por parte de governos e agentes privados para desfrute das benesses dos espaços litorâneos também para atender ao mercado interno (DANTAS, 2009). Assim, a praia tem assumido cada vez mais sentidos voltados à mercantilização do ambiente, privatização dos espaços de raridade material e simbolicamente desconexos com o território.

São as iniciativas voltadas à Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) que ilustram algumas das possibilidades, mas também desafios de governança para fazer frente à complexidade deste ambiente na Itália, além de outros países europeus e asiáticos, como apontam Vallega (1999), UNEP (2008), Boscolo (2011), Portman *et al.* (2012). Adversidades como má coordenação de políticas setoriais, conflitos entre interesses de setores econômicos em divergência com as práticas de governança territorial e políticas de sustentabilidade, dificuldades de integração e comunicação entre pesquisadores e tomadores de decisão, até a descontinuidade promovida pelos longos prazos para implementação da GIZC com os ciclos eleitorais. Problemas também presentes no Brasil de acordo com o Projeto Orla (BRASIL, 2002) e em Pernambuco (ARAÚJO *et al.*, 2007; QUINAMO, 2013; CPRH, 2014; SILVA, 2015). Portanto, são desafios que denotam a importância de uma leitura renovada da praia na área de estudo no Brasil calcada numa forte concepção territorialista, como oportunidade de melhor governança destes espaços haja vista situações de urbanização pouco consolidadas quando considerada a dimensão da costa brasileira. Convocar as pessoas a assumirem o

protagonismo na construção de seus territórios de vida e compartilhar responsabilidades diretamente com o poder público constituem mudanças necessárias que devem estar intrinsecamente associadas à ressignificação de praias e demais ambientes liminares que defendemos.

Logo, estes são indicadores que nos instigam perceber como oportunidade melhor explorar a liminaridade do espaço público praia – mas também dos chamados comuns, ou espaços públicos comuns, como praças, parques, *etcetera* – resgatando suas características próprias, dotando-lhe de caráter territorial como forma de fazer frente às dinâmicas de homogeneização das quais os países em desenvolvimento demonstram maior susceptibilidade. Por meio da integração dos elementos socioambientais destacando construção da identidade coletiva, história, formação territorial, cultura e ambiente em interlocução com a comunidade local, podem constituir importantes elos de conexão com a praia sob a perspectiva territorial. Nesse sentido nos referenciamos na afirmação de Sénecal (1992, p. 36) “O estudo geográfico de signos, representações de imagens só tem significado se revelar a relação com o território, se, de fato, colocar em questão os mecanismos de territorialidade e espaço vivido” (em tradução livre do francês).

Contudo, fundamentais distinções devem ser estabelecidas entre o híbrido socionatural ‘praia’ sob especificidades que assumem no tempo, como já destacado, e no espaço. A acepção assumida para a pesquisa associada à categoria conceitual ‘território’ tem em si objetivo de explorar o potencial dessa concepção sobretudo no Nordeste brasileiro, por todos os predicados geográficos que constituem este ambiente. Todavia, salienta-se a distinção de significação que a praia assume no Brasil e na Itália, com base em pesquisas bibliográficas e observações empíricas realizadas, para o que foram escrutinados representações, por meio dos signos²⁶ e símbolos, primordialmente das praias do Nordeste do Brasil. Tal distinção resulta da análise da simbologia combinada às especificidades ambientais.

Por esta razão evocamos representações do imaginário social da praia no Brasil. Recentemente exploradas (principalmente no início do século XXI) têm construído importante fomento para discussões vinculadas à premência da sustentabilidade. São estas investigações

²⁶ Considerando as profundas discussões semióticas acerca dos signos não há pretensão de esgotá-las. Por isso adotamos a ideia do signo enquanto algo (objeto ou evento) que assume uma relação de sentido solidificado culturalmente a partir do contexto histórico-geográfico em que se dá, por meio de seus interpretantes. Ou seja, se constitui como possibilidade de referência a um objeto ou evento (ABBAGNANO, 2007), como aparência, símbolo, tema, estabelecendo uma representação de seu conteúdo determinada pelo contexto socioambiental.

esteio que reúnem simbologias a serem enaltecidas das praias, onde se manifestam costumes, comportamentos, concepções morais, formas de convívio, que traduzem aspectos da contemporaneidade, sobre os quais destacamos registros de Yázigi (2002), Araújo (2007) e Veríssimo (2020), a fim de ilustrar estas significações.

“Para quem frequenta o litoral brasileiro, não é novidade que as praias sejam portadoras de um “clima” marcado. Tão diferenciado que é comum as pessoas perguntarem: “de que você mais gosta, de praia ou montanha”? Em seu conjunto, a beira-mar seria uma verdadeira tradição brasileira [...] Chegar não muito cedo, apesar das advertências médicas contra os raios nocivos do sol e retirar-se para o almoço-ajantarado, bronzeados, são costumes arqui-sedimentados no Brasil. A existência do mar propicia esportes náuticos, [...] e ainda, verdadeiros campeonatos têm lugar sobre as areias. Tênis, vôlei, futebol de praia, *joggers*, alguns dos quais televisados em rede nacional e até internacional. A decoração comercial, o tipo de comércio e a própria comida refletem este clima: lojas de roupa reduzida, profusão de bronzeadores e filtros solares, casas de sucos de frutas, choperias e sorveterias por todo canto... São o sol e o corpo regendo a vida turística. São os três ésses: *sea, sun and sex*. (YÁZIGI, 2002, p. 157-158).

“No transcurso do século XX, assistimos à consagração das praias, e por extensão de quase toda a zona do litoral brasileiro e do pernambucano, em particular, como espaços extremamente dinâmicos e econômica e socialmente valorizados, de usos os mais diversificados e para os quais são atribuídos significados vários. Lugares de indiscutível importância para a sociedade brasileira [...] As praias sobressaem, ainda, por serem espaços privilegiados para vivência do lazer e da sociabilidade em múltiplas formas e expressões” (ARAÚJO, 2007, p. 18).

“Praia é uma república em que todos são iguais perante o sol. Nenhuma democracia social é tão adiantada quanto a praia, onde as raças não apenas convivem como fazem tudo para se tornarem iguais. Suam, literalmente, para diminuir suas diferenças. Os brancos tentam ficar marrons, embora às vezes só fiquem vermelhos, os marrons ficam pretos e os pretos já estão prontos. A praia também é a democracia econômica com que tantos sonham. É difícil distinguir o rico do pobre sem roupa. [...] A não ser no detalhe - uma barriga mais próspera, um par de óculos escuros obviamente mais caro - não há como ostentar riqueza na praia. Não existem guarda-sóis-mansões e guarda-sóis populares, ou sombra de luxo e sombra conjugada. E o mesmo isopor que traz o champanha traz a farofa. Na praia todo mundo é posseiro e ninguém é proprietário, e não há conflitos territoriais. A não ser os causados por boladas do frescobol, que são resolvidos no grito” (VERÍSSIMO, 2020, p. 205).

A praia, ambiente vocacionado para o convívio, o lazer, relaxamento, diminuição do estresse, para exultação, deve assumir valoração simbólica dos seus elementos para enaltecimento da paisagem, das sensações, pelo brilho do sol, o calor, as águas quentes, compõem aspectos socioambientais resilientes na memória afetiva e que empreende movimento possível de liminaridade do espaço público para territorialidade segundo nossas observações.

Sendo assim, as particularidades ambientais do território praia sob condições também simbólicas agregam substantivações que permitem sensibilização social, pois permeia o

imaginário coletivo assumindo insígnias radicadas numa compreensão a ser explorada de territorialidade que vai além das populações tradicionalmente estabelecidas, como caiçaras, pescadores(as), marisqueiras(os). É um ambiente de uso comum do povo, público, de livre circulação, ainda democrático, garante à sociedade bem-estar, sociabilidade, contato com amenidades naturais, e que por estas razões suscita espontânea integração entre pautas socioambientais. Enfim, constitui importante amálgama para fortalecer a compreensão da territorialidade. Esses são indicadores essenciais, compreendidos como frestas de possibilidades capazes de dar mais assertividade às ações e estratégias para conservação ambiental em tempos de rarefação e de avanço da privação e privatização destes espaços.

Ainda quanto à ideia da ressignificação de praias indicamos estar ligada à atual dinâmica de uso e ocupação do solo que prepondera em intervenções nestes ambientes. Porém, destacamos as transformações a que estão submetidas algumas das principais praias do litoral sul de Pernambuco, detendo-nos a analisar o complexo Porto de Galinhas onde há a maior dinamicidade. Compõe, portanto, movimento que reflete o avanço da urbanização sob a lógica da privatização dos ambientes de amenidades que ocorre nos centros urbanos e literalmente se ‘espraia’²⁷. Mas ao mesmo tempo – amparando-nos na dialeticidade a que estamos sujeitos – a menção à ressignificação de praias tem intuito de demonstrar possibilidade. Isso, por meio da consideração da praia enquanto categoria conceitual território, segundo a concepção aqui proposta, como forma de consolidar o direito à sustentabilidade. Ou seja, demonstra-se o significado que a praia tem assumido ancorado nas dinâmicas atuais, mas também destaca o que pode vir a ser. Conformando um movimento de compreensão crítica da realidade, diálogo e proposição, consoante ao método dialético.

Cabe-nos, assim, assumir campos de discussão pouco pavimentados a fim de fazer emergir alternativas aos auspícios de financeirização da vida e aos avanços da degradação ambiental a que o ambiente costeiro está crescentemente submetido. Convocar a sociedade em defesa dos territórios de praia através de evidências científicas constitui ferramenta capital para

²⁷ Vide a produção do espaço no litoral sul de Pernambuco nos municípios Cabo de Santo Agostinho, com a construção da Reserva do Paiva na Praia do Paiva (<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25311>); Ipojuca com as crescentes investidas do mercado imobiliário no complexo Porto de Galinhas e a pressão pela construção de um complexo de eventos e entretenimento chamado Arena Porto (<https://www.folhape.com.br/noticias/arena-porto-pode-ser-autorizada/90201/>); e Tamandaré com a construção em andamento de *Resort* e um parque aquático na praia de Carneiros (<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2020/10/tamandare-tera-parque-aquatico-e-resort-com-investimento-de-r-380-mil.html>).

o sucesso das pesquisas empreendidas, cujas pretensões de transformar positivamente a realidade têm a urgência própria de nosso tempo.

A recente possibilidade de descentralização da gestão de praias marítimas por meio do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP) proposta pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Brasil, conferindo transferência da responsabilidade da União para os municípios, para além da dialética relação entre riscos – devido à maior vulnerabilidade dos governos locais às pressões por parte dos agentes privados, pela frágil capacidade técnica de boa parte dos municípios brasileiros, e a crescente necessidade de captação de recursos inserida no âmbito da competitividade mundial entre cidades – e possibilidades, pode-se haver contribuições no sentido de uma territorialização, com a assunção da praia enquanto espaço público a ser valorizado e conservado pela comunidade como patrimônio local.

Por isso afirmamos que tal instrumento associado a diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação do ambiente de praia que constitui sustentação natural e econômica da zona costeira como os Planos de Gestão Integrada, Projeto Orla (BRASIL, 2002), com as devidas articulações intersetoriais e interescolares, como também em diálogo com as experiências internacionais relacionadas à GIZC constituem possibilidade para governança mais complacente com a complexidade que envolve as zonas costeiras. Compõe-se assim um arranjo de ferramentas que podem contribuir com o avanço da discussão relacionada à sustentabilidade observando as dinâmicas tanto materiais (fixos) quanto imateriais (aspecto simbólico), caso haja amparo na condição territorial da praia que buscamos evidenciar.

Território/Territorial/Territoriale/Territory

Parte-se conceitualmente da consideração de que o território é um sistema dinâmico de inter-relações socioespaciais capaz de sedimentar recursos específicos, sejam humanos, ambientais, naturais ou artificiais, materiais ou imateriais, que constituem genuinamente a identidade local. É o ambiente dos homens e mulheres. Cujas consciências de lugar consente territorialidade para uma atuação política funcional à construção de ambientes de vida potenciais ao desenvolvimento endêmico. Todavia, mais pragmaticamente, pode ser considerado como uma projeção das relações sociais no ambiente, uma manifestação da espacialidade onde as fronteiras são fluidas e devem ser tangibilizadas espaço-temporalmente em escalas circunstanciais, pois dependem das relações referenciadas pelo poder que cada um dos seus agentes constitutivos exerce mutuamente.

Com efeito, a territorialidade, cabe esclarecer, deve ser entendida como uma noção não como um conceito, conforme indica Raffestin (1983). A territorialidade é uma condição que confere aproximação intelectual dos sujeitos com o território, que conota compreensão identitária e de apropriação do que consideram como ambientes de vida tecidos para dar-lhes condições de existência digna e de afirmação de suas necessidades e interesses. Confere protagonismo àqueles que constroem o território vivido de forma a equilibrar horizontalidades e verticalidades em favor de um desenvolvimento territorialmente localizado, que considere suas especificidades e contribuam para dar força ao lugar. Subentende mobilização organizada da sociedade local, um constructo social conscientemente cooperativo para defrontar os múltiplos interesses em disputa no território do qual são parte essencial.

O território, então, é ou pode ser, tendo em vista seu caráter latente, instrumento de poder e de empoderamento para sustentabilidade. Tais considerações se dão para delimitar a abordagem, enquanto pressuposto para a análise dos resultados de pesquisa haja vista a multiplicidade de enfoques que caracterizam o uso desta categoria pelos mais diversos segmentos científicos. Destarte, não buscamos escrutinar este conceito, reunindo uma exaustiva, extensiva e minuciosa revisão da bibliografia científica, já que seminais trabalhos relacionados à discussão territorial foram realizados, como os de Soja (1971), Gottmann (1973), Raffestin (1984; 2003), Turco (1988), Dematteis (1995; 2001), Governa (2001), Turri (2002), Souza (2006), Santos; Becker (2007), Saquet; Sposito (2009), Magnaghi (2020), os quais nos balizam nesse sentido. Buscamos, tão só, instrumentalizar nossas discussões e pretensas proposição amparadas por uma compreensão territorial revigorada que abarque o construto socioespacial praia.

Tendo em vista a centralidade do conceito do território e por conseguinte da territorialidade, faz-se uma contenda teórica relacionando-a com temas como o turismo e seus rebatimentos na conformação territorial das praias em apreço. Isso, na medida em que a dialética do espaço globalizado, da qual as praias são parte, tem revelado uma pretensa propensão a permitir porosidades territoriais-ambientais de forma a possibilitar ingerências estranhas ao lugar. Razão pela qual entendemos importante a construção de pontes de diálogo e proposições interpretativas.

Deste modo, lastreamo-nos na acepção de território enquanto identidade, fato e sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, isto é, compreende o chão mais as pessoas que o utiliza, enquanto território usado (SANTOS, 2020). Assim como utilizamos aportes de algumas das construções teóricas formuladas pela *Società dei Territorialisti(e)*, constituída em

2010 na *Università di Firenze*, Itália. Quanto à compreensão de território para esta sociedade, considera ser,

Produto dinâmico dos processos de coevolução de longa duração entre assentamento humano e meio ambiente, natureza e cultura [...] resultado da transformação do ambiente operado por sucessivos e estratificados ciclos de civilização, de territorializações, desterritorializações e reterritorializações, o território ciclicamente se transforma e se regenera (em tradução livre do italiano) (MAGNAGHI, 2000, p. 16).

Figura, assim, como elemento primário para apreensão e análise ambiental compreendida a sua importância como território usado, com sua história, cultura, a partir da sociedade local. E ainda, segundo Dematteis (2021),

Magnaghi fala de um 'retorno à urbanidade' como um espaço de relação e proximidade, de 'um caminho capaz de refundar a cidade na perspectiva biorregional e de relações sinérgicas de coevolução e co-desenvolvimento entre o assentamento humano e o meio ambiente, utilizando também a bagagem das tecnologias avançadas ao serviço do ambiente do homem' (*o território*) (p. 83) (em tradução livre do italiano, com grifo nosso).

São, portanto, os múltiplos arranjos sociais, compreendendo homogeneidades e heterogeneidades de uma construção coletiva, inscritos no espaço implicado por processualidades históricas multiescalares os condicionantes para conformação dos territórios. Resultado das tramas de territorialidades, em grande medida dissimétricas, efetivadas pelos agentes que nele atuam.

Assumimos, ainda, a compreensão proposta por Raffestin (2003) de que concretizamos diferentes, mas complementares, territórios na vida em sociedade segundo a situacionalidade. Dentre os quais o território do cotidiano, que “é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original, previsível e imprevisível [...] O cotidiano é vivido simultânea, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência” (Raffestin, 2003, p. 6-7). Esta consideração coloca em primeiro plano as pessoas que constroem o território vivido e as horizontalidades. Em concomitância a existência dos territórios das trocas e o território de referência, este predominantemente histórico e imaginário, material e imaterial (memória individual e/ou coletiva), que se conhece através de leituras e lembranças afetivas ou conflituosas. Aquele como uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional, num movimento perpétuo caracterizado pela descontinuidade (ruptura) temporal,

espacial e linguística (SAQUET, 2009). Estas construções territoriais por sua vez implicam a conjunção dos diversos agentes atuando no território construindo a dialética entre horizontalidades e verticalidades que moldam o espaço.

Cotejamos, por conseguinte, a visão de que a formação histórica dos territórios reflete as redes locais de sujeitos (os agentes), as condições ambientais, as relações externas considerando diversas escalas e as inter-relações entre os agentes e estes por sua vez com o meio, compondo uma construção coletiva e multidimensional (DEMATTEIS, 2001).

Seguindo tais considerações, a investigação em territórios de praia mais consolidados quanto ao exercício da territorialidade ativa, como Rimini, em diálogo com territórios com debilidades para o exercício da territorialidade – porém com potencialidades, vista a importância socioambiental das praias no Brasil e a resistência dos agentes locais – como Porto de Galinhas, tem o intuito de demonstrar o curso de transformação a que está submetido o espaço geográfico a partir de dinâmicas análogas que correspondem a uma mesma lógica, mas que resultam distintas devido ao caráter territorial que permite amortizar impactos negativos. São, portanto, as ações coletivas, os ativismos sociais capazes de realizar ações de territorialização nestas praias em contraposição aos processos de apropriação, dominação e produção do território como *continuum* global, como demonstrado.

As evidências de que as atividades desenvolvidas para dinamização econômica dos territórios, dentre as principais o turismo, têm se baseado, em geral, numa organização para atendimento em grande medida das expectativas de públicos externos (desde a escala regional à global), demasiada preocupação com a imagem do lugar, com estratégias de *marketing*, dentre outras, que se observa distorções da essência local e excessivamente a identidade. Ou seja, territórios sob influência crescente, excessiva, do olhar turístico assumem maneiras de construir e produzir espaços materiais e imateriais que desvirtuam a realidade local e são fragilmente conectados com o território, capazes de ampliar fatores de vulnerabilidade social e ambiental.

Quanto a isto, entende-se o turismo como meio para o desenvolvimento territorial e não fim em si resguardando intenção principal de lucro e crescimento econômico. Não havendo integração da atividade com o território, com inserção da comunidade local nas atividades produtivas pouco se pode considerar as contribuições onde exerce influência. Por esta razão considera-se que o território, compreendido em sua complexidade, deve ser suporte para o desenvolvimento, por meio da integração de pessoas (comunidade local), potenciais econômicos, especificidades territoriais e diversidade ambiental.

Experiências diversas apontam ser este o lastro para atividades socialmente sustentáveis em que se podem observar níveis de saturação psicológica das comunidades, estímulo ao envolvimento e discussão sobre impactos por meio de uma integração territorial, segundo Newsome *et al.* (2005). Além da percepção dos limites aceitáveis de mudança socioambiental de atividades como o turismo, que impactam diretamente nas comunidades locais, de acordo com Hall e Page (2006). A disposição das comunidades locais em considerar ônus e bônus das atividades econômicas desenvolvidas em seus territórios tem mostrado capacidade de gerar maiores contribuições e mitigar impactos e conflitos, como indicam os bons resultados de pesquisas realizadas em Rimini (CURIAZI, 2014).

Quanto aos desafios relacionados ao Brasil nesse sentido, destaca-se o fato de que “[...] sem tradição planejadora, tão logo o Brasil começa a se organizar para o turismo, acaba abortando uma possível identidade. Nem dá mais tempo de as pessoas se encantarem com o lugar. Enquanto as pessoas não se ligarem ao chão, como sugere Jung, o lugar se coisifica como terra de ninguém” (YÁZIGI, 2002, p. 156).

Além disso, as relações globais de domínio dos fluxos, a hipercentralização de decisões, têm promovido distanciamento entre as pessoas em seus lugares de vida e as instituições, descrença na participação política, na capacidade de decisão, desacreditando a própria política em si, o que é um enorme risco porque fora da atividade política não há qualquer possibilidade de equilíbrio de interesses. A distância entre as verdadeiras instâncias de decisão da vida concreta das pessoas em seus territórios expropria possibilidades de emergir soluções criativas para superação dos problemas locais (MAGNAGHI, 2020).

Compreende-se, porém, que não se pode sujeitar o olhar territorial instrumentalizado ao turismo, sem considerar perspectivas críticas. Isso, tendo em vista que tais estratégias constituem também riscos e distorções, como a promoção excessiva ao consumo do espaço, gentrificação, maior pressão sobre o ambiente e o comprometimento de sua qualidade, em caso de falhas nos mecanismos de controle social. Revelam, do mesmo modo, uma orientação excessivamente operacional e – conseqüentemente, forte dependência em relação às prioridades e aos interesses episódicos de financiadores públicos ou privados – reforçada pela influência crescente exercida pelas ciências da gestão e do planejamento (DECROLY; DIEKMANN, 2018). Contudo, evidencia maior maturidade quanto à discussão territorial amparada por um robusto *corpus* teórico, ainda que tal concepção territorial seja diversa da que se quer destacar.

O princípio da territorialidade deve se constituir, deste modo, como ferramenta de gestão, indutor de planos e projetos, políticas públicas locais em diálogo com as necessidades

prementes da comunidade local. Para o que a compreensão do território, faz interlocução entre sociedade, cultura, ambiente, de forma a redescobrir saberes locais associados à inovação tecnológica, e oferece potencialmente mais conhecimentos aos habitantes, verdadeiros construtores daquele espaço. Possibilita apropriação, senso de pertencimento, identificação com a terra, novas perspectivas de seu valor e maior capacidade de conservação. Dessa forma, pode-se convocar à contribuição com mais propriedade os agentes envolvidos e discutir quais os rumos para o desenvolvimento territorial. A sustentabilidade, destarte, tem relação intrínseca com o território, a territorialidade ativa e consciência de lugar.

Investir para desenvolver tal consciência exaltando a territorialidade ativa deve estar entre as condições basilares para dinamização econômica do lugar. São, então, os governos locais que possuem enorme oportunidade de concentrar esforços nesse sentido devido ao aparato institucional que concentram e que devem estar à serviço da comunidade local prioritariamente. Estes são fatores que dão perenidade às atividades econômicas, como o turismo. Sem uma base territorial bem consolidada pouco se pode desenvolver efetivamente um turismo responsável e comprometido com a sustentabilidade.

Conhece-se pouco os lugares, propõem-se pouco a explorar, descobrir, estudar os pedaços de terra onde se desenvolverão atividades econômicas, as quais devem ser propostas visando prioritariamente um desenvolvimento territorial sustentado. Este quadro é especialmente observado no Brasil onde ainda existem características marcantes do território brasileiro, que perseveram devido à postura pouco comprometida com a mudança social e com a condição de cidadania de uma classe política contumaz subserviente a interesses difusos.

O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais do Brasil. Mas é também um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país (SANTOS, 1996-1997, p. 135).

Portanto é a consciência de lugar radicada no tempo e espaço, considerando história, cultura, saberes, identidade, ambiente, associada a instrumentos de inovação tecnológica, meios de gestão compartilhada com instâncias de decisão mais flexíveis e capilarizadas entre os territórios aparatos fundamentais para o distensionamento social e paulatina retomada de credibilidade da atividade política e de suas instituições. O bem-estar local e a pretensa qualidade de vida humana tem bases numa relação de complacente sinergia sicionatural, considerando suas complexidades, e deve ser amalgamada por uma política localmente

construída. Assim, fundam-se territórios fortes e capazes de fazer frente aos desafios contemporâneos.

As crises ambientais, cada vez mais frequentes e evidentes, são reflexos da crise urbana denunciada pela crescente fratura entre as pessoas, espaços de representação de interesses e o meio ambiente. Não obstante, a mera busca pela sobrevivência dos sujeitos – como hoje prevalece na sociedade – relega quaisquer outras considerações sobre o entorno que não a autopreservação individual, minando o senso de coletividade. Fornecer instrumentos para resgatar mobilizações de base comunitária, para um retorno ao território são verdadeiras oportunidades de refundar nossas relações, (re)humanizá-las e fazer valer nossa inconformação com a realidade atual.

Nesse sentido, ressaltamos o compromisso com uma formação territorial que supere a subordinação às lógicas da escravidão, do patrimonialismo e dos negócios, subserviente às noções de sucesso e à condição de um humanismo silente, para encorajar o inconformismo e o impulso à renovação para dar respostas às aspirações efetivas da sociedade e recompor o homem livre, capaz de compreender suas funções e compromissos com o seu tempo histórico (SANTOS, 2007, p. 57).

Consequentemente, concatenar compreensão territorial para fortalecimento da territorialidade com instrumentos de empoderamento, de organização e decisão, para que as comunidades assumam o protagonismo de suas vidas são motores para um desenvolvimento mais sólido, ancorado e percebido por quem ali vive. É o resgate da condição de cidadania premissa para considerar possibilidades de construção de territórios e ambientes mais saudáveis e que almejem sustentabilidade. Tal ponto de vista coaduna-se com Yázigi (2002, p. 155), quando observa que “[...] fugindo da irreversibilidade, quero crer numa esperança teórica que vai despontando timidamente. Mas é o cidadão e não o teórico que constrói a alma”.

Sustentabilidade/Sostenibilità/Sustainability

Evidencia-se a ainda incipiente amplitude da sustentabilidade e a capacidade de se fazer concretizar quando analisadas as discussões em artigos científicos e documentos. Reflexo das fragilidades conceituais do termo e das práticas que suscita num mundo conduzido por formas de pensar e agir que pouco se conecta com seus preceitos. Tanto no uso dos recursos naturais, do ambiente com sua paisagem e território, quanto na exploração dos valores socioculturais inscritos no espaço, o patrimônio material e imaterial, reside grande dificuldade de identificar

o limiar entre impactos positivos e negativos das atividades, em sua gestão e, conseqüentemente, de fomento à construção de ambientes efetivamente sustentáveis.

Múltiplos aspectos podem ser assinalados desde a rede de agentes (em escalas locais e supralocais), suas necessidades e interesses, às condições socioambientais específicas de cada lugar e a necessidade de atuação de acordo com essas especificidades favorecem uma panaceia que tem descredibilizado seus propósitos. A preponderância de lógicas com intuito de estímulo à dinamização econômica, excessivamente direcionadas à obtenção de lucro tem promovido distorções em diversas atividades movendo o centro de interesse do bem-estar das pessoas, ampliação de qualidade de vida, justiça social, para interesses estritos, particulares.

E ainda situações de promoção ao uso do território sem devido planejamento, adequada dotação de infraestrutura e oferta de serviços urbanos, sem mensuração de capacidade de carga são circunstâncias comuns na produção material e simbólica do espaço (BOUKHRIS, 2012), as quais têm resultado em efeitos econômicos adversos, reais e potenciais em longo prazo, além de recrudescer a degradação do ambiente, conformando círculos viciosos de difícil superação.

Destaca-se, não obstante, a frágil capacidade de regulamentação, monitoramento, pouca participação social territorialmente localizada e a fragilidade de representação dos interesses das comunidades locais, devido ao baixo interesse de participação, engajamento e mobilização, refletindo, assim, uma debilidade territorial que vulnerabiliza o meio ambiente e frustra qualquer intenção voltada à sustentabilidade. Quanto às atividades econômicas que animam tal cenário são tecidas observações primordialmente ao turismo, por ser ponto de convergência entre as categorias de análise da pesquisa e assumir predominância no ambiente da pesquisa.

Dotto e Slongo (2020) corroboram estes aspectos e assumem os desafios para a sustentabilidade do turismo no Brasil devido às divergências entre necessidades locais e os interesses econômicos desta atividade e a discrepância entre a realidade local e a realidade ideal transmitida para promoção dos lugares. Quanto a isto ressaltam-se os resultados do projeto europeu ERNEST (*European Research Network on Sustainable Tourism*) realizado na *Provincia di Rimini* que enfatiza a importância da cooperação territorial e o diálogo contínuo como fatores para harmonizar a atividade com as necessidades da comunidade, considerando níveis de tolerância do território e a acomodação de mútuas expectativas visando sustentabilidade, conforme apontado por Curiazi (2012).

A superficialidade na compreensão da sustentabilidade ou em muitos casos propositalmente instrumental, se mostra especialmente problemática onde há fraca mobilização

e participação social, pouco conhecimento da história local, subvalorização identitária e tímida conexão com o território. Assim, a promoção de atividades relacionadas ao turismo – esta que é a principal atividade econômica inter-relacionada às categorias de análise – não pode prescindir da participação da comunidade na medição e avaliação de contribuições, viabilidade, custos de oportunidade e dos impactos em seus lugares de vida.

Práticas que exploram aspectos culturais, patrimônios, especificidades naturais, ambientais, devem comunicar a autenticidade e especificidade do território, o significado daquele espaço para a comunidade local. Portanto, para promover e ao mesmo tempo proteger a integridade dos patrimônios histórico-culturais, ambientais, seus valores material e imaterial, se faz necessário uma interação sinérgica entre os agentes, compromisso com permanentes programas de capacitação e ações que identifiquem, promovam e ampliem as competências inscritas no território. Fortalecer territorialidades, para então fomentar o desenvolvimento local sustentavelmente são constatações trazidas por Citarella e Maglio (2014), Asfaw e Gebrassie (2016), Apostolou (2018).

Este último, inclusive, destaca em seu estudo as especificidades do turismo *all-inclusive* na ilha de Corfu, Grécia, e discute algumas das distorções trazidas por este tipo de oferta por cruzeiros, grandes instalações hoteleiras e *resorts* devido aos impactos ambientais negativos como alto consumo de água, energia, geração excessiva de resíduos sólidos, assim como distorções culturais, pouca interação com a comunidade, baixa movimentação na economia local. Demonstra, portanto, que alimentam uma lógica homogeneizante que descaracteriza em certa medida o propósito do turismo. Estes são paradoxos que denotam a dialética relação entre sociedade e natureza, movimentos de mercadificação do ambiente, homogeneização cultural, fragmentação do território, os quais demandam permanente atenção crítica e mobilização social com o intuito de conter os retrocessos do pêndulo do tempo, de acordo com Foucault (2008).

Conhecer em detalhe a realidade social local, história, formação, cultura, gastronomia, constituem elementos fundamentais para proposição de ações que visem ao desenvolvimento territorial e a sustentabilidade. A perversa desigualdade, a pobreza, a precariedade ou intencional parcialidade na oferta de infraestrutura e serviços urbanos minam potencialidades para o desenvolvimento territorial e comprometem quaisquer aspirações voltadas à sustentabilidade. O turismo nesse sentido – para além de uma notável atividade econômica que favorece a transição de um consumo funcional do espaço para um consumo informativo, ancorado em valores historicamente construídos que retratam a cultura local, e impulsiona uma economia de experiências, de conhecimento socioespacial (MARIOTTI, 2010) –, deve ser

compreendido antes de tudo como uma atividade sociocultural que privilegia a conservação do ambiente, que evidencia e adverte a necessidade de resolução das várias vicissitudes sociais.

Distorções da referida atividade têm ocasionado antagonismos específicos entre a realidade local e a realidade impostamente construída pelos equipamentos que lhe dão sustentação. Tais desvirtuamentos agravam o cenário de fragilidade territorial quando não consideram a construção de espaços de cidadania, como aponta Castilho (2015), e incrementam dialeticamente uma produção do espaço fragmentado influenciando em grande medida o recrudescimento dos problemas socioambientais. Por outro lado, caso compreendido e considerado o suporte territorial que lhe dá sustentação, assumindo ações para concretizar o espaço do cidadão com efetiva participação da comunidade local e estimular uma territorialidade ativa, vê-se potenciais contribuições ao desenvolvimento territorial e a um horizonte de crescentes possibilidades para sustentabilidade.

A complexidade para superação de problemas e distorções relacionados à produção do espaço e suas dinâmicas impõe grandes desafios à ideia da sustentabilidade e estimula provocações que envolvem esforços interdisciplinares para perscrutar possibilidades. Contudo, podem ser determinados horizontes de atuação, como resgatar abordagens que tenham o território como centralidade. De acordo com as pesquisas realizadas, esta é potencial possibilidade, por isso a esta perspectiva dedicamos maior atenção. Com efeito, subscrevemos a dialética da construção da realidade sob os aspectos histórico-sociais da forma como foram definidas por Cornelius Castoriadis (2007), a saber, "representar" e "fazer". 'Representar' seria, portanto, uma integração na ordem dos elementos possíveis do elemento representado e, conseqüentemente, o ato de 'fazer' prepara as condições para sua realização.

Acredita-se, destarte, que conhecer, valorizar e promover o que está enraizado na realidade sociocultural, no ambiente, na economia local integra coerentemente o espaço geográfico dotando-o de significado. Dessa forma se pode construir territórios como lugares fortes, promover seu desenvolvimento e almejar sustentabilidade. Pode-se dizer que tais constatações são fartamente abordadas pela literatura científica, construções teóricas, proposições de experiências. Contribuições destas ideias também são desenvolvidas segundo as circunstâncias de formação e maturidade territorial, socioeconômicas, condições de cidadania, mas que dependem da ciclicidade das dinâmicas produtivas e da perenidade de valores, identidade, de uma consciência territorial e de uma territorialidade ativa.

Mas, por que é constante a ameaça à sustentabilidade do ambiente, de territórios, da biodiversidade, a nossa própria existência está eminentemente, como a atual pandemia ratifica,

em risco? Proposições por meio de planos, projetos fornecem contribuições para superar dificuldades, mas os desafios estão em realizá-los. Constatação esta comum, conforme indica Yoveva (2014), o pensamento sistêmico, as abordagens holísticas para uma sustentabilidade aplicada denotam compreensão de contexto e das relações entre agentes, como organismos vivos interconectados e interdependentes. Prescindir desta condição compromete qualquer iniciativa de longo prazo e sua sustentabilidade. Promover a territorialidade, estimular a compreensão da identidade local, a convocação da comunidade à participação, uma comunicação orientada, atuações colaborativas em rede e fortalecer mecanismos de controle social são indicadores para um desenvolvimento socialmente sustentado.

O direito coletivo à sustentabilidade, assim, figura no rol dos direitos fundamentais positivados na esfera do direito constitucional, podendo ser considerado uma expressão renovada ao largamente evidenciado pressuposto da pesquisa, o artigo 225 da CRFB. Devendo ser compreendido, no entanto, como evocação para suplantar a fragmentação e a pulverização das instâncias de decisão política ambiental, a ausência da chamada ‘transversalidade’ da preocupação com o meio ambiente nas políticas públicas, exprimindo o fato de que a questão ambiental ainda está longe de ser considerada uma questão de Estado no Brasil (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Trazer a questão do direito à sustentabilidade se coaduna, então, com a ressignificação de praias proposta, virtuosa, amparada por uma consideração de seu caráter territorial e através da consolidação da territorialidade empreendida por aqueles que devem se constituir como sujeitos de seus ambientes.

Advogar a causa de um direito à sustentabilidade no sentido de insistir na defesa de modos de vida, existências alternativas, persistências e resistências cultural, econômica e política de uma multiplicidade de sujeitos que se contrapõem numa lógica que quer se mostrar como fatal, inevitável e irrefreável, a qual nos é tão cara, a da mercantilização da vida. A praia, assim, é mais um território em disputa, como tantos outros espaços públicos, na esteira do vicioso ciclo do empreendedorismo urbano. Invocar, de tal modo, o direito à sustentabilidade circunscrevendo-o na trama do movimento do “sol e mar à sombra e água fresca” é um reducionismo à operacionalização de uma necessária substantivação do que salutarmente assevera Souza (2019), em convergência conosco, “o direito ao planeta”.

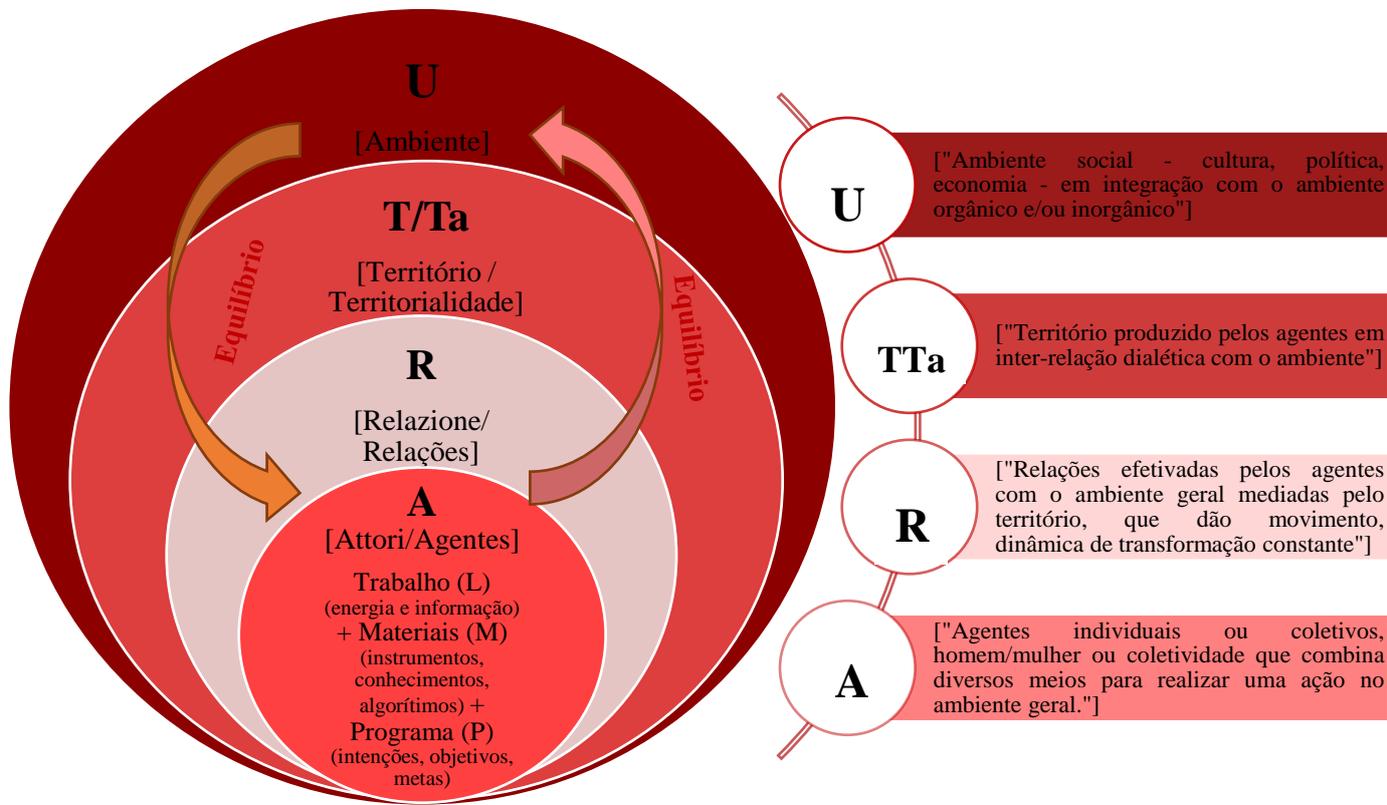
Legitimar, por meio da substantivação em nossa pesquisa, o direito coletivo à sustentabilidade no plano analítico-interpretativo do fenômeno de ressignificação do espaço público praia é uma busca por teorizar a leitura do mundo a partir de uma perspectiva local, territorial, dando ênfase a outras formas de vivência que deneguem a fatalidade do consumo

massificado e dirigido. Ou ainda, como afirma Souza (2019) “ler o geral com base no particular, para enriquecer a própria leitura do geral e afirmar a dignidade epistêmica (e político-existencial) do particular”.

É estrategicamente relevante para produzir agendas de pesquisa, arcabouços teórico-conceituais e metodológicos firmadas nas raízes do conhecimento das necessidades e lutas territoriais-locais, sem abdicar da troca intelectual em escala internacional pela tão magicamente clamada sustentabilidade. Exigi-la como direito é tão só fazer valer nossos próprios anseios, assumindo construir outras formas de tecer o ambiente a partir do território neste fractal de complexidade que se tornou a vida.

Por esta razão para além do plano das ideias, a concretização da abstração da sustentabilidade só é possível com pessoas atuando solidariamente, devidamente informadas, conscientes de suas funções perante a coletividade, com senso de territorialidade situado no tempo e espaço. Por isso o desafio de identificar especificidades, que compreendem a realidade complexa, operando estudos e pesquisas que clarifiquem interações e inter-relações (Figura 36) entre os mais variados fenômenos por meio de esforços interdisciplinares como preceitua a Organização das Nações Unidas (ONU) através da proposta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes são caminhos para garantir maior qualidade de vida e justiça socioambiental, mas ainda instigantes porque distantes de concretização.

Figura 36 – Interação dialética entre categorias conceituais e componentes



Fonte: Moscovici (1968) e Raffestin (2005), com adaptações do autor (2021).

Nota: Destaca-se que são os níveis de interação entre as dimensões, intermediadas pela concepção territorial, determinantes para o equilíbrio do ambiente enquanto unidade.

A abordagem das categorias conceituais mormente destacadas – ambiente, praia, território, sustentabilidade – conformam o sistema de objetos e o sistema de ações que interagem para formar a realidade evidenciada pela pesquisa. O ambiente, enquanto envoltório geral, uma totalidade; a praia, enquanto território produzido pelos agentes que nele atuam, no qual se evidencia desequilíbrio entre necessidades e interesses de agentes públicos, agentes privados e sociedade; e as relações, que deveriam se constituir segundo concepções de uma sustentabilidade que privilegie o bem comum.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

3 A racionalidade da formação territorial: “da solidariedade orgânica à solidariedade organizacional”

Evidenciada a centralidade do território, na seção anterior, para uma maior ou menor porosidade às lógicas economicistas, as quais extraem visceralmente dos territórios sua essência, que são as pessoas territorialmente conscientes – ou melhor, a territorialidade (o senso de cidadania!) – fragilizam o tecido social e vulnerabilizam o ambiente à degradação, devemos iniciar esta seção com um breve, mas preciso, esclarecimento.

Tem sido na renúncia do Estado – em maior ou menor medida de acordo com a escala nacional, estadual ou municipal – às suas funções de regulação socioambiental, desconsiderando os interesses do povo, do território vivido, e privilegiando o papel de suporte à expansão das lógicas financeiras globais, que a cidadania vem sendo suplantada e a figura do cidadão é cada vez mais confundida com a do consumidor. Ressaltamos, assim, a assertiva de Santos e Silveira (2014, p. 305-306)

A cidadania constitui uma força centrípeta, capaz de estar presente em todos os lugares onde se exerce, independente do tamanho. O consumismo, amparado pela informação orientada, amplia o centrifugismo na maioria das localidades e conduz a mais concentração (Luiz Navarro de Britto, 1986). É assim que o conteúdo político dos lugares se rarefaz, ao mesmo tempo que se revela cada vez mais a desnaturalização do espaço, o que amplia, em virtude da exigência de abstração para entendê-lo, a possibilidade de expansão e aprofundamento de ideologias espaciais distanciadas da realidade vivida pelas populações. Tudo isso contribui para que se afirmem racionalidades alienígenas e alienadas, cuja difusão é facilitada por uma superposição, em cada lugar, de âmbitos e contextos de expressão diferente.

A partir destas ponderações abordamos, abreviadamente, aspectos gerais que indicam algumas das razões para conformação dos territórios de praia aqui destacados. Advertindo que a solidariedade orgânica, resultante do dinamismo do próprio lugar enquanto território usado, tem dado lugar a solidariedade organizacional.

Pode-se dizer, inicialmente, que foi a assunção do território vazio como algo a ser ocupado e dominado, desconsiderando o que já havia no substrato espacial – cultura, formas de vida, relações sociais – e anulando aspectos que dão a “alma do lugar”, como apontado por Yázigi (2002). A sobreposição cultural característica da colonização rechaçou características fundantes de nossa identidade, de modo que ainda não conseguimos despertar consciência coletiva e resgatá-las. Assim, compreende-se que as raízes e marcas históricas e geográficas da constituição do Brasil são ainda hoje responsáveis por influenciar sobremaneira na organização

do território. Não vimos tendo capacidade de superar as disfuncionalidades e contradições destes processos, apesar das evidências.

Importante destacar sucintamente distanciamentos à ingenuidade na pesquisa, no que concerne aos aspectos fundantes da relação promíscua entre economia e política num país eivado de contradições como o Brasil. Avoca-se, para tanto as contribuições do sociólogo Jessé Souza (2017), que apontou a necessidade de analisar pressupostos que lastrearam construções conceituais que nos foram caras, que colonizaram a sociedade brasileira por uma mesma interpretação, uma compreensão homogeneizada que pouco considerou as múltiplas raízes e heranças sociais, como a escravidão, na trama para a formação social do nosso povo. Estas construções respondem, em grande medida, à implementação e legitimação de aspectos relacionados a uma corrupção intrínseca, inerente ao brasileiro, a concepção do “jeitinho brasileiro”, portanto, como interpretação dominante de toda a sociedade brasileira acerca de si mesma por meio das ideias de Sérgio Buarque de Hollanda e Raymundo Faoro. São as noções de homem cordial e do patrimonialismo consensos que se consolidaram e permaneceram intocáveis por muito tempo, estas noções são das mais importantes para a autocompreensão da sociedade brasileira moderna, segundo Souza (2017).

O homem cordial é a concepção do brasileiro como vira-lata, ou seja, como conjunto de negatividades: emotivo, primitivo, personalista e, portanto, essencialmente desonesto e corrupto [...] Já o patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do homem cordial, desenvolvendo todas as suas virtualidades negativas dessa vez no Estado [...] A prova da enorme influência dessa ideia, tanto na vida intelectual quanto concreta e prática da sociedade brasileira, pode ser vista e comprovada na obra dos mais respeitados e influentes pensadores brasileiros a partir de então. Como as ideias influentes de uma sociedade não ficam nos livros, mas ganham as salas de aula das escolas e universidades, inspiram programas de governo, dão o mote para os artigos dos jornais, estimulam o que é dito nas TVs [...], então estamos lidando com a forma como toda uma sociedade se percebe e age em conformidade a isso. Isso não é pouco. Afinal, toda decisão prática e concreta, em qualquer área da vida, é motivada por uma ideia ainda que normalmente esta se mantenha implícita e não articulada (SOUZA, 2017, p. 191).

A construção desta ideia tem permitido, portanto, encobrir algumas das razões da enorme desigualdade e injustiça social que permearam a formação social do Brasil, contribuindo para a manutenção e o recrudescimento destas condições. Nesse sentido, tal contenda se faz pertinente para apontar elementos que contribuíram para a formação e a organização territorial do Brasil e seus reflexos até a atualidade. Os consensos incrustrados na construção intelectual e prática da sociedade brasileira influenciaram na produção e reprodução do espaço forjando territórios sob uma visão patrimonial e do homem cordial que permitiu a negação de profundas

distinções sociais – lastreadas na escravidão, no preconceito – e uma complexa trama de condições para nossa constituição. Menciona-se, como forma de síntese, especificidades da formação do povo brasileiro trazidas com a argúcia de Ribeiro (2015, p. 327),

O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical [...] Depois, como um consulado, em que um povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora [...] Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. [...] Essa primazia do lucro sobre a necessidade gera um sistema econômico acionado por um ritmo acelerado de produção do que o mercado externo dela exigia, com base numa força de trabalho afundada no atraso, famélica, porque nenhuma atenção se dava à produção e reprodução das suas condições de existência. Em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local [...] Assim é que se foi fundindo uma crescente massa humana que perdera a cara [...] esse povo nascente [...] se configura como um povo em si, que luta desde então para tomar consciência de si mesmo e realizar suas potencialidades.

Compreende-se, então, como ainda se dão alguns arranjos institucionais nas instâncias de poder que influenciam, sobremaneira, a forma com que se dá a (re)produção do espaço geográfico e como se intervém nos territórios por meio da narrativa da geração de emprego e renda. Sendo assim, o fato de não haver o respeito às normas legais, às políticas ambientais, à legislação urbana – subjugadas por aqueles que detêm o poder de decisão sustentado por uma teia de estreitas relações de porosidade entre o público e o privado que fazem favorecer interesses alheios ao que prerroga a legislação em favor do povo –, pode ser compreendido, também, por esta perspectiva.

Em sua formação territorial, o Brasil apresentou padrão de urbanização tendo a costa marítima como ponto de partida para interiorização, num movimento centrífugo preponderantemente no sentido Leste-Oeste. Moraes (2007) demonstra densamente como os vetores do avanço da ocupação para reconhecimento do território, seguido da promoção de atividades primárias, extrativistas, agricultura, pecuária, seguida da urbanização e da industrialização conformam a ocupação territorial do Brasil. Ou seja, o litoral foi porto de atracação, mas enquanto polo de assentamento e apoio logístico para esse movimento de interiorização. Como exemplo simbólico desse processo citamos as mudanças ao longo da história da capital do país (de Salvador para o Rio de Janeiro e desta para Brasília) assim como evidenciam estratégia de dar maior capilaridade à ocupação.

Devido ao fato de o Brasil possuir particularidades de uma urbanização extremamente acelerada, com mobilidade populacional migratória dos espaços rurais para as cidades, acentuada no século XX, associado ao fato da histórica fragilidade de senso territorial, o crescimento das cidades resultou em fragmentação e fragilização de movimentos de resistência contrários à racionalidade organizacional, drenando a solidariedade orgânica do território usado. Portanto, sob uma organização territorial profundamente desigual foram se constituindo mosaicos de situações sociais, econômicas e ambientais precárias, seja em nível regional ou local. De tal modo que a dificuldade para contornar tal situação, hoje, revela a miríade de relações complexas que fazem, paradoxalmente, o próprio território oferecer as condições necessárias a comprometer a construção de espaços dotados de territorialidade.

Nesse sentido, cumpre assumir que a crescente inserção dos territórios de praia nas perversas lógicas de reprodução do espaço urbano e dinamização econômica do litoral tiveram penetração justificada a partir da constituição de estruturas portuárias para atender demandas externas, segundo Moraes (2007, p. 36, *grifos nossos*),

[...] cabe destacar que o caráter básico da estrutura territorial brasileira não reside numa vocação litorânea. O desenvolvimento de um conjunto expressivo de cidades-portos antes expressa a dependência estrutural do país na divisão internacional do trabalho, desenhando no espaço o fato do Brasil fundamentalmente produzir para um mercado externo. Daí a razão de cada eixo de exploração produtiva na hinterlândia (*inicialmente tendo como principais vetores as cidades Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luiz e Belém*) demandar uma articulação marítima com os circuitos de além-mar, sobrevalorizando as localidades de função portuária.

Demonstra-se, também com isso, razões para um perfil de uso e ocupação do solo litorâneo, desde os princípios do adensamento demográfico do Brasil, enorme porosidade para as atividades voltadas à cadeia produtiva internacional. Portanto, soma-se às observações empíricas, a constatação de permanência das condições de uma dinâmica produtiva de maior vulto estimulada pelo e para o mercado externo, hoje majoritariamente voltada a serviços vinculados ao turismo com exploração das principais cidades litorâneas do Nordeste do Brasil, entre as quais no litoral sul de Pernambuco onde há casos representativos.

A partir do início do século XXI há um movimento de maior exploração propriamente do litoral, para além das capitais, pelo potencial turístico. Então, volta-se para o litoral com intuito de explorar potenciais naturais sobretudo por meio da atividade turística para possibilitar oportunidades de crescimento econômico às cidades. Não havia (e ainda não há), assim, uma

urbanização consolidada, mas precária. A atividade turística aporta com uma proposta desafiadora de promover crescimento econômico em tentativa de corrigir desigualdades. Conforme esclarece Costa (2012, p. 148),

O turismo traz consigo dinâmicas características da modernidade, embaladas na busca pelo novo, num eterno vir-a-ser, o que incide diretamente sobre a produção do espaço, agora um espaço produzido pelo e para o consumo. Espaço valorizado, não apenas por novos usos, mas especificamente por seu valor de troca. E o litoral figura, nesse cenário, como fração limitada do espaço privilegiada no processo de reprodução do espaço enquanto ‘nova raridade’ [...] O turismo figura como elemento importante para a compreensão da produção (e do consumo) do espaço litorâneo no Brasil contemporâneo. Esta atividade imprime no litoral novas marcas, imbuindo o espaço de novos sentidos e impulsionando novos usos (baseados no valor de troca).

A imposição de novos vetores e fluxos trazidos pela atividade turística tem promovido aspectos positivos quanto à dinamização econômica (para o que podemos questionar quem verdadeiramente tem se beneficiado com esta atividade, decerto não os que constroem o território vivido, como demonstrado em suas falas, quando ponderados os impactos negativos), mas gerado distorções e tensionamentos sociais e ambientais, como nos casos abordados na pesquisa. Aliás, tendo em vista as contradições já presentes e inerentes à formação territorial brasileira tem propiciado muitas distorções devido às necessidades sociais prementes não superadas, como serviços essenciais de saneamento, habitação, infraestrutura precária, carência de acompanhamento do ordenamento de uso e ocupação do solo, ampliação de desigualdades socioespaciais, miséria e fome. Herda-se, então, padrões de promoção da atividade turística em moldes exteriores, pouco considerando o território, característica esta que acompanha o Brasil em toda sua história de formação e que também são evidenciadas nas áreas litorâneas urbanizadas.

Quanto aos aspectos do embate conceitual e prático trazidos pela atividade turística entre crescimento e desenvolvimento – os quais possuem motor retórico capitaneado por expressões como “geração de emprego e renda”, enfáticas sobretudo no início do século XXI – para dinamizar economicamente tanto regiões como territórios, têm refletido no agravamento da nossa já severa desigualdade social e ambiental. Tal constatação pode ser corroborada – como no caso de Porto de Galinhas e da Praia do Paiva para nos deter apenas ao estado de Pernambuco – com as transformações espaciais de maior vulto arregimentadas pelos agentes globais e anuência do Estado com fins, em geral, alheios às demandas prementes locais, sobretudo nos países denominados “em desenvolvimento” em que pesam, insistentemente ainda, condições socioambientais degradantes. Conforme enfatizam Castilho e Morais (2020, p. 157),

[...] o desenvolvimento regional, tradicionalmente, foi praticado como uma ação de intervenção vertical do Estado através da qual os planejadores (técnicos administrativos, especialistas em campos diferentes do conhecimento científico, etc.) elaboravam planos, muitas vezes, isolados em seus gabinetes e desconhecendo em profundidade a complexidade dos territórios para os quais as ações planejadas seriam executadas. Nessa perspectiva, o espaço-região era percebido e tomado como uma superfície plana passiva à intervenção – como uma *tábula rasa* – a ser permanentemente objeto das ações programadas pelos planejadores, os quais, norteados preponderantemente por propósitos econômicos vinculados a intencionalidades de outros lugares, elaboravam os seus respectivos planos com vistas a fazer do espaço-região uma área “homogênea” de ação para atender os interesses puramente econômicos (CASTILHO; MORAIS, 2020, p. 157).

Extrapolando um pouco o recorte geográfico das áreas litorâneas, mas, atendo-nos à atividade turística promovida pelo rótulo de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), existem inúmeros exemplos de lugares que entram neste seleto grupo que necessitam elaborar planos de gestão para integrar todas as partes interessadas a longo prazo para evitar as armadilhas de um “presente envenenado”. Já que ao orientar fluxos turísticos e possibilitar divisas pela dinamização econômica compor esta lista pode se mostrar devastador caso o equilíbrio seja rompido. Albi, na França, Lijiang, na China, Dubrovnik, na Croácia, Veneza, na Itália, entre tantos outros casos denunciam a ambivalência deste rótulo, caso não haja uma gestão comprometida por respeitar e fazer valer os anseios de quem construiu e mantém os territórios, as pessoas que nele vivem. Em alguns destes casos têm se mostrado “impossível devolver as cidades aos habitantes”, afirma Gravari-Barbas (2019) diretora de pesquisas para Cultura, Turismo e Desenvolvimento da Unesco²⁸. A proliferação de hotéis, bares, restaurantes, lojas, a migração de habitantes para cidades vizinhas com intuito de alugarem seus imóveis, são indicadores destas distorções. Vetores de pressão que muito se assemelham com os aqui ressaltados.

Contudo, faz-se necessário destacar que a atividade turística – enquanto esperança condicional já que turismo e miséria são incompatíveis, como aponta Yázigi (2003) – no litoral brasileiro tem enorme potencial, pois tem como lastro o ambiente natural, a cultura, elementos que dão distinta notoriedade ao Brasil. Mas, o enorme desafio para sua sustentabilidade se dá devido, justamente, às históricas condições sociais não solucionadas. Razão pela qual as perspectivas de curto e médio prazos são de recrudescimento de desigualdades sociais, tendo em vista as contumazes dinâmicas de fragmentação social e fragilização ambiental, como a

²⁸ Para aprofundamento nesta temática sugere-se acessar o site da Unesco <https://whc.unesco.org/en/review/101/>, além de matéria que trata de alguns casos de disformidade dos patrimônios mundiais, do jornal *Le Monde Diplomatique*, disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-presente-envenenado-do-turismo-cultural/>.

ressignificação aqui denunciada. Esse é o paradoxo da sobreposição da solidariedade organizacional à orgânica. Resta-nos, ainda, resolver questões prementes antes de avançar na referida atividade. Mas por que, ainda, estamos tão sujeitos a lógicas distantes?

A resposta se dá, a princípio, com base na formação do território brasileiro, o qual desde a colonização fragilizou nosso sentido identitário, consubstanciando debilidade de organização de territórios fortes. Tais fatores têm sido determinantes para minar nossa apropriação e pertencimento ao lugar e a afirmação de nossa solidariedade orgânica. Não obstante, o horizonte de possibilidades se dá pela busca em resgatar e reestabelecer a essência dos lugares, identificando a alma que lhes dá vida. Permitindo com que aqueles que tecem os territórios vividos realizem suas aspirações, fazendo-os fortes. Igualmente ao que assevera Santos (1998),

Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como o Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como o Celso Furtado quis falar a economia –, o território também pode aparecer como uma voz. E, como do território não escapa nada, todas as pessoas estão nele, todas as empresas, não importa o tamanho, estão nele, todas as instituições também, então o território é um lugar privilegiado para interpretar o país.

Ao mesmo tempo que corroboramos o alerta de Marco Polo, personagem central da obra *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino (1990, p. 59), “[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”. E ainda o que afirma Egler (1996, p. 03-04)

[...] é justamente no momento em que o ‘fetiche da informação’ procura ocultar a crueza dos conflitos pelo controle do território que a sua leitura atenta pode ajudar a encontrar os laços de solidariedade construídos pelos que o habitam. [...] Mais do que nunca, urge participar da construção de um amplo debate em busca de alternativas de desenvolvimento que ampliem a sustentabilidade ambiental e a equidade social por meio da gestão democrática da apropriação e uso do território.

Por estas razões, temos buscado por meio de esforços de pesquisa demonstrar a força potencial da conjunção das categorias conceituais “território” e “ambiente”, como fundamento de ações políticas para consolidação da ideia da sustentabilidade, considerando-se inter-relações e complexidades que conformam o espaço geográfico, em afirmação ao que aponta Castro (1996, p. 37),

[...] problematizar o espaço político, no qual se fazem a representação e a administração de interesses contraditórios, requer identificar tanto seus conteúdos simbólicos e materiais, como a articulação do espaço da função política com outras dimensões do espaço da sociedade.

Assim como ao que assevera Furtado (2001, p. 23) “[...] toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro”.

Defende-se, assim, sob o intento de contribuir às futuras pesquisas a perspectiva territorial-ambiental como categoria de análise, tomando como referência também a ideia de Reis (2013; 2015). Partindo-se de um *pressuposto* – o papel ativo e dinâmico do território, espaço primeiro de elo entre cultura (pessoas) e materialidade (substrato espacial) e sua relevância para o caráter identitário e de pertencimento proporcionado pela territorialidade em defesa do lugar, do território/ambiente vivido –, de um *objetivo* – a busca por maior qualidade de vida e justiça socioambiental, as quais unificam o direito coletivo à sustentabilidade –, e de uma *ambiçãõ interpretativa* – dotar o território e a territorialidade, conseqüentemente, como espaço privilegiado para maior defesa do ambiente e da perspectiva da sustentabilidade.

Acresce-se outro importante fator de observação: as imprecisões conceituais e a complexidade para a delimitação espacial, pelo uso de terminologias diversas, de orla, litoral, zona costeira – como já exposto por Santos (2020). A multiplicidade de agentes, escalas de poder e interesses e ainda a hibridez da praia – devido à liminaridade de um espaço de domínio público para uso comum do povo, mas com tantos e crescentes vetores de influência da dinâmica privada – demonstram ocasião de caracterizá-la por meio da categoria de análise da ciência geográfica, território. Tal panaceia enseja o desafio à caracterização deste ambiente cuja relevância, seja pelos aludidos aspectos socioculturais seja pelos aspectos físico-naturais, saltamos à percepção esta lacuna a ser assentada.

Portanto, as perspectivas de análise e a forma de perceber o espaço – sob condições da forma, estrutura, função e processo, Santos (1978) – e por conseguinte o território, são tão-somente propostas para melhor compreendê-lo e possibilitar intervenções mais assertivas. Além de contribuir para desvelar elementos constitutivos que imprimem marcas pouco aparentes concretamente, mas que dão vigor à essência de nossa interação com o ambiente e moldam nossas ações.

Destaca-se, por fim, legítima e espontânea manifestação em Porto de Galinhas, que reivindica maior controle urbano e ambiental e vai ao encontro dos apontamentos trazidos pela pesquisa (Figura 37).

Figura 37 – Manifestação que reivindica maior controle urbano e ambiental em Porto de Galinhas



Foto: Bruno Pontes (2022).

As possibilidades de consumação da solidariedade orgânica seguem latentes, como se pode perceber através da figura acima. As condições para efetivação esbarram nas crescentes estruturas edificadas que solidificam as solidariedades organizacionais e impõem a lógica do consumo, em grande medida ligadas à turistificação, como aponta Cordeiro (2007), em Porto de Galinhas. A formação de espaços alienados e alienantes sufoca, deste modo, pouco a pouco, possibilidades de fazer valer a solidariedade orgânica intrínseca aos territórios, apagando especificidades naturais e tolhendo o protagonismo da identidade do lugar.

3.1 A deterioração silenciosa dos territórios e a degradação garrida do ambiente: complementaridades de um colapso flagrante

A praia, o mar, seus usos e representações, amplamente descritos por autores como Corbin (1989), Diegues (1998), Araújo (2007), foram resgatados desde a abordagem bíblica como algo amorfo, caótico, reduto de monstros e criaturas malditas, à refúgio privilegiado das elites europeias em busca de solução terapêutica para os males que as acometiam por meio de prescrição médica, no século XVIII.

No Brasil, tais elementos também tiveram seu uso ampliado por razões médicas. Aqui, desde o princípio, havia uma espécie de hierarquia quanto aos horários de uso das praias, conforme apontam Gaspar (2004), Castro (1996) e Moraes (2007). Aos membros da aristocracia, permitia-se o banho pela manhã, aos proletários o banho ao fim de tarde, quando se esvaía o sol tornando a praia menos atrativa àqueles. Fato que evidencia um caráter classista e escravista da formação territorial do Brasil.

No transcurso da história, a popularização da praia permitiu que se tornasse legalmente um espaço público para uso comum do povo, porém, ao contrário da limitação de horário para o uso deste território de outrora, hoje têm crescido impulsos, em muitos lugares, para limitar ou até privar o seu acesso. Circunstância que sugere movimento pendular, de avanços e retrocessos, constatando-se, entretanto, predomínio ainda da lógica pública, porém crescente aumento da lógica privada nestes espaços. O avanço da privatização e do exclusivismo no litoral do Brasil ²⁹ e em diversos lugares do mundo pode ser constatada pela pesquisa e pelas observações empíricas realizadas.

De tal modo que não se pretende fazer um levantamento histórico da significação da praia – que tem sua raiz na recomendação médica como densamente apontado pelas referidas obras – mas analisar a dinâmica contemporânea de uso e ocupação. De sua ressignificação ligada ao avanço dos espaços privados e de uma simbologia crescentemente privatista, exclusivista. Nesse sentido observamos que a humanidade possui dignidade histórica de exercício do poder sobre os territórios nos quais se estabelece³⁰, transformando-os segundo os valores que

²⁹ Fornece-se, sucintamente, alguns casos exemplares que ratificam nossas afirmações: Jurerê Internacional, Florianópolis (SC-Brasil), Riviera de São Lourenço, Bertioga (SP-Brasil), Condomínio Laranjeiras, Paraty (RJ-Brasil), Reserva do Paiva, Cabo de Santo Agostinho (PE-Brasil).

³⁰ Quanto a esta discussão, pode-se melhor compreender a natureza dos conflitos territoriais pelo caso da disputa entre tigres e humanos nas florestas do delta de Sundarban na Índia e Bangladesh, em Goodrich (2010), doi: 10.1111/j.1749-4877.2010.00218.x, e Naha *et. al.* (2016), DOI:10.1371/journal.pone.0152119.

conduzem a sociedade espaço-temporalmente. Logo, tem-se revelado intrínseca contradição considerando o território e o desenvolvimento sob os ditames dos agentes hegemônicos do Complexo Fundiário Imobiliário Comercial e Financeiro (CFICF) (CASTILHO; PONTES, 2019), revelando outro caráter da formação territorial no Brasil, ou seja, sua subordinação ao econômico.

Considerando as perspectivas sobre o Desenvolvimento segundo as visões positiva (o que é) e normativa (o que deveria ser) (DANSERO, GIACCARIA e GOVERNA, 2008), faz-se necessário equilibrá-las de forma a não banalizar conformativamente a visão positiva assim como não exceder a visão normativa, compreendendo-as sob a perspectiva dialética e sem sobressaltos entre real e ideal para cada território onde se considerar desenvolver segundo suas particularidades locais.

Assim, identificar similaridades e estabelecer diferenciações entre as praias de Porto de Galinhas e Rimini evidenciou o caráter homogeneizante das dinâmicas operadas sob os parâmetros da atual lógica desenvolvimentista. A monotonização progressiva do ambiente revelou uma padronização construtiva que uniformiza a diversidade natural do litoral, seja no Brasil ou na Itália, constituindo cidades lineares litorâneas com crescentes índices de urbanização que pressionam singularidades naturais e socioterritoriais resultando, no mais das vezes, em comprometimento ou destruição.

A intensidade e velocidade dos reflexos negativos da dinâmica observada nos ambientes costeiros ligam-se diretamente ao nível de territorialidade a que estão sujeitos. Essa tem sido a constatação diante das observações empíricas que salientaram mais similaridades do que distinções, ainda que as diferenças entre Porto de Galinhas e Rimini ofereçam importantes contrapontos quanto à permissividade à lógica desenvolvimentista. Porque maior senso de territorialidade resulta capaz de estabelecer critérios de controle e regulação para as intervenções que ressignificam as praias, equilibrando interesses e resguardando benfeitorias à coletividade. Ao menos, tem contribuído para ordenar a subtração de territórios e fixar com maior acuidade parâmetros para qualidade ambiental.

O caso brasileiro consideramos como território presumido, com frágil definição de sua identidade e potencialidades próprias, que permite excessiva influência de agentes externos das diversas escalas seguindo os ditames do mercado, pouco articulado com a comunidade local, com pouco ou nenhum investimento em formação de base territorial para dar suporte a um desenvolvimento original e endógeno.

Em contrapartida o território italiano apresenta maior consolidação, com estável perspectiva de construção e afirmação de identidade, com planos elaborados conjuntamente, incluindo a comunidade local – vide o projeto *Laboratori Aperti dell’Emilia-Romagna-Rimini Tiberio, per la città che vogliamo*³¹; *Il Piano Strategico di Rimini e del suo Territorio ‘Rimini Venture’*³² –, previsões de revitalização e requalificação – vide *Il Parco del Mare*³³ –, acompanhamento da qualidade do ambiente e da balneabilidade das praias e do rio *Marecchia* que compõe o balneário *riminese* – vide *Il Piano di Salvaguardia della Balneazione Ottimizzato*³⁴ –, oferecem transparência às iniciativas e são convites à participação ativa dos agentes.

Ademais, contam ainda com a colaboração e o suporte das pesquisas científicas realizadas através da Universidade de Bologna, campus de Rimini, onde cursos de formação e pesquisa direcionam-se às necessidades deste território, como o *Centro di Studi Avanzati sul Turismo* (CAST) e o *Dipartimento di Scienze per la Qualità della Vita*. Porém, um território que não se exime de contradições e dissensos categóricas e conscientemente internalizados ao assumirem-se dinâmicas referenciadas num modo de produzir espaços teleologicamente contrário à sustentabilidade.

Para a análise dos ambientes de praia em Porto de Galinhas e Rimini, inicialmente foram definidos critérios para melhor evidenciar similaridades, entre eles: a) institucionalidade (legislação de uso e ocupação); b) formação territorial; c) materialidade (morfologia do ambiente construído e condições físico-naturais). Sendo assim, cabe-nos realizar breve digressão para desenredar um dos pressupostos para a discussão sobre a praia no Brasil e na Itália, qual seja a partir de sua condição institucional.

No **Brasil**, a Lei Federal nº 7.661, de 18 de maio de 1988, a qual estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em seu art. 10º determina que “**as praias são bens públicos de uso comum do povo**, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvado os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica” (grifo nosso). E ainda destaca em seus parágrafos,

³¹ Disponível em: <http://laboratorioaperto.comune.rimini.it/>.

³² Disponível em: <https://www.riminiventure.it/>.

³³ Disponível em: <https://www.comune.rimini.it/comune-e-citta/comune/urbanistica-ed-edilizia/parco-del-mare>.

³⁴ Disponível em: <https://www.comune.rimini.it/comune-e-citta/comune/ufficio-relazioni-con-il-pubblico/guida-ai-servizi/piano-di-salvaguardia-della-balneazione-0>.

§1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no *caput* deste artigo.

§3º. Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema (BRASIL, 1988a).

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, estabelece em seu art. 20, “São bens da União: IV – [...] as praias marítimas”. Assim, a praia figura como bem público de uso comum sob propriedade da União, a qual está categorizada como “terrenos de marinha e seus acrescidos” segundo o art. 1º, a), do Decreto-lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946. Por sua vez, estes conceituam-se,

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima [...], até onde se faça sentir a influência das marés [...] Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano (BRASIL, 1988b).

Desta feita, percebe-se que os limites legais dos ambientes de praia constituem verdadeira panaceia, notabilizando espaços de liminaridade complexa e conflitiva quanto as dimensões pública e privada. Razão pela qual inúmeras denúncias de apropriação indevida de áreas de praia apresentam difícil resolutividade devido aos termos em que é (in)definida (Figura 38), segundo relatos coletados em diálogos/entrevistas e o registro de imagens em atividades de campo (Figura 39). Além de haver sujeição à variabilidade de avanços e recuos do nível do mar acrescida à pressão do avanço da urbanização.

Figura 38 – Denúncia do avanço de megaempreendimento obstaculizando a livre circulação na praia de Muro Alto, complexo Porto de Galinhas.



Fonte: Organização Salve Maracáípe (2017). [Vídeo: Aida (11 set. 2017)].

Figura 39 – Megaempreendimento em construção sobre área de vegetação de restinga





Fotos: Bruno Pontes (2022)

Na **Itália**, o art. 822 do Código Civil estabelece que “*Appartengono allo Stato e fanno parte del demanio pubblico il lido del mare, la spiaggia [...]*”, ou seja, as praias constituem bem público do Estado (ou das Regiões, Províncias ou *Comunes*), inalienável e inexpropriável destinado a servir as necessidades da coletividade. E ainda define a linha do mar para fins de efetivação da livre fruição, pública e gratuita, “*(d)aquela parte da praia contra a qual as ondas quebram no solo, que se estende por cerca de 5 metros da beira-mar*” (ITALIA, 2021, *grifo nosso*).

Pode-se, porém, realizar concessões a particulares, mas sem obstaculizar o livre proveito da orla marítima pelos cidadãos, segundo o art. 1º, parágrafo 251, da Lei 296/2006, que obriga os concessionários “a permitir o livre acesso e trânsito, para atingir a orla em frente a área coberta pela concessão, também para fins balneares” (ITALIA, 2006); e mais recentemente a Lei 217/2011 reiterou tal condição em seu art. 11, inciso II, letra d) “sem prejuízo da permanência, em absoluto, do direito livre e gratuito de acesso e fruição da orla, inclusive para fins balneares [...] *(é necessário)* disciplinar as hipóteses de constituição do título de uso ou aproveitamento das áreas do patrimônio marítimo do Estado” (ITALIA, 2011, com grifo nosso).

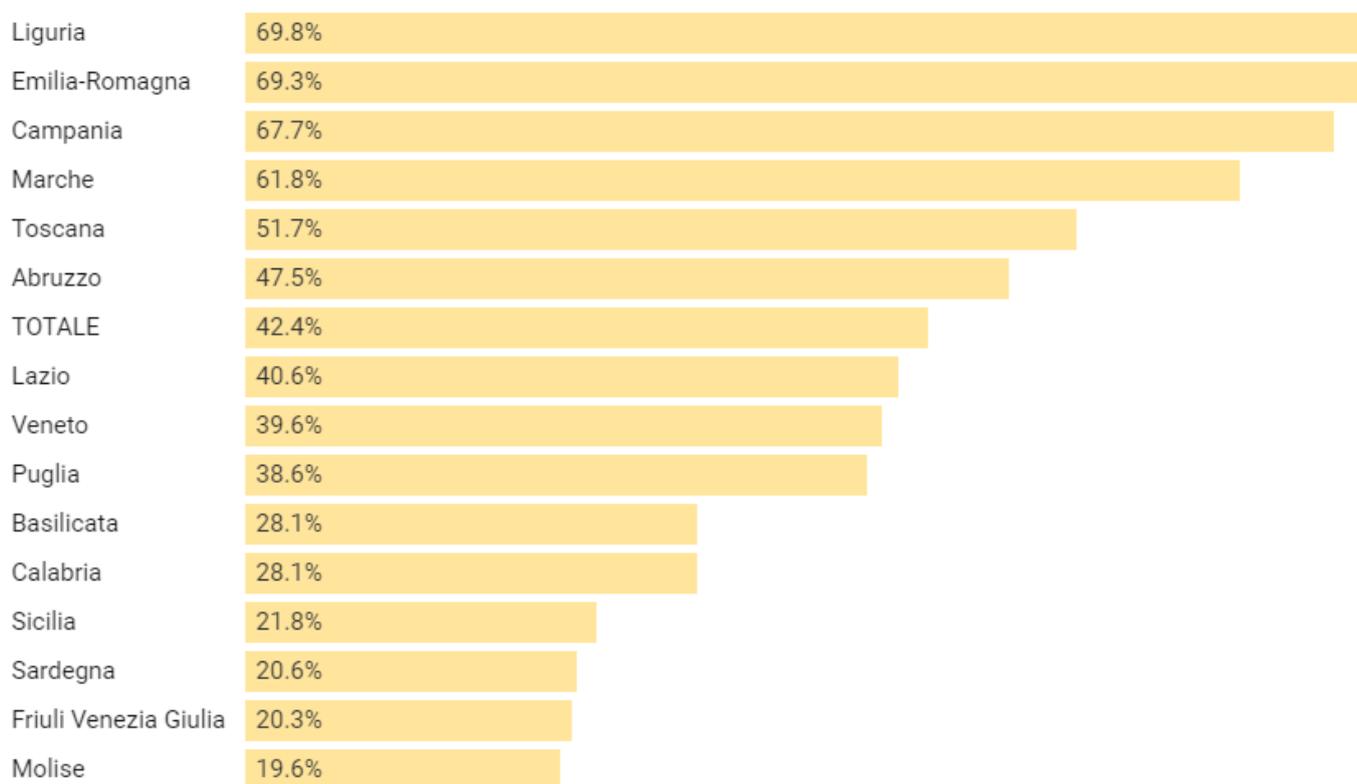
Assim, há claro estabelecimento – do ponto de vista legal – do livre e gratuito acesso, passagem, caminhada e permanência nos 5 metros que correspondem a linha de costa das praias italianas. Entretanto, na prática, principalmente no período compreendido entre os meses de maio e setembro, os banhistas que não pretendem pagar o aluguel de *letini* e *ombrelloni* (espreguiçadeiras e guarda-sóis) relatam dificuldades para exercício pleno dessa liberdade em muitos balneários italianos (Figura 40).

Esta condição de ténue liminaridade, inclusive, guarda semelhança com os principais países litorâneos europeus que operam concessões privadas em seus ambientes de praia (Quadro 9).

No Brasil, visto a débil capacidade de monitoramento, é comum identificar, como exemplificado acima, a ocupação ilegal de trechos de e ao avanço das praias particulares e redução das praias livres. Pode-se ratificar, por conseguinte, a intensa ocupação da costa italiana pelos estabelecimentos balneares como também a dificuldade de garantir os percentuais mínimos de praia livre conforme leis regionais (Figura 41) demais países europeus irregularidades nos limites entre praias livres e áreas em concessão, além de constatação por meio da atividade empírica nas praias de Rimini.

Figura 40 – Percentual de praias da costa italiana ocupadas por estabelecimentos balneares privados (2020)

La percentuale di costa sabbiosa occupata



Fonte: Legambiente (2020).

Disponível em: <https://www.legambiente.it/wp-content/uploads/2020/08/Rapporto-Spiagge-2020.pdf> Acesso em: 14 dez. 2019.

Percebe-se, deste modo, o alto percentual de ocupação da costa italiana por estabelecimentos balneares privados, sobretudo ao norte. Tratando-se especificamente da região *Emilia-Romagna*, este fato demonstra a inobservância da normativa regional, a qual prevê percentual mínimo de 20% de praias livres em relação à extensão territorial total, no entanto, apresenta 90,5% de suas áreas de praia ocupadas por concessões a operadores privados (dos 14,8 km de extensão territorial total, 13,4 km são ocupados por estabelecimentos privados).

Situação confirmada por meio das observações empíricas e da análise de documentos oficiais da *Comune di Rimini*, que assinala ser impossível, atualmente, alcançar o objetivo regional de 20% de praias livres dada as complexas situações de concessão (todas preveem renovação de concessão por longos prazos), além dos problemas sociais e econômicos que poderiam ensejar (COMUNE DI RIMINI, 2006). Denunciando, destarte, uma conformação na

organização territorial com clara prevalência de ambientes pagos, concebidos por e para o consumo.

Quadro 9 – Países europeus que operam suas praias sob concessão privada e condições

Países	Condições para concessão
França	Máxima duração para concessões em praias de 12 anos; 80% do litoral deve permanecer para livre acesso. Os municípios são obrigados a informar amplamente à população sobre quaisquer novos projetos que pretendam assumir a gestão das praias, ao mesmo tempo, os cidadãos podem realizar propostas sobre a correta gestão do patrimônio costeiro de domínio público.
Espanha	A prorrogação das concessões existentes está sujeita ao estabelecimento de relação ambiental que indique os efeitos das ocupações no ambiente e explicita as condições para garantir a proteção do domínio público em área marítima ou terrestre.
Croácia	Concessões sempre firmadas através de editais públicos. Concessões máximas de 5 anos para atividades de gastronomia e demais serviços (restaurantes, bares, quiosques e similares), assim como atividades comerciais e recreativas (parques aquáticos, parques de diversão, aluguel de guarda-sóis, cadeiras, espreguiçadeiras, etc.).
Grécia	Duração das concessões variáveis, mas permitidas apenas por meio de editais públicos.

Fonte: Legambiente (2018), elaborado pelo autor (2021).

Figura 41 – Percentual mínimo de praias livres garantidas indicadas pelas leis regionais italianas (2018)

Spiagge da garantire alla libera fruizione

Regioni	Quota minima di spiaggia libera o libera attrezzata
Puglia	60%
Sardegna	60%
Lazio	50%
Liguria	40%
Molise	30%
Calabria	30%
Marche	25%
Emilia-Romagna	20%
Campania	20%
Abruzzo	20%
Friuli Venezia Giulia	0
Veneto	0
Basilicata	0
Sicilia	0
Toscana	0

Fonte: Legambiente (2018).

Disponível em: https://www.legambiente.it/wp-content/uploads/le_spiagge_sono_di_tutti_legambiente_2018.pdf Acesso em: 14 dez. 2019.

É nesse sentido que a sucessão de transformações a que estão sujeitos os ambientes de praia, seja no Brasil, seja na Itália, ou outros países litorâneos europeus, evidenciam uma liminaridade entre público e privado cujas contradições demandam equilíbrio. Para o que se escrutina a significação que devem assumir tendo em vista o demonstrado pressuposto que define as praias como importantes espaços públicos de fruição universal, e ainda, por se tratarem de ambientes com reconhecidas especificidades naturais a serem conservadas.

O atual complexo Porto de Galinhas conta com uma história de formação territorial permeada de indicadores dos contornos da ocupação do espaço que retratam a herança colonial e escravocrata, lastros para formação do território brasileiro. Registra-se inicialmente como território dos índios Caetés até sua expulsão pelos colonizadores portugueses.

No primeiro ciclo exploratório se tornou importante área de exportação de madeira pau-brasil e no segundo ciclo, área de plantação da cana-de-açúcar, como exportadora de açúcar para a metrópole portuguesa, ficando conhecida, inclusive, como Porto Rico devido à sua prosperidade.

Em seguida, torna-se um conhecido entreposto clandestino de escravos vindos da África trazidos junto a galinhas para aprovisionar mão-de-obra aos engenhos da região. Após a abolição da escravatura, seu uso foi redefinido pela ocupação de três grandes fazendas dedicadas principalmente à plantação de cocos, caracterizando a praia por uma extensa e densa área de coqueirais, assim como pela presença de uma vila de pescadores e de local de veraneio para as famílias dos senhores de engenho. Aproximadamente em 1950 parte das propriedades foi vendida para o governo do estado de Pernambuco para instalação de órgãos públicos como a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) e a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) (MENDONÇA, 2004).

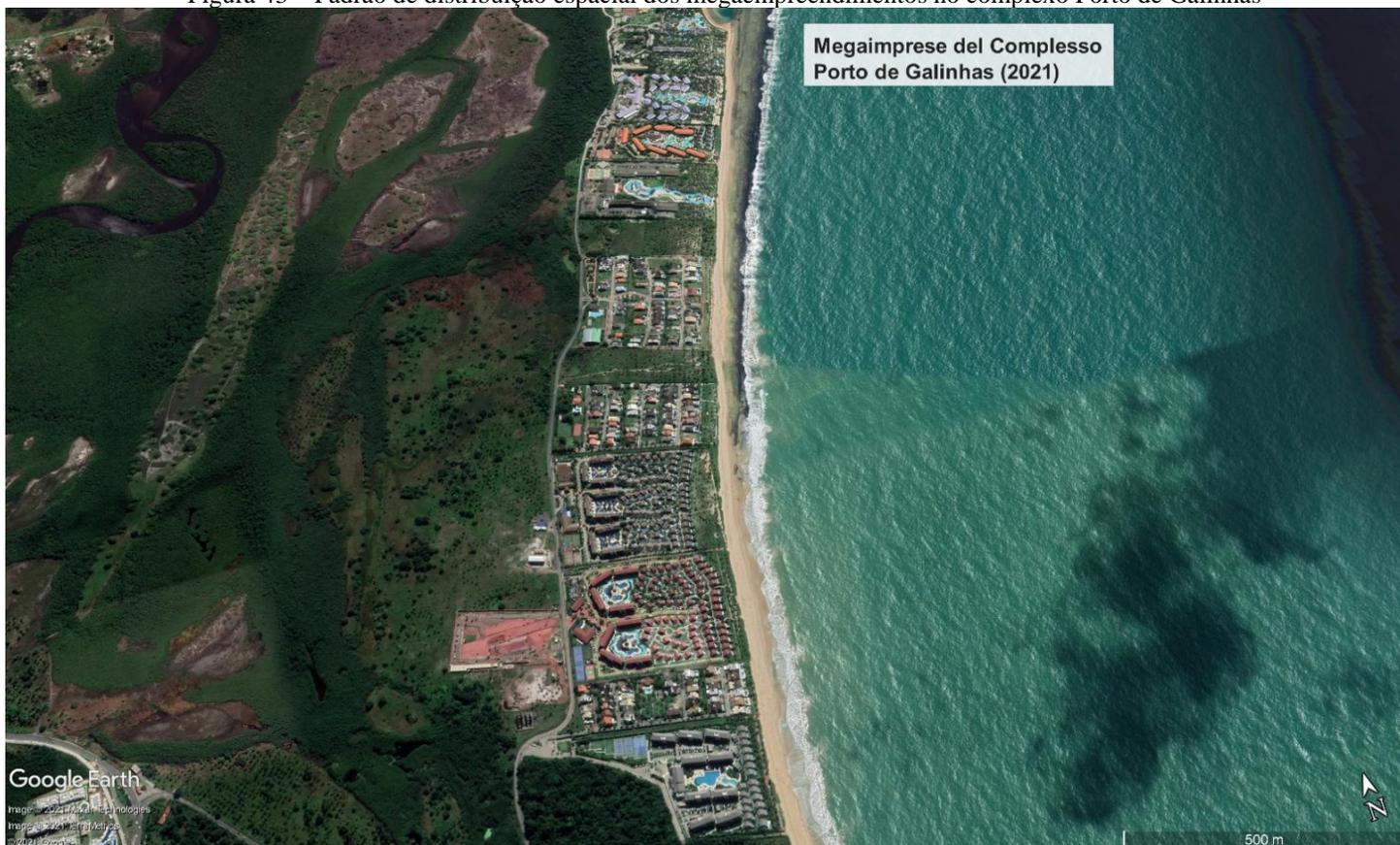
A formação territorial urbana da praia de Porto de Galinhas tem como referência a implantação de 8 (oito) loteamentos, em Porto de Galinhas e Maracaípe, num período de apenas 3 (três) anos, iniciados na década de 1970 (Figura 42) e a subsequente instalação de unidades de segunda residência e equipamentos de pequeno e médio porte para hospedagem, principalmente na área central e em seu entorno. Entretanto, é a partir da década de 2000 que são loteadas grandes glebas que se expandem para as praias Cupe, Muro Alto e Camboa, onde estão aportados os empreendimentos de grande porte atualmente observados no complexo Porto de Galinhas (Figura 43).

Figura 42 – Imagem aérea do Loteamento Recanto do Porto (1978).



Fonte: Porto de Galinhas Memória Viva (2018).

Figura 43 – Padrão de distribuição espacial dos megaempreendimentos no complexo Porto de Galinhas



Fonte: Google Earth (2021).

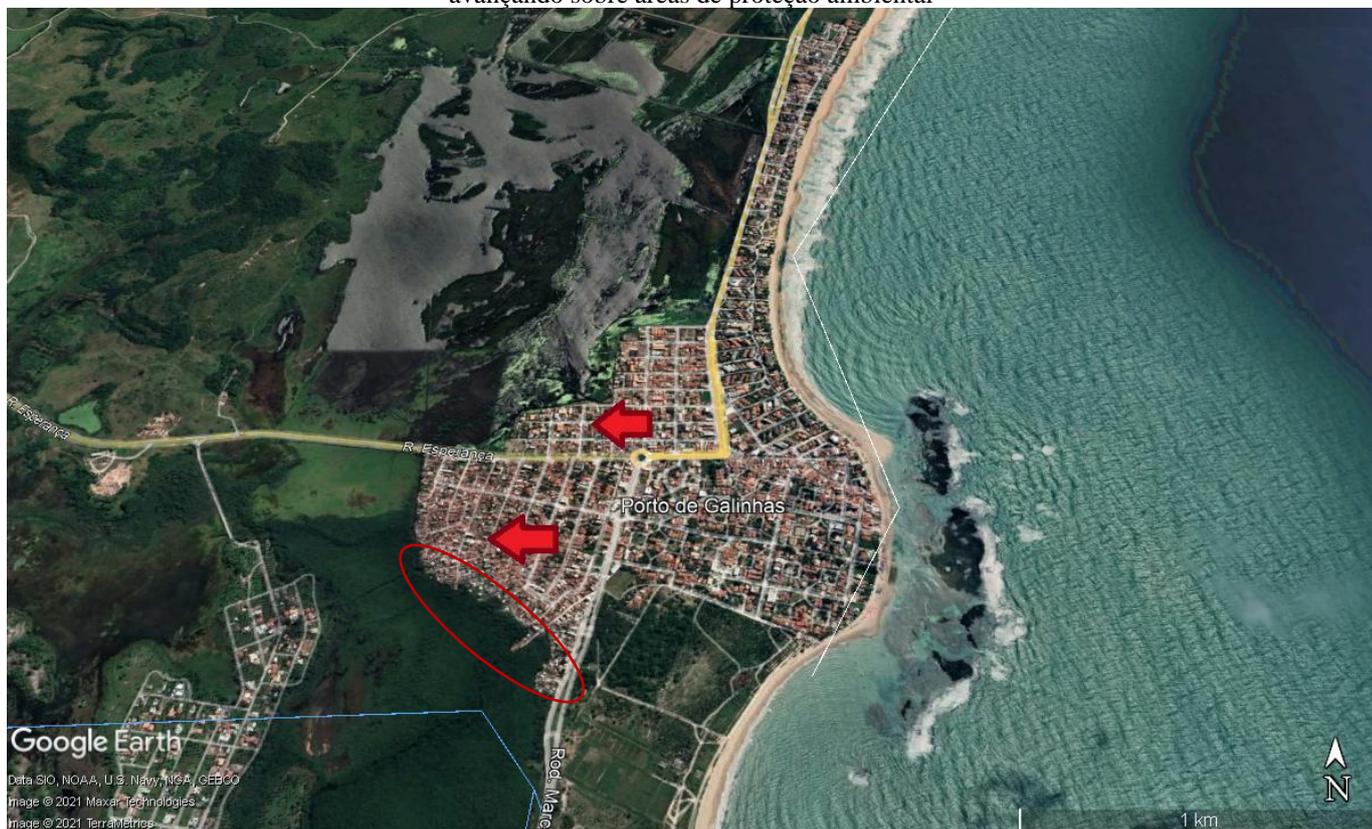
A crescente urbanização registrada desde então, ocasionada pelas atividades de veraneio e mais intensamente devido às atividades voltadas ao turismo, tem gerado um mercado de terras ávido que inaugura uma situação fundiária submetida a processos especulativos, tensa e conflitiva, e propicia processos de gentrificação. Tais dinâmicas impõem ao poder público – sobretudo municipal, eivado de fragilidades – progressiva capacidade de planejamento e de ordenamento do uso do solo (Figuras 44, 45 e 46).

Figura 44 – Início de ocupação irregular em área de proteção ambiental no complexo Porto de Galinhas



Fonte: Diário de Pernambuco (2011).

Figura 45 – Centro de Porto de Galinhas com destaque (setas vermelhas) para a crescente urbanização avançando sobre áreas de proteção ambiental



Fonte: Google Earth (2021) (com modificações).

Figura 46 – Avanço de urbanização precária em Porto de Galinhas sobre área de proteção ambiental



Fotos: Bruno Pontes (2021)

Circunstância que reforça a infeliz permanência dos contrastes socioespaciais retratando a profunda desigualdade social num raio de aproximadamente 500m entre condições abastadas de “sombra e água fresca” – onde se encontram megaempreendimentos como hotéis, *resorts* e condomínios privados – e a precariedade de vida das pessoas que ainda buscam um lugar ao sol.

Registra-se sucessivamente a intensificação das atividades voltadas ao turismo assumidas pelas gestões municipais uma configuração para a mobilidade que privilegia o tráfego por meio viário, o adensamento de instalações nas faixas de praia de “barracas” – estabelecimentos comerciais que oferecem serviços voltados, principalmente, à gastronomia – sobretudo na área do centro de Porto de Galinhas. Contudo, nas praias onde estão concentrados equipamentos hoteleiros de grande porte – em Camboa, Muro Alto e Cupe – verifica-se ausência de equipamentos públicos como banheiros e chuveiros, assim como infraestrutura para acesso de pedestres. O que evidencia condicionantes do perfil de ocupação majoritariamente de público de condomínios privados, hotéis e *resorts*. Tal perfil de ocupação e a exploração da imagem de Porto de Galinhas como destino internacional de turismo têm atraído investimentos como a mencionada proposta de construção da Arena Porto, um empreendimento para promoção de eventos, shows e entretenimento que atualmente se encontra embargado judicialmente pelo órgão ambiental do governo de Pernambuco (CPRH) devido à destruição de cobertura vegetal de mangue e impermeabilização de área alagada ligada ao rio Merepe (Figura 47).

Figura 47 – Área de construção da Arena Porto (atualmente obstaculizada judicialmente devido ao impacto ambiental)





Fotos: Sergio Bernardo (2019).

Conforma-se, portanto, um ambiente de praia que compromete suas potencialidades pela fragilização do seu tecido socioterritorial e ambiental. Ipojuca, diferente de Rimini, e consequentemente Porto de Galinhas, apresenta débil sistema de participação social em Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente e de Turismo, cuja capacidade de governança pouco pode ser considerada. Isso tem refletido numa conformação de praias com baixo senso de pertencimento, que conjetura pouca capacidade de pleitear necessidades e interesses de seu território vivido. Resultante de condições socioterritoriais historicamente diversa, que se manifestam na fragilidade de afirmação da identidade local decorrente da formação territorial conflituosa de uma colonialidade ainda presente e silente, por meio da qual os vetores de uma globalização perversa são internalizados.

Soma-se a vulnerabilidade ambiental devido à frágil estrutura institucional para estabelecer diretrizes de preservação e conservação, monitorar e fiscalizar intervenções e a profunda sujeição aos projetos privados voltados ao turismo refletindo um planejamento que atende a interesses outros que não os locais, justamente por isso pouco considera os impactos ambientais e uma sustentabilidade de longo prazo. Aspectos estes corroborados por meio de atividades empíricas e através de coleta de dados e informações no próprio território.

Diante disto, salienta-se a proposição de municipalização da gestão de praias urbanas mediante rigoroso acompanhamento dos preceitos à “maior responsabilidade pela gerência das orlas marítimas, considerando a fragilidade e potencialidade dos ambientes naturais, os aspectos urbanísticos e o bem-estar social, em meio ao desenvolvimento econômico, inclusive àquele relacionado ao turismo” (Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União [SPU], 2019). Esta, então, seria mais uma tentativa de equalizar a gestão territorial de forma a possibilitar rápidas e adequadas respostas para os problemas locais. Considerando que,

A gestão de praias no Brasil reflete um histórico de políticas públicas setoriais, geralmente voltadas ao turismo, à limpeza de praias, à qualidade da água do mar para banho e à segurança pública (expressa pelos guarda-vidas), muitas vezes não se atendo a aspectos também importantes, tais como aqueles de cunho ambiental e patrimonial. Muito embora o Decreto Federal n.º 5.300/2004, que institucionalizou o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), tenha buscado a integração destes aspectos, na prática a gestão de praias muitas vezes não efetivou esta integração, dando margem à perpetuação de conflitos de uso, fundiários e aos impactos adversos nos ecossistemas e seus serviços ecossistêmicos. (SPU, 2019).

A possibilidade trazida pelo Termo de Adesão de Praias Marítimas Urbanas (TAGP), transferindo a gestão das praias aos municípios, esforça-se por cobrir falhas de regulação devido à necessária interação e compartilhamento de responsabilidades entre a União, Estados e Municípios, que no mais das vezes não ocorre. E ainda, dirimir sobreposição de competências que tem refletido em dificuldades na fiscalização e no ordenamento territorial.

Quanto às dinâmicas em Rimini, assemelha-se às observadas em Porto de Galinhas em período recente, entre as décadas de 1980 e 1990. Porém, as fragilidades socioterritoriais e ambientais observadas têm recebido importante atenção por parte da *Comune*. Na Itália o ente responsável pela gestão de praias é a *Comune* (equivalente ao município no Brasil). Portanto, a *Comune di Rimini* com a colaboração da *Università di Bologna*, e a sociedade *rimenese*, presentemente, têm atuado em conjunto para superação das adversidades, assumindo uma gestão que vem buscando privilegiar especificidades territoriais, destacar a cultura local, estimular o envolvimento dos cidadãos na gestão do território, para promover mudanças na orla marítima com vistas a otimizar acessos e a circulação de pedestres, além de reformular o sistema de drenagem de suas águas para garantir permanente balneabilidade.

Rimini possui uma história de formação territorial com mais de dois mil anos caracterizada por valores civis e culturais ligados à praia, mas que hoje assume conotações para além de uma cidade histórica balnear, dispendo de múltiplas atividades produtivas majoritariamente ligadas ao turismo. Com consolidada tradição turística, seja pelas atrações de

sua história, arte, praia – ou pela confluência destas distintas características num só lugar –, trata-se de uma das localidades mais famosas da Europa para fruição de férias. Isto devido, em grande medida, à tradição de seu modelo de utilização da praia, inaugurado em 1843, por meio dos estabelecimentos balneares “*bagni*”.

Tal característica se difundiu e pode ser evidenciada ao longo de toda a costa do adriático no litoral italiano, que se estende por aproximadamente 120 km, formando as chamadas *metropoli balneare* ou *metropoli riviera*, registrada pelo cineasta Federico Fellini cujo filme *Amarcord* descreve de maneira nostálgica uma Rimini tranquila transformada em cidade para o entretenimento (Figura 48).

Figura 48 – Divulgação de programação do verão de Rimini em 1922



Fonte: Farina (1995). Arte: Marcello Dudovich, Milão.

A urbanização de sua faixa costeira sucede à construção de pequenas vilas que margeavam a área balnear com perfil residencial, principalmente de segunda residência, mas que foram gradualmente sendo substituídas por estruturas de hospedagem de maior porte em

decorrência de dinâmicas e fluxos estimulados pelo turismo. De Ravenna a Rimini funde-se uma cidade linear de 70 km que triplica suas populações entre os meses de junho a setembro (RUDNJANIN; MONTEFIORI; STICCO, 2015). A crescente procura pelas cidades costeiras seguida de obras de infraestrutura para permitir ocupação em massa nos meses de veraneio se constituiu um fato urbano determinante para a intensificação do fluxo turístico que orientou um crescimento multiescalar destas cidades e o incremento da economia local. Contudo, gerou intensa edificação do litoral, forte movimento de especulação imobiliária, condições de degradação ambiental e sazonalidade das estruturas econômicas locais, principalmente no período de ascensão destas destinações na década de 1950, período pós-guerra quando a cidade foi praticamente reconstruída.

Neste período as especificidades territoriais fixadas pelo tempo nas formas e estruturas da cidade de Rimini foram quase que completamente ignoradas e omitidas por construções homogeneizantes e especulativas. A cidade se tornou o resultado de acontecimentos pontuais, que por muito tempo mascararam elementos da cidade histórica bem como aspectos naturais e a praia, os quais não desapareceram fisicamente com o tempo, mas foram reduzidos por muito tempo como elementos pouco relevantes para os processos de indução ao adensamento. Aproximadamente a partir da década de 1980, percebe-se um declínio considerável no fluxo de visitantes e turistas devido ao comprometimento da qualidade ambiental provocado pela eutrofização de partes da costa do adriático devido à grande quantidade de efluentes de matéria orgânica - fenômeno que induz o crescimento excessivo de algas e plantas aquáticas formando na superfície do mar camadas de lodo viscoso de cor amarelada ou esverdeada - período conhecido como crise da *mucillagine*. Após a superação do desastre, e apesar de adotadas medidas de controle e acompanhamento da qualidade ambiental das praias de Rimini, permaneceram impactos decorrentes da saturação da infraestrutura (Figuras 49 e 50) demandando reorientação de suas atividades e reposicionamento quanto à concepção de cidade.

Figura 49 – Alagamento em Rimini (2012)



Fonte: Alta Rimini (2012).

Disponível em: <http://www.altarimini.it/News49864-temporale-rimini-allagamenti-automobilisti-in-difficolta-e-personeal-buio.php> Acesso em: 11 dez. 2019.

Figura 50 – Descarga do sistema de esgoto no mar de Rimini (2014)



Fonte: Basta Merda in Mare (2014).

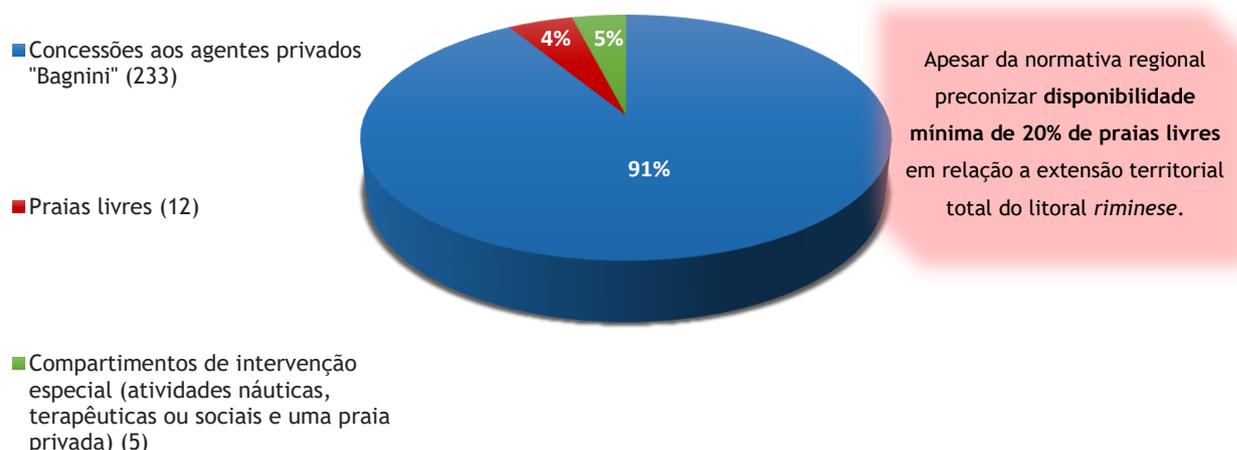
Disponível em: <http://www.bastamerdainmare.it/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=85> Acesso em: 11 dez. 2019.

Atualmente, após contínuas ações de destruição, reconstrução e crescimento, dinâmica própria do sistema técnico instrumental capitalista, Rimini possui reduzidos testemunhos da sua vida milenar, muitas estruturas sufocadas ou perdidas, porque os laços históricos que os uniam foram consideravelmente reduzidos. Rimini pode ser hoje compreendida como uma cidade marcada por esparsas unidades de referência de sua identidade histórica, apresentando, portanto, esforços para resgatar e reconsolidar sua cultura (PASINI; SANTONOCITO, 2015).

Parte da Rimini atual se desenvolveu irrefletidamente em busca de rendimentos, e isso é evidente na construção de muitos edifícios de considerável porte (principalmente de função hoteleira) presentes em sua orla marítima. Hoje, portanto, surge como uma cidade com muitas facetas, mas que vivencia um abrandamento notável na sua tumultuada expansão dos últimos trinta anos. Com um tecido urbano denso, mas articulado, tem buscado, no entanto, equilibrar a cidade residencial do período de inverno e a cidade litorânea do verão reorganizando estruturas e reformando espaços para resgatar sua identidade territorial com ousados projetos como o *Parco del Mare*, iniciado em 2016.

Pode-se destacar, por seu turno, capacidade de orientação e planejamento institucional quando analisados os sucessivos planos de regulamentação do território de Rimini no período compreendido entre 1944 a 2014. Registram-se oito planos ordinários mais um plano de reconstrução e ainda inúmeros planos particulares que dão respaldo às gestões *comunali* pela capacidade de articular e aglutinar contribuições dos mais diversos agentes sociais refletindo múltiplos interesses e prevalências em cada um dos períodos relativos aos planos. Atualmente culmina uma conformação do ambiente costeiro com praias majoritariamente privadas – ou exclusivas – como demonstrado nas Figuras 51 e 52.

Figura 51 – Organização territorial das praias em Rimini



Fonte: Elaboração do autor (2021)

Figura 52 – Distribuição de estabelecimentos balneares “*Bagni*” e “imperceptíveis” espaços de *spiaggia libera* em Rimini



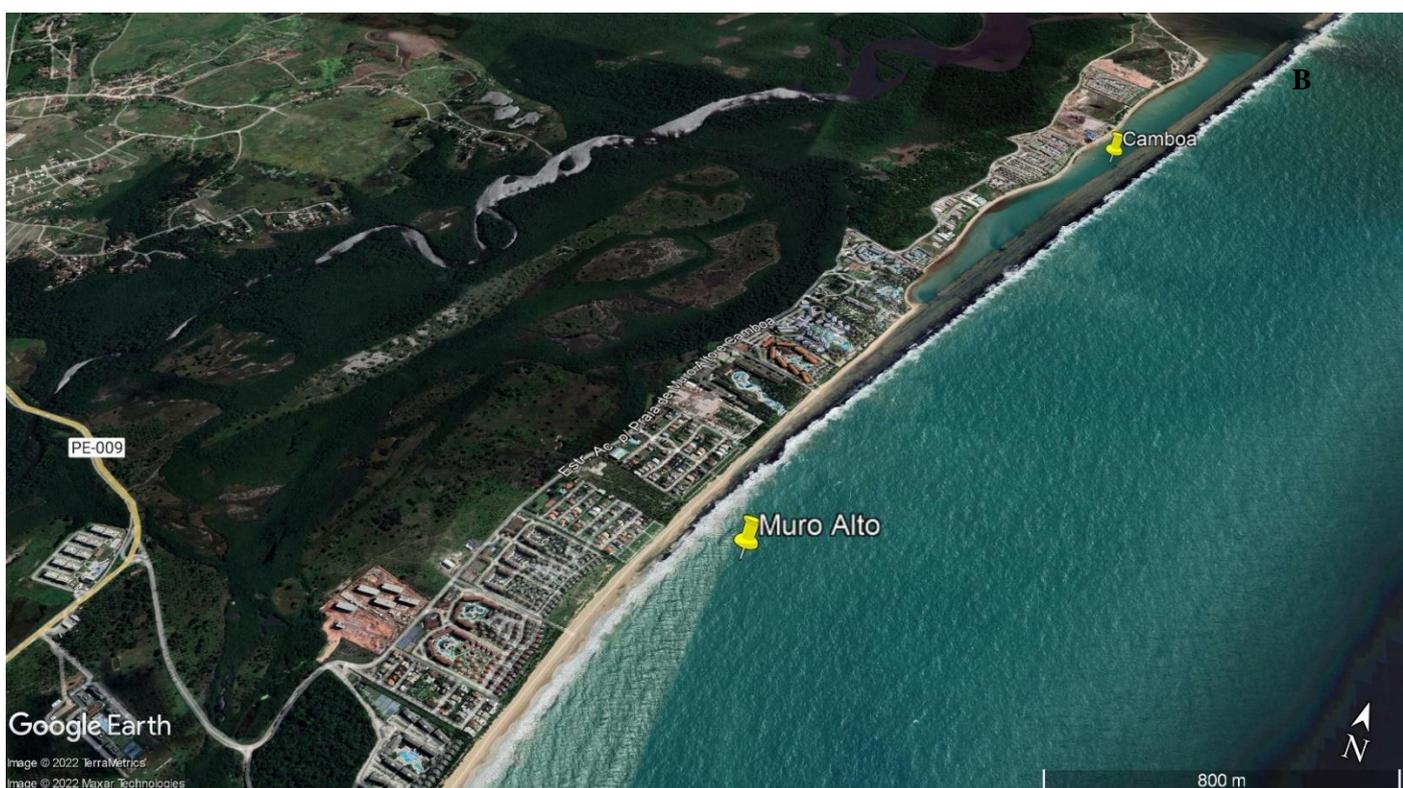
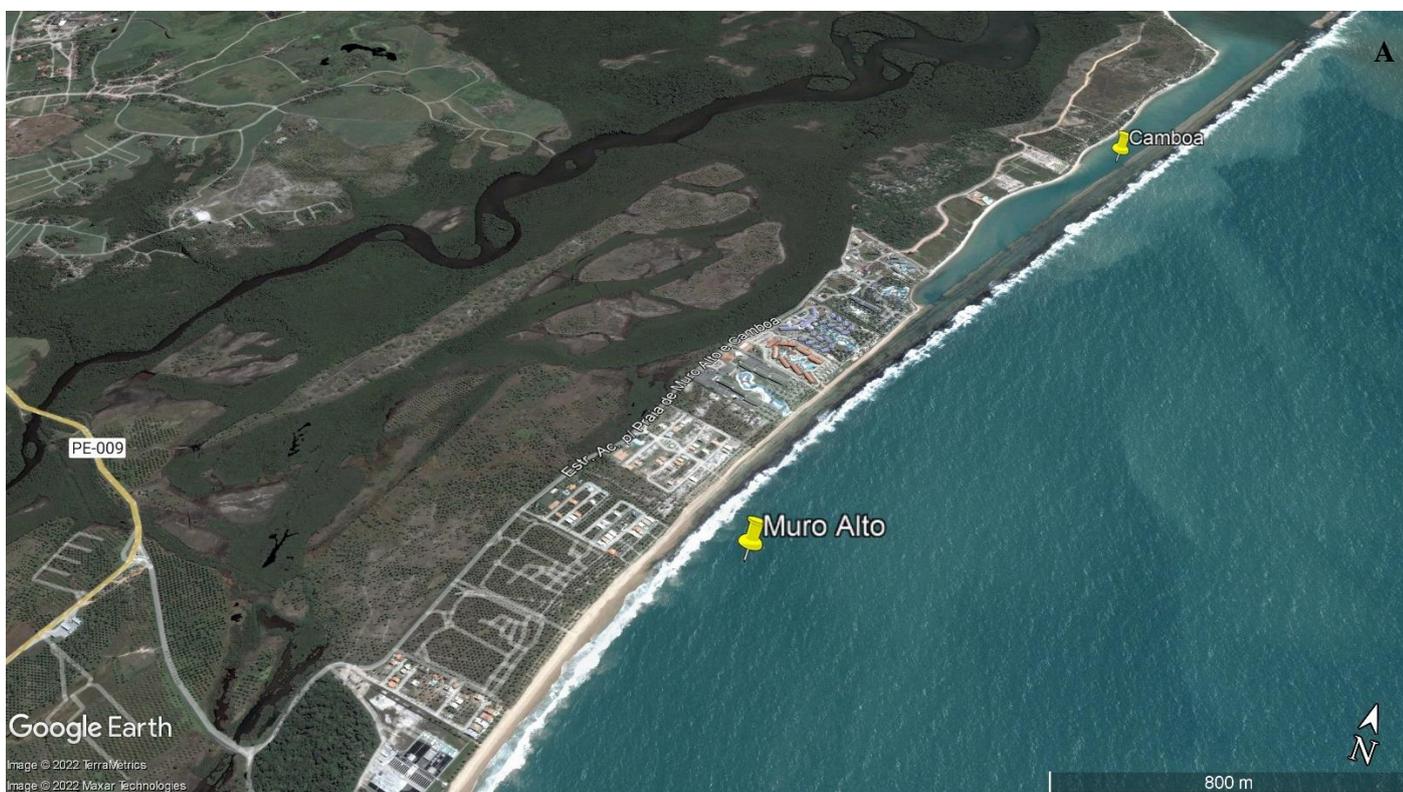
Fonte: Chiamami Città (2018). Disponível em: <https://www.chiamamicitta.it/rimini-partecipa-al-g20-delle-spiagge-italiane/> Acesso em: 11 set. 2018.

No que tange à materialidade, destacam-se similaridades entre a possibilidade de setorização das praias Porto de Galinhas e Rimini em norte e sul. Quanto à Porto de Galinhas, as especificidades de organização do território no setor norte – composta por Camboa, Muro Alto e Cupe (aprox. 9,5 km) – são morfologia do ambiente construído com predominância de grandes estruturas hoteleiras e restrições ao acesso público, devido à precariedade de transporte público para Camboa e Muro Alto e prevalência de acesso por meio de automóvel, ausência de infraestrutura para acesso de pedestres às praias e de equipamentos públicos como banheiros e chuveiros, perfilando-se, portanto, a um ambiente exclusivista.

Ainda, enfatiza-se a enorme concentração de megaempreendimentos principalmente entre as praias Camboa e Muro Alto, numa área de aproximadamente 5 km, no setor norte (Figura 53). Dos 33 megaempreendimentos identificados no complexo Porto de Galinhas – segundo as características definidas para nossas análises –, 21 estão nestas praias, o que ratifica

a conformação de perfil de ocupação de exclusividade, além da ausência de planejamento territorial adequado às singularidades socioambientais.

Figura 53 – Praias Muro Alto e Camboa, Porto de Galinhas, PE em 2006 (A) e concentração de megaempreendimentos nestas praias, em trecho de aproximadamente 5 km, em 2021 (B)



Fonte: Google Earth (2021) (com modificações).

A organização territorial do setor sul – Merepe, Centro e Maracaípe (aprox. 5,5 km) – apresenta morfologia do ambiente construído com estruturas predominantemente de hospedagem de médio e pequeno porte, segundas residências e concentração de equipamentos públicos. É, deste modo, onde ocorre maior adensamento populacional e maiores fluxos por reunir as principais ofertas voltadas ao comércio e serviços. Também se verifica fenômenos próprios através de intenso processo de urbanização sem capacidade de ordenamento, regulação e planejamento, ocorrência de gentrificação, excesso de verticalização, ocupações irregulares em áreas de preservação e grande déficit de infraestrutura em saneamento ambiental (Figuras 54 a 57).

Figura 54 – Alagamentos em áreas de urbanização precária em Porto de Galinhas



Fotos: Bruno Pontes (2017).

Figura 55 – Urbanização precária em Porto de Galinhas (centro)

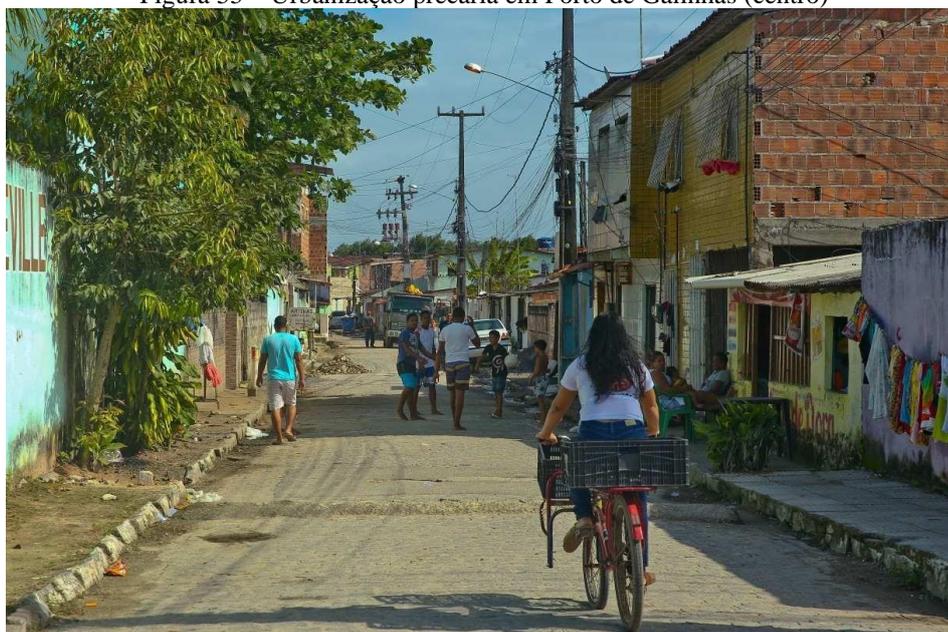


Foto: Filipe Jordão (2021)

Figura 56 – Avanço da urbanização na praia do Cupe



Foto: Filipe Jordão (2021)

Figura 57 – Verticalização e precariedade na praia de Maracaípe

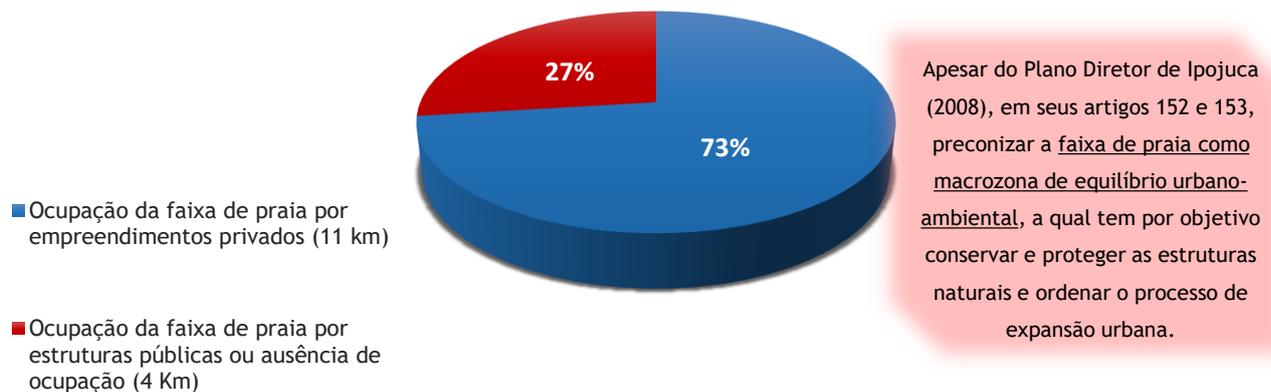




Foto: Bruno Pontes (2022) (A); Filipe Jordão (2021) (B).

Quanto à condição físico-natural, o complexo Porto de Galinhas apresenta presença dos rios Ipojuca (com estuário na praia de Camboa) ao norte, Merepe (ao longo de toda a área interior do complexo, sendo um dos contribuintes do rio Maracaípe) e o estuário do rio Maracaípe ao sul, o qual constitui área de proteção ambiental (APA) estuarina. É, portanto, um ambiente que não cumpre com a legislação urbanística, sujeito a alto nível de antropização, ocupações irregulares e degradação devido à pressão urbana que decorre, dentre outros fatores, da intensa atividade turística (Figura 58).

Figura 58 – Organização territorial das praias em Porto de Galinhas



Fonte: Elaboração do autor (2022).

É importante realçar que tal organização territorial vai de encontro ao que preconiza o Plano Diretor Participativo do município de Ipojuca (PE), de 2008, que em seus artigos 152 e 153 define ecossistemas estuarinos compostos por mangues, rios e a **faixa de praia** como Macrozonas de Equilíbrio Urbano-Ambiental (MEUA) as quais devem ter como objetivos de sua gestão, “[...] II - conservar e proteger as estruturas naturais, com vistas ao equilíbrio urbano-ambiental; III - ordenar o processo de expansão urbana” (IPOJUCA, 2008, p. 33) Tal desconformidade reflete, também, definições conflituosas de zoneamento das MEUA como as Zonas de Sustentabilidade da Orla (ZSO), as quais preveem permissão para os seguintes usos,

1. Residencial unifamiliar isolado; 2. Condomínio vertical; 3. Condomínio horizontal;
4. Condomínio vertical em conjunto; 5. Meios de hospedagem: hotéis, *resorts*, hotel-residência, *flat servisse*, apart-hotel, condo-hotel, este último com até dois pavimentos, pousadas e pensões; 6. Lazer; comércio varejista (mercearia, padaria, farmácia, loja de conveniências, supermercado, equipamentos de educação e saúde, e bar e restaurante), desde que em edificação apropriada para este fim; 7. Serviços (de apoio ao turismo, atividades balneárias, e outros correlatos), desde que em edificação apropriada para este fim (IPOJUCA, 2008, ANEXO VII, p. 47-48).

Quanto à Rimini a articulação entre dois distintos setores se dá pela caracterização do setor norte com uma orla marítima bastante erodida, instável e a presença de quebra-mares frontais. Tal erosão gerou o estreitamento da faixa de praia pública fazendo predominar neste setor a propriedade privada da praia. Enquanto que no setor sul, é caracterizado por uma linha de costa larga e substancialmente estável predominando as áreas em concessão privada (estabelecimentos “*Bagni*”), porém exclusivamente de propriedade do Estado.

As semelhanças entre Porto de Galinhas e Rimini quanto à materialidade podem ser destacadas pela predominância de estruturas privadas no setor norte em ambas, distinguindo-se apenas pela saturação das áreas de concessão no caso de Rimini, diferentemente de Porto de Galinhas que ainda dispõe de áreas para conservação e/ou concessão, o que assinala oportunidade de contenção da degradação e ressignificação da praia. Isso, em caso de estruturação para o acesso público de pedestres, ciclistas, criação de áreas de convivência, praças, estruturas de apoio e suporte como chuveirões, banheiros e corredores de conexão com o centro de Porto de Galinhas a fim de estimular o exercício da territorialidade pela comunidade local, que tem reivindicado melhores instalações para acesso principalmente às praias Camboa, Muro Alto e Cupe. Nesse sentido a atuação da gestão municipal necessita considerar majoritariamente as demandas para o desenvolvimento territorial local, segundo o que indica Santos (2000, p. 111),

O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso [...] constitui um abrigo (SANTOS, 2000, p. 111).

Cabe ressaltar, ainda, que a instalação de estruturas na beira-mar como as vistas em Porto de Galinhas e Rimini – guardadas as devidas distinções quanto ao nível de intervenção e à intensidade de transformação de suas praias – refletem uma crescente artificialização da natureza pela reprodução dos ambientes de amenidades (por meio da instalação de piscinas, arborização, climatização de ambientes, oferta de serviços para relaxamento como massagem, spa, entre outros). Elementos que assumem excentricidade e promovem maior lucro pelo valor de troca quando reapropriados pelos agentes do CFIC, indicando uma supressão do “sol e mar” pela “sombra e água fresca” apontados na nossa pesquisa. Fenômeno que compõe paulatino processo de homogeneização territorial-ambiental e de fetichização dos ambientes de amenidades pela crescente redução destes espaços, justamente pelo paradoxal avanço de uma lógica de destruição para reconstrução.

Apreende-se, destarte, a partir das informações coletadas, das pesquisas de campo realizadas e da análise de dados, que Rimini apresenta aspectos de ambiente urbano em relativa estabilidade devido a estratégias socioterritoriais mais consolidadas, porém, apresenta fragilidades socioambientais devido à saturação de suas áreas de concessão, intensa transformação do ambiente balnear e alto nível de degradação. Razão pela qual vem assumindo eficientes medidas de controle da qualidade ambiental, como permanente análise da qualidade de suas águas e parâmetros para limpeza e acompanhamento do balanço de sedimentos segundo a intensidade da dinâmica praial.

Por sua vez, Porto de Galinhas possui aspectos de ambiente urbano em intensa transformação, com processos de urbanização que induzem fragmentação do espaço e ampliam as desigualdades socioambientais existentes. Sem que haja ações para contenção dos impactos negativos decorrentes resulta, conforme demonstrado, em vultuosa degradação de áreas de importância ambiental que devem comprometer todo o complexo em caso de não haver reposicionamento das diretrizes que referenciam a atuação da gestão municipal. Se por um lado a lógica capitalista acha-se presente nos dois lugares abordados, buscando homogeneizar os espaços para fins de acumulação, como assinala Harvey (2005). Por outro, as especificidades socioterritoriais demonstrarão o ritmo e a intensidade dessa homogeneização.

Nesse sentido, a perspectiva da ressignificação de praia por nós defendida, tendo como referência a territorialidade e a racionalidade ambiental, pode contribuir para mitigar os processos em curso.

3.2 Proposições para a ressignificação de territórios de praia: ambientes para quem?

A praia, enquanto lugar público, território comum, espaço para o lazer e o ócio, com amenidades, possui potencial capacidade de remeter à ideia que queremos transmitir à sociedade. Fortalecendo, assim, os territórios, o sentido da territorialidade, como forma de conter criticamente o avanço da degradação do ambiente e as intervenções que descaracterizam o lugar e tolhem sua virtude identitária.

E ainda, demonstrar que quanto mais forte for o lugar, na acepção de Milton Santos, ou seja, no sentido da identidade, de pertencimento, de territorialidade de seus habitantes, mais sustentável ele será. Pois a homogeneidade enfraquece os territórios e a heterogeneidade, ao contrário, os fortalece. Considerar a dimensão do vivido, da cultura, dos hábitos e costumes, e as aspirações daqueles que fazem verdadeiramente o território, aqueles que lhe dão sentido, torna-o sólido o suficiente para resistir à dinâmica global de homogeneização dos lugares, que interessa apenas aos interesses econômicos e não garantem minimamente o desenvolvimento, tão pouco sustentabilidade às intervenções com este mote. Destarte, o território definido e determinado pelos que o constituem deve ter representação nas instâncias de decisão nas diversas escalas espaciais, mas, especialmente, na escala municipal que é onde se encontra a gênese que dá sentido ao território, ou seja, as pessoas que cotidianamente constroem a cultura e a identidade intrinsecamente estabelecida no lugar. Sugere-se, portanto, para o Brasil, considerar a possibilidade de criação dos Conselhos Territoriais, majoritariamente formados pelos habitantes do lugar, como forma de haver interlocução dos seus verdadeiros anseios.

A metodologia propôs, então, uma leitura e interpretação do território considerando uma conjunção de dimensão híbrida, do aspecto sicionatural (ou ambiental) com o aspecto sociocultural. Tal entendimento é promovido por uma dialogicidade dinâmica entre as visões institucional (dados e informações oficiais, que retratam parca e parcialmente a realidade do território e não consideram a organicidade do lugar, oferecem uma visão reducionista), empírica (do pesquisador, que deve considerar a complexidade) e do vivido (daqueles que constroem o

lugar, atribuem-lhe valor de uso, possuem vínculo afetivo, territorialidade). Isso, a fim de, para além de abarcar a complexidade do ambiente, trazer à luz a preponderância da dimensão do vivido, a valoração intrínseca do lugar como forma de dotar-lhe de potencialidades como autoconhecimento, reconhecimento, valorização, para resistir a intervenções que descaracterizem-no materialmente e simbolicamente e ressignifiquem-no com um caráter que termina por homogeneizá-lo, retirando o que de mais importante pode haver para fortalecer o território e minimizar ações que degradem o ambiente. Já que esse tem sido o *modus operandi* da dinâmica da globalização, a quem respondem, majoritariamente, as cidades, municípios, e mais especificamente, as praias, dos países em desenvolvimento, objeto do estudo.

Ainda quanto à importância fundante da compreensão territorial, apoiamo-nos complementarmente nas profícuas discussões de Magnaghi (2020), mas estabelecendo diferenciação tendo em vista os pressupostos para aplicação de sua construção teórica. Enquanto a formulação de suas ideias destaca de forma poética o protagonismo do território para uma mudança de rumo em nossa evolução como sociedade em rede, apropriamo-nos desta visão, mas compreendendo que para a realidade de uma sociedade estabelecida por meio da colonialidade, com caráter escravagista, eivada de preconceitos, classista, patriarcalista, patrimonialista e extremamente desigual, o território aqui deve ser afrontado como instrumento de combate. Porém, sem que se entenda esta ideia com radicalidade, contudo tão só como elementar condição para reivindicação de direitos e assunção de deveres das comunidades locais.

Propor adequações nos instrumentos de regulação nas intervenções urbanísticas nos ambientes de praia é, portanto, uma obviedade. Pois ambientes que congregam aspectos físico-naturais e socioculturais como os em questão necessitam de legislações especiais. Por isso, para além destas proposições, aspectos éticos, morais e valores culturais precisam ser postos em discussão, para contribuírem na educação e conscientização sobre a identidade do povo, sua territorialidade, suas raízes com a terra. A perscrutação dos significados de um território, assim, assume a pretensão de concatenar o senso de espacialidade, do ambiente, da natureza, que temos estabelecido ao longo do tempo, e o quão importante é a compreensão complexa do nosso meio, necessária à preservação de nossas raízes culturais e à manutenção no longo prazo da qualidade do ambiente em que vivemos. A praia simboliza, destarte, um território que oportuniza nossa sensibilização nesse sentido, uma reflexão profunda do que ela é e do que pode vir a ser, caso não a valorizemos. Pode ser, então, ponto de partida para um maior cuidado da sociedade com o seu ambiente, fortalecer o sentido que a comunidade dá ao seu território, a fim de defendê-lo,

tornando-o seu abrigo. Proposições de ações no sentido de evitar o consumo de plástico, a correta destinação dos resíduos para reciclagem e dos orgânicos, por exemplo, podem ser desenvolvidas nestes territórios com uma perspectiva de maior adesão de nativos, visitantes e turistas.

Os territórios de praias precisam dar protagonismo à sua história, cultura e especificidade de seus ambientes, com políticas definidas, mormente, por aqueles que vivem nestes territórios, para que afirmem sua territorialidade e defendam os seus ambientes. As intervenções nas praias brasileiras, do Nordeste e de Pernambuco, em grande medida, refletem a ausência de um projeto para estes territórios fundamentado na racionalidade ambiental, vulnerabilizando-os às ingerências de investimentos nacionais e internacionais alheios a tais especificidades, os quais acabam por transformar estes espaços em favor de um modelo de turismo, por exemplo, extremamente degradante, seja do meio natural como da cultura local. Por isso, a necessidade de planejar estrategicamente os territórios de praia a partir das demandas locais de forma a conservar seus patrimônios naturais e socioculturais e garantir sua sustentabilidade.

Ainda quanto ao aspecto metodológico, a propositura inovativa advém da forma com que as abordagens são realizadas e as perspectivas de análise. Pois, como considerar algo substancialmente novo se o novo já nasce velho? Isto, porque sendo a história intrinsecamente construída sob a ótica humana, as ciências humanas devem pressupor as experiências realizadas ao longo da história como instrumentos para aperfeiçoar as experiências por vir, fazendo com que o acúmulo consciente e crítico de nossas experiências seja potencialmente instrumentalizado para permitir a correção dos caminhos percorridos e a otimização dos resultados, sempre com o amparo da cientificidade.

A pesquisa, então, aspira contribuir com estratégias de governança municipal que considerem o imperativo territorial-ambiental. Utilizando-se de estratégias territorializadas a fim de balizar e reorientar as relações entre os agentes e seus interesses para usos e ocupações do espaço através de horizontalidades, fazendo valer perspectivas a partir do local ao global por meio de critérios menos permeáveis aos interesses externos, aqueles não ligados às premências territoriais para consolidar a cidadania. Elencamos, então, algumas das ações que vislumbramos como possibilidades. Com especificidade aos municípios localizados no litoral e que apresentem dinâmicas próprias às praias, às formas de uso e ocupação aqui definidas. Entretanto, de modo não exaustivo e não penetrando na seara da gestão administrativa propriamente, tendo em vista as especificidades dos municípios, diferentes dimensões

territoriais e populacionais, com características socioeconômicas distintas e múltiplos processos de formação histórica.

Exemplo da importância de considerar particularidades históricas, geográficas, sociais, econômicas e ambientais de cada território, é que atualmente, segundo as estimativas populacionais de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “mais da metade da população brasileira (57,7% ou 123,0 milhões de habitantes) está concentrada em apenas 5,8% dos municípios brasileiros (326 municípios do país com mais de 100 mil habitantes). Apenas 49 municípios do país com mais de 500 mil habitantes concentram aproximadamente 1/3 da população brasileira (31,9% da população do país ou 68 milhões de habitantes). Por outro lado, 3.770 municípios (67,7%) que possuem menos de 20 mil habitantes, concentram 31,6 milhões de habitantes, o que corresponde a apenas 14,8% da população (IBGE, 2021). Portanto, a diversidade é uma insígnia do quão complexo é o processo para o planejamento territorial-ambiental no Brasil. Fornece-se, deste modo, alguns instrumentos que acreditamos fundamentais para explorar aprofundadamente as territorialidades e as potencialidades do ambiente, distintivamente as praias, como forma de melhor geri-las.

Nesse sentido, considera-se o marco do ordenamento ambiental brasileiro, o Código Florestal instituído pela Lei nº 4.771/1965, que consagrou renovadas e criativas figuras jurídico-ambientais, como a Área de Preservação Permanente (APP), dando-lhe perfil de espaço territorial legalmente protegido – porquanto representa e inclui bens ambientais de grande fragilidade e importância, como as nascentes e os cursos de água em geral, as encostas, os topos de morros, o manguezal, a restinga, entre outros (BENJAMIN, 2010).

Quanto à inclusão da variável ambiental na política territorial do Brasil, Becker (1996) aponta uma cronologia para ilustrar as medidas tomadas pelo Estado para adequar-se às novas políticas de financiamento por organismos internacionais, as quais passam a considerar as circunstâncias ambientais e o grau de comprometimento com a sustentabilidade para concessão de créditos. Ou seja, há mudança na política territorial através, sobretudo, de estímulo externo, de exigências concebidas de fora para dentro. O que demonstra, a princípio, uma vinculação à nova agenda mundial para financiamentos aparentemente instrumental. Não obstante, as iniciativas internas para atendimento às pautas ambientais lograram reconhecido êxito pela qualidade de proposições e legislações nesse sentido.

1986 – Implantação da legislação ambiental brasileira efetivada na resolução CONAMA 001/86, instituindo a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) para projetos potencialmente impactantes;

1988 – Declaração da Floresta Tropical da Amazônia - *a Mata Atlântica, o Pantanal e o bioma Costeiro* - como patrimônio nacional pela Constituição de 1988 e criação do Programa Nossa Natureza (Decreto nº 96.944 de 12/12/1988);

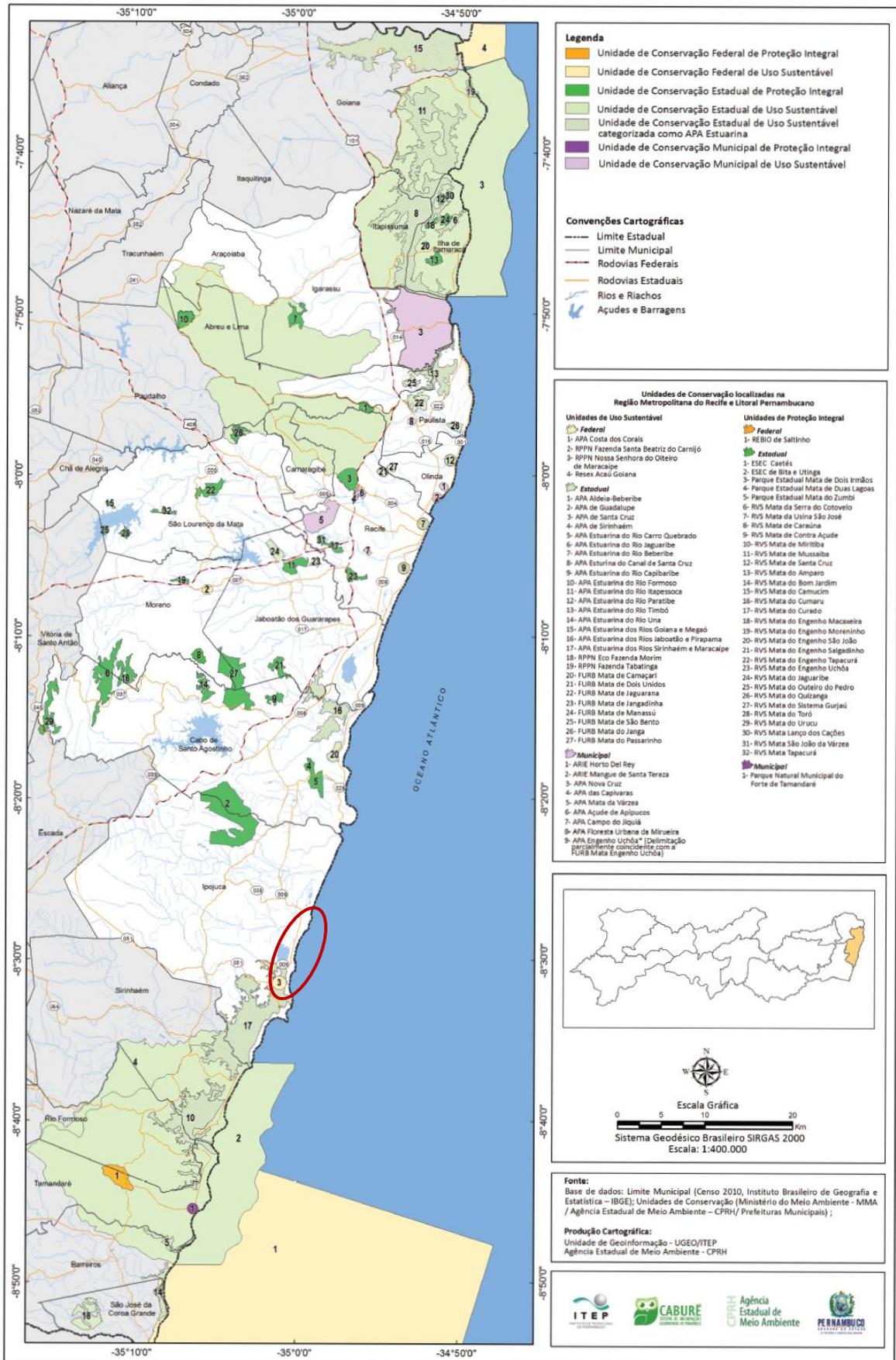
1989 – Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), centralizando as funções da SEMA, do IBDF, SUDEPE e SUDEVA, órgãos então extintos;

1990/1991 – Criação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) mediante empréstimo de US\$ 117 milhões junto ao Banco Mundial para execução de ações que conduzissem à melhor gestão ambiental, estabelecendo como componentes prioritárias para os primeiros três anos de atuação: a proteção dos grandes ecossistemas (Pantanal, Costeiro e Mata Atlântica); a consolidação de Unidades de Conservação existentes e criação de novas; o fortalecimento institucional, envolvendo o IBAMA e os Órgão Estaduais do Meio Ambiente (OEMAS) da Amazônia Legal [...] (BECKER, 1996, p. 06-07, com grifo nosso).

De maneira que as Unidades de Conservação (UC) são consideradas pelo IBAMA como o instrumento mais eficaz de proteção da natureza. Pois, tratam-se de áreas geográficas delimitadas com finalidade estrita de conservação e preservação para fins científicos, culturais e recreativos, definidas por dispositivos legais para guardar e proteger amostras significativas dos diferentes ecossistemas do país. (IBAMA, 1991, *apud* BECKER, 1996, p. 09).

Destarte, as UC (Figura 59), sejam municipais, estaduais ou federais, localizadas no litoral sul de Pernambuco devem buscar integrar os territórios de praia que ainda não a compõem, caracterizando-os como ambientes de fronteira (ou pensemos algo semelhante aos “corredores ecológicos”), conforme apontado por Maciel (2011) e Silva (2015). Isso, tendo em vista reunirem características ambientais análogas e de grande importância para a população e estarem sujeitas à vetores de urbanização que comprometerão estes ambientes no médio prazo, como demonstrado. Necessitam de uma governança coesa qualificada que vise ampliar a proteção ambiental estuarina, de manguezais, restingas e dos ecossistemas integrados que compõem o complexo ambiental desta área, visto que há inequívoco avanço de sua degradação.

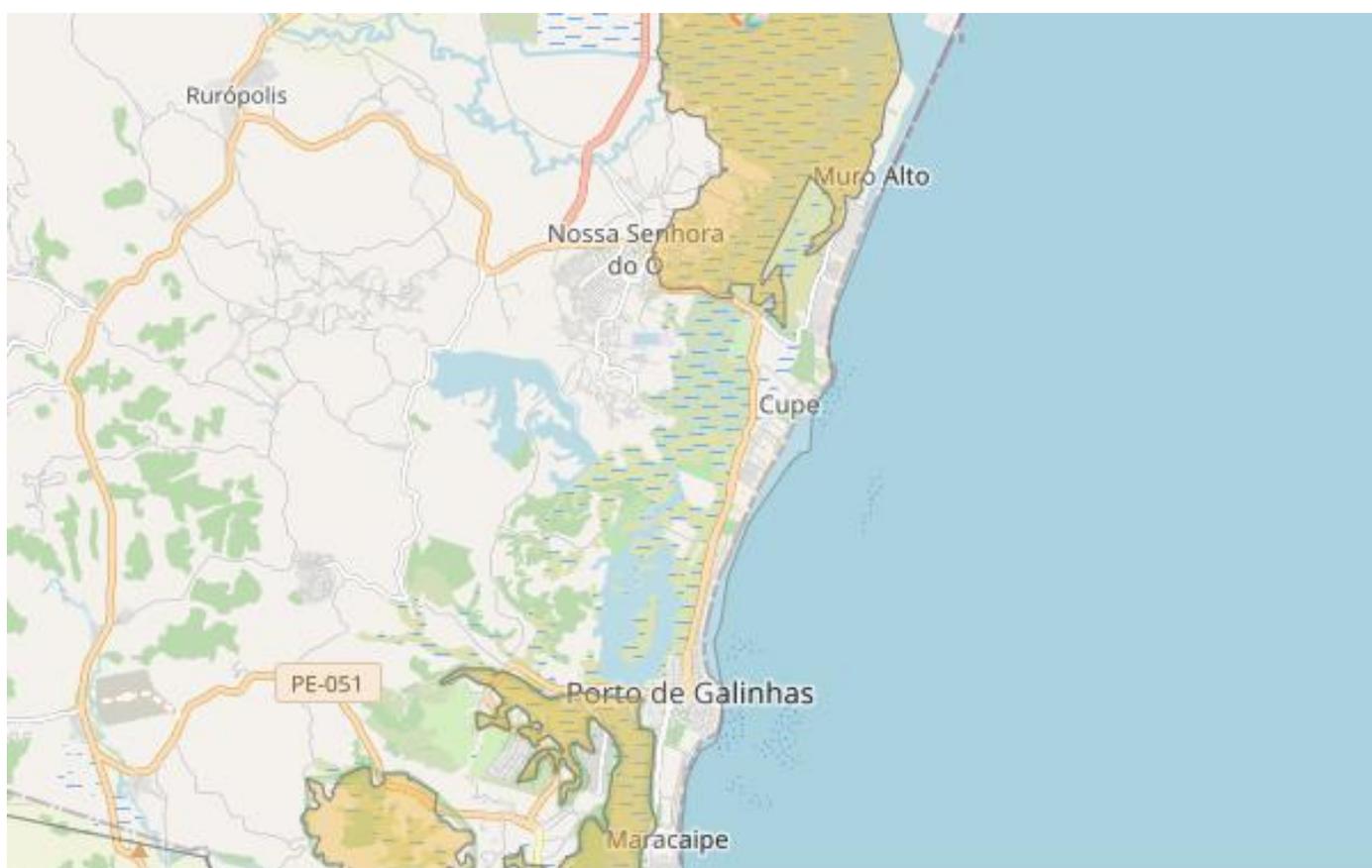
Figura 59 – Unidades de Conservação da RMR e litoral de PE com destaque para Porto de Galinhas



Fonte: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) (2018) (com modificações).

É neste sentido que se propõe, *a priori*, tendo em vista maior possibilidade de exequibilidade no curto prazo, **1.** criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável estadual na categoria Área de Proteção Ambiental (APA) que reúna toda a área do Complexo Porto de Galinhas, município de Ipojuca-PE, tendo em vista localizar-se entre a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Ipojuca-Merepe (ao norte) e a APA estuarina dos rios Sirinhaém e Maracaípe (ao sul) (Figura 60).

Figura 60 – Mapa das atuais UC (ARIE ao norte e APA ao sul, realçadas em amarelo) presentes na área do complexo Porto de Galinhas, PE



Fonte: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) (2021). Disponível em: <http://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao/mapa-das-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 21 out. 2021.

De modo a ampliar o controle de intervenções e aceleradas transformações em Porto de Galinhas e formar um cinturão de proteção ambiental em parte considerável do litoral de Pernambuco, congregando as APA e ARIE acima mencionadas com a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Nossa Senhora do Oiteiro de Maracaípe, e a Unidade de Conservação APA de Guadalupe. Assim, sugerir-se-á elaboração e submissão de parecer com base na presente pesquisa aos conselhos e órgãos responsáveis para deliberação, de forma a contemplar tal proposição.

Considerando a extensão territorial de todo o litoral brasileiro e a peculiaridade de fenômenos inerentes às praias que o integra, sopesamos ser o recurso analítico por amostragem uma possibilidade de escala aproximativa para problemas que, direta ou indiretamente, compartilham. Observando-se, para tanto, quadro de referência de países europeus que operam suas praias sob concessões privadas, como visto. Como também a dinâmica do fenômeno em praias das regiões Nordeste (como por exemplo o já mencionado caso da praia do Paiva, PE), Sudeste (casos de Bertioga, SP, e Paraty, RJ) e Sul (Jurerê Internacional, Florianópolis, SC) do Brasil (Figuras 61, 62 e 63).

Figura 61 – Condomínio Riviera de São Lourenço, Bertioga, São Paulo (SP)



**B**

Fonte: Riviera de São Lourenço (2016).

Disponível em: <https://www.rivieradesaolourenco.com/galeria-de-fotos/>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Figura 62 – Condomínio Laranjeiras, Paraty, Rio de Janeiro (RJ)

**A**



Fotos: Eduardo Andrade (2021).

Figura 63 – Jurerê In, Florianópolis, Santa Catarina (SC)





Fonte: Jurerê In (2021). Disponível em: <https://jurerein.com.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Logo, a integração do ambiente de Porto de Galinhas por meio de APA possibilitaria melhor governança ambiental, constituindo importante etapa para avaliar o direito coletivo à sustentabilidade de seus territórios de praia. Nessa perspectiva a territorialidade deve ser observada sob diferentes escalas, tendo em vista a superposição entre dinâmicas globais e locais segundo a porosidade de cada território considerado. O Complexo Porto de Galinhas pode,

assim, ser adotado como ponto de partida visto que suas praias contêm dinâmicas que refletem relações de poder interescares. Destacamos, portanto, o escopo da análise sob deliberada intenção de observar o objeto com as delimitações necessárias.

Outra importante dimensão que deve ser considerada nas estratégias para fortalecimento territorial assim como para potencializar capacidades no sentido de uma governança que promova a sustentabilidade como direito, é a informacional. Tal dimensão corresponde ao circuito de poder enfatizado por Santos (1998), o meio técnico-científico-informacional, com capacidade de empoderar agentes no cenário nacional e internacional, como aqui proposto. Por sua instantaneidade a informação é capaz de acelerar a integração positiva sobre os desafios e as potencialidades territoriais, comprimindo o espaço-tempo da mobilização, tornando-se estratégica, portanto, para efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A capacidade de se organizar em redes, sejam de solidariedade, sejam redes técnicas, proporcionaria capilaridade ao movimento e possibilidade de maior regulação da atividade econômica nos territórios de praia do litoral de Pernambuco. O acesso às informações estratégicas possibilita vantagens comparativas aos territórios dotando-os de maior potencial de fortalecimento de identidades para passar a novas formas de produção. Pode-se, destarte, ser paulatinamente ampliada para toda a faixa costeira estadual onde há concentração populacional, de infraestruturas urbanas, fluxos para onde convergem aspectos importantes à concretização da sustentabilidade. Estratégia que deve tangenciar as demais, sendo constantemente estendida de forma a penetrar no território e atingir as principais cidades litorâneas do Nordeste do Brasil, substancializando volumes informacionais com a qualidade necessária ao atingimento de metas e objetivos para a sustentabilidade como preceitua a Agenda 2030 da ONU. Sem perder de vista as possíveis redes de aliança científico-informacional locais-globais proporcionada por parcerias com instituições de ensino internacionais, como a *Università di Bologna*.

Quanto às redes e a potencialidade de atuação associada aos territórios, cumpre destacar,

Tal é a globalização, que consiste em uma rede global de redes globais nas quais se integra o essencial das finanças, da economia, da comunicação, do poder, da ciência e da tecnologia. Qualquer atividade relevante, em qualquer lugar do mundo, gravita em direção a essas redes nas quais se concentram o poder, a riqueza, a cultura e a capacidade comunicativa [...] Por outro lado, para a imensa maioria dos humanos, carentes de capacidade institucional de ação sobre os programas que governam tais redes, o sentido de suas vidas provém de sistemas culturais específicos construídos por uma experiência comum: seus territórios, idiomas, suas culturas e histórias próprias, seu grupo étnico, sua nação, sua religião. A lógica das redes penetra nessas comunas culturais sem chegar a dissolvê-las. Porque quanto mais abstrato se torna o sistema de poder articulado nas redes, mais a defesa do direito a ser se refugia em identidades irredutíveis às lógicas dominantes. Ao poder da Rede opõe-se o poder da identidade. (CASTELLS, 2018, p. 93).

Por isso, asseveramos que a dialética entre o global e o local, a globalização e o território, reside, justamente, nos dissensos entre interesses e expectativas daqueles que detêm o poder na Rede e no(s) território(s). A crise entre a Rede e o Eu revela, assim, a fronteira cada vez mais fraturada entre o indivíduo e a coletividade. A virtude identitária, a alma do lugar, dá lugar crescentemente a uma homogeneização que fragmenta a unidade que dá sentido ao território que é constituído pela cultura local mais o substrato espacial, ou seja, os aspectos físico-naturais.

Nesse sentido, é se contrapondo a esse movimento de homogeneização e afirmando a estratégia apontada por Castells que se propõe a criação de **2. uma Rede de Integração para a Sustentabilidade Territorial (RESiSTe)** em escala estadual, a princípio, onde transitariam demandas prementes dos territórios de praia – como eixo inicial – para contribuição ao desenvolvimento territorial de modo a destacar a força do lugar.

Poder-se-ia, a partir da RESiSTe, fornecer suporte para fortalecimento da rede metabólica local de sujeitos que operam sob o território como uma coletividade – seja coesa ou fragmentada – considerando possibilidades e limites do uso do ambiente de forma a equilibrar metabolismo e fluxos que constituem a dinâmica local com fins de desenvolver potencialidades sustentadamente e em longo prazo.

Tal proposição se fundamenta no modelo conceitual *Sistemi Locali Territoriali* (SLoT) elaborado pelos intelectuais italianos Giuseppe Dematteis e Francesca Governa. Segundo os quais a elaboração do modelo buscou atender aos anseios de traduzir conteúdos teóricos relacionados à territorialidade, ao desenvolvimento local e à sustentabilidade em instrumentos de análise e avaliação aplicáveis a projetos e ações concretas de desenvolvimento local territorial, para identificação de pressupostos e potencialidades territoriais sobre os quais fomentar a criação de processos de desenvolvimento local eficaz, participativo e sustentável (DEMATTEIS; GOVERNA, 2015).

O SLoT, então, caracteriza-se por ser uma “[...] rede local de sujeitos que em função de relações específicas interagem entre si e com o meio, onde trabalha e age, como uma entidade coletiva” (*Ibidem*, p. 29, em tradução livre do autor). Essencialmente o SLoT é constituído de dois conjuntos de componentes, a rede local de sujeitos e o *milieu* (ambiente) territorial local. Apresenta também como delineamento preliminar três conjuntos de relações fundamentais a

considerar: entre os sujeitos, os sujeitos com o ambiente e a relação entre os componentes locais com as escalas supralocais (DEMATTEIS; GOVERNA, 2015).

Estrategicamente formulado na esteira do avanço de interiorização dos vetores da globalização, quando se torna estratégico fortalecer o nível local, já que cada lugar do planeta pode interagir virtualmente com outros. Para além das oportunidades, a vulnerabilidade inscrita nesse processo foi identificada e considerada na construção do modelo conceitual de forma a contribuir concretamente para o desenvolvimento territorial. Esse, considerado com o um processo de valorização sustentável de recursos materiais e imateriais presentes na escala local, envolvendo a esfera social e cultural, o ambiente e a economia por meio da capacidade de auto-organização dos sujeitos que tecem o território vivido.

Ademais, alguns elementos são evidenciados para esclarecer nossa fundamentação para proposição do congêneres RESiSTe. No entanto, ressalta-se que se trata de ilustração, formulação inicial na qual se deve realizar as adaptações necessárias para execução segundo as especificidades do território em que seja implementada.

Isso, tendo como estruturas de suporte para articulação e conformação da rede o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) e a Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais (MSDE) da UFPE³⁵. Tais estruturas podem servir como base para ampliar redes de relações já existentes, promovendo o estímulo à produção de pesquisas propositivas, que prevejam ações práticas de enfrentamento a situações adversas vivenciadas pelos territórios vividos (a partir do MSEU) através de chamadas públicas para convocação de estudantes e pesquisadores. Concluídas as pesquisas, poder-se-á publicar, através de números especiais próprios, os resultados na Revista MSDE. Em seguida, pode-se propor a elaboração de documentos de recomendação legitimamente fundamentados nas demandas do povo para as instâncias locais de decisão, inicialmente do município envolvido.

Esta seria uma forma de estimular produção de conhecimento territorialmente localizado, implicar estudantes e pesquisadores na resolução de problemas reais do cotidiano, apropriar os agentes locais – aqueles que constroem o território vivido – de instrumentos políticos para transformar suas realidades, oferecendo-lhes suporte e servindo de canal de interlocução com as instâncias de decisão. Tal conjunção de ações entre o grupo de pesquisas MSEU e a Revista MSDE servirão de catalogação e memória para a constituição da RESiSTe, para com isso haver

³⁵ Os quais podem ser acessados através dos links, <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/25950> e <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/index>, respectivamente.

gradativa ampliação de uma rede virtuosa de interações, dando força aos lugares e solidez a estratégias de sustentabilidade territorial do tipo *bottom-up*.

Para tanto, seria necessário na etapa de realização das pesquisas identificar e inventariar os recursos imóveis locais, considerados como capital territorial (aspectos físico-naturais, a história, cultura, língua e dialetos, monumentos, paisagens, saberes tradicionais, expressões musicais e artísticas, gastronomia, artesanato, etc.), potencialmente se tornam produtivos pelos seus valores de uso e de mercado inscritos em relações de territorialidade ativa, de forma a não serem instrumentalizados e arregimentados para funções outras que não em benefício da coletividade local. Estes seriam valores agregados territoriais, que antes de tudo vale realçar ainda a compreensão de que se referem a um conjunto localizado de bens comuns para produzir vantagens coletivas não divisíveis e não apropriáveis privatamente. Caracterizam-se, portanto, pela imobilidade (são territorialmente localizados), específicos e considerados como patrimônio local, razão pela qual se sedimentam apenas nos médio e longo prazos.

Os apontamentos principais propostos para adaptação/aperfeiçoamento deste modelo se dão através da consideração do desenvolvimento local fundamentado na territorialidade, entretanto, fortalecido por uma rede colaborativa (entre territórios, movimentos sociais organizados, universidades e municípios/*comuni*) associando a ideia do envolvimento popular enquanto elemento *per se* para a sustentabilidade. Portanto não há supressão da premissa do desenvolvimento local, mas sua consideração como condição *sine qua non* para a sustentabilidade.

Ciente da preliminaridade da proposição, deve ser robustecida e internalizada em discussão ampla e democrática no território para a elaboração das pesquisas propositivas. Elencam-se alguns dos aspectos a serem observados na elaboração de diagnóstico territorial-ambiental: **(I)** a conjuntura: *(a)* Institucional – Legislação de uso e ocupação do solo, Plano Diretor, acompanhamento das ações das secretarias municipais responsáveis pela gestão urbana e ambiental e dos conselhos municipais relacionados; *(b)* Rede de agentes (locais/regionais e supralocais) – agentes públicos, privados, do terceiro setor e associações e representações de classe sociais que atuam no território. **(II)** Os níveis de intervenção/impacto observados: *(a)* baixo, *(b)* equilibrado, *(c)* alto; **(III)** Riscos, vulnerabilidades e responsabilização – identificação dos agentes direta e/ou indiretamente envolvidos; **(IV)** Possibilidades (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação [PD&I]) (Quadro 10).

Quadro 10 – Estrutura de dados e informações a serem considerados para compor a RESiSTe

Estrutura preliminar de dados para a RESiSTe	
(I) Conjuntura	(a) Institucional
	(b) Rede de agentes
(II) Níveis de intervenção/impacto observados	(a) baixo
	(b) equilibrado
	(c) alto
(III) Riscos, vulnerabilidades e responsabilização	Identificação dos agentes direta e/ou indiretamente envolvidos
(IV) Possibilidades	PD&I

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Tal diagnóstico deverá ser elaborado com e a partir dos anseios dos que fazem o território vivido e estar à disposição de organizações e movimentos sociais e demais atores locais a fim de servir como ponto de partida e estímulo para reivindicações, sugestões, aperfeiçoamentos. Ou seja, visa fortalecer mecanismos para a territorialidade, verdadeiramente uma “*territorialità attiva*” (DEMATTEIS; GOVERNA, 2015). Intencionando combater a “esquizofrenia do território” (SANTOS, 2020), estabelecer os laços de identidade e pertencimento, ressaltar as riquezas territoriais e ambientais (seu valor de uso) e orientar/indicar a seus agentes modos de intervir de maneira consciente. A proposta indica, do mesmo modo, meios de conservação do capital natural por meio do incremento do capital territorial – já que a praia possui qualidades geográficas particulares – fazendo-se *a priori* distinção entre os recursos naturais, que são os “materiais depositados na superfície terrestre transformados em produtos e mercadorias”, e recursos ambientais, que são as “condições de vida e de produção” (MORAES, 2007), amenidades (beleza da paisagem, clima, ventilação, proximidade a cursos d’água ou do mar) e a territorialidade. Ressaltamos que na pesquisa exploramos, sobretudo, a concepção de uso dos recursos ambientais.

Para além desta estrutura preliminar de rede virtuosa onde podem se fortalecer laços de experiências e compartilhamento informações para superação de desafios. Pode-se construir uma ferramenta de tecnologia, informação e comunicação (TIC), tendo em vista a presente condição da sociedade da informação interconectada e firmemente estimulada a ampliar fronteiras, conhecimentos e experiências. Propõe-se, ainda, enquanto esboço de representação

de metabolismo sinérgico (para plataforma digital³⁶, por exemplo) que simbolize a RESiSTe, de forma a evidenciar a necessidade de integração e atuação cooperativa entre os agentes/elementos que constituem um território/corpo, estruturada conforme a Figura 64. Destaca-se, também, na referida figura o movimento de impulsão/propulsão a que faz referência, para um movimento permanente e coerentemente direcionado, associado ao braço alçado para cima, como demonstração de força e vontade, e as três estrelas que servem à representação dos R's da sustentabilidade (reduzir, reutilizar, reciclar) como referência crítica às lógicas do consumo e da reprodução do espaço geográfico conexos à concepção do esperar proposto por Freire (1992), a qual contém intrinsecamente o ideal de uma racionalidade ambiental na direção da qualidade de vida e justiça socioambiental para todas e todos.

Figura 64 – Representação de metabolismo sinérgico para a RESiSTe a ser utilizado para provocação e orientar funções dos agentes envolvidos



- **Cabeça:** Congrega os agentes. Orientador das ações. Articula as demais partes, reúne interesses e equilibra-os para o bem comum, a coletividade.
- **Braços:** Agentes públicos (media e equilibra interesses, executando ações que se façam prevalecer a solução de problemas indicados pelos territórios vividos).
- **Tronco:** Pessoas que constroem o cotidiano do lugar. Comunidade (Nexo. Sociedade organizada que exerce uma territorialidade ativa).
- **Pernas:** Agentes privados (estímulo, propulsão).

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Estas são formulações realizadas a partir da aproximação com experiências práticas desenvolvidas pela *Comune di Rimini*, na Itália, que conta com um campus da *Università di*

³⁶ Quanto a esta pretensão, podemos ilustrar uma ação nesse sentido como a da plataforma digital COLAB (<https://www.colab.re/>), startup surgida em 2013, na cidade do Recife, que propõe estreitar a relação entre cidadãos e cidadãs e as gestões públicas municipais.

Bologna a qual contribui enormemente para o desenvolvimento local. Trata-se, portanto, de arranjos inovativos que fornecem subsídios à administração local arregimentando cooperações que refletirão em uma paulatina melhoria na qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, na qualidade de vida da comunidade local. Apontamos a seguir um exemplo de iniciativa que também nos inspirou na idealização da RESiSTe, a construção da UNI.RIMINI S.p.A. *Società Consortile per l'Università nel Riminese*. Trata-se de um consórcio societário para suporte às universidades de Rimini.

O Consórcio Societário constitui uma organização comum entre os membros para a realização, em condições de economicidade, eficiência e eficácia, de ações planejadas para o desenvolvimento da universidade, pesquisas científicas e sistemas de formação e instrução superior no território *riminese*, tendo preciso pressuposto dos efeitos relativamente importantes na economia e desenvolvimento locais em termos de crescimento da produtividade, internacionalização e inovação. [...] Trata-se de uma estratégia articulada que funciona a vários níveis tanto do ponto de vista dos portadores de interesse finais (estudantes, professores, empresas, instituições e associações), como do ponto de vista dos procedimentos de concepção (projetos de pesquisas, eventos, conferências, etc.) com o objetivo de construir uma rede de relacionamentos e um sistema de projetos em torno da Universidade que possa torná-la um motor de desenvolvimento eficaz no sistema *riminese*. (STATUTO UNI.Rimini S.p.A, 2017), em tradução livre do autor).

Em relação às atividades por ela desenvolvida que dialogam com as temáticas aqui discutidas, exemplifica-se a instituição da “*Tavolo di Turismo*” (Mesa de Turismo), a partir de 2013, a fim de estabelecer trabalhos com a colaboração científica do Centro Avançado de Estudos Turísticos (CAST), e do Departamento de Ciências para a Qualidade de Vida do campus Rimini da *Università di Bologna* juntamente com a municipalidade, câmara de comércio, associação hoteleira entre outros grupos. Uma sinergia que empreende compartilhamento de experiências, crescimento profissional, desenvolvimento de projetos de interesse comum, além de proporcionar maior aproximação entre a sociedade, a universidade, a municipalidade e as empresas locais.

Destarte, estas conjeturas podem ser consideradas factíveis na medida em que as pessoas que conformam o território vivido se apropriem dos desafios inscritos no território e compreendam que devem ser parte da solução. Revisitando a construção do espírito de cidadania mencionado por Santos (2007, p. 82),

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma

declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política.

Algo que para ser posto em exercício necessita de profundas mudanças – que se cristalizaram desde a nossa histórica formação territorial, como demonstrado – para uma consequente construção de lugares fortes. Mas que precisa ser assumido e exercitado desde já.

Com efeito, a gestão local deve assumir a urgência de ações que possibilitem modificar a atual situação de Porto de Galinhas, a qual apresenta adiantado processo de degradação ambiental e comprometimento territorial. Com efeito, a pesquisa por nós desenvolvida se coloca a serviço de subsidiar informações estratégicas, as quais se avolumaram ao longo de todo o processo de construção.

Deste modo, não nos deixando levar por uma ingenuidade idealista que ofusca a bárbara realidade, as forças atuantes no território de praia de Porto de Galinhas conformam um ambiente cada vez mais consolidado nos termos de uma estrita produção capitalista do espaço. Promovem-se crescentes fluxos de atividades estranhas ao lugar, gerando distorções como a sobrecarga nas escassas redes de saneamento e drenagem, gradativa pressão imobiliária no sentido de uma total ocupação do território e rápida degradação de seu ambiente, concretizando um enclave exclusivista, principalmente no setor norte de Porto de Galinhas.

4 Considerações Finais [ou Perscrutando para além de excertos de paráfrases amalgamadas]

Através da pesquisa foram reunidos dados e informações buscando evidências para retratar singularidades de fenômenos territorialmente localizados, mas globalmente engendrados por meio de mecanismos consolidados pelo meio técnico científico informacional. Portanto, estimular compreensões críticas, reflexivas, que abarcassem a complexidade da realidade referenciaram nossas atividades para estabelecer outras formas de pensar e agir ambientalmente. Fortalecer territórios, territorialidades, políticas ambientais, sobretudo em âmbito local, conjecturando disputas de significação e nossas atitudes na tênue relação homem/mulher-ambiente para desvelar nossa híbrida condição de unidade socrionatureza, compõem estratégias para dar substância a uma sustentabilidade que supere seus paradoxos. Nesse sentido, o equilíbrio necessário advém da consideração do papel essencial das pessoas, de assentá-las em primeiro lugar julgando a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado, como postulam Sen e Kliksberg (2010). Reposicionar os saberes tradicionais, a identidade das pessoas, o senso de pertencimento ao lugar e instrumentalizar os territórios vividos para que protagonizem suas histórias.

De modo que explorar meandros de possibilidades fornecidos por intelectuais, instrumentos legais duramente conquistados, experiências virtuosas tomando por base um ambiente de amenidades como a praia, parece-nos oportuno. Como também, contrapor-nos à prospectiva que se delineia, de que o pleno desfrute do espaço público praia se acha obstaculizado – ou em franco movimento de obstaculização – pelas assimetrias sociais, sobretudo no Brasil por suas características próprias histórico-geográficas.

Confirmados nossos pressupostos, ratificadas pesquisas precedentes, analisadas as viabilidades das proposições, vividas as experiências, possibilitaram reavivar esperanças de que um outro mundo é possível. Porquanto, as discussões buscaram trazer maior clarividência das formas e dos sentidos de nossas ações, apontando possibilidades de mitigação de desigualdades socioambientais para dar vigor a uma gradual construção de ambientes saudáveis fundamentados no direito coletivo à sustentabilidade.

As abordagens das seções antecedentes foram pensadas para esclarecer elementos de caracterização geográfica das áreas de estudo, sendo justificadas, segundo suas especificidades, as razões para serem assumidas como recortes para a pesquisa. Identificadas similaridades – como vetores de homogeneização material e simbólica dos territórios de praia, além de ambos

voltarem-se majoritariamente para o consumo – e distinguidas particularidades – como maior ou menor porosidade aos interesses externos ao lugar, que resultam também de condições socioespaciais históricas, como os aspectos de formação territorial, e capacidade ou ausência de articulação entre os agentes locais em prol da construção de ambientes saudáveis – avançamos na assunção de métodos e técnicas que anuissem nossos propósitos de pesquisa e respondessem às nossas aspirações.

Dotamo-nos de referencial teórico e experiências para conformar uma *práxis*. Entretanto, compreendendo limitações e sem pretensão de exaurir a realidade dialética. Como forma de operacionalização da pesquisa responder às mais prementes necessidades do território praia, tão pressionado, explorado, descaracterizado e degradado. Um ambiente em ressignificação que ainda disputa narrativas para recuperá-lo da deterioração sofrida nos últimos 20 anos.

Resgatar o senso de solidariedade orgânica tem sido o mote do movimento ambientalista, num combate flagrante contra a insensatez da lógica instrumental economicista. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) demonstram valiosa tentativa de dar agenda institucional e operacionalizar anseios alternativos de resistir a uma bárbara marcha de recrudescimento das sofríveis condições socioambientais em escala planetária na qual vive a maior parte da população. Porém, isso não tem bastado para fazer frente aos desafios da atualidade, pois, na complexidade de execução desta agenda comum reside o desafio da humanidade, compatibilizar interesses em prol do bem comum.

Tem emergido exatamente dos espaços públicos, como a praia aqui entendida como espaço público liminar, propostas de gestão, autogestão e de reapropriação do comum. A crescente compreensão da importância dos espaços públicos, assim como de espaços de amenidades – que possuem características naturais específicas como proximidade das águas, maior ventilação, espaços verdes e fragmentos de vegetação, ar mais puro, e possibilitam bem-estar e melhor qualidade de vida –, tendo em vista sua rarefação, tem recebido maior atenção da sociedade para amparar interesses territorialmente localizados, das pessoas em seus lugares de vida. As praias, confirmamos, podem servir como espaços experimentais representativos da ressignificação aqui defendida e que ressalta justamente tais práticas de reapropriação do comum. As formas de mobilização, engajamento, articulação, para dar solidez e perenidade às iniciativas são os principais desafios, pois a gestão de quaisquer movimentos multifacetados requer dedicação, aprimoramento permanente, criatividade, captação de recursos humanos, financeiros. Contudo, experiências florescem em todo o mundo, na Espanha, na cidade de

Barcelona, na Itália, nas cidades de Bologna, Palermo, na Romênia, na cidade de Bucareste, assim como na América Latina, no Brasil ³⁷, Uruguai, Chile, Peru, na Argentina, Colômbia.

Assim, corroboramos, salvo melhor juízo, a realização dos objetivos empreendidos pela pesquisa. Na medida em que foi analisada a resignificação dos territórios de praia em escalas geográficas distintas e com especificidades históricas, mas que se entrelaçam respondendo a uma mesma lógica de produção do espaço, que tem se afirmado com mais força ao longo dos últimos 20 anos, e se mostrado exitosa, mas não sem resistências. (Por isso, persistamos na denúncia de injustiças cômicos do nexu entre saber e poder, ancorados no rigor da cientificidade e por meio de um engajamento que se alimenta da sabedoria das práticas de luta social!)

Ainda no tocante aos objetivos, especificamente desvelou-se a compreensão de uma sustentabilidade que se afirma, em geral, pelo atendimento a interesses pouco ou nada radicados no território, instrumentalizada em favor da sustentação de ganhos econômicos que não são revertidos para resolução das premências territoriais-ambientais dos lugares. Em verdade, agrava-os. Como também, foram destacadas a importância territorial-ambiental das praias pelos agentes locais, pelos que tecem o cotidiano do território vivido, segundo as singularidades dos sujeitos e de suas inter-relações com o ambiente. Conformando maior ou menor possibilidades de resistência e de atendimento às suas necessidades e interesses.

Para o que perseguimos formular ações para revigorar uma contraconsciência, indicando possibilidades de fortalecer territorialidades e o direito à sustentabilidade. Experimentando a conjunção em rede de agentes conscientes e coerentemente capazes de atuar pelo diálogo de saberes, em favor de planejamentos territorial-ambiental que projetem alteridade, que firmem justiça socioambiental e qualidade de vida para os que vivem o lugar. Servindo-nos da articulação com a agenda internacionalmente institucionalizada dos ODS.

Com efeito, cumpre assumir que a interdisciplinaridade estimulada pelas atividades que envolvem processos de pesquisa propositiva tem auxiliado no exercício de observação dos elos entre fenômenos distintos, mas que se inter-relacionam formando tessituras de uma complexidade cada vez mais evidente e de necessária compreensão. O âmbito da presente pesquisa, portanto, fez frente a problemas específicos, porém, insere-se espaço-temporalmente no que chamamos de paradigma da compreensão da unidade socionatureza, ou seja, de

³⁷ Em Pernambuco pode-se destacar casos da apropriação de praças públicas para revitalização e uso segundo as necessidades dos moradores locais e estruturação de hortas urbanas comunitárias, nos bairros Casa Amarela, Arruda, Linha do Tiro.

verdadeira compreensão da natureza da nossa natureza. Nesse sentido, a geografia enquanto ciência tem auxiliado discussões e pesquisas em diálogo com os mais variados espectros do saber firmando posição de ponto de convergência e de profícua criticidade diante dos fenômenos contraditórios que marcam nossa atual relação com o ambiente.

O cenário desafiador desta realidade complexa que se impõe à humanidade com o crescente aumento da desigualdade social e seus reflexos, de fome e pobreza, dos cada vez mais recorrentes fenômenos extremos naturais, de crises ambiental e climática e, mais recentemente, de pandemia pelo novo coronavírus (*Sars-Cov-2*) e a enfermidade Covid-19, exigem maior empenho e dedicação coletiva da comunidade científica, em colaboração com a sociedade organizada. O acelerado estágio de degradação da natureza deixa patente a força biológica como também geológica da humanidade, que caracteriza a recentemente defendida era do Antropoceno.

Estas são provocações que instigaram as discussões empreendidas pela tese. Portanto, avançar em direção a valores de inclusão, justiça, democracia, bem-viver, reunindo fragmentos do conhecimento historicamente construído, revisitar o que já foi dito readaptando às atuais circunstâncias, estimular o desenvolvimento de ideias novas, inovar nas formas de reunir, reconstruir e retransmitir este conhecimento são tarefas imprescindíveis de todos e todas cientistas capazes e comprometidos(as) em dar contribuições para uma vida mais saudável e promover territórios da exuberância.

No que tange aos resultados, espera-se que esta pesquisa forneça à sociedade referências para implementação de práticas autogeridas a partir dos territórios de vida. Sirva como catalisadora para submissão de propostas a editais de fomento voltados à PD&I para constituição da RESiSTe viabilizando financiamento para ampliação das pesquisas territoriais (bolsas para pesquisadores e pesquisadoras), constituição de base de dados local, regional e internacional (aquisição de *softwares* e ferramentas de banco de dados), financiar as ferramentas de TIC para comunicação em rede e publicização das pesquisas realizadas e em andamento a fim de garantir a transparência das atividades e a possibilidade de replicação (por meio de elaboração de *site web* para este fim, a princípio). Como também estabelecer parcerias institucionais para divulgação e promoção, além de captação de recursos humanos e materiais (através de universidades, municípios, ONG, instituições privadas).

E ainda como referência para elaboração de projeto de extensão a serem desenvolvidos interdisciplinarmente por alunos de cursos como geografia, turismo, arquitetura e urbanismo, economia, serviço social, administração, engenharia, para servir como estímulo à conexão entre

o território, devidamente (re)conhecido e a comunidade. Contribuindo como ponto de partida para articulações e ações a serem continuamente desenvolvidas pelos próprios atores locais. A multiplicidade de possibilidades deve transcender os limites institucionais por meio de atuações intimamente ligadas às necessidades locais. Segundo nosso percurso de pesquisa podemos afirmar com firmeza que desenvolvimento e sustentabilidade são possíveis quando territorialmente ancorados às necessidades e interesses de pessoas conscientemente ligadas ao seu chão.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, 151 p.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. 1ª ed. brasileira coord. e revisão: Alfredo Bossi; revisão e trad. novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (CPRH). *Atlas Ambiental do estado de Pernambuco*. Recife: CPRH / Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP). 2014, 205 p.
- APOSTOLOU, A. *All-inclusive Resorts, Cruises and Sustainability*. The Perspective of the Corfu Community. Bologna: Alma Tourism N. 18, 2018.
- ARAÚJO, Maria Christina B.; SOUZA, Stella T.; CHAGAS, Alessandra C. O.; BARBOSA, Scheyla C. T.; COSTA, Monica F. Análise da Ocupação Urbana das Praias de Pernambuco, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management* da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Lisboa, Portugal, vol. 7, núm. 2, 2007, pp. 97-104. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388340122002> Acesso em 20 jan. 2017.
- ARAÚJO, Rita de Cássia B. *As Praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife (FUNDAJ), 2007.
- ARENDT, Hanna. *Da Violência*. Trad.: Maria C. D. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2004.
- ASFAW, G. W., GEBRESLASSIE D. G. *Heritage Interpretation and Presentation Practices in Tigray, Northern Ethiopia: Cases from the Wukro Tourism Cluster*. Bologna: Alma Tourism, N. 14, 2016.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, Aduino Gomes. *Exclusivismo socioespacial no Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva*. 2014. (Tese) Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- BEACH CLASS RESORT, 2012. Disponível em: <http://www.beachclassresort.com/fotos.php> Acesso em: 25 set. 2012.

BEATLEY, Timothy. *Blue urbanism: exploring connections between cities and oceans*. Washington: Island Press, 2014.

BENJAMIN, Antonio H. *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros*. Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer (Orgs.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Núcleo Mata Atlântica e Pampa (Biodiversidade, 34), 2010.

BOSCOLO Emanuele. *La Gestione Integrata delle Zone Costiere in Italia: prospettive e prime esperienze*. Rivista quadrimestrale del Diritto dell' Ambiente, 2011, n. 1, pp. 40-78. Disponível em: <https://www.rqda.eu/en/emanuele-boscolo-la-gestione-integrata-delle-zone-costiere-in-italia-prospettive-e-prime-esperienze/> Acesso em: 08 fev. 2021.

BOUKHRIS, Linda. *El imaginario turístico a prueba de Costa Rica: entre ver y hacer el territorio*, Paris: Via [En ligne], 1 | 16 mar. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/viatourism/1222>. Acesso em: 08 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.1222>.

BRASIL. *Lei 7.661 de 16 de maio de 1988. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC*. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União*. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9636.htm. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. 50ª ed. Acrescida de Emendas até 2016. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: www.livraria.camara.leg.br Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. *Consulta Pública para definição do Termo de Adesão da Gestão de Praias*. Participa BR, 2016. Disponível em: <http://www.participa.br/consulta-publica-para-definicao-do-termo-de-adesao-da-gestao-de-praias/consulta-publica-termo-de-adesao-de-gestao-de-praias> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Projeto Orla: fundamentos para a Gestão Integrada*. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002, 78 p.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad.: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALZAVARA A., CECCHIN A., SORIANI S., ZANETTO G. *Nord Est. Linee essenziali per una trasformazione sostenibile del territorio*. Veneto: Rivista Economia e Società Regionale (IRES-Veneto), 2010, n. 109, pp. 116-136.

CAMUFFO M., SORIANI S., ZANETTO G. *The evolution of Marine protected Areas: the North Adriatic Case*. An International Journal, Emerald Publishing Limited, Management of Environmental Quality, 22, 2011, n. 1, pp. 59-71.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução: Joana Angélica d'Ávila Melo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de.; PONTES, Bruno Augusto Nogueira Monteiro. *Prolegômenos para uma teoria da beleza nas paisagens em ambientes urbanos: contribuição ao desenvolvimento de uma nova cultura em termos de produção do espaço no Brasil*. Paraná: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 52, p. 342-364, 2019.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *Do (des)respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro*. In: GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano; OLIVEIRA, Valéria Sandra de; SOUZA, Werônica Meira de. (Org.). *Mudança climática, sociedade, cidade e meio ambiente*. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2017, v. 1, p. 127-169.

CASTILHO, Cláudio J. M de. *Tourism, the End of na Ilusion: a social practice that still has its spacial importance but does not deceive people anymore*. Bologna: Alma Tourism, N. 12, 2015.

CASTORIADIS, Cornélius. *L'imaginaire comme tel*. Texte établi, annoté et présenté par Arnaud Tomès. Paris: Hermann Philosophie, 2007, 162 p.

CASTRO, Iná E. de. *Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional*. In: *Revista Território/LAGET*, UFRJ. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 01, n. 02, 1996.

CITARELLA G., MAGLIO M. *A Systems Approach to Local Territory as a Driver for Creative Tourism Development on the Amalfi Coast*. Bologna: Alma Tourism Special Issue, N. 1, 2014.

COMUNE DI RIMINI. *Il Parco del Mare*. Disponível em: <https://www.comune.rimini.it/comune-e-citta/comune/urbanistica-ed-edilizia/parco-del-mare> Acesso em: 12 jun. 2018.

COMUNE DI RIMINI. *Il Piano di Salvaguardia della Balneazione Ottimizzato*. Disponível em: <https://www.comune.rimini.it/comune-e-citta/comune/ufficio-relazioni-con-il-pubblico/guida-ai-servizi/piano-di-salvaguardia-della-balneazione-0> Acesso em: 12 jun. 2018.

COMUNE DI RIMINI. *Il Piano Strategico di Rimini e del suo Territorio 'Rimini Venture'*. Disponível em: <https://www.riminiventure.it/> Acesso em: 26 jan. 2021.

COMUNE DI RIMINI. *Laboratorio Aperto Emilia-Romagna-Rimini Tiberio*. Disponível em: <http://laboratorioaperto.comune.rimini.it/> Acesso em: 26 jan. 2021.

COMUNE DI RIMINI. *Dati di Popolazione e Società*. Disponível em: <https://opendata.comune.rimini.it/group/popolazione-e-societa> Acesso em: 20 mar. 2021.

COMUNE DI RIMI. *Aree Naturali Protette*. Disponível em: <https://www.comune.rimini.it/servizi/ambiente/aree-naturali-protette> Acesso em: 20 mar. 2021.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, Itamar José Dias e. *Um estudo sobre a produção capitalista do espaço turístico e as perspectivas de desenvolvimento local na Praia de Gamela – Barra de Sirinhaém – PE*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2007.

COSTA, Carlos R. R. da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. *Geografia em Questão*, Paraná, v. 05, n. 01, p. 147-162, 2012.

COUTINHO, P. N.; LIMA, A. T. O.; QUEIROZ, C. M.; FREIRE, G. S. S.; ALMEIDA, L. E. S. B.; MAIA, L. P.; MANSO, V. A. V.; BORBA, A. L. S.; MARTINS, M. H. A.; DUARTE, R. X. *Estudo da erosão marinha nas praias de Piedade e de Candeias e no estuário de Barra de Jangadas – município de Jaboatão dos Guararapes*. Recife, 1997, 154 p. (Relatório Técnico).

CUNHA, E.M.S. da., *Evolução atual do litoral de Natal – RN (Brasil) e suas aplicações à gestão integrada*. Universidade de Barcelona, Barcelona. Tese (Doutorado em Ciências do Mar). 2004, 385p.

CURIAZI, Roberta. *The Sustainability between Society and Environment: the European Project “ERNEST” in the Province of Rimini*. Bologna: Alma Tourism, N. 5, 2012.

DANSERO, G.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. *Lo sviluppo locale al nord e al sud, un confronto internazionale*. Milano: Franco Angeli, 2008.

DANTAS, Eustógio W. C. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DAVIS, Mike. *Cidades Mortas*. Rio de Janeiro: Record, 2007, 490 p.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Rio de Janeiro: São Paulo: Boitempo, 2006, 272 p.

DEBARBIEUX, Bernard. *Tourisme, imaginaires et identités: inverser le point de vue*. Paris: Via [En ligne], 1 | 2012, 16 mar. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/viatourism/1204> Acesso em: 08 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.1204>.

DECROLY, Jean-Michel; DIEKMANN, Anya. *A fabricação dos conceitos turísticos*. Paris: Via [En ligne], 13 | 2018, 01 set. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/viatourism/2751>. Acesso em: 08 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.2751>.

DEMATTEIS, G. *Il Territorio tra coscienza di luogo e di classe – Commento al libro di Alberto Magnaghi*. 2021. Disponível em: <https://www.casadellacultura.it/1197/il-territorio-tra-coscienza-di-luogo-e-di-classe> Acesso em: 10 mar. 2021.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto implícito: il contributo della geografia umana alle scienze del território*. Milano: FrancoAngeli, 1995.

DEMATTEIS, G. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. *Slot*, cuaderno I. Bologna: Baskerville, 2001.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. *Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: il modelo SLoT*. 9ª Ed. (2005). Milano: FrancoAngeli, 2015.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 144 p.

DOTTO D. M. R.; SLONGO L. A. *Responsible Tourism – Divergences Between the Principles of Sustainability and the Actions of the Tourism Sector in Brazil*. Bologna: Alma Tourism N. 21, 2020.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. 3ª ed. Coleção estudos, nº 73. Trad. Antonio de Padua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

EGLER, Cláudio Antônio G. Apresentação. *Revista Território/LAGET*, UFRJ. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 01, n. 02 (Jan./Jun. 1997), 1996.

ENOTEL PORTO DE GALINHAS, 2012. Disponível em: <http://www.enotelportodegalinhas.com.br/gallery-pt.html> Acesso em: 25. Set.2012.

FISKE, John. Reading the beach. In: *Reading the popular*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1989, pp. 43-76.

FLORIT, Luciano F. *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea, de Héctor Ricardo Leis*. Ambiente & Sociedade, vol. 18, n. 02, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n2/pt_1414-753X-asoc-18-02-00157.pdf Acesso em: 06 abr. 2016.

FOLHA DE PERNAMBUCO, 2016. Disponível em: http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2016/11/27/NWS,7928,70,449,noticias_2190-os-efeitos-crime-ambiental-porto-galinhas.aspx Acesso em: 20 dez. 2016.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do Saber*. 7ª ed. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 56ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018 [1987].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRISCHEISEN, E. R. ; ARGENTO, M.S.F. ; HERS, R. ; CARNEIRO, R.P. *The coastal management program in Brazil*. In: Neves, c. ed., *Coastline of Brazil*, 1989, pp. 01-09 (Magoon, O.T. ed., *Coastlines of the worlds*).

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIL, Antônio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOVERNA, Francesca. *Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità*. In: BONORA, Paola. *Slot*, cuaderno I. Bologna: Baskerville, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL Michael C.; PAGE Stephen J. *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*. 3ª ed. London e New York: Routledge, 2006.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HOEFEL, F. G. *Morfodinâmica de Praias Arenosas Oceânicas: Uma Revisão Bibliográfica*. Itajaí: Editora Univali, 1998, 92 p.

HOEFEL, F. G. *Morfodinâmica de Praias Arenosas Oceânicas: Uma Revisão Bibliográfica*. Itajaí: Editora Univali, 1998, 92 p.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, v. 396, issue 10255, september 2020, p. 874. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da População (2021)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=destaques> Acesso em: 22 out. 2021.

JACOBI, Pedro R; GIATTI, Leandro L. *A ambivalência do desenvolvimento e a busca de novas vias para a sustentabilidade*. *Ambiente & Sociedade*, vol. 18, n. 03, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000300001&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 06 abr. 2016.

JORNAL DO COMMERCIO, 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/11/08/estacionamento-e-casa-de-eventos-em-porto-de-galinhas-depender-da-cprh-259754.php> Acesso em: 20 nov. 2016.

KOTLER, Philip; *et al.* *Marketing de Lugares*. Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. Trad.: Ruth Bahr. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad.: Doralice B. Pereira e Sérgio Martins. Do original: *La production de l'espace*. 4ªéd. Paris: Anthropos, 2000. 1ª versão: 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. 1ª reimp. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

LEFF, Enrique. *Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo XXI, 2004.

MACHADO, Helena C. F. *A construção social da praia*. Guimarães: ed. Autor, 1996.

MACHADO, Helena C. F. A construção social da praia. Portugal: Universidade do Minho. *Sociedade e Cultura I, Cadernos do noroeste*, série Sociologia, vol. 13 (1), 2000, pp. 201-218.

MACHADO, Paulo A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. *Tempos e Espaços na Praia do Futuro: usos e classificações de uma zona liminar*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Tese de Doutorado. 2011, 240 p.

MADRUGA, Antonio Moacyr. *Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. Universidade de São Paulo, São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1992.

MAGNAGHI, Alberto. *Il principio territoriale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2020.

MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MANSO, Valdir. A. V. *Geologia da planície costeira e da plataforma continental interna adjacente da região entre Porto de Galinhas e Tamandaré – Litoral Sul de Pernambuco*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tese de Doutorado. 1997, 148 p. (+ anexos).

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Trad.: Mario Duayner e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, 1285 p.

MENDES, G. P. Sedimentologia e morfodinâmica da praia de Guadalupe, município de Serinhaém – PE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Dissertação de Mestrado. 2000, 127 p.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. Trad.: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2007.

MORIN, Edgar. *A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução: Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MOSCOVICI, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion Éditeur, 1968.

NEWSOME, David; MOORE Susan A.; DOWLING, Ross K.; *Wildlife Tourism*. 1ª ed. Clevedon: Channel View Publication, 2005, 299 p.

ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS, 2014. Disponível em: <http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos-Galeria-De-Imagens.aspx?id=39#>. Acesso em: 17 ago. 2011.

PEREIRA, Pedro de Souza, *et al. Atlas de vulnerabilidade à erosão costeira e mudanças climáticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2015.

PERNAMBUCO. *Lei 15.652/2015*, altera a lei 11.206/1995, que dispõe sobre a política florestal do estado de Pernambuco. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15652&complemento=0&ano=2015&tipo=&url=> Acesso em: 04 mai. 2016.

PERNAMBUCO. *Projeto de lei 407/2015*. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=B472B7AF6193EA9A03257EB30074AABA> Acesso em: 04 mai. 2016. E ainda a redação final deste projeto de lei, disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=C1FC8D6AECACAFBE03257F0000717DC5> Acesso em: 04 mai. 2016.

PONTES HOTÉIS, 2012. Disponível em: <http://www.ponteshoteis.com.br/summerville-resort/o-resort.aspx> Acesso em: 25 set. 2012.

PONTES, Bruno A. N. M. *Desenvolvimento e governança ambiental: em busca de uma outra práxis na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva*. 2017. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PONTES, Bruno A. N. M.; CASTILHO, Cláudio J. de M. O conceito e a instrumentalização da Natureza: olhares transversais na dinâmica territorial da praia do Paiva-PE. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 9, n. 3, 2016. p. 722-736.

PONTES, B. A. N. M.; PESSOA, R. A. C. Impactos dos Ecomegaempreendimentos Imobiliários na Ocupação do Espaço Urbano da Região Metropolitana do Recife. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. *XV Enanpur - Desenvolvimento, Planejamento e Governança*, 2013.

PORTMAN, M.E.; ESTEVES, L.S.; LE, X.Q.; KHAN, A.A. *Improving integration for integrated coastal management: an eight country study*. Science of the total environment, 2012, n. 439, pp. 194-2001.

PORTO DE GALINHAS CONVENTION & VISITORS BUREAU (PGCVB), 2020. Disponível em: <http://portodegalinhascvb.com.br/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POUSADA PRAIA DOS CARNEIROS, 2016. Disponível em: <http://www.pousadapraiadoscarneiros.com.br> Acesso em: 12 dez. 2016.

PREFEITURA DE IPOJUCA. Disponível em: <http://www.ipojuca.pe.gov.br/noticias/2843/nota-oficial-da-prefeitura-sobre-a-arena-porto/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PREFEITURA DE IPOJUCA. *Plano Diretor Participativo do município Ipojuca* (Lei 1.490/2008). Dispõe sobre as condições de sua implementação no território municipal. 2008. Disponível em: <http://leis.ipojuca.pe.gov.br/goldendoc/index.asp?appname=Legislacao&basename=legislacao&op=gotodir&vdir=&forcelogin=true&login=convidado&pass=convidado> Acesso em: 08. Ago. 2017.

QUINAMO, Lara de A. *Caracterização Sedimentológica e Aspectos Geoambientais das Praias do litoral sul de Pernambuco*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Dissertação de Mestrado. 2013, 110 p.

RAFFESTIN, Claude. *Potere e territorialità*. In: Geografia Politica: teorie per un progetto sociale. Org. Claude Raffestin. Milão: Unicopli, 1983.

RAFFESTIN, C. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, Angelo. *Regione e regionalizzazione*. Milão: Franco Angeli, 1984.

RAFFESTIN, Claude. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Turim: IRES, 2003.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: *Território e Territorialidades*. SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, UNESP. 2009, 368 p.

RAFFESTIN, Claude. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio – elementi per una teoria del paesaggio*. Florença: Alinea, 2005.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima*. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres - UNICAMP, 2017. 428 p.

REIS, José. Território e políticas do território. A interpretação e a ação. *Finisterra*, L, 100, pp. 107-122, 2015.

REIS, José. O regresso ao princípio do mundo: uma visão territorialista de denúncia e contraposição. In M. M. Serrano & P. Neto (coord.), *Espaço: Perspectivas multidisciplinares sobre a construção dos territórios* (pp. 29-39). Coimbra: Sílabo, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

RIMINI TURISMO. *Dati della attività turistica in Rimini*. 2020. Disponível em: <https://riminiturismo.it/guida-pratica/scopri-il-territorio> Acesso em: 20. Mar. 2021.

ROMANO B., ZULLO F. *The urban transformation of Italy's Adriatic coastal strip: Fifty years of unsustainability*. Elsevier, Land Use Policy, 2014, n. 38, pp. 26-36.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (In)Sustentabilidade das Cidades-Vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 171-192.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *GeoTextos*, vol. 1, n. 1. p. 139-151, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. 9ª reimp. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. As cidades mutiladas. In: *O Preconceito* (Vários Autores). São Paulo: IMESP, 1996-1997.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad.: Myrna T. R. Viana. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Otávio Augusto A. dos. *Da incorporação dos banhos salgados de mar à balnearização das praias do Recife: um 'período denso' na produção do espaço praiano*. *GeoTextos*, vol. 16, n. 1, p. 13-35, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMIDT, Alfred. *El Concepto de Naturaleza em Marx*. Traducción: Julia M. Ferrari de Prieto y Eduardo Prieto. Espanha: Siglo XXI de España Editores S.A., 1976, 244 p.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Trad.: Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÉNÉCAL, Gilles. *Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires?* Paris: Annales de Géographie, vol. 101, n° 563, 1992, pp. 28-42. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/geo_0003-4010_1992_num_101_563_21064.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

SHIELDS, Rob. *Places on the margin*. Londres: Routledge, 1991.

SILVA, Felipe L. Maciel. *Praias de Pernambuco: as socionaturezas do bem público*. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife. Tese de Doutorado. 2015, 212 p.

SILVEIRA, Marcos A. T.; RODRIGUES, Adyr B. *Urbanização turística no Brasil: um foco em Florianópolis – Santa Catarina*. Paris: Via [En ligne], 7 | 2015, 01 jul. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/viatourism/630> Acesso em: 08 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.630>.

SINGER, Merrill. *Introduction to Syndemics: a critical systems approach to public and community health*. San Francisco: Jossey-Bass, 2009, 304 p.

SOJA, Edward. *The political organization of space*. Washington: D. C.: Association of American Geographers, 1971.

SORIANI, Stefano; BUONO, F.; CAMUFFO, M.; DALLA VIA, M.; TONINO, M. *Un'indagine sull'adozione della Gestione Integrata della Zona Costiera in Alto Adriatico*. Risultati e valutazioni critiche. Firenze: Rivista Geografica Italiana, 2015, 122, pp. 95-118.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SWYNGEDOUW, Erik. *Circulations and Metabolisms: (Hybrid) Natures and (Cyborg) Cities*. *Science as Culture*, Vol. 15, n. 2, June 2006, pp. 105-121.

SWYNGEDOUW, Erik. *The City as a Hybrid: On Nature, Society and Cyborg Urbanisation*. *Capitalism, Nature, Socialism*, Vol. 7(1), Issue 25 (March), 1996, pp. 65-80.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Trad.: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TURCO, Angelo. *Verso una teoria geografica della complessità*. Milão: Unicopli, 1988.

TURRI, Eugenio. *La conoscenza del territorio*. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Veneza: Marsilio, 2002.

UNITED NATIONS OF ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Protocollo sulla gestione integrata delle zone costiere del Mediterraneo*. PAP/RAC (MAP-UNEP), Split, Croatia, 2008.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. *Centro di Studi Avanzati sul Turismo (CAST)*. Disponível em: <https://centri.unibo.it/turismo/it/it> Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. *Dipartimento di Scienze per la Qualità della Vita*. Disponível em: <https://scienzequalitavita.unibo.it/it> Acesso em: 20 set. 2019.

URBAIN, Jean-Didier. *Sur la plage: moeurs et coutumes balnéaires (XIXème-Xxème siècles)*. Paris: Éditions Payot, 1996.

VALLEGA, Adalberto. *Fundamentals of integrated coastal management*. Dordrecht, Kluwer Academic Publisher, 1999.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Antológico: meio século de crônicas, ou coisa parecida*. São Paulo: Objetiva, 2020, 728 p.

YÁZIGI, Eduardo. *A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2003.

YOVEVA, I. K. *Strategic Networks for Sustainable Tourism Development*. Bologna: Alma Tourism Special Issue, N. 3, 2014.

APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado utilizado para a atividade empírica diálogos/entrevistas

Abordagem de questões e objetivos segundo a localidade geográfica e os agentes identificados.

Grupo geral de agentes/sujeitos (a serem especificados subgrupos após melhor compreensão da organização territorial e observações por meio de visitas *in loco*): Governo local, agentes privados, residentes da comunidade local e visitantes e turistas (sociedade).

Quantitativo de diálogos/entrevistas: Para garantir a representatividade do universo de entrevistados possíveis, asseguramo-nos na lei da regularidade estatística para definir os subconjuntos do universo de agentes e a quantidade necessária de cada um destes para dar fidedignidade à amostra. Desta forma, utilizamos os procedimentos da amostragem probabilística do tipo estratificada proporcional para estabelecer o universo amostral, segundo registros oficiais de população de cada localidade.

Porto de Galinhas:

Frequentar as praias nos períodos de maior fluxo e adensamento (janeiro, fevereiro e julho e agosto), realizando diálogos/entrevistas, sobretudo, com residentes - para melhor percepção do território vivido.

<i>Agentes identificados (subgrupos)</i>	Questões/Objetivos
1. <i>Representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano e da Agência Municipal do Meio Ambiente de Ipojuca</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como se dá a gestão e a promoção para uso das praias? - Há parâmetros de manutenção, conservação e sustentabilidade das praias? - Há garantias de participação social nas instâncias de decisão?
2. <i>Proprietários de estabelecimentos e organizações privadas (microempreendimentos “barracas de praia” e megaempreendimentos)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como se dá a gestão dos segmentos de praia em que atuam? - Como se dá a relação com o governo municipal? - Como se dá a relação com a comunidade local? E com visitantes e turistas?
3. <i>Representantes de organizações sociais locais, Associações (pescadores, jangadeiros, barraqueiro e bugueiros) e Conselho municipal de defesa do Meio Ambiente de Ipojuca</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como percebem as transformações das praias no complexo Porto de Galinhas? - Como atuam e qual grau de interlocução com o governo municipal e os agentes privados? - Como compreendem o território e as estratégias de defesa do ambiente de praia?
4. <i>Comunidade local, visitantes e turistas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como percebem as intervenções nos ambientes de praia e qual o grau de satisfação? - Como percebem a dinâmica das praias e qual a projeção ambiental de Porto de Galinhas para os próximos 10 anos (2020-2030)? - Como percebem o uso e a apropriação do território nas praias de Porto de Galinhas?

- Quantidade estabelecida para registro de diálogos/entrevistas com subgrupos de agentes, de acordo com a lei da regularidade estatística, em Porto de Galinhas: 02, 04, 05 e 20, respectivamente.

Rimini:

Frequentar as praias nos períodos de maior fluxo e adensamento (meses julho, agosto e setembro) para melhor apreender dinâmicas locais e realizar os diálogos/entrevistas, a fim de acurar a percepção do lugar.

<i>Agentes identificados (subgrupos)</i>	Questões/Objetivos
<i>1. Representante da Ondanomala Società Cooperativa (responsável pela gestão da praia livre de Marina Centro)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como se dá a gestão e a promoção para uso das praias livres? - Qual o perfil dos frequentadores das praias livres? - Há parâmetros de manutenção, conservação e sustentabilidade das praias livres?
<i>2. Proprietários de Estabelecimentos Balneares (“Bagni”)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como se dá a gestão dos segmentos em concessão da praia? - Qual a relação destes agentes com o governo da <i>Comune</i>; - Como se dá a relação com a comunidade local, visitantes e turistas?
<i>3. Pesquisadores</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Referências críticas pelas pesquisas realizadas recentemente.
<i>4. Comunidade local, visitantes e turistas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como percebem as mudanças da praia tendo como referência principal o projeto <i>Parco del Mare</i>? (direcionado à comunidade local); - Como percebem a dinâmica da praia de Rimini? (positiva ou negativa?) (direcionado à comunidade local, visitantes e turistas); - Como utilizam os espaços balneares – praias livres e <i>bagni</i>? (direcionado à comunidade local).

- Quantidade estabelecida de registro de diálogos/entrevistas com subgrupos de agentes, de acordo com a lei da regularidade estatística, em Rimini: 01, 02, 02 e 12, respectivamente.

